



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 2005

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL
DE CONTROLE INTERNO
VOL. XI





GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

DIRETOR DE SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

DIRETOR DE NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO
FLORIANO RODRIGUES ALVES

PRIMEIRA COORDENADORA DE SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
KÁTIA SILVA MACÊDO MIRANDA

SEGUNDO COORDENADOR DE SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

TERCEIRO COORDENADOR DE SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
JOÃO BATISTA DA PAIXÃO MENDES

COORDENADOR DE NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA DE CONTROLE INTERNO

FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS
FRANCISCO DIAS DE SOUSA
IONÁ BEZERRA OLIVEIRA DE ALMEIDA
JANAÍNA LOPES MARANHÃO
MARIA JACKELLINE GUIMARÃES RIBEIRO
MILÉNE MARTINS RAMOS
MIRLEY PIRES MAGALHÃES PEIXOTO LEANDRO
ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE CARVALHO FONTES

EQUIPE DE APOIO

ANDRÉIA DIAS GOMES
EUNICE PEREIRA DA CUNHA
JOSÉ SANTANA NUNES SARZEDA
JOSIAS CÂNDIDO FREIRE



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	01
2. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	04
2.1 Orçamento Geral Autorizado	04
2.2 Execução Orçamentária e Financeira	08
2.2.1 Gestão Orçamentária.....	08
2.2.2 Gestão Financeira.....	19
2.3 Posição Patrimonial e Financeira.....	21
2.3.1 Posição Patrimonial.....	21
2.3.2 Posição Financeira	27
3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL.....	35
3.1 Unidades da Administração Direta.....	35
3.1.1 Gabinete do Governador	35
3.1.2 Casa Civil.....	39
3.1.3 Comando Geral da Polícia Militar	40
3.1.4 Controladoria-Geral do Estado.....	43
3.1.5 Secretaria de Representação do Estado.....	46
3.1.6 Procuradoria Geral do Estado	47
3.1.7 Casa Militar	50
3.1.8 Vice-Governadoria	52
3.1.9 Secretaria de Comunicação	52
3.1.10 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente.....	54
3.1.11 Secretaria do Esporte	65
3.1.12 Secretaria da Cidadania e Justiça	68
3.1.13 Secretaria do Governo.....	73
3.1.14 Secretaria da Administração.....	76
3.1.15 Secretaria da Fazenda	78
3.1.16 Secretaria da Educação e Cultura	82
3.1.17 Secretaria da Segurança Pública.....	95



3.1.18 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	99
3.1.19 Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	110
3.1.20 Secretaria da Infra-Estrutura.....	116
3.1.21 Secretaria dos Recursos Hídricos.....	121
3.1.22 Secretaria do Trabalho e Ação Social	126
3.1.23 Secretaria da Juventude.....	129
3.1.24 Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFAZ	132
3.1.25 Programação Especial do Estado – Recursos sob Supervisão da SEPLAN	133
3.1.26 Secretaria da Saúde.....	135
3.2 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais	136
3.2.1 Autarquias.....	136
3.2.1.1 Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO.....	136
3.2.1.2 Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – AD..	137
3.2.1.3 Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU ...	139
3.2.1.4 Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS	142
3.2.1.5 Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV	151
3.2.1.6 Agência Estadual de Saneamento – AGESAN	153
3.2.1.7 Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS.....	155
3.2.1.8 Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.....	157
3.2.1.9 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.....	160
3.2.1.10 Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS	165
3.2.1.11 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.....	171
3.2.1.12 Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.....	175
3.2.1.13 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM	177
3.2.1.14 Departamento de Estradas de Rodagem – DERTINS	178
3.2.2 Fundações Públicas	183
3.2.2.1 Fundação Cultural do Estado do Tocantins	183
3.2.2.2 Fundação de Medicina Tropical.....	185



3.2.3 Fundos Especiais	188
3.2.3.1 Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES..	188
3.2.3.2 Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM.....	190
3.2.3.3 Fundo de Fardamento da Polícia Militar – FUNFARDA	191
3.2.3.4 Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental	193
3.2.3.5 Fundo de Apoio à Moradia Popular.....	194
3.2.3.6 Fundo Estadual de Modernização Jurídica	196
3.2.3.7 Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	197
3.2.3.8 Fundo Estadual de Defensoria Pública.....	201
3.2.3.9 Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.....	202
3.2.3.10 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher	203
3.2.3.11 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo.	204
3.2.3.12 Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário.....	205
3.2.3.13 Fundo de Previdência do Estado do Tocantins	206
3.2.3.14 Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins	208
3.2.3.15 Fundo Estadual de Saúde	209
3.2.3.16 Fundo de Defesa Agropecuária	227
3.2.3.17 Fundo Prosperar	229
3.2.3.18 Fundo Estadual de Assistência Social	230
3.2.3.19 Fundo Estadual da Criança e do Adolescente	241
3.2.3.19 Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins	242
3.2.3.20 Fundo Estadual Antidrogas	244
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E SOCIAL	245
4.1 Área Econômica	247
4.2 Área Administrativa e Financeira.....	251
4.3 Área Social.....	254
4.4 Síntese dos Resultados Alcançados	259
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	265

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, às da Lei Estadual nº 1.415/2003, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e de seu Regimento Interno, esta Controladoria-Geral do Estado do Tocantins, a par das contas consolidadas no Balço Geral do Estado, exercício de 2005, elabora o presente relatório que abrange, como se observa adiante, matérias econômica, administrativa, financeira e social, por meio de exame e descrições analíticas das atividades e produtos concernentes às unidades gestoras do Poder Executivo.

Contém ainda circunstanciada análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com as respectivas indicações das metas físicas e financeiras, tanto as previstas quanto às efetivamente realizadas.

Além desses elementos, evidenciam-se outros aspectos que dizem respeito ao comportamento deste terceiro ano do atual Governo.

Também merecem especiais destaques as ações de governo que foram prioritárias no exercício de 2005, tendo na modernização administrativa, no incentivo econômico e no social a sua principal meta, enfatizando-se a educação pública, a abrangência ao atendimento à saúde, à segurança pública e os investimentos infra-estruturais que buscam minorar as carências das populações menos providas de meios econômicos e financeiros e alcançar os melhores índices de desenvolvimento humano.

Outrossim, percebe-se que o Governo Marcelo Miranda, no decorrer de 2005, pautou sua ação de investimentos, visando dotar todos os rincões do Estado, de condições para produzir e escoar normalmente a produção agropastoril, em virtude da criação de novos empregos e conseqüente geração de renda, que é, sem dúvida, um dos sólidos alicerces de desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e respeito, contando, neste mister, com o apoio do poder público.

Veja-se que, em 2005, o Governo priorizou a valorização do trabalho humano, buscou incentivar a iniciativa privada, com atuações que se direcionaram ao alcance de um novo modelo de desenvolvimento tendo como meta o progresso, o cidadão e o seu bem-estar.

Pautou-se, outrossim, para a consecução de novas programações sócio-econômicas ensejando consolidar a infra-estrutura de transporte, energia, habitação e incentivou o ingresso de capitais privados na economia tocantinense.

Buscou, com igual esforço, a promoção do desenvolvimento sustentado, direcionando e apoiando os diversos setores das atividades econômicas, visando torná-los competitivos e socialmente corretos.

Verifica-se, através da lei que instituiu a política estadual de capacitação dos servidores e implantou o plano de cargos, carreira e subsídios, a preocupação do Governo Marcelo Miranda, com a modernização administrativa em

todos os nveis do Poder Executivo, visando melhor adequar os recursos humanos às suas reais necessidades.

Além de tudo isso, é de salientar-se que não se descuidou em manter o superávit primário, controlando, principalmente, os gastos com a folha de pagamento e com as despesas de custeio e mais que isso, manteve, sob rígido controle, a dívida externa e interna.

Como bem se observa, essas medidas são fortes alicerces que levam à construção de um Estado que verdadeiramente se preocupa com a melhoria de vida de sua população, uma vez que, na razão em que moderniza a máquina estatal e apóia o incremento de novas tecnologias nas atividades privadas, faz aumentar a um só tempo o emprego, a renda e o patrimônio público e privado.

Ora, sendo, como é, o Estado do Tocantins uma unidade federativa, com apenas 17 anos de sua efetivação, todo o esforço governamental está voltado à sua consolidação, com a adoção de políticas públicas que tenham como fulcro o seu crescimento, sem descurar-se de sua indispensável sustentabilidade econômica, ecológica e social.

Tem-se como certeza, pois, que os resultados das atividades primárias agregando valores, através da industrialização, certamente, darão a este Estado, em futuro não muito distante, maior capacidade econômica, com conseqüências positivas a todos os seus segmentos sociais, o que as tornam prioritárias para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e do Produto Interno Bruto – PIB tocantinense.

Denota-se pela análise ora em comento que o alcance do equilíbrio orçamentário e financeiro resultou não somente do trabalho desenvolvido pelo Poder Executivo, como também pelos esforços despendidos pelos demais poderes constituídos, o Legislativo e o Judiciário, além do Ministério Público e Tribunal de Contas, que se pautaram dentro dos seus respectivos limites de gastos.

Conforme se pode observar pelo conteúdo das peças técnicas adiante expostas, os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2005, demonstram significativos índices de gestão pública.

Os balanços e demais demonstrações contábeis estão divididos em 10 (dez) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balço Geral do Estado: - Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, das Variações Patrimoniais Consolidados e Balço Social; e Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III - Balço dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume IV – Balço da Administração Direta, Autarquias, Indireta, Fundações e Fundos - Demonstrações Contábeis e Resumo da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal;

Volume V – Conciliação Bancária da Administração Direta;



Volume VI e VII – Conciliação Bancária da Administração Indireta;

Volume VIII - Conciliação do Almocharifado da Administração Direta;

Volume IX - Conciliação do Almocharifado da Administração Indireta;

Volume X – Anexo 2, Anexo 10 e Anexo 11.

Registre-se por oportuno o eficiente trabalho desenvolvido pela Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados que compõem os Balanços e os Demonstrativos e que constituem as contas do Governo do Estado, como bem explicitam os volumes aludidos.

Como se denota a seguir, o relatório sobre as contas do Governo, emitido por esta Controladoria-Geral, demonstra a análise do orçamento geral autorizado, sua execução orçamentária, financeira, patrimonial, culminado com a demonstração dos resultados dos programas de Governo e da gestão do Estado.

Palmas, 27 março de 2006

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referente ao exercício financeiro de 2005, foi aprovado pela Lei Estadual nº 1.544, de 30 de dezembro de 2004 (LOA), que **estimou a receita** no valor de R\$ 2.767.569.928,00 e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

- a) Recursos Ordinários: R\$ 1.713.138.695,00;
- b) Recursos Vinculados: R\$ 375.274.246,00;
- c) Recursos de Outras Fontes: R\$ 679.156.987,00.

O valor inicialmente autorizado foi alterado para R\$ 3.024.357.091,69, em decorrência dos acréscimos de R\$ 256.787.163,69, resultantes da abertura de créditos adicionais, assim recomposto:

- a) Recursos Ordinários: R\$ 1.858.302.654,00;
- b) Recursos Vinculados: R\$ 744.308.037,30;
- c) Recursos de Outras Fontes: R\$ 421.746.400,39.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral autorizou despesas nos orçamentos fiscal, no valor de R\$ **2.731.445.609,69**, e da Seguridade Social, na importância de R\$ **292.911.482,00**.

Do total de R\$ 3.024.357.091,69 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R\$ 1.604.275.954,39 – 53,05% - na Administração Direta e R\$ 1.420.081.137,30 - 46,95% - na Administração Indireta.

A Gestão da receita e da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve todos os Órgãos e Entidades que compõem a Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 1 - RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	1.845.787.610,00	676.750.196,39	2.522.537.806,39
Receita Tributária	797.784.955,00	59.800.051,00	857.585.006,00
Receita de Contribuições	25.000,00	94.757.000,00	94.782.000,00
Receita Patrimonial	20.160.000,00	77.052.166,00	97.212.166,00
Receita de Serviços	34.000,00	2.414.000,00	2.448.000,00
Transferências Correntes	1.249.340.164,00	433.399.445,39	1.682.739.609,39
Outras Receitas Correntes	23.598.813,00	9.327.534,00	32.926.347,00
Dedução para o FUNDEF	(245.155.322,00)		(245.155.322,00)
RECEITAS DE CAPITAL	12.515.044,00	422.857.543,00	435.372.587,00
Operações de Crédito		70.926.471,00	70.926.471,00
Alienação de Bens	651.000,00	23.090.000,00	23.741.000,00
Amort. de Empréstimos	11.864.044,00		11.864.044,00
Transferências de Capital		328.841.072,00	328.841.072,00
TOTAL	1.858.302.654,00	1.099.607.739,39	2.957.910.393,39

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2005 Receita Atualizada.

QUADRO 2 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	1.845.787.610,00	516.206.196,39	2.361.993.806,39
Receita Tributária	797.784.955,00	59.800.051,00	857.585.006,00
Receita de Contribuições	25.000,00	-	25.000,00
Receita Patrimonial	20.160.000,00	11.265.166,00	31.425.166,00
Receita de Serviços	34.000,00	2.414.000,00	2.448.000,00
Transferências Correntes	1.249.340.164,00	433.399.445,39	1.682.739.609,39
Outras Receitas Correntes	23.598.813,00	9.327.534,00	32.926.347,00
Dedução para o FUNDEF	(245.155.322,00)		(245.155.322,00)
RECEITAS DE CAPITAL	12.515.044,00	422.857.543,00	435.372.587,00
Operações de Crédito		70.926.471,00	70.926.471,00
Alienação de Bens	651.000,00	23.090.000,00	23.741.000,00
Amortização de Empréstimos	11.864.044,00		11.864.044,00
Transferências de Capital		328.841.072,00	328.841.072,00
TOTAL	1.858.302.654,00	939.063.739,39	2.797.366.393,39

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2005 Receita Atualizada.

OBS.: deduzido a receita do IGEPREV.

QUADRO 3 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	-	160.544.000,00	160.544.000,00
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	94.757.000,00	94.757.000,00
Receita Patrimonial	-	65.787.000,00	65.787.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Dedução para o FUNDEF	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL	-	160.544.000,00	160.544.000,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – IGEPREV – dezembro/2005 Receita Atualizada.

QUADRO 4 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.340.850.890,00	479.965.293,30	1.820.816.183,30
Pessoal e Encargos Sociais	729.940.166,00	174.007.832,00	903.947.998,00
Juros e Encargos da Dívida	31.930.380,00	-	31.930.380,00
Outras Despesas Correntes	578.980.344,00	305.957.461,30	884.937.805,30
DESPESAS DE CAPITAL	517.451.764,00	585.067.199,39	1.102.518.963,39
Investimentos	413.836.986,00	551.934.247,39	965.771.233,39
Inversões Financeiras	8.832.364,00	33.132.952,00	41.965.316,00
Amortização da Dívida	94.782.414,00	-	94.782.414,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	101.021.945,00	101.021.945,00
TOTAL	1.858.302.654,00	1.166.054.437,69	3.024.357.091,69

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita demonstrada no quadro 01 com o total da despesa demonstrada no quadro 04, observa-se diferença no valor de **R\$ 66.446.698,30**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 5 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.237.596.270,00	330.042.143,30	1.567.638.413,30
Pessoal e Encargos Sociais	669.358.790,00	173.959.832,00	843.318.622,00
Juros e Encargos da Dívida	31.930.380,00	-	31.930.380,00
Outras Despesas Correntes	536.307.100,00	156.082.311,30	692.389.411,30
DESPESAS DE CAPITAL	506.739.492,00	556.045.759,39	1.062.785.251,39
Investimentos	403.124.714,00	522.912.807,39	926.037.521,39
Inversões Financeiras	8.832.364,00	33.132.952,00	41.965.316,00
Amortização da Dívida	94.782.414,00	-	94.782.414,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	188.945,00	188.945,00
TOTAL	1.744.335.762,00	886.276.847,69	2.630.612.609,69

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** deduzido o orçamento da seguridade.

QUADRO 6 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	103.254.620,00	149.923.150,00	253.177.770,00
Pessoal e Encargos Sociais	60.581.376,00	48.000,00	60.629.376,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	42.673.244,00	149.875.150,00	192.548.394,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.712.272,00	29.021.440,00	39.733.712,00
Investimentos	10.712.272,00	29.021.440,00	39.733.712,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	100.833.000,00	100.833.000,00
TOTAL	113.966.892,00	279.777.590,00	393.744.482,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** Funções 08, 09, 10 e os valores pagos aos aposentados e pensionistas em outros programas.

Créditos Adicionais Abertos

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.º 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 7 – DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
-----------	-----------



Orçamento Inicial (Lei 1.544/2004)	
Orçamento Inicial	2.767.569.928,00
(+) Créditos Suplementares	1.164.735.224,69
(+) Créditos Especiais	600.000,00
(-) Reduções	908.548.061,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	3.024.357.091,69

FONTE – Diário Oficial – Lei 1.544/04 e Balço Geral do Estado Volume I, fl. 397

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO POR TIPOS DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS AOS CRÉDITOS ADICIONAIS

(+) Redução Total ou Parcial	907.948.061,00
(+) Excesso de Arrecadação	190.340.465,39
(+) Superávit Financeiro	66.446.698,30
(+) Dotação Especial por Redução	600.000,00
= Créditos Suplementares e Especiais	1.165.335.224,69

FONTE – Balço Geral do Estado Volume I, fl. 177

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 139 a 177 do Balço Geral, Volume I.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária obedeceu a programação e as diretrizes estratégicas, compatibilizadas com as prioridades e as metas do PPA – 2004/2007, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta Única do Tesouro Estadual, concretizando uma efetivação de **92,30%** comparada com a previsão atualizada, mostrando em relação ao ano anterior uma melhoria de **18,83%** na utilização da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

A Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os

valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises, encontram-se demonstradas nos quadros a seguir:

QUADRO 9 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	2.587.363.778,00	2.794.592.605,03	108,01
Receita Tributária	857.585.006,00	764.133.704,01	89,10
» ICMS	700.231.002,00	658.939.329,91	94,10
» Outras	157.354.004,00	105.194.374,10	66,85
Receita de Contribuições	94.782.000,00	87.726.950,75	92,56
Receita Patrimonial	97.207.282,00	138.150.961,86	142,12
Receita de Serviços	2.448.000,00	966.740,20	39,49
Transferências Correntes	1.502.682.177,00	1.781.538.248,64	118,56
» FPE	1.096.887.043,00	1.380.140.358,46	125,82
» Outras	405.795.134,00	401.397.890,48	98,92
Outras Receitas Correntes	32.659.313,00	22.075.999,57	67,59
RECEITAS DE CAPITAL	425.361.472,00	218.375.999,19	51,34
Operações de Crédito	70.027.992,00	13.545.912,70	19,34
Alienação de Bens	23.741.000,00	20.074.648,71	84,56
Amortização de Empréstimos	11.864.044,00	7.142.399,59	60,20
Transferências de Capital	319.728.436,00	177.613.038,19	55,55
Outras Receitas de Capital	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS	3.012.725.250,00	3.012.968.604,22	100,01
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	245.155.322,00	282.942.034,85	115,41
TOTAL	2.767.569.928,00	2.730.026.569,37	98,64

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado fl. 124

QUADRO 10 - Balço Orçamentário do Estado - Discriminação das Receitas – 2005

RECEITAS					
RECEITAS	PREVISTA ATUALIZADA (R\$)	REALIZADA (R\$)	% REALIZADA S/PREVISTA	% S/MONTANTE REALIZADA	DIFERENÇA (R\$)
RECEITAS CORRENTES	2.522.537.806,39	2.511.650.570,18	99,57	92	10.887.236,21
Receita Tributária	857.585.006,00	764.133.704,01	89,10	27,99	93.451.301,99
Receita de Contribuições	94.782.000,00	87.726.950,75	92,56	3,21	7.055.049,25
Receita Patrimonial	97.212.166,00	138.150.961,86	142,11	5,06	(40.938.795,86)
Receita de Serviços	2.448.000,00	966.740,20	39,49	0,04	1.481.259,80
Transferências Correntes	1.682.739.609,39	1.781.538.248,64	105,87	65,26	(98.798.639,25)
Outras Receitas Correntes	32.926.347,00	22.075.999,57	67,05	0,81	10.850.347,43
(-) Dedução para o FUNDEF	(245.155.322,00)	(282.942.034,85)	115,41	(10,36)	37.786.712,85
RECEITAS DE CAPITAL	435.372.587,00	218.375.999,19	50,16	8	216.996.587,81
Operações de Crédito	70.926.471,00	13.545.912,70	19,10	0,50	57.380.558,30
Alienação de Bens	23.741.000,00	20.074.648,71	84,56	0,74	3.666.351,29
Amortização de Empréstimos	11.864.044,00	7.142.399,59	60,20	0,26	4.721.644,41
Transferências de Capital	328.841.072,00	177.613.038,19	54,01	6,51	151.228.033,81
SUPERÁVIT FINANCEIRO (2004)	66.446.698,30				
TOTAL	3.024.357.091,69	2.730.026.569,37	92,30	100	227.883.824,02

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado

Obs.: o valor do superávit financeiro não faz parte do anexo 10.

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2004 e 2005

RECEITAS CORRENTES	VALOR R\$		% 2005 S/2004	% S/TOTAL	
	2004	2005		2004	2005
Receita Tributária	683.236.012,66	764.133.704,01	11,84	31,40	27,34
Receita de Contribuições	62.765.717,34	87.726.950,75	39,77	2,88	3,14
Receita Patrimonial	81.107.197,38	138.150.961,86	70,33	3,73	4,94
Receita de Serviços	44.688.586,91	966.740,20	(97,84)	2,05	0,03
Transferências Correntes	1.267.541.224,67	1.781.538.248,94	40,55	58,26	63,75
Outras Receitas Correntes	36.342.517,09	22.075.999,57	(39,26)	1,67	0,79
TOTAL	2.175.681.256,05	2.794.592.605,33	28,45	100,00	100,00

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2004/2005

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO	2004	2005	% 2005/2004
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	39.077.442,02	50.391.131,85	28,95
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	23.032.670,64	26.989.050,85	17,18
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	595.288.610,04	658.939.329,91	10,69
TOTAL	657.398.722,70	736.319.512,61	12

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2004 e 2005

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - Exercícios 2004 e 2005

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR R\$		% 2005 S/2004	%	
	2004	2005		2004	2005
Operações de Crédito	123.918.346,16	13.545.912,70	-89,07	35,33	6,20
Alienação de Bens	19.274.843,35	20.074.648,71	4,15	5,50	9,19
Amortização de Empréstimos	9.411.847,98	7.142.399,59	-24,11	2,68	3,27
Transferências de Capital	198.117.460,88	177.613.038,19	-10,35	56,49	81,33
TOTAL	350.722.498,37	218.375.999,19	-37,74	100,00	100,00

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2004/2005

DESCRIÇÃO	2004	2005
RECEITAS CORRENTES	2.175.682	2.794.593
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-162.474	-192.411
DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	-229.041	-282.942
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-41.056	-50.627
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.743.111	2.268.410
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		30,14

FONTE – Geral do Estado volume II, fl. 621

Conforme demonstra o quadro 10, a realização de Receitas Patrimoniais superou em **42,11%** o valor estimado autorizado, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

Merece destaque especial a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **28,45%** em relação ao exercício anterior, atingindo, sem as deduções legais, a cifra total de **R\$ 2.794.592.605,33**, que compreende a receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária.

As **receitas de capital**, no valor de **R\$ 218.375.999,19**, representam **8,00%** do total arrecadado no exercício de 2005. Destaca-se nessa Categoria

Econômica as Transferências de Capital, que correspondem ao percentual de **6,51%** em relação ao total das receitas de capital.

Outro dado de relevância pública é o resultado da **receita corrente líquida** apurada no valor de **R\$ 2.268.409.726,60**. Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando em 2005 um crescimento de, aproximadamente, **30,14%** em relação ao exercício anterior, sendo um dos principais fatores que possibilitam o aumento da capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 15 - Balço Orçamentário do Estado - DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2005

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS, SUPLEMENTARES E ESPECIAIS	3.023.757.091,69	2.505.275.770,12	82,85	99,98	518.481.321,57
Despesas Correntes	1.820.816.183,30	1.693.028.419,79	92,98	67,56	127.787.763,51
Pessoal e Encargos Sociais	903.947.998,00	895.040.305,81	99,01	35,72	8.907.692,19
Juros/Encargos da Dívida	31.930.380,00	31.915.984,54	99,95	1,27	14.395,46
Outras Despesas Correntes	884.937.805,30	766.072.129,44	86,57	30,57	118.865.675,86
Despesas de Capital	1.101.918.963,39	812.247.350,33	73,71	32,41	289.671.613,06
Investimentos	965.771.233,39	697.354.062,77	72,21	27,83	268.417.170,62
Inversões Financeiras	41.365.316,00	20.982.301,41	50,72	0,84	20.383.014,59
Amortização da Dívida	94.782.414,00	93.910.986,15	99,08	3,75	871.427,85
Reserva de Contingência	101.021.945,00	0,00	0,00	0,00	101.021.945,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	600.000,00	600.000,00	100	0,02	0,00
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Outras Despesas Correntes					
Despesas de Capital	600.000,00	600.000,00	100,00	0,02	0,00
Investimentos	600.000,00	600.000,00	100,00	0,02	0,00
Inversões Financeiras					
TOTAL	3.024.357.091,69	2.505.875.770,12	82,86	100,00	518.481.321,57
SUPERÁVIT (*)		224.150.799,25			

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado fl. 216

* Total arrecadado (Quadro 9) menos total da despesa (Quadro 15).

Os quadros de n.º 9 e 15 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, superávit orçamentário no valor R\$ 224.150.799,25, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada. Tal superávit resulta do elevado grau de seriedade com que o Governo realiza suas execuções orçamentárias.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas somam **R\$ 1.693.028.419,79**, representando **92,98%** do total das despesas autorizadas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R\$ 812.247.350,33**, destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R\$ 697.354.062,77**, que representam **72,21%** do total das despesas de capital.

No que pertine às metas para o Resultado Nominal e Primário, estabelecidas para o exercício de 2005, observa-se bom equilíbrio da Gestão Fiscal, com destaque especial para o Resultado Primário apurado em valor positivo de **R\$ 44.642.246,51**, que superou o valor de R\$ 33.666.446,00 estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 16 - Demonstrativo das Despesas de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	32.273.950,00	30.761.084,68	95,31	10,74	1.512.865,32
Pessoal e Encargos Sociais	5.566.912,00	4.751.041,88	85,34	1,66	815.870,12
Outras Despesas Correntes	26.707.038,00	26.010.042,80	97,39	9,08	696.995,20
Despesas de Capital	261.163.186,00	255.765.667,18	97,93	89,26	5.397.518,82
Investimentos	261.163.186,00	255.765.667,18	97,93	89,26	5.397.518,82
TOTAL	293.437.136,00	286.526.751,86	97,65	100,00	6.910.384,14

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Exercício de 2005 fl. 216

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.º 16, no total **R\$ 286.526.751,86**, corresponde aos percentuais de **10,74%** com despesas correntes e de **89,26%** com despesas de capital.

QUADRO 17 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2005

ESPECIFICAÇÃO	2005
Receitas Correntes	2.794.592.605,03
(-) Transferências Constitucionais	192.411.222,71
(-) Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	50.626.677,62
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	202.943,25
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEF	282.942.034,85
Receita Corrente Líquida (A)	2.268.409.726,60
Despesa de Pessoal	758.175.928,45

Pessoal Ativo	719.314.040,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.378.397,12
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	8.516.509,57
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	1.446.646,23
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	4.338.711,16
(-) Inativos com Recursos Vinculados	2.731.152,18
Repassé Previdenciário ao Regime Próprio de Previdência Social	25.167.053,31
Contribuições Patronais	25.167.053,31
Despesa Líquida de Pessoal (B)	783.342.981,76
Percentuais	
% do Total da Despesa de Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – RCL (B/A)	34,53%
Limite Legal	49,00%
Limite Prudencial	46,55%

FONTE – Volume II Balanço Geral do Estado - fls. 621 e 632

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **34,53%** da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite legal de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

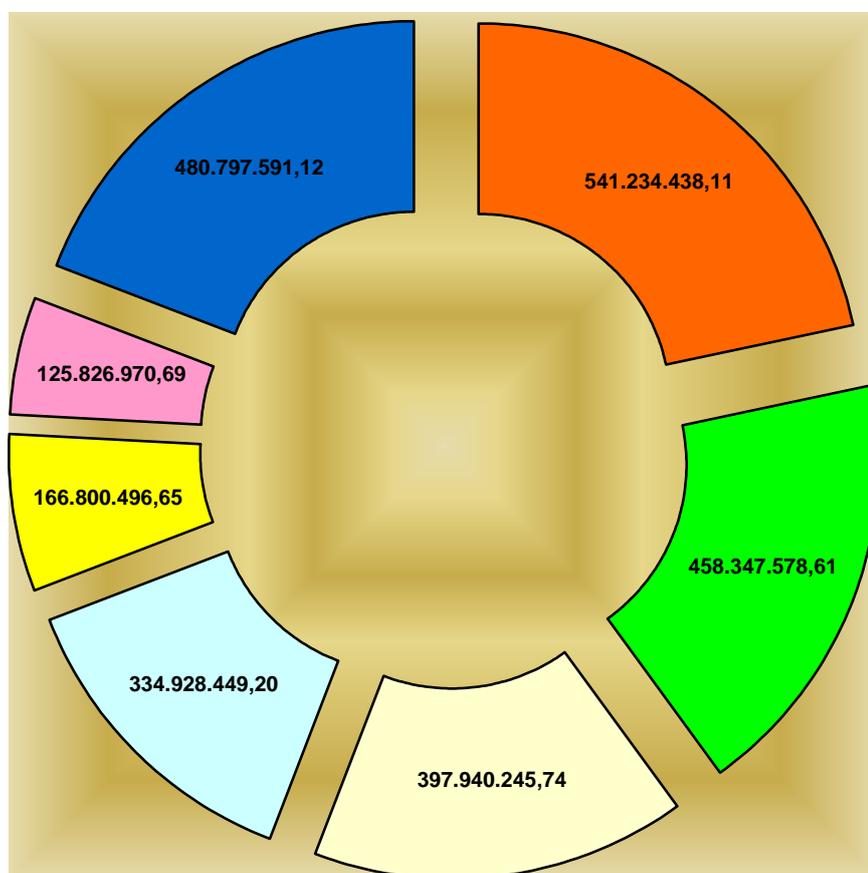
QUADRO 18 - Demonstrativo das Despesas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.005	2.005
Administração	541.234.438,11	21,60
Transporte	458.347.578,61	18,29
Educação	397.940.245,74	15,88
Saúde	334.928.449,20	13,37
Segurança Pública	166.800.496,65	6,66
Encargos Especiais	125.826.970,69	5,02
Previdência Social	80.254.189,34	3,20
Agricultura	76.101.515,84	3,04
Judiciária	71.988.695,74	2,87
Legislativa	63.022.771,12	2,51
Essencial à Justiça (Ministério Público)	37.638.734,69	1,50
Assistência Social	37.009.096,74	1,48
Comunicações	30.874.456,39	1,23
Urbanismo	13.553.951,56	0,54
Saneamento	10.503.326,31	0,42
Cultura	9.975.563,22	0,40
Gestão Ambiental	8.998.602,31	0,36
Habitação	8.778.298,73	0,35

Ciência e Tecnologia	8.257.869,67	0,33
Comércio e Serviços (Promoção Comercial e Turismo)	5.881.038,58	0,23
Energia	5.488.765,23	0,22
Desporto e Lazer	4.966.256,35	0,20
Organização Agrária (Reforma Agrária)	2.943.935,70	0,12
Trabalho	2.349.028,43	0,09
Direitos da Cidadania	1.140.788,60	0,05
Indústria (Promoção Industrial, Normatização e Qualidade)	1.070.706,57	0,04
TOTAL	2.505.875.770,12	100,00

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II , fl. 616

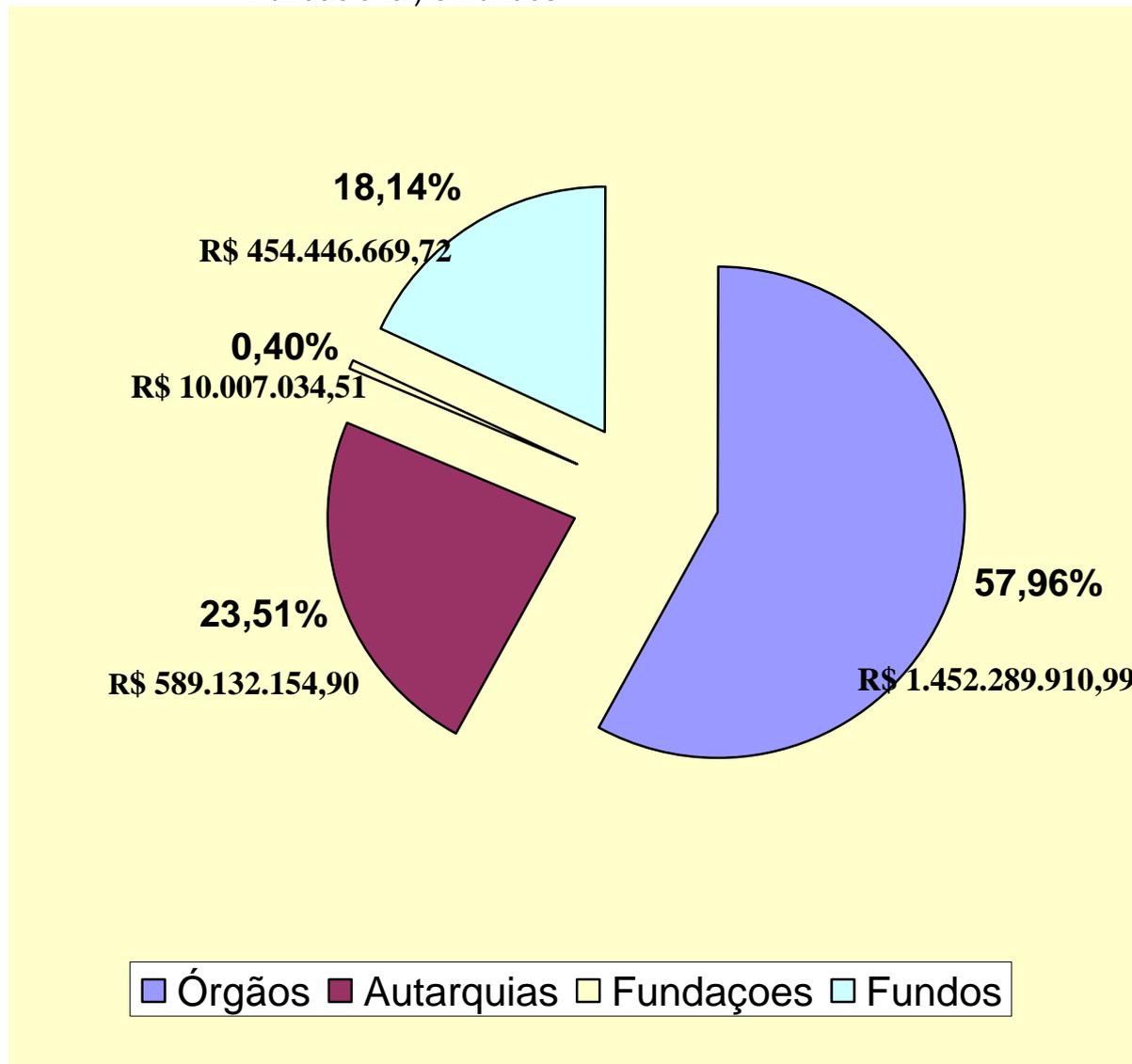
GRÁFICO 01 – DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



 Administração	 Transporte	 Educação
 Saúde	 Segurança Pública	 Encargos Especiais
 Outras Funções		

Observa-se que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Administração com R\$ 541.234.438,11; b) Educação com 397.940.245,74; c) Saúde com R\$ 334.928.449,20, d) Transporte com R\$ 458.347.578,61.

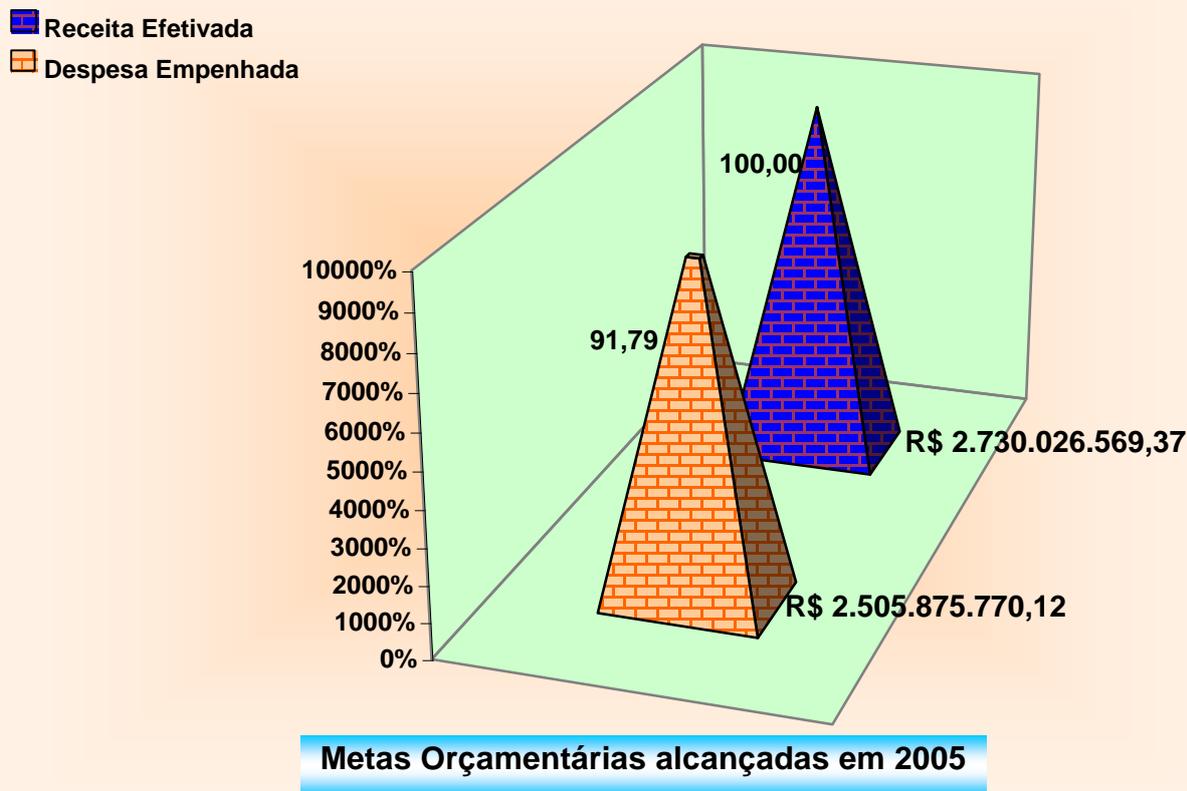
GRÁFICO 02 – Despesas Orçamentárias por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundacional) e Fundos



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.º 02, havendo, em relação ao exercício anterior, um aumento de **70,45%** no orçamento consignado aos fundos.

GRÁFICO 03 - CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

Despesa Empenhada em Função da Receita Efetivada

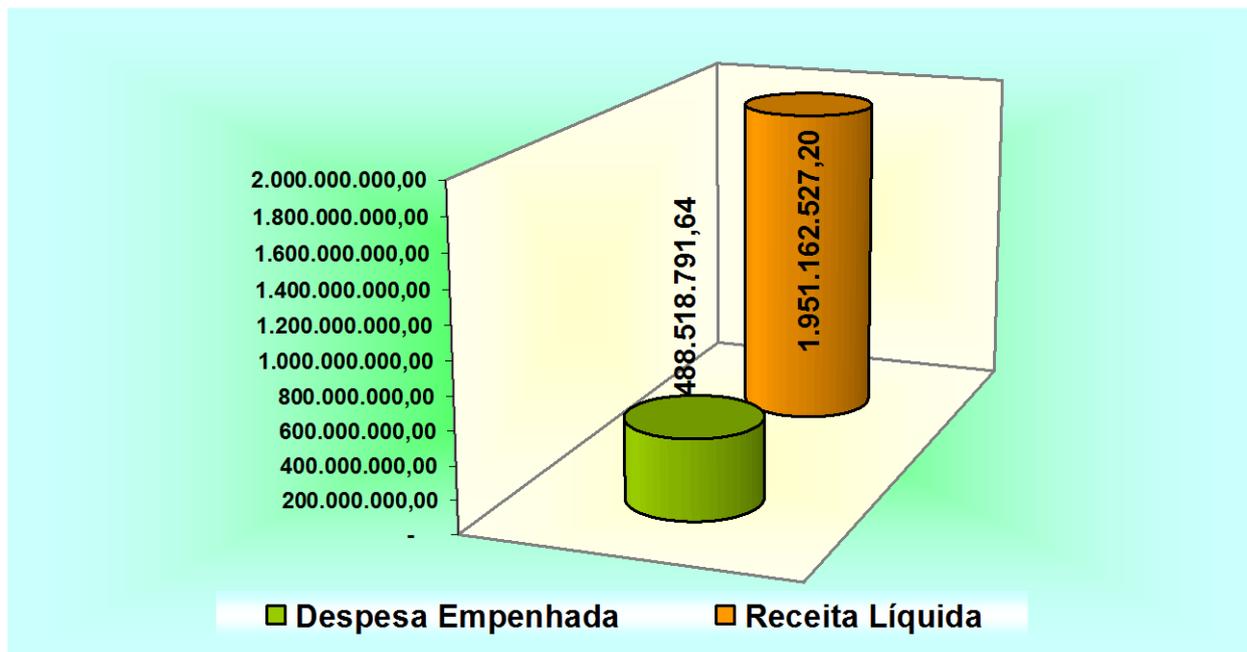


O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, com um **superavit orçamentário** de **8,21%** equivalente a **R\$ 224.150.799,25**, superior em **81,38%** ao apurado no exercício anterior com base na receita efetivada e na despesa empenhada e nos princípios de racionalidade dos gastos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, orçamento, finanças e controle.

Limites Constitucionais

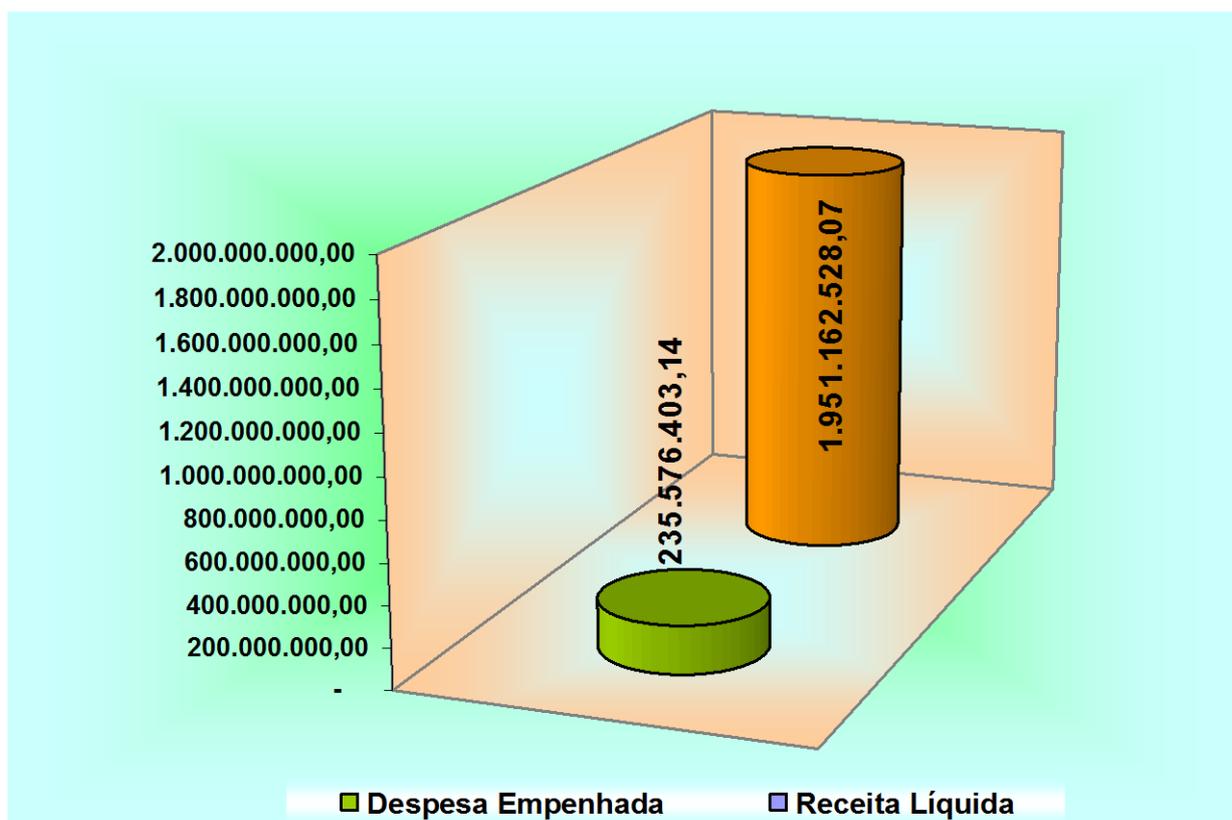
O Governo do Estado superou os percentuais mínimos estabelecidos na Constituição Federal para aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme gráficos a seguir demonstrados:

GRÁFICO 04 – LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO E CULTURA



De acordo com o gráfico acima, o gasto no valor de R\$ 488.518.791,64, correspondente a 25,04% da receita líquida, superou o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

GRÁFICO 05 – LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE



Em relação à Saúde, o gasto de R\$ 235.576.403,17, correspondente a 12,05% da receita líquida, superou o índice de 12% determinado pelo § 1º do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 19 – RESUMO FINANCEIRO DA RECEITA E DESPESAS EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.730.026.569,37	ORÇAMENTÁRIA	2.505.875.770,12
CORRENTES	2.511.650.570,18	CORRENTES	1.693.028.419,79
CAPITAL	218.375.999,19	CAPITAL	812.847.350,33
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.292.705.868,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.236.291.518,77
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	656.827.675,13	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	937.392.823,90
TOTAL	6.679.560.112,79	TOTAL	6.679.560.112,79

FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

QUADRO 20 - RESUMO DA RECEITA – DESPESAS EM VALORES PERCENTUAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	40,87%	ORÇAMENTÁRIA	37,52%
CORRENTES	37,60%	CORRENTES	25,35%
CAPITAL	3,27%	CAPITAL	12,17%
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	49,30%	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	48,45%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	9,83%	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	14,03%
TOTAL	100,00%	TOTAL	100,00%

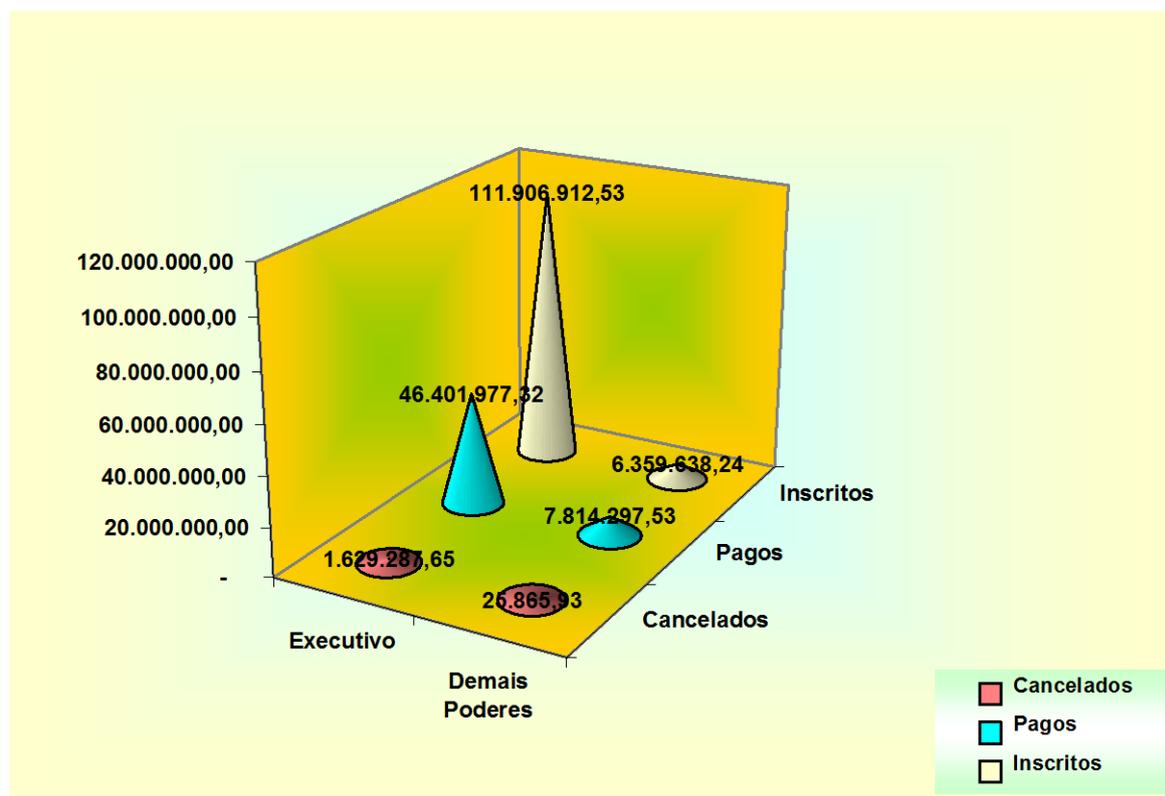
FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

O Balço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **40,87%** de receita orçamentária, **49,30%** de receita extra-orçamentária e **9,83%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O Dispêndio de recursos Orçamentários alcançou percentual de **37,52%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **48,45%**. A Despesa Orçamentária se desdobra em Despesas Correntes – **25,35%** - e Despesas de Capital – **12,17%** da despesa total.

GRÁFICO 06 - Execução de Restos a Pagar em 2005



Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.º 06, estão assim detalhados:

- R\$ 55.871** milhões representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2004, assim discriminados: no Poder Executivo – R\$ 48.031 milhões; nos demais Poderes R\$ 7.840 milhões (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, 625).
- R\$ 54.216** milhões foram pagos e o saldo restante cancelado no exercício de 2005; (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, 625).
- R\$ 118.267** milhões representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2005 (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, fls. 583 e 637).

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A Gestão Patrimonial do Estado mostra resultado significativo com a preservao dos bens, direitos e obrigaes que evidenciam a situao Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir:

2.3.1.1 – Resumo Geral do Balço Patrimonial – 2004/2005 em Relo ao Ativo e ao Passivo

QUADRO 21 - RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO	664.722.994,91	942.924.177,15	PASSIVO FINANCEIRO	92.206.277,04	140.984.546,71
DISPONÍVEL	364.174.505,66	326.493.928,63	DÍVIDA FLUTUANTE	92.206.277,04	140.984.546,71
REALIZÁVEL	300.548.489,25	616.430.248,52	PASSIVO PERMANENTE	859.851.694,64	688.106.294,59
PERMANENTE	1.057.700.132,08	1.298.396.841,16	SOMA DO PASSIVO REAL	952.057.971,68	829.090.841,30
SOMA DO ATIVO REAL	1.722.423.126,99	2.241.321.018,31	ATIVO REAL LÍQUIDO	770.365.155,31	1.412.230.177,01
ATIVO COMPENSADO	727.543.502,12	733.177.795,79	PASSIVO COMPENSADO	727.543.502,12	733.177.795,79
TOTAL	2.449.966.629,11	2.974.498.814,10	TOTAL	2.449.966.629,11	2.974.498.814,10

FONTE – Balço Geral do Estado – Volume I, fl. 184

Chama ateno o crescimento de **83,32%** no ativo real líquido (1.412.230.177,01), em relao ao apurado no exercício de 2004 (770.365.155,31). Esse crescimento é ainda mais significativo se comparado ao exercício de 2003 (460.178.390,81), elevando o percentual para **206,89%**, aspecto que teve como fator principal o rígido controle na incorporao de bens nas contas do ativo permanente e a reduo do passivo, contribuindo sobremaneira para a saúde financeira do Estado.

QUADRO 22 – RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM PERCENTUAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO (I)	38,59	42,07	PASSIVO FINANCEIRO	5,35	6,29
DISPONÍVEL	21,14	14,57	PASSIVO PERMANENTE	49,92	30,70
REALIZÁVEL	17,45	27,50	SOMA DO PASSIVO REAL (I)	55,27	63,01
ATIVO PERMANENTE (II)	61,41	57,93	ATIVO REAL LÍQUIDO (II)	44,73	36,99
TOTAL DO ATIVO REAL (I + II)	100	100	TOTAL PASSIVO (I + II)	100	100

FONTE: Balço Geral do Estado - VOLUME I, fl 184

Obs.: 1 - neste resumo não foi considerado o ativo e passivo compensado

2 – o total do ativo real é resultado da soma dos percentuais do disponível, realizável e permanente.

3 – o total do passivo é resultado da soma dos percentuais do passivo financeiro, passivo permanente e ativo real líquido.

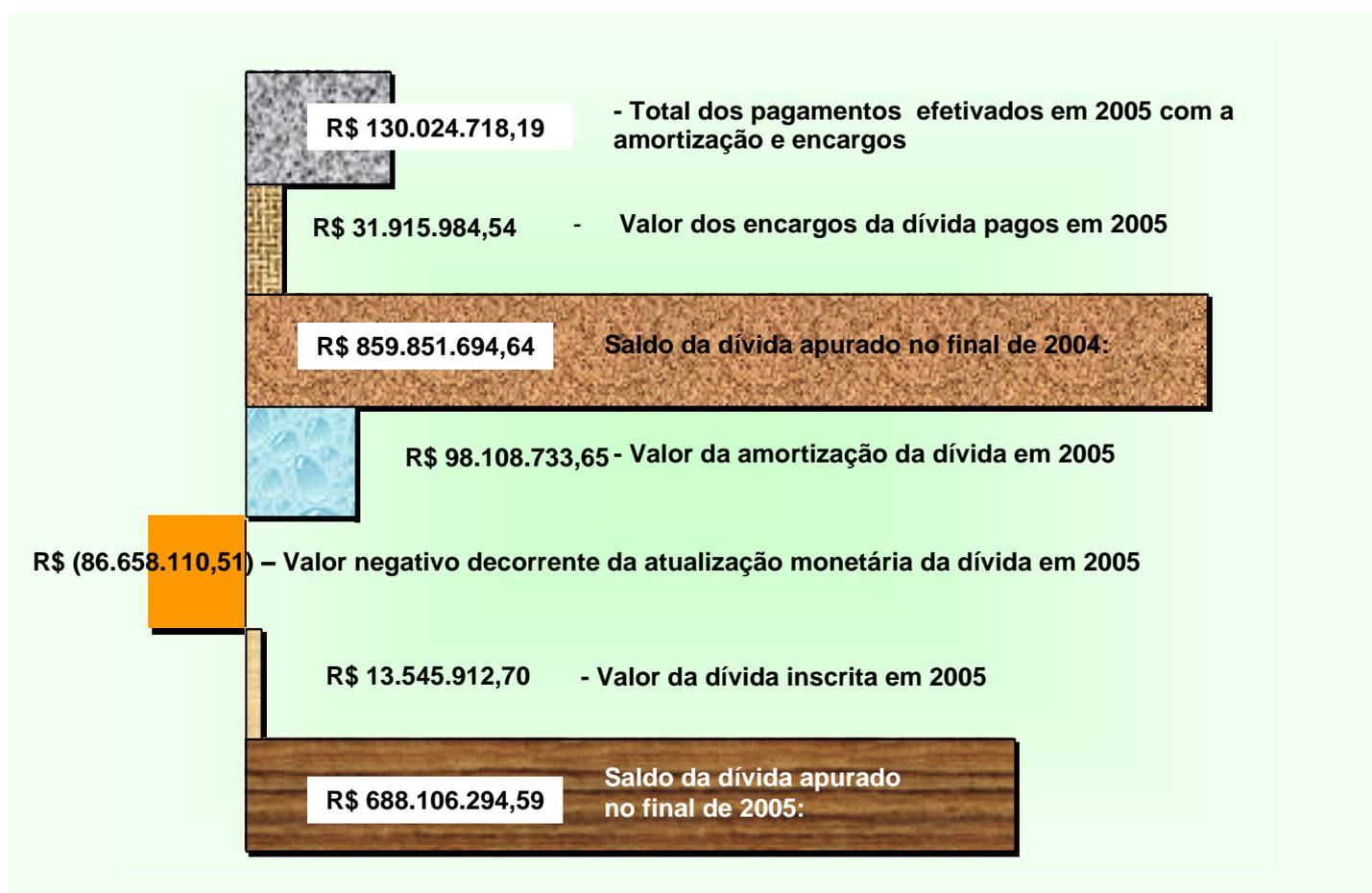
2.3.1.2 – Evoluão Patrimonial/2005 – Tomando-se por Base o Exercício de 2004

QUADRO 23 – PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO PATRIMONIAL DE 2005 EM RELAÇÃO A 2004

ATIVO	% 2005/2004	PASSIVO	% 2005/2004
ATIVO FINANCEIRO	41,85	PASSIVO FINANCEIRO	52,90
DISPONÍVEL	-10,35	PASSIVO PERMANENTE	-19,97
REALIZÁVEL	105,10	SOMA DO PASSIVO REAL	-12,92
PERMANENTE	22,76	ATIVO REAL LÍQUIDO	83,32

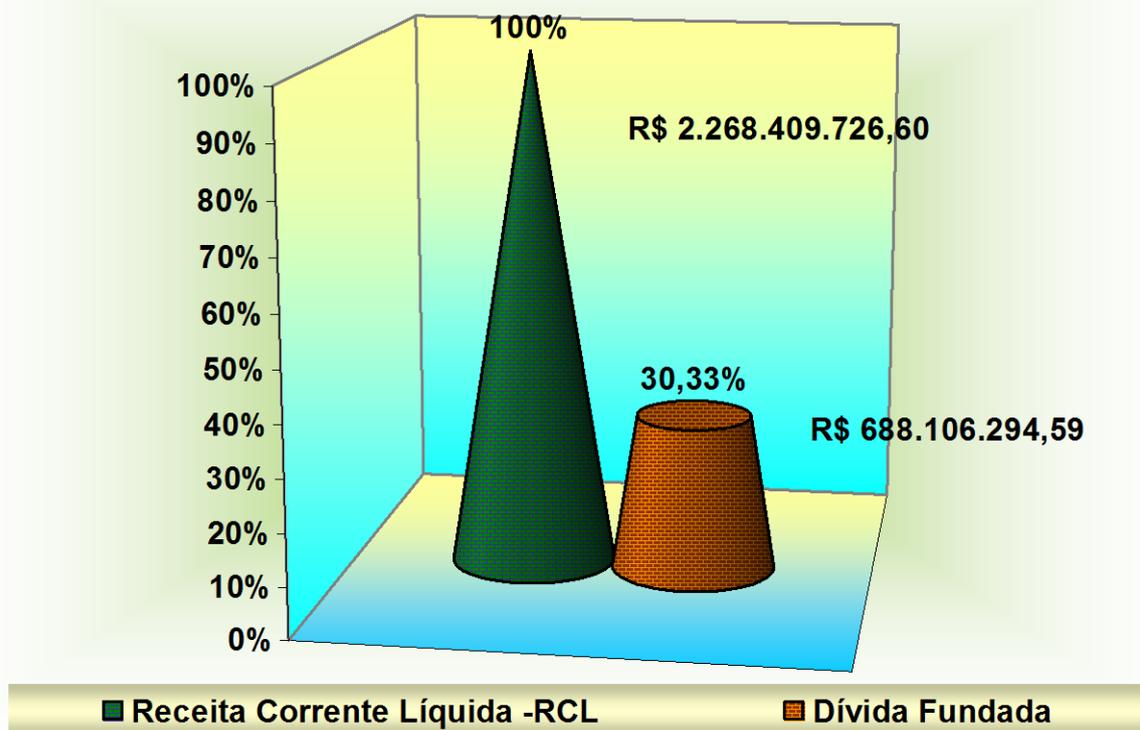
FONTE – Balço Geral do Estado – Volume I, fl. 184

GRÁFICO 07 – SITUAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA E SEUS ENCARGOS



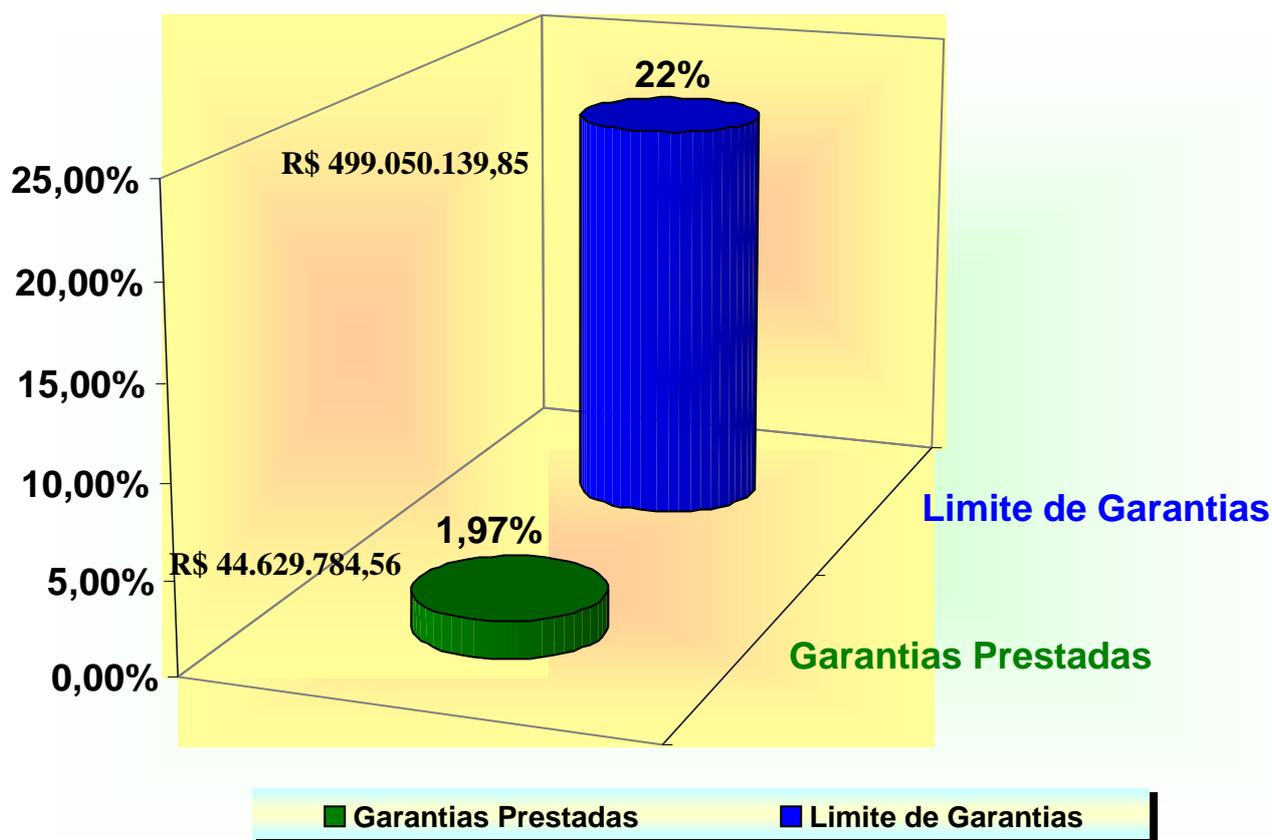
No exercício de 2005 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico 07, perfazem a quantia de **R\$ 130.024.718,19**, equivalente a **7,19%** dos gastos com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R\$ 688.106.294,59**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 08 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.º 08 demonstra situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

GRÁFICO 09 – GARANTIAS PRESTADAS PELO ESTADO



O Gráfico de n.º 09 demonstra que as garantias prestadas pelo Estado estão bem abaixo do limite estabelecido em Resolução do Senado Federal.

2.3.1.3 - Resumo do Balço Patrimonial - 2004/2005 - Administração Direta do Estado

QUADRO 24 – RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO	140.741.065,19	274.514.126,76	PASSIVO FINANCEIRO	68.146.551,46	108.849.168,87
DISPONÍVEL	121.255.808,68	247.239.484,39	DÍVIDA FLUTUANTE	68.146.551,46	108.849.168,87
REALIZÁVEL	19.485.256,51	27.274.642,37	PASSIVO PERMANENTE	837.605.961,84	666.494.407,61
PERMANENTE	883.450.305,76	1.120.825.939,42	SOMA DO PASSIVO REAL	905.752.513,30	775.343.576,48
SOMA DO ATIVO REAL	1.024.191.370,95	1.395.340.066,18	ATIVO REAL LÍQUIDO	118.438.857,65	619.996.489,70
ATIVO COMPENSADO	477.152.068,16	488.685.391,25	PASSIVO COMPENSADO	477.152.068,16	488.685.391,25
TOTAL	1.501.343.439,11	1.884.025.457,43	TOTAL	1.501.343.439,11	1.884.025.457,43

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fl 1362

O demonstrativo constante do Quadro n.º 24 evidencia em 2005, em relação ao exercício de 2004, a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas estão assim detalhadas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 17,72%;
- b) Ativo Realizável – 1,95%;
- c) Ativo Permanente – 80,33%;

II – Passivo:

- a) da Dívida Flutuante – 7,80%;
- b) Passivo Permanente – 47,77%;
- c) Ativo Real Líquido – 44,43%.

A situação líquida em 2004 era de R\$ 118.438.857,65, revelando em 2005 uma melhora significativa no resultado com crescimento de 423,47% que representa um valor de R\$ 619.996.489,70.

2.3.1.4 - Resumo do Balço Patrimonial - 2004/2005 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 25 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO	96.342.569,88	77.773.001,05	PASSIVO FINANCEIRO	3.767.927,88	1.265.494,61
DISPONÍVEL	39.515.822,93	50.017.293,97	DÍVIDA FLUTUANTE	3.767.927,88	1.265.494,61
REALIZÁVEL	56.826.746,95	27.755.707,08	PASSIVO PERMANENTE	8.380.640,80	7.779.506,04
PERMANENTE	96.520.373,09	103.937.447,96	SOMA DO PASSIVO REAL	12.148.568,68	9.045.000,65
SOMA DO ATIVO REAL	192.862.942,97	181.710.449,01	ATIVO REAL LÍQUIDO	180.714.374,29	172.665.448,36
ATIVO COMPENSADO	142.946.346,05	131.685.174,38	PASSIVO COMPENSADO	142.946.346,05	131.685.174,38
TOTAL	335.809.289,02	313.395.623,39	TOTAL	335.809.289,02	313.395.623,39

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fl.1568

O Quadro de n.º 25 evidencia a situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 27,53%, Realizável 15,27% e no Ativo Permanente – 57,20; e originada em Dívida Flutuante – 0,70%, Passivo Permanente – 4,28% e Ativo Real Líquido – 95,02%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 26,58% no Ativo disponível e de 7,68% no Ativo Permanente.

2.3.1.5 - Resumo do Balço Patrimonial - 2004/2005 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 26 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO	330.452,77	271.701,97	PASSIVO FINANCEIRO	335.726,78	758.405,68
DISPONÍVEL	328.400,02	269.649,22	DÍVIDA FLUTUANTE	335.726,78	758.405,68
REALIZÁVEL	2.052,75	2.052,75	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	7.564.434,75	7.814.436,78	SOMA DO PASSIVO REAL	335.726,78	758.405,68
SOMA DO ATIVO REAL	7.894.887,52	8.086.138,75	ATIVO REAL LÍQUIDO	7.559.160,74	7.327.733,07
ATIVO COMPENSADO	1.698.716,80	2.605.376,85	PASSIVO COMPENSADO	1.698.716,80	2.605.376,85
TOTAL	9.593.604,32	10.691.515,60	TOTAL	9.593.604,32	10.691.515,60

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fls. 1681

Este demonstrativo evidencia a situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 3,33% – Ativo Realizável – 0,03% - e Ativo Permanente – 96,64%; e originada em Dívida Flutuante – 9,38% – e Ativo Real Líquido – 90,62%.

No Ativo, houve redução de 17,89% no Disponível em relação ao ano anterior e acréscimo de 3,30% no Permanente. No Passivo, aconteceu elevação de 125,90% na Dívida Flutuante e decréscimo de 3,06% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.6 - Resumo do Balço Patrimonial - 2004/2005 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 27 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2004	2005	TÍTULO	2004	2005
ATIVO FINANCEIRO	427.308.907,07	595.203.180,44	PASSIVO FINANCEIRO	19.956.070,92	34.941.974,80
DISPONÍVEL	210.237.185,76	593.147.753,42	DÍVIDA FLUTUANTE	19.956.070,92	34.941.974,80
REALIZÁVEL	217.071.721,31	2.055.427,02	PASSIVO PERMANENTE	13.865.092,00	13.832.380,94
PERMANENTE	70.165.018,48	65.819.017,00	SOMA DO PASSIVO REAL	33.821.162,92	48.781.691,56
SOMA DO ATIVO REAL	497.473.925,55	661.022.197,44	ATIVO REAL LÍQUIDO	463.652.762,63	612.240.505,88
ATIVO COMPENSADO	105.746.371,11	110.201.853,31	PASSIVO COMPENSADO	105.746.371,11	110.201.853,31
TOTAL	603.220.296,66	771.224.050,75	TOTAL	603.220.296,66	771.224.050,75

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fls 1734

O Quadro de n.º 27 mostrou a situação Patrimonial dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 89,73%, Ativo Realizável – 0,31% – e Ativo Permanente – 9,96%; e originada em

Dívida Flutuante – 5,29%, Passivo Permanente - 2,09% e Ativo Real Líquido – 92,62%.

Em relação ao ano anterior o Disponível cresceu 182,13%. Já no Passivo os aumentos foram de 75,09% na Dívida Flutuante e acréscimo de 32,05% no Ativo Real Líquido.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.º 140/2005, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2005 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – Programação Financeira - Resumo do Cronograma de Desembolso

QUADRO 28 – RESUMO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2005
RECEITAS PREVISTAS

COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCIO 2005		%
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
ICMS	340.219	323.082	94,96	372.038	347.374	93,37	712.257	670.456	94,13
IPVA	14.072	15.334	108,97	14.404	15.606	108,34	28.476	30.940	108,65
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	31.763	24.158	76,06	38.847	32.862	84,59	70.610	57.020	80,75
TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS	386.054	362.574	93,92	425.289	395.842	93,08	811.343	758.416	93,48
Receita de Contribuições	25	-	-	-	-	-	25	-	-
Receita Patrimonial	10.426	10.320	98,98	9.734	15.988	164,25	20.160	26.308	130,50
Receita de Serviço	11	11	100,00	23	-	-	34	-	-
Transferência Constitucionais (FPE)	559.014	656.347	117,41	537.872	723.793	134,57	1.096.886	1.380.140	125,82
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	3.846	7.506	195,16	10.195	8.013	78,60	14.041	15.519	110,53
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	573.322	674.184	117,59	557.824	747.794	134,06	1.131.146	1.421.967	125,71
TOTAL RECEITAS	959.376	1.036.758	108,07	983.113	1.143.636	116,33	1.942.489	2.180.383	112,25
Dedução para o FUNDEF	(122.373)	(129.503)	105,83	(122.782)	(153.439)	124,97	(245.155)	(282.942)	115,41
Transferência do FUNDEF	837.003	907.255	108,39	860.331	990.197	115,09	1.697.334	1.897.441	111,79
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	340.219	323.082	94,96	372.038	347.374	93,37	712.257	670.456	94,13

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balço Geral do Estado – Volume I, fl. 24

QUADRO 29 – RESUMO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – EXERCÍCIO DE 2005

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2005		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	88.223	65.626	74,39	97.397	59.688	61,28	185.620	125.314	67,51
Pessoal e Encargos Sociais	316.680	300.863	95,01	369.460	463.820	125,54	686.140	764.683	111,45
Pioneiros Mirins/Bolsa Cidadã	16.777	8.073	48,12	22.595	17.261	76,39	39.372	25.334	64,35
PIS/PASEP	7.598	5.813	76,51	8.746	5.597	63,99	16.344	11.410	69,81
Quota Custeio	30.000	35.349	117,83	30.000	37.745	125,82	60.000	73.094	121,82
Transferência Municípios IPVA a	7.038	7.548	107,25	7.204	7.278	101,03	14.242	14.826	104,10
Transferência Municípios ICMS a	85.056	81.194	95,46	93.010	87.172	93,72	178.066	168.366	94,55
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	551.372	504.466	91,49	628.412	678.561	107,98	1.179.784	1.183.027	100,27
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	285.631	402.789	141,02	231.919	311.626	134,37	517.550	714.415	138,04

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Balço Geral Volume I fls. 03 e 04)



2.3.2.2 – Resumo de Disponibilidade Financeira

QUADRO 30 – RESUMO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2005

DESCRIÇÃO	GERAL DO ESTADO (1)	IGPREV (2)	(1) - (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	942.924.177,15	515.852.742,12	427.071.435,03
BANCO CONTA MOVIMENTO	211.148.855,56	32.486.621,76	178.662.233,80
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	102.637.254,01	-	102.637.254,01
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	483.366.120,36	483.366.120,36	-
OUTRAS DISPONIBILIDADES	145.771.947,22	-	145.771.947,22
			-
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	138.372.295,88	3.529.822,80	134.842.473,08
RESTOS A PAGAR	118.266.550,77	3.529.822,80	114.736.727,97
DEPÓSITOS DE OUTRAS ORIGENS	233.602,16	-	233.602,16
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	19.872.142,95	-	19.872.142,95
CONSIGNAÇÕES	271.471,98	-	271.471,98
CAUÇÃO	1.163.668,66	-	1.163.668,66
OUTROS CRDORES	227.875,24	-	227.875,24
VALORES EM TRÂNSITOS	5.183.379,60	-	5.183.379,60
TAXA DE RISCO	577.860,32	-	577.860,32
DEPÓSITOS JUDICIAIS	12.447.887,15	-	12.447.887,15
TOTAL (I - II)	804.551.881,27	512.322.919,32	292.228.961,95

FONTE – Balancete Geral do Estado – 2005

2.3.2.3 – Resumo do Balanço Financeiro - Consolidado da Administração Direta do Estado

QUADRO 31 – RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.235.633.083,92	ORÇAMENTÁRIA	1.452.289.910,99
RECEITAS CORRENTES	2.163.317.762,54		
RECEITAS DE CAPITAL	72.315.321,38		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	-	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	694.663.239,23
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.962.744.054,33	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.916.345.476,61
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.843.009.958,84	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.801.942.551,19
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	115.686.898,12	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	114.384.900,54
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	662.815,20	VARIAÇÃO CAMBIAL	18.024,88
VARIAÇÃO CAMBIAL	-		
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	3.384.382,17		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	135.988.690,39	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	271.067.201,81
BANCO CONTA MOVIMENTO	106.239.895,70	BANCO CONTA MOVIMENTO	116.398.096,22
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.853.201,25	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	61.154.335,14

AGENTES ARRECADADORES	536.267,45	AGENTES ARRECADADORES	333.430,64
RECURSOS A RECEBER	6.626.444,28	RECURSOS A RECEBER	68.792.158,85
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	14.732.881,71	RECURSOS PRÓPIOS	561.463,54
		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	23.827.717,42
TOTAL	4.334.365.828,64	TOTAL	4.334.365.828,64

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fl 1358

O Quadro de n.º 31 demonstra a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2006, no valor de R\$ 271.067.201,81.

2.3.2.4 - Resumo do Balço Financeiro – Consolidado – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 32 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	196.084.067,08	ORÇAMENTÁRIA	589.132.154,90
RECEITAS CORRENTES	59.438.771,54		
RECEITAS DE CAPITAL	136.645.295,54		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	378.031.286,93	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.086.022,51
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	729.955.566,72	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	731.127.905,02
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	728.329.474,38	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	730.707.494,84
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.624.745,24	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	420.410,18
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.347,10		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	95.019.161,47	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	77.743.999,77
BANCO CONTA MOVIMENTO	25.756.109,67	BANCO CONTA MOVIMENTO	13.302.666,72
APLICAÇÕES FINANCEIRA	13.759.713,26	APLICAÇÕES FINANCEIRA	36.714.627,25
RECURSOS A RECEBER	55.503.338,54	RECURSOS A RECEBER	25.000.000,00
		RECURSOS PRÓPIOS	2.726.705,80
TOTAL	1.399.090.082,20	TOTAL	1.399.090.082,20

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fls. 1564

O Quadro de n.º 32 demonstra a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às



receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2006, no valor de R\$ 77.743.999,77.

2.3.2.5 – Resumo do Balço Financeiro – Consolidado – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 33 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	434.117,80	ORÇAMENTÁRIA	10.007.034,51
RECEITAS CORRENTES	434.117,80		
RECEITAS DE CAPITAL	-		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.102.448,67	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.877,02
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.600.026,04	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.165.379,03
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	12.567.471,09	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	12.134.898,33
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	32.533,45	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	30.480,70
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	21,50		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	328.400,02	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	271.701,97
BANCO CONTA MOVIMENTO	328.400,02	BANCO CONTA MOVIMENTO	269.649,22
		RECURSOS PRÓPRIOS	2.052,75
TOTAL	22.464.992,53	TOTAL	22.464.992,53

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume V, fls. 1677

O Quadro de n.º 33 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2006, no valor de R\$ 271.701,97.

2.3.2.6 - Resumo do Balço Financeiro – Consolidado – Fundos

QUADRO 34 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	297.875.300,57	ORÇAMENTÁRIA	454.446.669,72
RECEITAS CORRENTES	288.459.918,30		
RECEITAS DE CAPITAL	9.415.382,27		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	308.636.403,16	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	619.453.111,08	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	603.861.814,92

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	615.299.723,77	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	599.464.619,87
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	4.153.387,31	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	4.392.526,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		OUTROS	4.669,00
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	425.491.423,25	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	593.147.753,42
BANCO CONTA MOVIMENTO	67.295.350,56	BANCO CONTA MOVIMENTO	81.178.443,40
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	142.941.835,20	APLICAÇÕES FINANCEIRA	17.476.110,68
APLICAÇÕES FINANCEIRA - LONGO PRAZO	215.254.237,49	RECURSOS A RECEBER	9.600.468,00
		RECURSOS A PRÓPRIOS	1.547.610,98
		INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	483.345.120,36
TOTAL	1.651.456.238,06	TOTAL	1.651.456.238,06

FONTE: Balanco Geral do Estado - Volume IV, fls 1730

O Quadro de n.º 34 demonstra a situação financeira dos Fundos Especiais do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2006, no valor de R\$ 593.147.753.42.

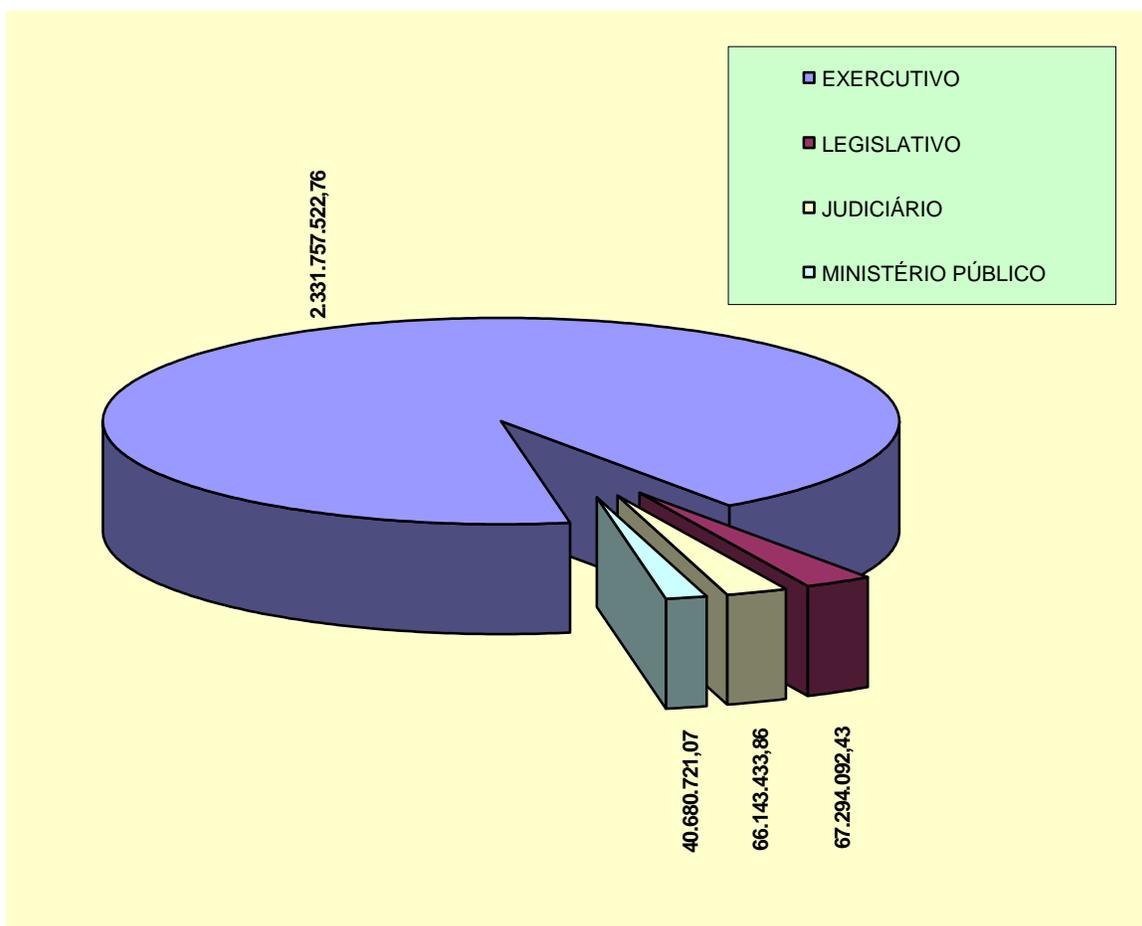
2.3.2.7 – Demonstrativo da Despesa Executada por Poder do Estado e por Órgãos Independentes

QUADRO 35 - RESUMO DA DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E ÓRGÃO INDEPENDENTE

PODER	DESPESA		
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO
EXERCUTIVO	2.828.262.177,69	2.331.757.522,76	82,44
LEGISLATIVO	68.507.751,00	67.294.092,43	98,23
JUDICIÁRIO	85.025.136,00	66.143.433,86	77,79
MINISTÉRIO PÚBLICO	42.562.027,00	40.680.721,07	95,58
TOTAL	3.024.357.091,69	2.505.875.770,12	82,86

FONTE: Balanco Geral do Estado - Volume IV

GRÁFICO 10 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER DO ESTADO E ÓRGÃO INDEPENDENTE



O gráfico nº 10 demonstra a execução da despesa por Poder. Do total executado, no valor de R\$ 2.505.875.770,12, o Poder Executivo foi o que teve a execução mais significativa, no valor de R\$ 2.331.757.522,76 o que representa 93,45%, seguido do Poder Legislativo com uma execução de R\$ 67.294.092,43 equivalente a 2,69%, Poder Judiciário com R\$ 66.143.433,86 - percentual de 1,62% e o Ministério Público com R\$ 40.680.721,07, equivalente a 1,62% do orçamento.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.º 1.124, de 1º de fevereiro de 2000, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e das unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. Unidades da Administração Direta

A Administração Direta, composta por 26 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.1.1 Gabinete do Governador

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto n.º 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, acompanhando a administração do Palácio do Governo, da Residência Oficial, da Garagem Central, do Hangar do Estado e a Ação Governo Mais Perto de Você, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Conforme regulamenta o Decreto n.º 1.488, as competências do Gabinete do Governador são:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;

II - a administração e finanças:



- a) do Palácio do Governo;
 - b) da Residência Oficial do Governador;
 - c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;
- III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim da execução das políticas de Governo;
- IV - o cerimonial público;
- V - a gerência do serviço aéreo do Estado;
- VI - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;
- VII - o acompanhamento da execução das determinações provindas do Governador do Estado;
- VIII - através da Superintendência de Informática:
- a) a proposição:
 - 1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;
 - 2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;
 - b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;
 - c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;
 - d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;
 - e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;
 - f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;
 - g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);
 - h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;
 - i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:

1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;
 2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação;
- j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada;
- k) o gerenciamento do serviço aéreo do Estado e da frota de veículos oficiais de transportes terrestres e fluviais.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Programa de Previdência Social, um Programa de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 39.911.943,00**, com execução de **98,10%**, ou seja, **R\$ 39.158.009,39**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 36 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	10.012.000,00	9.770.013,13	97,58	241.986,87
Manutenção de Serviços de Transportes	14.221.000,00	13.881.830,42	97,61	339.169,58
Manutenção de Recursos Humanos	9.750.043,00	9.730.883,29	99,80	19.159,71
Administração do Palácio Araguaia	590.300,00	579.742,78	98,21	10.557,22
Manutenção da Garagem Geral do Estado	218.300,00	207.315,85	94,96	10.984,15
Manutenção da Residência Oficial do Estado	192.300,00	188.177,11	97,85	4.122,89
Manutenção do Hangar do Estado	222.000,00	195.641,78	88,12	26.358,22
Ações de Informática	523.000,00	489.658,33	93,62	33.341,67
TOTAL	35.728.943,00	35.043.262,69	98	685.680,31

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Gabinete do Governador

QUADRO 37 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	120.000,00	64.631,34	53,85	55.368,66



TOTAL	120.000,00	64.631,34	53,85	55.368,66
--------------	-------------------	------------------	--------------	------------------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Gabinete do Governador

QUADRO 38 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 177		Modernização da Administração Pública					
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Índice de pessoas qualificadas	Porcentagem	-	-	100			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec	% Exec
2431	Ampliação e melhoria da rede digital do Estado	3.304.000,00	3.300.115,36	99	1	-	0
TOTAL		3.304.000,00	3.300.115,36	99	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Gabinete do Governador

QUADRO 39 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 062		Gestão do Conhecimento					
Objetivo:	Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do Poder Executivo Estadual.						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Percentual de servidores capacitados	Porcentagem	-	-	90			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec	% Exec
2036	Assistência técnica para a modernização da administração pública estadual	751.000,00	750.000,00	99	2	-	0
TOTAL		751.000,00	750.000,00	99	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Gabinete do Governador

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	39.911.943,00	39.158.009,39	98,10	753.933,61

3.1.2 Casa Civil

A Casa Civil foi instituída pela Lei n.º 1.079, de 20 de junho de 1999 e o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, estabeleceu a sua Estrutura Operacional com as seguintes competências:

- I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;
- II - a verificação prévia da constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
- III - o acompanhamento de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
- IV - a veiculação dos atos oficiais;
- V - o controle e a guarda dos atos do Governador do Estado.

As atribuições da Casa Civil foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos autorizados e executados estão demonstrados no quadro abaixo:

QUADRO 40 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.659.100,00	1.421.958,07	85,70	237.141,93
Manutenção de Serviços de Transportes	74.500,00	68.216,38	91,56	6.283,62
Manutenção de Recursos Humanos	1.015.874,00	995.192,65	97,96	20.681,35
Ações de Informática	102.400,00	55.248,65	53,95	47.151,35
TOTAL	2.851.874,00	2.540.615,75	89,09	311.258,25

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Casa Civil

3.1.3 Comando Geral da Polícia Militar

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

- a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;
- b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração pública, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

Como a Corporação era também responsável pelas atribuições do Corpo de Bombeiros Estadual, suas outras atividades compreenderam ainda:

- a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;
- b) a prevenção e o combate aos incêndios;
- c) a proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;
- d) o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;
- e) a perícia de incêndios;
- f) o resgate de vítimas de acidentes e sinistros;
- g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

O Comando Geral da Polícia Militar, como órgão integrante da Estrutura Básica do Poder Executivo, executou suas ações por meio dos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 115.838.521,00** e executados **R\$ 108.453.065,41**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 41 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.



AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	3.653.771,00	3.115.338,58	85,26	538.432,42
Manutenção de Serviços de Transportes	5.226.437,00	4.700.022,92	89,93	526.414,08
Manutenção de Recursos Humanos	86.883.773,00	86.783.179,28	99,88	100.593,72
Ações de Informática	155.000,00	48.707,95	31,42	106.292,05
TOTAL	95.918.981,00	94.647.248,73	98,67	1.271.732,27

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 42 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	11.452.813,00	11.403.169,30	99,57	49.643,70
TOTAL	11.452.813,00	11.403.169,30	99,57	49.643,70

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 43 - Programa Finalístico

Programa: 047		Reforma das Instituições de Segurança Pública
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.	
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do Estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem provocado um clima de insegurança à população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o Estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu do controle do poder público.	
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007	

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de homicídios dolosos		Porcentagem	0,002	2003	0		
Índice de incidência de roubos			-	2003	90		
Índice de vítimas de trânsito			0,6	2003	0		
Índice de aparelhamento da polícia (constituída por 4 taxas)			-	-	100		
Índice de assistência a policiais			-	-	100		
Taxa de expansão do efetivo policial			100	2003	105		
Índice de qualificação profissional			-	-	110		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2037	Capacitação dos Profissionais da Polícia Militar	525.787,00	436.411,78	83	12	15	125
2038	Assistência Bio-Psico-Social aos Profissionais da Polícia Militar	60.000,00	1.128,11	1,88	50	0	0
2039	Implantação da Polícia Comunitária	298.800,00	135.800,00	45,45	1372	4	0,29
2040	Ampliação do Efetivo da Polícia Militar	86.890,00	86.890,00	100	558	329	58,96
2041	Ampliação do Armamento e Munição da Polícia Militar	526.364,00	92.564,51	17,59	145.476	103	0,70
2042	Informatização da Polícia Militar	773.400,00	43.339,21	5,60	174	9	5,17
2043	Ampliação da Frota de Veículos da Polícia Militar	781.241,00	653.630,46	83,67	20	17	85
2044	Ampliação da Rede de Comunicação da Polícia Militar	556.000,00	143.156,00	25,75	175	94	53,71
2045	Ampliação da Capacidade de Proteção Individual aos Policiais Militares	691.200,00	15.930,00	2,30	627	27	4,31
1021	Construção de Quartéis	123.035,00	123.034,64	99,99	6.000	0	0
1022	Instalações de Unidades da Polícia Militar	0,00	0,00	0	1.000	0	0
1023	Reforma de Quartéis	0,00	0,00	0	2.000	0	0
2384	Realização de Marketing Institucional	675.000,00	669.958,77	99,25	12	0	0
TOTAL		5.097.717,00	2.401.843,48	47,12	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 44 - Programa Finalístico

Programa: 048		Defesa Contra Sinistros					
Objetivo:	Garantir à população no Tocantins uma proteção global frente aos desastres de qualquer natureza.						
Justificativa:	O crescimento populacional e econômico do Estado do Tocantins tem acarretado um aumento do potencial de risco, de que são exemplos a construção de grandes hidrelétricas, com a formação de grandes lagos; a verticalização das cidades; a construção da ferrovia norte-sul e de novas rodovias, com o conseqüente transportes de pessoas e produtos perigosos; o aumento da frota de veículos, com aumento considerável do índice de acidentes de trânsito, demandando maior emprego do serviço de resgate; os serviços de proteção ao turista; o incremento de ações de defesa civil e de defesa do meio ambiente.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de solicitações atendidas		Porcentagem	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2046	Realização de Salvamento Aquático	1.304.500,00	0,00	0	300	-	-
2047	Realização de Salvamento Terrestre	1.059.310,00	810,00	0,07	301	-	-
2048	Realização de Combate a Incêndio	1.005.200,00	0,00	0	40	-	-
TOTAL		3.369.010,00	810,00	0,03	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Comando Geral da Polícia Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	115.838.521,00	108.453.065,41	93,62	7.385.455,59

3.1.4 Controladoria-Geral do Estado

A Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Decreto nº 1.719/2003 e da Lei nº 1.415/2003 que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tem as seguintes competências:

I – assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo;



II – fiscalizar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas, avaliando metas, objetivos e qualidade do gerenciamento;

III – avaliar a execução dos orçamentos do Estado e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV – acompanhar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado;

V – solicitar informações gerenciais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades previstas nos orçamentos do Estado;

VI – fazer auditoria:

a) da gestão dos recursos públicos;

b) dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, administrativo e operacional;

VII – verificar a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, promovendo junto à unidade responsável pela contabilidade as providências de saneamento necessárias;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas sobre responsabilidade fiscal;

IX – acompanhar e fiscalizar o fechamento das contas mensais dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

X – realizar inspeções e avocar procedimentos em curso na Administração Pública Estadual para exame da regularidade, propondo providências saneadoras;

XI – emitir certificado de auditoria, relatório e parecer sobre:

a) a prestação de contas anual do Governador antes do encaminhamento ao Poder Legislativo;

b) as contas anuais dos gestores das unidades orçamentárias do Poder Executivo;

XII – estabelecer os procedimentos e metodologias para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XIII – acompanhar a formulação e elaboração:

a) do planejamento estratégico estadual;

- b) dos planos estaduais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;
- c) do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;

XIV – acompanhar a situação dos arrecadadores de receitas, ordenadores de despesas ou de alguém por estes e dos que administrem ou detenham bens ou valores pertencentes ou confiados à guarda da Fazenda Pública do Estado;

XV – adotar, pelos meios internos e externos previstos na legislação, as providências necessárias à apuração de responsabilidade e à punição dos infratores.

As atividades da Controladoria foram executadas por meio das 08 (oito) ações estruturadas no Programa Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, em conformidade com os objetivos e metas definidos no PPA 2004-2007. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R\$ 1.455.284,00**, sendo utilizado **73%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 45 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 070		Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual					
Objetivo:	Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual zelando pela regularidade da gestão dos administradores públicos estaduais, mediante a realização de inspeções, fiscalizações e auditorias de gestão e de acompanhamento, e exame de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadorias e pensões, bem como apoiar ao TCE no exercício de sua missão institucional.						
Justificativa:	Implantar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo em vista a necessidade do controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, utilizando como instrumentos a auditoria, a fiscalização e a inspeção. Integram o Sistema a Controladoria-Geral do Estado, como Órgão Central do Controle Interno, e os demais Órgãos e Entidades da estrutura básica do Poder Executivo Estadual, como Núcleos Setoriais de Controle Interno.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Avaliações realizadas		Percentual	100	2005	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	280.000,00	50.505,10	9,46	1	1	100



2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes	136.000,00	15.527,46	4,94	1	1	100
2004	Manutenção de Recursos Humanos	903.499,00	98.497,31	99,44	40	34	85
2003	Ações de Informática	122.000,00	21.257,79	17,42	1	1	100
1024	Implantação do Sistema Informatizado do Órgão Central de Controle Interno	500,00	0,00	0,00	1	0	0
2049	Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	750,00	0,00	0,00	38	38	100
2050	Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais	750,00	0,00	0,00	998	998	100
2051	Capacitação dos Técnicos do Controle Interno	10.000,00	8.990,00	89,90	160	160	100
TOTAL		1.453.499,00	1.294.777,66	89,08	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Controladoria-Geral do Estado

3.1.5 Secretaria de Representação do Estado

Esta Secretaria foi instituída através da Lei n.º 1, de 23 de janeiro de 1989, e sua estrutura atual foi definida através do Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, ficando as suas competências assim definidas:

a) representar institucional e politicamente o Estado e o Governo:

I - em caráter exclusivo, perante:

a) os órgãos e entidades federais e dos demais Estados, inclusive os regionais de desenvolvimento;

b) as embaixadas e organismos estrangeiros sediados no País;

II - em caráter supletivo, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, como demonstradas no quadro abaixo:

QUADRO 46 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	399.000,00	353.805,20	88,67	45.194,80
Manutenção de Serviços de Transportes	95.000,00	37.843,75	39,83	57.156,25
Manutenção de Recursos Humanos	1.552.439,00	1.461.255,49	94,12	91.183,51
Ações de Informática	66.000,00	22.064,28	33,43	43.935,72
TOTAL	2.112.439,00	1.874.968,72	88,76	237.470,28

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Representação do Estado

3.1.6 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como **Advocacia Geral do Estado** através da Lei 259/91, de 02 de fevereiro de 1991.

Através da Lei nº 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei nº 259/91 e é reestruturada a **Procuradoria Geral do Estado do Tocantins**, definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei complementar nº 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei nº 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto nº 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei complementar nº 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto nº 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto nº 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei nº 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

Por último, cita-se a Lei nº 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescentando-lhes novos valores.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhe a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-o quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a ele inerentes, como também assessoramento jurídico direto ao Chefe do Poder Executivo ao qual está diretamente subordinado, (Lei Complementar nº 20/1999, art. 1º e incisos).

As atribuições da Procuradoria Geral do Estado foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa de Previdência Social, um Finalístico e um de Serviços ao Estado onde foram apropriadas as ações do programa Apoio Administrativo. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 12.474.188,00**, com execução de **98,50%**, ou seja, **R\$ 12.291.910,67**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 47 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

ACÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	747.438,00	746.642,95	99%	795,05
TOTAL	747.438,00	746.642,95	99%	795,05

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 48 - Programa Finalístico

Programa: 119 Regularização de Terras Públicas

Objetivo: Aumentar o número de imóveis regularizados, permitindo ao pequeno e médio produtor rural maior acesso às linhas de crédito, bem como atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais.

Justificativa:

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
----------------------	-------------------	--------------	------------------	-----------------

Imóveis regularizados		Percentual			40		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2054	Ação Discriminatória de Terras Públicas	960,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		960,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 49 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 071	Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado						
Objetivo:	Valorizar a representação judicial e extrajudicial do Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhe a defesa em qualquer juízo ou instância, orientando-o quanto aos instrumentos e procedimentos judiciais adequados à solução de problemas a ele atinentes, além de promover a cobrança da dívida ativa do Estado.						
Justificativa:	Grande demanda de processos na área judicial.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa processos agilizados		Percentual			100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1027	Implantação de Regionais	0,00	0,00	0	2	0	0
2053	Pagamento Decorrentes de Precatórios	3.980.630,00	3.979.031,40	99,99	33	33	100
1025	Trabalho Pericial de Demarcação das Divisas do Estado.	1.132.500,00	1.132.472,50	99,99	480	480	100
1026	Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado	0,00	0,00	0	100	0	0
2052	Regularização, Organização e Controle do Patrimônio Imobiliário do Estado	40,00	0,00	0	30	0	0
2002	Manutenção dos Serviços de Transportes	297.500,00	279.507,88	94	-	-	-
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	656.700,00	538.195,97	82	-	-	-
2363	Manutenção dos Serviços de Informática	91.700,00	84.596,32	92	-	-	-

2004	Manutenção de Recursos Humanos	5.566.720,00	5.531.463,65	99	-	-	-
TOTAL		11.725.790,00	11.545.267,72	98,46			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Procuradoria Geral do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	12.474.188,00	12.291.910,67	98,50	182.277,33

3.1.7 Casa Militar

A Casa Militar foi reestruturada através dos Decretos n.ºs 1.697, de 27/01/2003, e 1.710, de 20/02/2003 passando por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta, desvinculando-se da CAMIL os serviços aéreos do Estado, bem como a Garagem Central do Estado, que ficaram vinculados diretamente ao Gabinete do Governador. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criadas a Secretaria-Executiva de Defesa Civil e a Coordenadoria de Comunicação Social. As demais mudanças ocorridas foram de ordem administrativa interna, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Casa Militar tem como missão institucional:

a) coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades Governamentais e seus familiares, pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, bem como pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres;

b) melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa, garantindo maiores condições para segurança da sociedade do Estado do Tocantins.

Suas atribuições foram desempenhadas por meio das ações estruturadas em um programa de Gestão de Políticas Públicas, cujos recursos autorizados tiveram execução de **70%**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 50 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 072		Gestão da Política da Segurança Especial e da Defesa Civil					
Objetivo:	Coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança dos dirigentes governamentais, e pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres.						
Justificativa:	Melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial, e recuperativa, garantindo maiores condições para sua segurança, posto que a não implementação deste programa levará à abertura de crédito extraordinário para atendimento com pouca margem de alcance dos resultados de problemas de emergência e urgência, com pouca margem de alcance de resultados satisfatórios.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Não definido		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	580.600,00	547.583,18	94,31	-	-	-
2002	Manutenção de Serviços de Transporte	480.288,00	425.834,83	88,66	-	-	-
2004	Manutenção de Recursos Humanos	695.627,00	672.211,60	96,63	-	-	-
2003	Ações de Informática	40.000,00	27.082,00	67,70	-	-	-
1029	Implantação de Brigadas Civas de Combate a Incêndios Florestais de Queimadas em Todos os Municípios do Estado	305.000,00	0,00	0	10	0	0
2055	Capacitação de Agentes de Defesa Civil	0,00	0,00	0	111	0	0
1030	Implantação das Comissões de Defesa Civil – COMDEC nos Municípios Tocantinenses	307.312,00	14.268,71	5	7	0	0
TOTAL		2.408.827,00	1.686.980,32	70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Casa Militar

3.1.8 Vice-Governadoria

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto nº 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial nº 1.825, de 21 de Dezembro de 2004, que institui a Vice-Governadoria, dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão e adota outras providencias, como pode ser visto no Anexo XXV (Pág. 86) deste processo.

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como articular-se com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais.

As atribuições da Vice-Governadoria foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 855.000,00** (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), com execução de **96%** (noventa e seis) por cento, ou seja, **R\$ 728.838,36** (setecentos e vinte oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos), como serão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 51 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	208.000,00	152.223,56	73,20	55.776,44
Manutenção de Serviços de Transporte	64.000,00	46.133,04	72,08	17.866,96
Manutenção de Recursos Humanos	558.000,00	517.426,76	92,73	40.573,24
Ações de Informática	25.000,00	13.055,00	52,22	11.945,00
TOTAL	855.000,00	728.838,36	85,24	126.161,64

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Representação do Estado

3.1.9 Secretaria de Comunicação

A Secretaria da Comunicação foi instituída pelo Decreto nº 1.124 de 01 de fevereiro de 2000, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas à divulgação institucional.

A Secretaria da Comunicação tem como missão coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos da Administração Pública direta e indireta sob o controle do Estado do Tocantins.

Para esta Secretaria foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- divulgar as atividades e políticas públicas implantadas pelo Governo nas principais áreas de interesse da sociedade;
- realizar campanhas educativas relativas aos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição;
- incentivar a sociedade através de campanhas a participar das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do Estado;
- atender as necessidades de informação dos usuários internos (administração direta e indireta) sob controle do Estado;
- gerar notícias/realising para os veículos de comunicação de fatos produzidos pelo Estado;
- proceder o arquivamento de informações escritas (notícias jornalísticas) e fotográficas;
- elaborar materiais que divulguem o Tocantins, atraindo turistas, investidores, construindo e consolidando a sua imagem no Brasil e no Mundo.

As atribuições desta Secretaria foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Previdência Social e um Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 30.938.263,00**, com execução de **R\$ 29.861.977,53**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 52 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	20.000,00	17.982,73	89,91	2.017,27
TOTAL	20.000,00	17.982,73	89,91	2.017,27

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Comunicação

QUADRO 53 - Programa Finalístico

Programa: 074 **Divulgação das Atividades Governamentais**

Objetivo: Divulgar e informar para a comunidade em geral as políticas públicas, programas e ações

desenvolvidas pelo governo, através de campanhas e peças publicitárias, utilizando-se diversos meios de comunicação, como: televisão, rádio, jornais impressos, revistas, outdoor, cartazes, folders e outros.

Justificativa: Tendo em vistas diversas áreas de atuação do Governo, é necessário desenvolver meios para tornar público as atividades desenvolvidas.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Quantidade de Informações Produzidas e Divulgadas à Comunidade em Geral		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2057	Veiculações Institucionais	9.913.775,00	9.696.264,28	97,81	6.000	96.232	1.603
2058	Produção de Materiais Institucionais	17.075.510,00	16.364.436,52	95,84	400	562	140,5
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	576.159,00	544.431,23	94,49	-	-	-
2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes	356.086,00	331.688,16	93,15	-	-	-
2004	Manutenção de Recursos Humanos	2.887.187,00	2.801.100,67	97,02	-	-	-
2003	Ações de Informática	109.546,00	106.073,94	96,83	-	-	-
TOTAL		30.918.263,00	29.843.994,80	96,52	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 Secretaria de Comunicação

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	30.938.263,00	29.861.977,53	96,52	1.076.285,47

3.1.10 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, o seguinte:

- I. a elaboração, a coordenação e o acompanhamento dos planos do Governo;
- II. a formulação, coordenação e implementação dos sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;
- III. a elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;
- IV. o acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;
- V. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de meio ambiente, de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;
- VI. a condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;
- VII. a realização do zoneamento ecológico-econômico e gestão territorial;
- VIII. as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;
- IX. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de recursos hídricos;
- X. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política e ações de turismo ecológico;
- XI. a representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;
- XII. a coordenação e acompanhamento da política estadual de ciência e tecnologia;
- XIII. o assessoramento ao Governador do Estado na tomada de decisões em assuntos da competência da Pasta.

As atribuições da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, sete Finalísticos e quatro de Gestão de Políticas Pública. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 17.300.321,00**, com execução de **R\$ 11.525.487,64**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 54 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalsticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenaço e Manutenço dos Servios Administrativos Gerais	601.560,00	483.871,61	80,43	117.688,39
Manutenço de Servios de Transporte	237.003,00	175.738,98	74,15	61.264,02
Manutenço de Recursos Humanos	3.152.703,00	3.089.697,53	98	63.005,47
Ações de Informtica	255.700,00	168.015,03	65,71	87.684,97
TOTAL	4.246.966,00	3.917.323,15	92,24	329.642,85

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 55- Programa de Previdncia Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefcios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	75.800,00	64.740,00	85,41	11.060,00
TOTAL	65.925,00	63.747,06	96,69	2.177,94

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 56 - Programa Finalstico

Programa: 078	Gestão de Política de Recursos Hídricos			
Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participao dos atores sociais no processo de gerenciamento dasguas.			
Justificativa:	A gestão dos recursos hídricos, com base nos princpios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimizaço dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os usos múltiplos. A não implementao deste programa acarretará danos a qualidade dasguas, refletindo na qualidade de vida da comunidade, bem como manutenço da quantidade dasguas, com prejuzos aos processos produtivos implantados em todo o Estado. O envolvimento da comunidade local na busca por solues e o interesse dos usuários dasguas em minimizar os conflitos de usos são fatores que contribuem para a implantao do programa.			
Prazo de Execuo:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apurao	Índice Desejado

Grau de Participação da Comunidade na Formação dos Comitês de Bacias			-			95	
Percentual de Redução da Degradação da Qualidade e Quantidade das Águas		Percentual	-	2005		100	
Número de Conflitos Relacionados aos Usos das Águas Mediados			-			100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2064	Elaboração e Implementação dos Planos de Bacias Hidrográficas	384.600,00	661,00	0,2	2	0	0
2065	Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas	1.800,00	288,00	16,0	2	1	50
2066	Regulamentação da Política Estadual de Recursos Hídricos	10.000,00	2.329,78	23,3	1	0,1	10
2067	Implantação do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	568.700,00	2.156,40	0,4	1	0	0
TOTAL		965.100,00	5.435,18	0,56	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 57 - Programa Finalístico

Programa: 079		Áreas Protegidas do Tocantins		
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas à conservação dos ecossistemas no Estado do Tocantins.			
Justificativa:	As unidades de conservação do Estado do Tocantins contribuem para preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidas. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindíveis para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Dimensão das Unidades de Conservação	Percentual	15	2003	35
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2072	Apoio à Criação, Implantação e Gestão de Unidades de Conservação.	7.653.926,00	6.604.326,96	86,3	14	3	21,4
TOTAL		7.653.926,00	6.604.326,96	86,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 58 - Programa Finalístico

Programa: 085		Tocantins Turismo Verde					
Objetivo:	Promover o ecoturismo como alternativa sustentável para a geração de emprego e renda às comunidades do entorno das unidades de conservação.						
Justificativa:	A indústria do ecoturismo no Estado do Tocantins necessita de identificação dos problemas e diretrizes que dependem do planejamento da gestão sustentada do patrimônio natural e cultural, voltado para a valorização dos recursos naturais e geração de empregos.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1037	Elaboração de Estudos, Planos, Programas e Projetos na Área de Ecoturismo.	140.300,00	0,00	0	1	0	0,0
TOTAL		140.300,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 59 - Programa Finalístico

Programa: 091		Gestão Territorial					
Objetivo:	Elaborar políticas, instrumentos, estratégias prioritárias, ações estratégicas, diretrizes e metas que propiciem um modelo de gestão de recursos naturais e de atividades sócio-econômicas capaz de oferecer suporte para um desenvolvimento econômico rápido, harmônico e sustentável.						
Justificativa:	Necessidade de monitorar indicadores para reavaliação de políticas públicas e ampliação da participação social nas ações governamentais; melhoria da divulgação e internalização dos produtos que subsidiam o programa de gestão territorial.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		

Número de Atendimentos			200	31/12/2005			
Plano Estratégico Elaborado		Unidade	-				
Quantidade de Usuários Atendidos pelo CEU-To			-	31/12/2005			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2441	Fortalecimento Institucional do CZEE	20.000,00	0,00	0	1	0	0
2443	Atualização do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento e Mantê-lo em Funcionamento	127.000,00	0,00	0	2	0	0
2444	Divulgação dos Produtos do ZEE	39.600,00	9.553,00	24,1	13	7	25
2445	Capacitação dos Recursos Humanos do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	30.000,00	0,00	0	4	0	0
2446	Confeccionar os Produtos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Bico do Papagaio	159.890,00	53.292,32	33,3	2600	360	15
2447	Operacionalização e Manutenção do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	82.400,00	0,00	0	400	0	0
2465	Elaboração do Plano de Gestão Territorial do Bico do Papagaio	700.712,00	144.777,75	20,7	37	37	100
TOTAL		1.159.602,00	207.623,07	17,90	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 60 - Programa Finalístico

Programa: 096	Desenvolvimento Regional do Sudeste – Pró Sudeste			
Objetivo:	Contribuir para a implantação de processos de desenvolvimento local sustentável, com ênfase no desenvolvimento produtivo difuso na região sudeste do Tocantins.			
Justificativa:	Baixo nível de capital humano e social, aliado às demandas por apoio na formação e fortalecimento de organizações de produtores na diversificação e agregação de valor ao produto local e nas carências identificadas para a construção de institucionalidades para a gestão participativa.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Organizações produtivas e públicas fortalecidas protegidas		Unidade	13	Out/2005	23		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1048	Fortalecimento das Institucionalidades Locais e Regionais	0,00	0,00	0	5	0	0
1049	Apoio às Atividades Produtivas Locais	9.237,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		9.237,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 61 - Programa Finalístico

Programa: 170	Programa Estadual de Educação Ambiental						
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.						
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas. Em consonância com o citado objetivo, a eficiente e eficaz implementação do programa estadual de educação ambiental é fundamentada pelo estabelecimento de parcerias entre o poder público e privado, terceiro setor e a comunidade em geral, funcionando como catalisador da revisão de valores, dessa maneira, levando os cidadãos a desenvolverem posturas pró-ativas em relação às questões ambientais.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Ações Estratégicas do Programa Estadual de Educação Ambiental Implementadas		%	-	-	-		
Conceitos e Metodologias de EA Difundidos no Ensino Fundamental							
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2137	Funcionamento da comissão estadual de educação ambiental	16.140,00	2.539,27	15,7	1	0	0
2138	Implantação e funcionamento do sistema de informação sobre educação ambiental	2.500,00	0,00	0,0	1	0	0

2139	Comunicação em educação ambiental	2.000,00	0,00	0,0	5	0	0
TOTAL		20.640,00	2.539,27	12,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 62 - Programa Finalístico

Programa: 173		Programa de Gestão Ambiental Integrada					
Objetivo:	Contribuir para a definição de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para o Estado do Tocantins, visando o uso sustentável dos recursos naturais.						
Justificativa:	A crescente demanda por recursos naturais tem exigido a definição de um conjunto de procedimentos necessários a garantir que o desenvolvimento seja implementado segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2140	Fortalecimento da Descentralização da Gestão Ambiental	669.650,00	260.421,20	38,9	4	2	50
2141	Consolidação do Processo de Capacitação com Vistas à Implementação de Políticas Públicas Desenvolvimento Sustentável	455.271,00	10.165,66	2,2	30	2	6,7
TOTAL		1.124.921,00	270.586,86	24,05	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 63 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 077		Planejamento, Orçamento e Gestão					
Objetivo:	Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão visando a melhoria na qualidade da elaboração, do gerenciamento da avaliação de programas e ações.						
Justificativa:	Devido a deficiência no desenho de programas, ações, alocação de recursos e inexistência de sistemática de gerenciamento e avaliação, faz necessário a modernização do processo de planejamento, orçamento e gestão. A não modernização acarretará o descolamento entre o planejado, executado e as demandas da sociedade, inviabilizando a gestão por resultados.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1032	Desenvolvimento de Sistemática de Avaliação de Programas e Projetos Governamentais	235.510,00	2.761,27	1,2	1	0	0
1033	Implantação de Canais de Informação e Comunicação – Transparência	47.302,00	0,00	0	6	0	0
2060	Assessoramento Técnico em Planejamento, Orçamento e Gestão	301.885,00	92.971,46	30,8	4	30	750
2061	Desenvolvimento do Modelo de Gestão Pública	172.375,00	1.086,13	0,6	1	0	0
2062	Formação de Equipe Técnica de Excelência	109.782,00	0,00	0	1	0	0
2063	Capacitação de Servidores em Planejamento, Orçamento e Gestão	80.143,00	19.414,15	24,2	252	6	2,4
TOTAL		946.997,00	116.233,01	12,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 64 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 081		Gestão da Política do Meio Ambiente					
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e prevenção do meio ambiente.						
Justificativa:	As unidades de conservação do Estado do Tocantins contribuem para a preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidas. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindíveis para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de Diminuição da Degradação Ambiental		Percentual	-	-	150		
Índice de Inserção e Controle Social					115		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2079	Planejamento do Eco Turismo Estadual	9.000,00	0,00	0	1	0	0



2080	Publicidade de Utilidade Pública	5.000,00	0,00	0	1	0	0
2082	Acompanhamento da Política Ambiental do Estado	0,00	0,00	0	1	0	0
2085	Elaboração dos Planos Diretores Urbanos em Apoio à Gestão Ambiental	580.000,00	234.665,98	40,5	7	3	42,9
TOTAL		594.000,00	234.665,98	39,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 65 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088		Desenvolvimento Regional Sustentável					
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.						
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do Estado (3714-BR), a partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e, prioritariamente, quatro regiões do Estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), Norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Eficiência na Conservação de Áreas Protegidas		Percentual	100	Jan/2003	150		
Impacto da Melhoria Gerencial na Aplicação de Recursos dor km Conservados					115		
Aumento Real da Receita Própria Municipal					120		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1040	Elaboração de Planos e Estudos para o Desenvolvimento Regional	102.000,00	51.668,00	50,7	1	2	200
1042	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	108.000,00	11.711,00	10,8	474	950	200,4



1045	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da Seplan	228.000,00	0,00	0,0	27	0	0
1046	Fortalecimento da Base Material para Pesquisa e Planejamento da Seplan	20.000,00	75,00	0,4	20	1	5,0
2108	Implantação de Unidade Técnica Regional	141.514,00	23.268,39	16,4	1	0	0
2115	Ampliação do Sistema de Proteção Ambiental e Gestão Territorial	72.000,00	0,00	0	1	0	0
2118	Avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentado – PDRS	308.060,00	188.211,34	61,1	20	34	170
2121	Plano de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Ambientais	270.504,00	0,00	0	37	0	0
2122	Modelagem do Sistema Estadual de Informações Geográficas	656,00	0,00	0	1	0	0
2434	Capacitação de Servidores na Área de Planejamento e Orçamento	117.858,00	58,50	0,04	60	0	0
TOTAL		1.368.592,00	274.992,23	20,09	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 66 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 089		Informação para o Planejamento					
Objetivo:	Disponibilizar, em tempo real, informações sócio-econômicas do Estado e seus municípios para a tomada de decisões no âmbito do poder executivo.						
Justificativa:	Esse programa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade do Estado em suas diversas dimensões e para subsidiar a tomada de decisões, bem como divulgar as potencialidades do Estado.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de Informação Disponibilizada		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2124	Acompanhamento da Evolução do Produto Interno Bruto Estadual	20.000,00	0,00	0,0	1	1	100



2125	Atualização e Revisão da Revista Tocantins em Dados	0,00	0,00	0,0	1000	0	0
2126	Elaboração e Divulgação do Perfil Sócio-Econômico Municipal e Regional	40.000,00	0,00	0,0	39	39	100
2128	Atualização do Anuário Estatístico do Estado	2,00	0,00	0,0	1	1	100
2129	Construção dos Indicadores Sócio-Econômicos	0,00	0,00	0,0	1	1	100
2129	Elaboração de Estudos sobre a Evolução da Economia do Estado	13.200,00	450,00	3,4	1	0,5	50
TOTAL		73.202,00	450,00	0,61	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	17.300.321,00	11.525.487,64	66,62	5.774.833,36

3.1.11 Secretaria do Esporte

A Secretaria de Estado do Esporte foi instituída pelo Decreto nº 1.038 de 16 de outubro de 2000, com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades em níveis estadual, nacional e internacional.

Tem como objetivo desenvolver a política estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do indivíduo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do ser humano.

Devido a carência de informações e de estrutura física esportiva em nosso Estado, faz-se necessário a atuação da SESPO como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida a toda população do Estado. Seu público-alvo é a população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) que residam nos 139 municípios que compõe o Estado do Tocantins.

Com isso, tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, mas também contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população do nosso Estado.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três finalísticos. Para

esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 9.446.125,00**, com execução de **R\$ 8.759.467,54**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 67 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	943.312,00	872.494,44	92,50	70.817,56
Manutenção de Serviços de Transporte	251.264,00	225.952,10	89,92	25.311,90
Manutenção de Recursos Humanos	2.503.951,00	2.462.642,11	98,35	41.308,89
Ações de Informática	30.000,00	19.222,47	64,07	10.777,53
TOTAL	3.728.527,00	3.580.311,00	96,02	148.215,88

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Esporte

QUADRO 68 - Programa Finalístico

Programa: 001 **Eventos Esportivos**

Objetivo: Dar condições a todas as entidades esportivas de colocar em prática os seus calendários esportivos anuais, auxiliando-os na descoberta de novos valores e apoiando financeiramente equipes amadoras e profissionais, e propiciar à Secretaria do Esporte o cumprimento do seu calendário esportivo 2005.

Justificativa: Pelas dificuldades financeiras das entidades esportivas do Estado, como: Federações, Clubes Amadores e Profissionais a fim de cumprirem os seus projetos na realização de eventos e para poder representar o Estado nas modalidades esportivas.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de expansão de eventos esportivos	Percentual	55	31/12/05	110

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
2424	Atendimento aos Clubes Profissionais e Amadores	1.241.333,00	1.241.324,64	99,99	2	2	100
2161	Distribuição de Material Esportivo do Projeto Pintando a Liberdade	341.195,00	212.900,07	62,4	1	1	100
2425	Atendimento ao Desporto Comunitário	949.254,00	946.828,83	99,74	11	10	90,9
2149	Realização do IV Seminário do Esporte	0,00	0,00	0	1	0	0



2155	Realização das Olimpíadas dos Pioneiros Mirins	155.000,00	142.775,85	98,21	8	1	12,5
2156	Promoção do Projeto Segundo Tempo	100.000,00	0,00	0	1	0	0
2157	Promoção dos Jogos Escolares Brasileiros	0,00	0,00	0	1	0	0
2154	Promoção dos Jogos da Juventude	1.000,00	0,00	0	1	-	-
2426	Divulgação das Ações do Esporte	1.100.000,00	946.567,40	86,06	50	43	86
TOTAL		3.887.782,00	3.490.396,79	89,94	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Esporte

QUADRO 69 - Programa Finalístico

Programa: 002		Esporte e Cidadania					
Objetivo:	Despertar nos jovens o interesse pelas modalidades esportivas, recreativas e culturais, revelando talentos e oportunizando o exercício da cidadania através da emissão de documentos pessoais e a doação de materiais esportivos.						
Justificativa:	Por não ter acesso às diversas modalidades esportivas, pela ausência de informações técnicas e do material esportivo adequado, a SESPO vai ao encontro da comunidade para difundir o esporte em todas as suas dimensões, além de propiciar sem custos a expedição de documentos pessoais.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de expansão de práticas esportivas		Percentual	-	-	110		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1051	Ampliação da Frota de Veículos	0,00	0,00	0	5	0	0
1052	Ampliação da Rede Informática	28.272,00	28.271,99	99,99	5	5	100
2162	Doação de Material Esportivo	88.561,00	88.235,57	99,64	50	50	100
2163	Realização de Eventos do Esporte e Cidadania	1.366.000,00	1.325.108,81	97	19	19	100
TOTAL		1.482.833,00	1.441.616,37	97,22	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Esporte

QUADRO 70 - Programa Finalístico

Programa: 003		Edificação da Rede Esportiva					
Objetivo:	Construir, reformar e ampliar a rede de infra-estrutura esportiva adequada para a prática das diversas modalidades esportivas nos municípios tocantinenses.						

Justificativa: Pela inexistência total ou precária de equipamentos esportivos e porque os já existentes não oferecem as mínimas condições na prática do esporte.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Expansão da Rede de Infra-Estrutura		Percentual	67	31/12/05	105		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2427	Reforma da Infra-Estrutura Esportiva	123.267,00	80.633,42	65,41	1	1	100
2428	Construir Infra-Estrutura Esportiva	289.716,00	219.524,49	75,77	2	2	100
1055	Construção de Estádios de Futebol	0,00	0,00	0	4	0	0
TOTAL		412.983,00	300.157,91	72,68	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Esporte

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
		9.446.125,00	8.759.467,54	92,73

3.1.12 Secretaria da Cidadania e Justiça

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.º 1.717, de 13 de março de 2003, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos.

Tem como missão a promoção e a defesa dos direitos humanos, das garantias constitucionais, da ordem jurídica, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, dos índios, das minorias, do direito do consumidor, através do PROCON, da política judiciária, da assistência jurídica e extrajudicial integral e gratuita aos necessitados, através da Defensoria Pública, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e Penitenciária do Estado.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça estão os Conselhos:

1 – Penitenciário;



- 2 – dos Direitos da Mulher;
- 3 – dos Direitos Humanos;
- 4 – dos Direitos do Consumidor;

5 – da Política Criminal e Penitenciária.

Suas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 23.925.726,00**, com execução de **66,37%**, ou seja, **R\$ 15.161.962,11**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 71 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.880.095,00	1.752.702,23	93,22	127.392,67
Manutenção de Serviços de Transportes	509.403,00	414.155,77	81,30	95.247,23
Manutenção de Recursos Humanos	9.896.973,00	9.803.587,65	99,06	93.385,35
Ações de Informática	187.315,00	149.130,75	79,61	38.184,25
TOTAL	12.473.786,00	12.119.576,40	97,16	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Cidadania e Justiça

QUADRO 72 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	235.803,00	223.589,51	94,82	12.213,49
TOTAL	235.803,00	223.589,51	94,82	12.213,49

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Cidadania e Justiça

QUADRO 73 - Programa Finalístico

Programa: 053	Atendimento Jurídico
Objetivo:	Prestar, através da Defensoria Pública, assistência jurisdicional gratuita especializada aos hipossuficientes (população carente no sentido legal do termo).
Justificativa:	
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Atendimento aos Hipossuficientes		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2164	Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores	40.400,00	38.249,44	94,67	40	-	-
1060	Implantação de Biblioteca	0,00	0,00	0	1	-	-
2165	Criação de Núcleos Especializados	0,00	0,00	0	5	-	-
2166	Instalação da Defensoria Pública Itinerante	81.213,00	1.212,00	1,49	6	-	-
2167	Construção e Aparentamento da Sede Própria da Defensoria Pública	133.209,00	130.000,00	97,59	1	-	-
2168	Realização de Concurso para Cargo Defensor Público	140.000,00	139.968,00	99,97	1	-	-
2169	Manutenção das Defensorias Públicas	2.862,00	1.431,00	50	15	-	-
TOTAL		397.684,00	310.860,44	78,16			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 74 - Programa Finalístico

Programa: 054	Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins						
Objetivo:	Prestar aos consumidores tocantinenses orientação permanente sobre seus direitos e garantias, ampliando as ações do PROCON – TO.						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Atendimento ao Consumidor		Percentual	-	-	70		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2170	Confecção de Material Educativo	3.500,00	2.799,20	79,97	1	-	-

2171	Publicação do Cadastro Anual de Reclamações Fundamentadas	0,00	0,00	0	1	-	-
2172	Criação de Biblioteca nos Núcleos do PROCON	0,00	0,00	0	3	-	-
TOTAL		3.500,00	2.799,20	79,97			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 75 - Programa Finalístico

Programa: 055		Reestruturação do Sistema Penitenciário					
Objetivo:		Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Reincidência Criminal			Percentual	-	-	10	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	Capacitação para Servidores do Sistema Prisional	30.000,00	0,00	0	100	-	-
2174	Formação Profissional dos Reeducandos	13.000,00	0,00	0	136	-	-
1061	Construção do Presídio Feminino	1.454.000,00	0,00	0	1	-	-
1063	Construções de Casas de Albergado para Egressos	610.000,00	0,00	0	2	-	-
2175	Aparelhamento da Estrutura Penitenciária	1.009.726,00	7.860,00	0,78	3	-	-
2176	Assistência Jurídica e Psicossocial ao Egresso	0,00	0,00	0	40	-	-
1062	Construção do Presídio de Segurança Máxima na Região Sudeste	2.000.000,00	0,00	0	1	-	-
2177	Alimentação dos Presos Custodiados	700.000,00	695.243,25	99,32	1.047	-	-
TOTAL		5.816.726,00	703.103,25	12,10			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 76 - Programa Finalístico

Programa: 056		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Objetivo:		Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de					



capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.

Justificativa:

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Denúncias Investigadas		Percentual	-	-	40		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2178	Implantação de Serviços de Apoio a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	0,00	0,00	0	10	-	-
2179	Promoção e Eventos sobre Direitos Humanos	15.000,00	13.775,35	91,83	1	-	-
2180	Estruturação do Grupo Executivo de Prevenção e Repressão à Tortura	0,00	0,00	0	1	-	-
2181	Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	94.382,00	44.298,26	46,93	1	-	-
1064	Balcão de Direitos	835.960,00	686.170,76	82,08	1	-	-
2421	Divulgação das Ações e Eventos Promovidos Através da SECIJU	646.200,00	448.133,14	69,35	-	-	-
TOTAL		1.591.542,00	1.192.377,51	79,92			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 77 - Programa Finalístico

Programa: 156	Manutenção e Estruturação do Sistema Penitenciário						
Objetivo:	Garantir a execução de sentenças, ressocialização e custódia da população carcerária do Estado.						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Renda Familiar per Capta		-	-	-	72		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2186	Aquisição de Mobiliário para Unidade Prisional de Araguaína	2.816.494,00	133.493,83	4,74	1	-	-
2183	Reforma, Adequação e Ampliação do Espaço Físico na CPP, Edificação de Muro e Cerca Metálica	0,00	0,00	0	1	-	-
2185	Concurso Público para Agente Prisional	0,00	0,00	0	1	-	-
2187	Construção de Muro e outras Edificações Complementares na Colônia Luz da Manhã em Gurupi, bem como ampliação da Rede Telefônica	326.000,00	324.170,47	99,44	1	-	-
2184	Implantação de Lavanderia e Aquisição de Equipamentos do Sistema Prisional em Araguaína, Palmas e Gurupi	264.191,00	151.991,00	57,53	3	-	-
TOTAL		3.406.685,00	609.655,30	17,89			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Cidadania e Justiça

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	23.925.726,00	15.161.962,11	66,37	8.763.763,89

3.1.13 Secretaria do Governo

A Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto nº 1.718, sucessora da Secretaria do Interior e Justiça, com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A missão da Secretaria do Governo pode ser resumida em “assessorar o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições políticas, articulando, promovendo e desenvolvendo ações junto às lideranças políticas e sociais, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Congresso Nacional, aos segmentos organizados e às comunidades.”

O Objetivo estratégico da Secretaria do Governo é, primeiro, adotar um modelo de gestão voltado para resultados, como: - melhorar o desempenho operacional; melhorar a imagem institucional da Secretaria perante as demais, as lideranças e o povo; tornar públicas suas atribuições; obter excelência na prestação do atendimento ao público; e, segundo, estreitar a relação do Governo com os municípios, as lideranças políticas e sociais, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Congresso Nacional, os segmentos organizados da sociedade.

Para tanto, coloca à disposição de seu público-alvo direto os seguintes serviços:

- assessoramento ao Governador na análise política da ação governamental;
- planejamento e realização de encontros para discutir as ações do Governo;
- coordenação de pesquisa de opinião pública sobre as ações do Governo;
- o apoio, acompanhamento, organização e articulação das ações políticas de todo o Estado;
- o atendimento das solicitações, reclamações e sugestões sobre o governo e seus órgãos;
- assessoria política aos municípios; relacionamento com organismos públicos e privados com vistas ao trato de assuntos políticos além do acompanhamento da tramitação de proposições e assuntos de interesse do Poder Executivo.

Também é missão da atual gestão da Secretaria de Governo fortalecer as unidades municipais com uma forte assessoria administrativa centralizada em Palmas, auxiliando estes gestores em todos os aspectos políticos, jurídicos e sociais incrementando um apoio municipalista e descentralizado com ações focadas no povo, eliminando a ingerência administrativa, minimizando custos e maximizando o compromisso social.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, de Previdência Social e um programa de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 18.588.098,00**, com execução de **93,72%**, ou seja, **R\$ 17.421.845,80**, como demonstrados nos quadros a seguir.

**QUADRO 78 - Programa Apoio Administrativo - 195**

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.186.600,00	1.052.093,00	88,66	134.507,00
Manutenção de Serviços de Transporte	236.400,00	146.646,77	62,03	89.753,23
Manutenção de Recursos Humanos	16.990.098,00	16.127.141,22	94,92	862.956,78
Ações de Informática	92.000,00	20.240,81	22	71.759,19
TOTAL	18.505.098,00	17.346.121,80	93,74	1.158.976,20

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Governo

QUADRO 79 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	83.000,00	75.724,00	91,23	7.276,00
TOTAL	83.000,00	75.724,00	91,23	7.276,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Governo

QUADRO 80 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 062 **Gestão do Conhecimento**

Objetivo: Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do Poder Executivo Estadual.

Justificativa:

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de Servidores Capacitados		Percentual	-	-	90		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2188	Capacitar Equipe Técnica de Central de Projetos	0,00	0,00	0	200	-	-

2189	Capacitar Servidores, Acessores e Municipais	Prefeitos, Municipais, Líderes	0,00	0,00	0	5.000	-	-
2190	Elaborar e Implantar	Acompanhar a Confecção à sua Implantação	0,00	0,00	0	20.000	-	-
TOTAL			0,00	0,00	0			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Governo

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	18.588.089,00	17.421.845,80	93,72	1.166.252,20

3.1.14 Secretaria da Administração

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização institucional e da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Sua finalidade é a orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, sendo seu objetivo administrar os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, controle e coordenação da situação dos bens móveis e semoventes da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Tendo como público-alvo o Poder Executivo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão institucional que será alcançada por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Recursos Humanos, Material, Patrimônio e outros sistemas administrativo-operacionais.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e um programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 9.258.771,00**, com execução de **92,06%**, ou seja, **R\$ 8.524.031,67**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 81 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO



Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	2.300.371,00	2.153.254,04	93,60	147.116,96
Manutenção de Serviços de Transporte	142.270,00	131.604,65	92,50	10.665,35
Manutenção de Recursos Humanos	5.369.026,00	5.101.096,79	95	267.929,21
Ações de Informática	774.000,00	684.736,61	88,46	89.263,39
TOTAL	8.585.667,00	8.070.692,09	94	514.974,91

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Administração

QUADRO 82 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	42.500,00	38.617,66	90,86	3.882,34
TOTAL	42.500,00	38.617,66	90,86	3.882,34

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Administração

QUADRO 83 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 177	Modernização da Administração Pública
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	Dos temas abordados nos encontros regionais, especificamente na gestão pública, foi validada a identificação do problema da deficiência gerencial e inúmeras causas, permeando a gestão na maioria dos municípios. Para a revisão das ações do PPA 2004-2007, validou-se diagnóstico construído pelos envolvidos nas diversas atividades internas e intersetoriais do órgão gestor de administração, ratificando as causas dos problemas identificados na Lei 1.544/2003. Os novos focos de causas-problema abordados requerem um conjunto de ações, de recursos e medidas urgentes, eficientes e eficazes, visando sanar os respectivos problemas. Sob a nova ótica das necessidades validadas, atrelada aos princípios modernos de administração pública e acrescidas da marcante e presente vontade política do governo estadual, desencadearam o comando para a construção de ações estruturantes na atividade-meio, exigindo, para tanto, a cobertura deste programa, garantindo o suporte efetivo à modernização da gestão e atividades finalísticas, objetivando o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A não priorização do programa proposto e suas ações estruturantes poderão desencadear consequências imprevisíveis quanto à vida útil dos sistemas que ora operamos e, em face a modernização prevista para o estado, certamente acarretará entraves e danos significativos, inclusive às ações finalísticas executadas pelos demais órgãos e unidades da administração pública estadual, dependentes diretamente da eficiência da atividade-meio para alcançarem a qualidade dos produtos oferecidos pelo Governo Estadual à sociedade.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de pessoas qualificadas		Porcentagem	13,66%	31.12.2005	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1066	Implantação do Sistema Integrado dos Processos de Gestão de Recursos Humanos	630.604,00	414.721,92	65,77	1	-	-
2191	Implantação do Sistema Estadual de Logística	0,00	0,00	-	1	-	-
2192	Capacitação Funcional dos Servidores da SECAD	0,00	0,00	-	80	41	51,25
TOTAL		630.604,00	414.721,92	65,77	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Administração

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	9.258.771,00	8.524.031,67	92,06	734.739,33

3.1.15 Secretaria da Fazenda

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores.

Constituem atividades inerentes à Secretaria da Fazenda as seguintes: formulação, coordenação e execução das funções do Sistema Tributário do Estado, compreendendo a arrecadação, tributação e fiscalização; gestão dos sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual; manutenção e controle do equilíbrio financeiro do Tesouro do Estado, das operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado, dos compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual, dos sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário - financeira do Tesouro Estadual; gestão da Conta Única do Tesouro Estadual; aquisição de bens e serviços; emissão de atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e do Estado e na Lei de Responsabilidade Fiscal; supervisão do Sistema de Loteria do Estado do Tocantins – LOTINS.

São objetivos desta Secretaria criar condições técnicas instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação fiscal para o melhor atendimento ao cidadão e controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.

Desta forma, sua missão é maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

Assim, a Secretaria da Fazenda está envidando esforços visando o melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como para melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.

Algumas estratégias estão sendo implementadas como capacitar os servidores, dotar as Delegacias, Postos Fiscais e Coletorias e a Sede de equipamentos e mobiliários necessários para o seu funcionamento, contratar consultoria para desenvolver sistemas de informações, interligar as unidades desta Secretaria, mobilizar o centro de capacitação e colocá-lo em funcionamento, construir e mobilizar Postos Fiscais e Agências de Atendimento ao Contribuinte, firmar parcerias com órgãos e entidades, com todas as ações realizadas dentro das normas vigentes.

Tudo isto para atender seu público-alvo que são o contribuinte, o funcionário público, o aluno, gestores e sociedade em geral.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 71.184.727,00**, com execução de **R\$ 64.163.465,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 84 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	15.460.950,00	13.736.805,40	88,84	1.724.144,60
Manutenção de Serviços de Transporte	3.313.000,00	2.686.479,99	81,09	626.520,01
Manutenção de Recursos Humanos	41.487.729,00	41.137.872,69	99,15	349.856,31
Ações de Informática	387.616,00	226.611,42	58,46	161.004,58



TOTAL	60.649.295,00	57.787.769,50	95,28	2.861.525,50
--------------	----------------------	----------------------	--------------	---------------------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 85 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	1.788.500,00	1.787.377,45	99,93	1.122,55
TOTAL	1.788.500,00	1.787.377,45	99,93	1.122,55

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 Secretaria da Fazenda

QUADRO 86 - Programa Finalístico

Programa: 108 Modernização da Administração Fiscal

Objetivo: Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação, e introduzir a educação tributária para melhor atendimento ao cidadão.

Justificativa:

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Receita Tributária Suspensa por Contencioso Administrativo		7		3			
Declaração em e Meio Eletrônico		100		100			
Volume de Receita Tributária Recuperada		13,46		10			
Receita Tributária Recuperada		2		10			
Participação de Declarantes na Base Cadastral		80,12		90			
Previsão e Realização de Receita Orçamentária	Porcentagem	95,15	31/12/2005	98			
Alcance das Ações de Capacitação		75		90			
Volume de Receita Tributária em Atraso		53,68		20			
Quantificação das Ações de Cobrança		97,63		95			
Receita Tributária em Execução Judicial		53,68		80			
Concentração de Arrecadação		0,0002		10			
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.



1069	Adequação do Ambiente Físico da Escola Fazendária	495.401,00	423.538,25	85,49	1	1	100
1070	Construção e Adequação do Ambiente Físico dos Postos Fiscais	1.641.586,00	441.166,83	26,87	4	3	75
1071	Implantação e Adequação do Centro de Atendimento ao Contribuinte	0,00	0,00	0	1	0	0
1072	Adequação do Ambiente Físico das Regionais da SEFAZ	1.797.169,00	594.476,95	33,08	13	13	100
1077	Implantação e Manutenção dos Sistemas Tributário e Financeiro	3.281.689,00	2.108.181,81	64,24	40	42	105
2194	Capacitação de Servidores	598.579,00	403.369,54	67,39	70	75	107
1076	Modernização da Sede da Secretaria da Fazenda	917.508,00	617.584,79	67,31	1	1	100
TOTAL		8.731.932,00	4.588.318,17	52,55	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 87 - Programa Finalístico

Programa: 110		Programa de Educação Fiscal					
Objetivo:		Implementar, promover e institucionalizar o Programa Estadual de Educação Fiscal.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Quantidade de Gestores e Servidores Públicos Qualificados		Unidade	-		80		
Quantidade de Professores e Técnicos Formados			-		80		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2195	Capacitação de Gestores e Servidores Públicos	5.000,00	0,00	0	20	0	0
2196	Formação Continuada dos Agentes Multiplicadores Estadual	5.000,00	0,00	0	40	0	0
TOTAL		10.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Fazenda



VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	71.184.727,00	64.163.465,12	90,13	7.021.261,88

3.1.16 Secretaria da Educação e Cultura

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada através da Lei nº 001 de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 1.124 de 1º de fevereiro de 2000, com a função de garantir a execução, supervisão e controle da ação de Governo relativa à Educação e Cultura, com vistas a promover a melhoria da qualidade do ensino.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

- I. o desenvolvimento das políticas de educação;
- II. o ensino e o magistério;
- III. a assistência e o apoio ao educando;
- IV. o apoio estratégico e logístico aos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura;
- V. a promoção e difusão da cultura em todas as suas manifestações;
- VI. outras atividades correlatas.

Além dessas competências essa unidade de gestão possui os seguintes objetivos:

- a. melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino;
- b. promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação;
- c. reestruturar, modernizar e consolidar a gestão;
- d. implantar programa permanente de avaliação.

Com o intuito de permitir o melhor cumprimento de seus objetivos a Secretaria estabeleceu como missão garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.



As atribuições da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e doze finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 437.738.064,00**, com execução de **R\$ 423.515.128,80**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 88 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	9.037.188,00	8.869.615,05	98	167.572,95
Manutenção de Serviços de Transporte	2.070.893,00	2.037.534,22	98	33.358,78
Manutenção de Recursos Humanos	62.808.968,00	62.808.964,96	99,99	3,04
Ações de Informática	1.467.397,00	1.426.717,86	97	40.679,14
TOTAL	75.384.446,00	75.142.832,09	99,68	241.613,91

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 89 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	25.574.934,00	25.574.883,06	99,98	50,94
TOTAL	25.574.934,00	25.574.883,06	99,98	50,94

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 90 - Programa Finalístico

Programa: 015		Padrão de Qualidade da Infra-Estrutura Física e Equipamento		
Objetivo:	Promover a construção, ampliação e reforma de escolas, laboratórios de informática, quadras de esportes, delegacias regionais de ensino e centros de formação continuada, bem como equipar a estrutura física do sistema educacional do Estado, visando proporcionar um padrão mínimo às instalações, a fim de atender os seus respectivos usuários com qualidade.			
Justificativa:	O Sistema Estadual de Ensino requer a cada exercício expansão, manutenção e aparelhamento de sua estrutura física. Desta forma, torna-se necessário a adoção de políticas voltadas a esse fim, no sentido de assegurar a absorção da demanda educacional.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Taxa das Diretorias Regionais de Ensino Atendidas com Ampliação		10		40
Taxa de Centros de Formação Continuada Construídos		0		40
Taxa de Diretorias Regionais de Ensino Atendidas com Reforma		10		40
Taxa de Unidades Escolares de Ensino Fundamental Atendidas com Reforma		25		65
Taxa de Unidades Escolares de Ensino Médio Atendida com Ampliação	Unidade	35	31/12/2005	50
Taxa de Unidades Escolares de Ensino Médio Atendidas com Reforma		20		50
Taxa de Unidades Escolares do Ensino Fundamental Atendidas com Ampliação		35		60
Taxa de Unidades Escolares do Ensino Médio Construída		45		40
Taxa de Unidades Escolas do Ensino Fundamental Atendidas com Construção		65		25

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
1080	Ampliação de Unidade Escolar - Ensino Fundamental	1.564.639,00	1.564.622,08	99,99	0	16,80	240
1081	Ampliação de Unidade Escolar - Ensino Médio	156.368,00	156.367,69	99,99	5	0	-
1086	Construção de Unidade Escolar - Ensino Fundamental	732.307,00	732.065,30	100	3	1,2	40
1087	Construção de Unidade Escolar - Ensino Médio	1.070.001,00	0,00	0	3	1,2	40
2260	Reforma e Melhoria em Unidade Escolar - Ensino Fundamental	2.621.292,00	2.226.274,14	84,9	14	25,3	180,7
2261	Reforma e Melhoria em Unidade escolar - Ensino Médio	817.893,00	204.122,60	25	1	2	200
2262	Aparelhamento de Unidade Escolar do Ensino Fundamental	737.374,00	633.742,51	85,9	1	25	2.500
2263	Aparelhamento de Unidade Escolar do Ensino Médio	3.984.812,00	2.524.878,18	63,4	210	210	100
1083	Construção da Delegacia Regional de Ensino	1,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		11.684.687,00	8.042.072,50	68,82	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 91 - Programa Finalístico

Programa: 016	Correção de Fluxo Escolar
Objetivo:	Promover atendimento à criança com distorção idade-série nas classes de aceleração e, aos adolescentes, jovens e adultos, acesso à modalidade de educação de jovens e adultos.
Justificativa:	De acordo com os dados do PES/2002 os índices de distorção idade-série dos alunos do ensino fundamental foi de 36,6% e no ensino médio de 67,9%. Estes índices revelam a inadequação do sistema de ensino e a parcela significativa de alunos que necessitam receber atendimento especializado, por isso a necessidade de implementação do programa de correção de fluxo, para garantir a inclusão do educando.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
N de Turmas de Educação de Jovens e Adultos	Turma	893		1113
Taxa de Abandono Escolar de 5ª a 8ª séries	Porcentagem	8,63		4
Taxa de Abandono Escolar de 1ª a 4ª séries	Porcentagem	5,22		4
Taxa de Abandono Escolar EJA 1º segmento	Porcentagem	29,85		25
Taxa de Abandono Escolar EJA 2º segmento	Porcentagem	22,18		18
Taxa de Aprovação Escolar de 1ª a 4ª série	Porcentagem	80,81	31/01/2005	91
Taxa de Aprovação Escolar de 5ª a 8ª série	Porcentagem	81,76		90
Taxa de Aprovação Escolar de 1ª a 4ª série	Porcentagem	25,84		16
Taxa de Distorção Idade-Série de 1ª a 4ª	Porcentagem	41,77		32
Taxa de Distorção Idade-Série de 5ª a 8ª	Porcentagem	63,04		48
Taxa de Distorção Idade-Série do Ensino Médio				

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
2264	Expansão do Programa Correção de Fluxo	1.552.314,00	704.048,95	45,4	8.000	8.360	104,5
2266	Assessoramento Pedagógico aos Professores, Coordenadores e Supervisores	420.113,00	284.568,00	67,7	455	482	105,9
2267	Realização de Exames Supletivos	167.853,00	161.862,37	96,4	1	1	100
2268	Realização de Fórum da EJA	1,00	0,00	0	1	1	100
2269	Expansão da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	1,00	0,00	0	1	1	100
2270	Expansão da educação de jovens e adultos – Ensino Fundamental	1.212.801,00	217.516,29	17,9	457	555	121,4

TOTAL	3.353.083,00	1.367.995,61	40,8	-
--------------	---------------------	---------------------	-------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 92 - Programa Finalístico

Programa: 017	Promoção da Educação Escolar Indígena
----------------------	----------------------------------------------

Objetivo: Fortalecer a educação escolar indígena.

Justificativa: Atualmente no Estado do Tocantins existe uma demanda de 3.106 alunos indígenas distribuídos na 1ª e 2ª fases do ensino fundamental. Temos um elevado índice de evasão e de distorção série/idade e através do programa objetivamos fortalecer e promover uma educação de qualidade atendendo às especificidades de cada grupo étnico.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Profissionais Qualificados	Porcentagem	40	30/09/2004	80
Taxa de Escolas Mantidas		63	30/09/2005	85

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
1090	Ampliação de Unidade Escolar Indígena	16.001,00	14.995,50	93,7	1	5	500
1091	Construção de Unidade Escolar Indígena	522.947,00	420.055,63	80,3	2	5,8	290
2271	Formação Inicial de Professores Indígenas	210.190,00	170.526,89	81,1	1	131	13.100
2272	Formação Continuada de Professores Indígenas	48.022,00	24.395,63	50,8	1	90	9.000
2273	Reforma de Unidade Escolar Indígena	193.253,00	172.633,16	89,3	1	9	900
2274	Manutenção de Recursos Humanos Indígenas - FUNDEF 60%	1.095.172,00	1.081.392,35	98,7	150	133	88,7
2275	Manutenção de Atividade da Unidade Escolar Indígena	266.992,00	131.983,44	49,4	1	76	7.600
2276	Aparelhamento de Unidade Escolar Indígena	409,00	408,00	99,8	1	17	1.700
2277	Acompanhamento e Avaliação Didático-Pedagógica dos Professores Indígenas	214.005,00	43.177,50	20,2	149	200	134,2
2278	Manutenção dos Recursos Humanos Indígenas - FUNDEF 40%	338.000,00	312.137,37	92,3	45	51	113,3
2279	Manutenção dos Recursos Humanos Indígenas - Tesouro	0,00	0,00	-	45	51	113,3

TOTAL	2.904.991,00	2.371.705,47	81,6	-
--------------	---------------------	---------------------	-------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 93 - Programa Finalístico

Programa: 018		Democratização das Tecnologias Educacionais					
Objetivo:	Melhorar a qualidade da aprendizagem através da utilização dos recursos tecnológicos educacionais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico.						
Justificativa:	Diante do quadro de escassez dos recursos tecnológicos educacionais e recursos humanos capacitados para utilização das tecnologias e diante dos avanços da sociedade e do conhecimento, implementar a utilização das tecnologias educacionais tais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico nas unidades escolares será, com certeza, um fator de inclusão educacional.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Escolas Atendidas com Bibliotecas Autorizadas		Porcentagem	57	15/08/2004	87		
Taxa de Escolas Atendidas com Laboratórios de Informática		Porcentagem	11		29		
Taxa de Escolas Atendidas com Telepostos		Porcentagem	33		63		
Taxa de Projetos Realizados		Porcentagem	6		13		
Taxa de Servidores Contemplados com o Projeto de Incentivo à Leitura		Porcentagem	12		42		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
1092	Realização do Salão do Livro no Tocantins	1,00	0,00	-	1		-
2281	Acompanhamento das Unidades Escolares quanto à Utilização das Tecnologias Educacionais	25.854,00	16.618,00	64,3	48	153	318,8
2430	Realização de Seminários em Tecnologias Educacionais	2,00	0,00	-	2	153	7.650
TOTAL		25.857,00	16.618,00	64,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 94 - Programa Finalístico

Programa: 019		ABC da Cidadania					
Objetivo:	Alfabetizar adultos com idade a partir de quinze anos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria.						
Justificativa:	Considerando o alto índice de analfabetismo no Estado, propõe-se alfabetizar 15.000 pessoas						

por ano para melhorar a qualidade de vida do povo tocaninense, promovendo perspectivas de continuidade educacional e habilidade profissional aos beneficiários.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de Analfabetismo no Estado		Porcentagem	18	12/01/2003	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2007	Atendimento Oftalmológico	1,00	0,00	-	0,00	55,00	-
2008	Capacitação de Monitor Alfabetizador	169.503,00	134.961,59	79,6	1,00	539,00	53.900
2010	Supervisão Pedagógica do Programa abc da Cidadania	2.001,00	1.956,00	97,8	1,00	55,00	5.500
TOTAL		171.505,00	136.917,59	79,8	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 95 - Programa Finalístico

Programa: 020 Modernização e Consolidação da Gestão Educacional

Objetivo: Modernizar e consolidar a gestão das políticas educacionais.

Justificativa: A Secretaria de Educação e Cultura é um agente importante na busca de soluções para a redução das desigualdades sociais. Neste contexto, ela deverá fazer uso de estratégias e métodos eficazes de gerenciamento das políticas educacionais para garantir o desenvolvimento do seu papel social na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de Instituições Avaliadas		Unidade	0	12/01/2004			
Número de Municípios Inspeccionados		Unidade	139				
Percentual de Escolas com Dependência Administrativa Estadual Avaliada		Percentual	100				
Percentual de Escolas com Dependência Administrativa Estadual Supervisionada		Percentual	100				
Percentual de UE com Dependência Adm Est Atendidas pelo PRG Gestão Comunitária		Percentual	100				
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.



2200	Capacitação de Membros das Associações Escolares	1,00	0,00	-	1		-
2201	Financiamento de Projetos Pedagógicos Docentes e Juvenis	141.000,00	13.800,00	9,8	51	23	45,1
2202	Assessoramento Técnico Pedagógico à Educação no Campo	1,00	0,00	-	1	23	2.300
2203	Descentralização de Recursos à Gestão Comunitária - Ensino Médio	9.088.760,00	9.088.689,70	100,0	225	313	139,1
2205	Realização de Fórum da Escola Comunitária	28.888,00	28.256,74	97,8	1	1	100
2206	Supervisão de Unidades Escolares	3,00	0,00	-	1	1	100
2208	Implementação do Sistema Integrado de Comunicação	311.803,00	298.083,50	95,6	1	1	100
2209	Descentralização de Recursos à Gestão Comunitária - Ensino Fundamental	72.674.741,00	72.674.334,79	100	427	490	114,8
2210	Inspeção de Unidades Educacionais	55.084,00	48.225,00	87,5	1	79	7.900
2211	Implementação da Proposta Curricular	7.500,00	7.500,00	100	477	477	100
2212	Realização do Censo Escolar	189.210,00	106.132,18	56,1	0	1	-
2213	Manutenção de Atividades do Ensino Médio	1.772.529,00	1.646.889,06	92,9	180	286	158,9
2214	Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental	2.819.725,00	2.245.301,67	79,6	0	476	-
2215	Manutenção de Sistema de Avaliação da Escola	18.001,00	0,00	-	12	476	3.966,7
2216	Manutenção de Sistema de Avaliação Institucional	1,00	0,00	-	1	476	47.600
2217	Premiação das Unidades Escolares Bem Sucedidas em Gestão Educacional	16.129,00	8.660,50	53,7	1	12	1.200
2218	Capacitação dos Manipuladores da Alimentação Escolar	1,00	0,00	-	1	12	1.200
TOTAL		87.123.377,00	86.165.873,14	98,9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 96 - Programa Finalístico

Programa: 021	Valorização dos Profissionais da Educação
Objetivo:	Profissionalizar e valorizar os profissionais da rede estadual de educação.
Justificativa:	Considerando a falta de qualificação dos profissionais da educação, professores, gestores e técnicos, faz-se necessário a implementação de um programa de formação inicial e continuada de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como para

fins de valorização profissional.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Gestores e Técnicos Qualificados	Porcentagem	5,4	15/09/2003	100
Taxa de Professores dos Programas de Correção de Fluxo Qualificados		6,5		100
Taxa de Professores do Ensino Fundamental e Médio Graduados		30		63
Taxa de Professores do Ensino Fundamental EJA Qualificados		100		100
Taxa de Professores e Técnicos da Educação Especial Qualificados		6,5		100
Taxa de Professores Ensino Médio - EJA Qualificados		100		100
Taxa de Professores do Ensino Médio Qualificados		100		100
Taxa de Profissionais da Educação Qualificadas nas Tecnologias Educacionais		62		26,6
Taxa de Professores do Ensino Fundamental Qualificados		100		41,1
Quantidade de Servidores Avaliados	Unidade	100	12/01/2004	100

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
2219	Formação Continuada dos Orientadores Educacionais	84.871,00	77.368,38	91,2	1	224	22.400
2220	Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental	2.090.877,00	1.163.077,02	55,6	4.405	4.510	102,4
2221	Capacitação de Professor, Coordenador e Supervisor Pedagógico no Programa de Correção de Fluxo	363.212,00	314.376,91	86,6	482	608	126,1
2222	Graduação de Professores do Ensino Fundamental	1,00	0,00	-	1	608	60.800
2223	Formação Continuada de Professores da 1ª A 8ª Serie - EJA	1.445.000,00	1.207.781,89	83,6	2.238	1.427	63,8
2224	Formação Continuada de Professores de Ensino Médio - EJA	87.001,00	0,00	-	157	1.427	908,9
2225	Formação Continuada de Professores e Técnicos da Educação Especial	192.403,00	125.958,38	65,5	340	1.732	509,4



2226	Formação Continuada de Profissionais da Educação nas Tecnologias Educacionais	40.114,00	15.947,90	39,8	1	713	71.300
2227	Formação Continuada de Professores do Ensino Médio em resposta a Áreas Específicas	1.145.540,00	475.545,10	41,5	932	1.851	198,6
2228	Formação Continuada de Gestores e Técnicos	177.048,00	102.089,33	57,7	1	980	98.000
2229	Graduação de Professores do Ensino Médio	1,00	0,00	-	1	980	98.000
2230	Manutenção dos Recursos Humanos - FUNDEF - 40%	33.509.415,00	33.509.413,74	100	3.250	3.142	96,7
2231	Manutenção dos Recursos Humanos - FUNDEF - 60%	120.781.470,00	120.779.711,54	100	8.900	7.502	84,3
2232	Manutenção dos Recursos Humanos - Ensino Médio	27.120.318,00	27.120.316,32	100	1.650	1.543	93,5
2233	Manutenção dos Recursos Humanos EJA	1.614.000,00	1.382.957,66	85,7	200	401	200,5
2234	Manutenção do Sistema de Avaliação de Desempenho do Servidor	13.001,00	6.542,00	50,3	11.274	1	0,008
TOTAL		188.664.272,00	186.281.086,17	98,7	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 97 - Programa Finalístico

Programa: 022 Fortalecimento e Desenvolvimento Estudantil				
Objetivo:	Reduzir até 2007 o abandono escolar em 48,03% (10,75 para 4,10%) de 1ª a 4ª série; em 50% (12,93 para 5,22%) de 5ª a 8ª série do ensino fundamental; em 32% (29,52% para 20,7%) dos alunos da EJA do 1º segmento; em 25% (24,18% para 18,13%) da EJA do 2º segmento, em 20,04% (19,01% para 15,20%) dos alunos do ensino médio, visando contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento estudantil.			
Justificativa:	A taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 1ª a 4ª série é de 7,89%; de 5ª a 8ª série é de 10,44%; no 1º segmento da EJA é de 36,51%; 2º segmento da EJA é de 23,38% e do ensino médio de 19,01%. Os dados apresentados justificam a necessidade de uma política voltada para a permanência do aluno na escola, a fim de garantir o seu sucesso.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Redução da Taxa de Abandono Escolar de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental		7,89		4			
Redução da Taxa de Abandono Escolar de 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental		10,44		4			
Taxa de Abandono Escolar do 1º Segmento da EJA	Porcentagem	36,51	15/12/2005	25			
Taxa de Abandono Escolar do 2º Segmento da EJA		23,38		18			
Taxa de Abandono Escolar do Ensino Médio		19,01		17			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2235	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	6.699.500,00	6.462.268,41	96,5	170.783	164.653	96,4
2236	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	4.144.375,00	3.260.683,88	78,7	8.904	11.147	125,2
2237	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	918.798,00	918.797,01	100,0	3.326	5.336	160,4
2238	Implementação da Rede Social de Proteção do Direito à Educação	14.743,00	6.447,50	43,7	1	251.408	25.140.800
2239	Mobilização de Lideranças e Voluntariado Estudantis	1,00	0,00	-	1	251.408	25.140.800
2240	Desenvolvimento do Desporto Estudantil	56.257,00	56.248,92	100	1	263	26.300
TOTAL		11.833.674,00	10.704.445,72	90,5	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 98 - Programa Finalístico

Programa: 023	Desenvolvimento da Educação Profissional			
Objetivo:	Qualificar os jovens e adultos e inseri-los no mercado de trabalho.			
Justificativa:	Embora o governo do Estado e da União tenha investido na implantação de uma rede de educação profissional, esta ainda é incipiente diante da grande demanda do mercado de trabalho e das potencialidades do estado do Tocantins. A não implementação do programa implicará na falta de uma mão de obra qualificada. por isso, é importante implantar e expandir a estrutura física das unidades escolares, destinadas ao oferecimento da educação profissional adequando às peculiaridades da demanda local.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Quantidade de turmas oferecidas	Unidade	2	15/08/2003	-

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1078	Ampliação de Unidade Escolar da Educação Profissional	1,00	0,00	-	1	-	-
2241	Manutenção de Recursos Humanos - Educação Profissional	489.873,00	489.872,16	100	140	47	33,6
2242	Construção de Centros de Educação Profissional	3.466.920,00	579.598,29	16,7	2	0	-
2243	Acompanhamento de Unidade Escolar da Educação Profissional	8.784,00	900,00	10,2	1	2	200
2246	Manutenção da Educação Profissional	82.000,00	0,00	-	5	2	40
TOTAL		4.047.578,00	1.070.370,45	26,4	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 99 - Programa Finalístico

Programa: 024		Atendimento à Educação Especial					
Objetivo:	Proporcionar educação com qualidade aos alunos com necessidades especiais.						
Justificativa:	A inclusão social e a elevação da qualidade de vida não é via fácil mesmo para os "ditos normais", daí a necessidade de um atendimento específico aos PNEE's para garantir sua inclusão na sociedade.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Professor da Educação Especial da 1ª Fase Habilitados		Porcentagem	30,6	09/2003	72		
Taxa de Professor da Educação Especial da 2ª Fase Habilitados			15,8		32		
Taxa de Município Atendidos com Salas de Recursos			35,3		0		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2249	Expansão do Atendimento da Educação Especial	165.076,00	41.143,68	24,9	109	53	48,6
2250	Manutenção de Equipamentos do Cap e Suas Extensões	28.524,00	129,24	0,5	3	3	100



2251	Aparelhamento das Salas de Ensino Especial	45.726,00	24,90	0,1	240	0	-
2254	Manutenção de Recursos Humanos - Educação Especial FUNDEF – 40%	0,00	0,00	-	240	0	-
2429	Manutenção dos Recursos Humanos de Educação Especial - 60%	7.701.650,00	7.686.823,88	99,8	600	509	84,8
TOTAL		7.940.976,00	7.728.121,70	97,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 100 - Programa Finalístico

Programa: 141		Pioneiros Mirins					
Objetivo:	Transferência de recursos para os alunos do programa Pioneiros Mirins a título de bolsa de estudo.						
Justificativa:	A inclusão social e a elevação da qualidade de vida não são fáceis, porém devemos estar atento quanto às necessidades básicas das famílias tocantinenses, garantindo uma renda mínima aos alunos do ensino fundamental integrantes do programa.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Evasão Escolar		Percentual	14,6	2000	80		
Taxa de Analfabetismo			18,5	1994	-		
Taxa de Famílias Atendidas pelo Programa			4	2003	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2256	Concessão de Bolsa-Estudo aos Alunos do Programa Pioneiros Mirins	19.016.653,00	18.905.048,30	99,4	42.750	42.474	99,4
TOTAL		19.016.653,00	18.905.048,30	99,4	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 101 - Programa Finalístico

Programa: 170		Implementação da Educação Ambiental Formal nas Unidades Educacionais					
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.						
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. A educação ambiental promove mudanças						

de comportamento pessoal, de atitudes e de valores nos cidadãos e tem conseqüências sociais e ambientais positivas. A não implementação deste programa favorecerá o desequilíbrio ecológico no Estado por não promover uma mudança de hábitos na comunidade com relação ao uso dos recursos naturais. Para a implementação do programa surtir o efeito esperado é necessário estabelecer parcerias entre o poder público e a comunidade, tornando estes multiplicadores de idéias e atitudes corretas com relação às questões ambientais.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2257	Implementação da Educação Ambiental no Ensino Formal	12.031,00	7.159,00	59,5	1	274	27.400
TOTAL		12.031,00	7.159,00	59,5	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Educação e Cultura

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	437.738.064,00	423.515.128,80	96,75	14.222.935,20

3.1.17 Secretaria da Segurança Pública

A Secretaria da Segurança Pública é um órgão da administração direta vinculado à unidade administrativa do Estado com a função de policiamento, defesa civil, informações e inteligência, tendo como objetivo: formular políticas de orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública; gerenciar as atividades de polícia judiciária; planejar e executar estratégias e ações de inteligência e contra-inteligência de segurança pública; supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Estado; promover o relacionamento com os órgãos da justiça e do Ministério Público; estreitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública da União e dos demais Estados.

Esta Secretaria tem como missão a garantia da segurança do cidadão e a preservação da ordem pública, tendo como público-alvo a sociedade.

Esta Pasta apresenta uma estrutura administrativa que conta com Delegacias Regionais e Cadeias Públicas nas seguintes cidades: Arapoema,

Dianópolis, Colméia, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Lageado, Arraias, Araguatins, Palmeirópolis, Miracema do Tocantins, Ananás, Formoso do Araguaia, Guaraí e Augustinópolis. Uma casa de custódia em Palmas, três casas de prisão provisória localizada nas cidades de Araguaína, Porto Nacional e Gurupi. Atualmente existem cinquenta e oito Delegacias de polícia espalhadas no interior do Estado. Na capital, Palmas, conta com Delegacias especializadas da Defesa da mulher, da Infância e Juventude, Defesa do Consumidor e a Economia Popular, Furtos e Roubos de Veículos Automotores, Defesa do Meio Ambiente, controle de Armas, Munições e Explosivos, Delegacia Fazendária, Costumes, Delegacia de Polícia Inter-Estadual, Delegacia Especializada na Repressão ao Crime Organizado e a Lavagem de Dinheiro, Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Idoso. No interior do Estado existem sete delegacias especializadas da Defesa da Mulher e sete da Infância e Juventude. No exercício de 2004, foi instituído na estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública quarenta e três núcleos de Identificação Datiloscópica, treze núcleos de Medicina Legal, treze núcleos de Perícia Criminalísticas. Foi vinculado à Coordenadoria de Polícia Metropolitana e Especializado um Núcleo Central de Policiamento Civil Metropolitano, um Núcleo Sul de Policiamento Civil Metropolitano.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 66.695.863,00**, com execução de **R\$ 57.988.385,60**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 102 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	4.961.435,00	4.844.351,16	97,64	117.083,84
Manutenção de Serviços de Transporte	2.676.341,00	2.410.328,45	90,00	266.012,55
Manutenção de Recursos Humanos	42.813.392,00	41.521.273,51	96,98	1.292.118,49
Ações de Informática	413.850,00	372.221,94	89,94	41.628,06
TOTAL	50.865.018,00	49.148.175,06	96,62	1.716.842,94

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 103 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	720.000,00	647.108,12	89,87	73.391,88
TOTAL	720.000,00	646.108,12	89,87	73.391,88

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 104 - Programa Finalístico

Programa: 051		Modernização Institucional da Segurança Pública					
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade de serviço da Segurança Pública, principalmente nos setores de atendimento ao público, perícias, investigações capacitando o profissional da segurança ao cidadão, reaparelhando e otimizando a estrutura física da Policia civil.						
Justificativa:	Melhorar o atendimento à comunidade e os serviços de segurança ao cidadão requer qualificação e valorização do profissional da segurança publica, serviços descentralizados e estrutura física adequada com sistema de informação moderno e contínuo, de maneira a ampliar a eficiência e eficácia dos serviços de segurança pública que necessitam de um aparato tecnológico e científico cada vez mais avançado, a fim de garantir melhores condições de enfrentamento do crime que a cada dia se torna mais complexo e vultoso.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Unidades Policiais Modernizadas		Percentual	214	31/12/2005	30		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2288	Capacitação de Recursos Humanos	675.454,00	55.581,70	8,22	499	41	8,22
1099	Aparelhamento do Instituto de Identificação	450.000,00	0,00	0	4	0	0
1098	Aparelhamento do Instituto Médico Legal	921.440,00	170.980,00	18,55	4	0,7	70
1095	Reaparelhamento da Policia Civil	1.546.618,00	908.061,50	58,71	845	490	57,98
2420	Divulgação das Ações de Segurança Pública	1.050.000,00	999.962,40	95,23	1	0,95	95
2286	Estruturação das Instalações da Segurança Pública.	489.928,00	411.677,34	84,02	3	2,5	83,33
1101	Construção do Instituto de Identificação	593.003,00	593.002,74	99,99	1	1	100
2289	Implantação do Sistema de Informação	3.959.668,00	2.301.030,10	58,11	17	9,86	58
1094	Construção de Delegacias de Policia	295.575,00	95.574,58	32,23	1	0,3	30



1093	Construção do Complexo de Segurança Pública	0,00	0,00	0	1	0	0
1100	Aparelhamento do Instituto de Criminalística	1.350.845,00	308.300,40	22,82	6	1,3	21,66
TOTAL		11.332.531,00	5.844.170,76	51,57	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Segurança Pública

QUADRO 105 - Programa Finalístico

Programa: 052 Policia e Comunidade no Combate ao Crime

Objetivo: Controlar a criminalidade através da atuação integrada policia e comunidade, visando combater o crime em todos os seus aspectos, priorizando os que demandam organizações criminosas.

Justificativa: O crescimento da criminalidade principalmente nas fronteiras do Estado, e o despreparo dos policiais para o enfrentamento de criminosos que utilizam equipamentos modernos e novas estratégias aumentam a incidência criminal, diminuindo a confiabilidade da comunidade em relação a ação policial, que exige atuações conjuntas que busquem a raiz da criminalidade e, de forma intensa, promovam a redução e o controle da criminalidade e da violência, melhorando a sensação de segurança à sociedade.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Criminalidade p/ 100.000 Habitantes		Percentual	493,2	25/06/2003	246		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2290	Atendimento a Vítimas de Violência Domestica e de Gênero	490.317,00	71.604,43	14,6	3.131	457	14,59
2291	Operações de Repressão Qualificada	406.714,00	49.395,75	12,14	4	0,48	12
1103	Estruturação dos Serviços de Inteligência Policial	365.488,00	112.292,10	30,72	15	4,6	30,66
2292	Identificação Civil e Criminal	100.000,00	0,00	0	295.589	0	0
2293	Implementação das Bases da Polícia Comunitária	210.000,00	0,00	0	11	0	0
TOTAL		1.572.519,00	233.292,28	15,84	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Segurança Pública

QUADRO 106 - Programa Finalístico

Programa: 055 Reestruturação do Sistema Penitenciário

Objetivo: Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à Administração.

Justificativa: Existem áreas deficientes de estabelecimentos correccionais e de estruturas de segurança que trabalham a ressocialização sem a diferenciação dos detentos provisórios dos condenados, de ambos os sexos, não cumprindo integralmente o que determina a Lei de Execução Penal; as dificuldades de locomoção e transferência, superlotação, insuficiência de aparelhagem e, conseqüentemente, dificuldades no monitoramento dos presídios e seu corpo funcional são situações presentes e que se nada for feito o processo de ressocialização estará comprometido, com riscos crescentes de fugas e reincidência criminal.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Reincidência Criminal		Percentual	-	-	10		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2296	Aparelhamento de Estabelecimentos Prisionais	5.990,00	5.990,00	100	3	0,5	16,66
2294	Alimentação aos Presos sob Custódia da Policia Civil	2.129.305,00	2.109.649,38	99,06	1.047	1.047	100
2295	Estruturação de Estabelecimentos Prisionais	30.000,00	0,00	0	2	0	0
1105	Construção de Estabelecimentos Prisionais.	40.000,00	0,00	0	300	0	0
TOTAL		2.205.295,00	2.115.639,38	95,91	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Segurança Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	66.695.863,00	57.988.385,60	86,94	8.707.477,40

3.1.18 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como objetivo assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, ao planejamento, ao gerenciamento e supervisão das políticas voltadas ao setor agropecuário, mantendo a sinergia entre as entidades vinculadas, através dos programas e projetos por elas executados, garantindo a continuidade e a interiorização das ações governamentais.

As potencialidades do Estado evidenciadas pela riqueza do solo, abundância de água e equilíbrio climático, somado à grande extensão de terras

produtivas e à clara vocação histórica do País consagrada à cultura e ao trato da terra são fatores determinantes para que hajam ações políticas ordenadas, harmônicas e sedimentadas por meio de instituições responsabilmente estruturadas, visando o gerenciamento racionalizado e auto-sustentável desses recursos naturais com aproveitamento da mão-de-obra disponível, promovendo a geração de emprego e renda, através da busca contínua da modernização do setor. A existência de uma unidade organizacional que coordene a formulação das diretrizes e das políticas para o gerenciamento das atividades produtivas e conseqüente promoção do abastecimento, em acordo concomitante às políticas de mercado interno e externo, tornou-se um marco lógico do desenvolvimento econômico-social para o Estado do Tocantins.

Desta forma, tem como missão promover o planejamento e a coordenação geral das políticas e diretrizes para o setor produtivo do Estado do Tocantins e, como visão, ser desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, provocando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo e, conseqüentemente, o crescimento auto-sustentável da economia estadual durante o quadriênio 2004-2007.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 08 finalísticos e 01 de Gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 21.903.929,00** com execução de **61,93%**, ou seja, **R\$ 13.565.029,70**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 107 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	926.210,00	846.127,11	91,35	80.082,89
Manutenção de Serviços de Transporte	465.567,00	406.302,19	87,27	59.264,81
Manutenção de Recursos Humanos	4.623.892,00	4.541.843,23	98,22	82.057,77
Ações de Informática	120.000,00	119.884,30	99,90	115,70
TOTAL	6.135.669,00	5.914.156,83	96,39	221.521,17

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 108 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.



AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	372.475,00	364.026,63	97,73	8.448,37
TOTAL	372.475,00	364.026,63	97,73	8.448,37

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 109 - Programa Finalístico

Programa: 040 Fomento à Produção Vegetal							
Objetivo:	Fomentar a produção agrícola do Estado objetivando o fortalecimento da economia das comunidades rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda.						
Justificativa:	A agricultura tocantinense apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais, por conseqüência da indevida utilização da terra, não atingem a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos, dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural. A inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concretas, visando subsidiar o setor, certamente agravará ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura. Por outro lado, desde a criação do Estado é considerável o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de Aumento da Produção Agrícola	Porcentagem	25,17	11/2005	-			
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2298	Classificação de Produtos de Origem vegetal	65.857,00	59.684,50	90,63	30.800	37.517	121,81
2300	Difusão de Tecnologias para Desenvolvimento da Produção Vegetal	228.583,00	89.693,38	39,24	15	13	86,67
2299	Gerenciamento e Monitoramento dos Projetos de Irrigação	170.039,00	79.799,91	46,93	13	9	69,23
TOTAL		464.479,00	229.177,79	49,34	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 110 - Programa Finalístico

Programa: 041		Desenvolvimento Agrário					
Objetivo:	Promover o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando os pequenos e mini produtores rurais, agricultores sem terra ou com pouca terra, através do financiamento para acesso à terra e estruturação das unidades produtivas.						
Justificativa:	Os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas ainda vivem em situação de pouco acesso à terra, crédito, capacitação, infra-estrutura, o que os deixam em situação de pouca ou sem renda, pouca oportunidade e de conseqüente baixa qualidade de vida e de pobreza no meio rural. Em razão disso, o programa de desenvolvimento agrário objetiva o enfrentamento desses problemas, contribuindo para redução deles, como também contribuir para diminuição das desigualdades sociais de gênero, geração e etnia. A não implantação do programa e execução dessas ações certamente impossibilitará o acesso ao crédito fundiário e dificultará o acesso ao crédito do PRONAF, além de limitar o conhecimento e orientações técnicas aos produtores para a implementação da produção agrícola, com aproveitamento das terras disponibilizadas. É definitivamente oportuna e positiva a implementação do programa, pois além de contribuir para sanar os problemas elencados, fortalecerá a materialização das ações que conseqüentemente consagrado as políticas do governo estadual no empenho do desenvolvimento auto-sustentável do setor produtivo, com geração de emprego e renda.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual Famílias Contempladas pelo Crédito Fundiário		Porcentagem	11,37	Dez/2005	-		
Famílias Atendidas pelo Programa		Unidade	36.652	Dez/2005	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1107	Elaboração de Planos Municipais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	2000,00	0,00	0,00	22	2	9,09
2301	Vistoria de Imóveis Rurais para o Programa Nacional de Crédito Fundiário	35.800,00	31.101,50	86,88	160	53	33,13
2302	Assentamento de Famílias Através do Crédito Fundiário	333.646,00	179.929,37	53,93	1.588	137	8,63
2303	Acompanhamento dos Projetos do Crédito Fundiário	43.956,00	38.113,11	86,71	112	38	33,93
2304	Monitoramento das Ações do PRONAF	173.135,00	27.075,32	15,64	76	39	51,32
2305	Divulgação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	0,00	0,00	0,00	1	1	100



TOTAL	588.537,00	276.219,30	46,93	-
--------------	-------------------	-------------------	--------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 111 - Programa Finalístico

Programa: 042 Fomento à Fruticultura e à Silvicultura

Objetivo: Promover o crescimento quantitativo e qualitativo da produção de frutas e espécies florestais, visando a abertura de canais internos e externos de comercialização.

Justificativa: Os produtores de frutas do Estado enfrentam inúmeros problemas causados por insuficiência de ações governamentais de apoio, tanto para a aplicação de técnicas modernas de cultivo, como na obtenção de mudas frutíferas com padrão de qualidade certificadas que garantam a competitividade dos seus produtos. Saltam aos nossos olhos outro aspecto relevante, no que tange ao escoamento da produção que é a inexistência de um ponto adequado e centralizado, onde os produtos possam ser recebidos, organizados, selecionados e comercializados, agregando, inclusive, valores compatíveis com a respectiva qualidade. A não implantação deste programa, além de contribuir para a continuidade do êxodo rural, apresenta um agravante maior, tanto ao produtor, como à sociedade, em decorrência da evasão constante de divisas para outros estados, desprestigiando o produtor e os produtos locais, desencadeando um elevado custo por conta da importação desses produtos. O Estado do Tocantins, face aos fatores climáticos, solo, luminosidade, além da situação geográfica privilegiada, apresenta um potencial expressivo na área de produção frutífera.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento da Área Plantada com Frutíferas	Porcentagem	7,72	Jul/05	-
Área Cultivada com Espécies Florestais	Hectare	Não disponível		15.000

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1108	Implantação da Central de Comercialização de Produtos Agropecuários em Palmas – CEASA	89.013,00	53.265,63	59,84	50	0	0
1109	Implantação de Projeto para Desenvolvimento Sustentável da Produção de Bananas	326.861,00	208.126,96	63,67	1	1	100
2306	Implantação de Jardim Clonal para Plantas Matrizes	230.078,00	67.308,80	29,25	1	1	100
2307	Produção de Mudas Certificadas	502.050,00	305.882,63	60,93	70.000	14.594	20,85
1110	Construção de Laboratórios de Biotecnologia	118.575,00	110.167,02	92,91	1	0	0
TOTAL		1.266.577,00	744.751,04	58,80	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



QUADRO 112 - Programa Finalístico

Programa: 043		Desenvolvimento Rural e Tecnológico					
Objetivo:	Promover o desenvolvimento do setor agropecuário com a inserção e adaptação de novas tecnologias, visando a mecanização e o aumento da rentabilidade na agricultura e na pecuária do Estado.						
Justificativa:	O Estado do Tocantins mostrou nos últimos anos ótimo crescimento na sua produção rural e com grande potencial para sua ampliação, porém este setor ainda é carente em investimentos de novas tecnologias de produção, capacitação técnica em atividades específicas, modelos de gestão organizacional viáveis e que possam dar sustentabilidade ao desenvolvimento do setor agropecuário no Estado, em consequência a agropecuária apresenta ainda tímido e desordenado crescimento, acarretando baixa produtividade, pouca diversificação de atividades e principalmente a ineficiência na qualidade do produto. O Programa de Desenvolvimento Rural e Tecnológico possibilitará melhor estruturação das atividades agropecuárias, através do uso de tecnologias adequadas à realidade do Estado, a fim de garantir a exploração adequada das riquezas naturais que o Estado oferece, garantindo desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda nas atividades agropecuárias.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Pesquisa Aplicada no Campo		Porcentagem	81,8	Dez/2005	76		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2308	Realização da Agrotins	291.468,00	283.361,50	97,22	1	1	100
1111	Construção do Centro Agrotecnológico	936.552,00	642.785,98	68,63	16	13	81,25
1112	Construção de Redes de Eletrificação Rural e Fontes Alternativas de Energia	421.426,00	347.445,42	82,45	235	360	153,19
2311	Revitalização da Agroindústria Local	955.488,00	526.745,01	55,13	16	5	31,25
2313	Ampliação do Projeto de Melhoria da Extensão Rural – FORTER/JICA	0,00	0,00	0	2	0	0,00
2314	Manutenção do Centro Agrotecnológico	306.803,00	293.698,93	95,73	100	100	100
2315	Implantação de Unidades de Observação e Validação Tecnológica	1.014.590,00	612.092,16	60,33	54	55	101,85
2316	Assistência Gerencial as Associações e Cooperativas da Agropecuária	13.936,00	13.233,10	94,96	51	74	145,10
2317	Assistência Técnica e Gerencial aos Arranjos Produtivos Locais	242.003,00	181.918,50	75,17	66	6	9,09

TOTAL	4.182.266,00	2.901.280,60	69,37	-
--------------	---------------------	---------------------	--------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 113 - Programa Finalístico

Programa: 044 **Fomento à Produção Animal**

Objetivo: Fomentar à produção animal, estimulando o uso de práticas e inovações tecnológicas, que permitam a melhoria da qualidade dos produtos, o aumento da produtividade e a sua inserção nos mercados nacional e internacional.

Justificativa: O Estado do Tocantins, apesar de suas características edafoclimáticas, favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, seja ela de grandes ou pequenos animais, tem sua produção ainda muito aquém do seu potencial, com ocorrência de baixas produtividades, pouca diversificação, pesquisa incipiente, mão-de-obra desqualificada e desorganização da produção, gerando ociosidade nas agroindústrias, fraca atividade comercial e pouco desenvolvimento do agronegócio, com conseqüente êxodo rural. Este quadro pode agravar, caso o Governo não adote medidas capazes de reverter ou minimizar estas condições. Neste sentido, o Programa vem ao encontro da vocação natural do povo tocantinense, somando esforços às instituições de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e de ensino técnico-agropecuário, fomentando o aumento da produção e produtividade, de forma organizada, fortalecendo o comércio local e contribuindo par o uso racional dos meios de produção, de acordo com os macro-objetivos de desenvolvimento do governo estadual e federal.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento Rebanho de Caprinos e ovinos	Porcentagem	3,4	DEZ/2005	100
Produtividade Leiteira do Rebanho Caprino	Litros/cabra/dia	1,5	DEZ/2005	2,0
Produtividade Apícola	Quilos/caixa/ano	15	DEZ/2005	50
Taxa de Desfrute de Bovinos	Percentual	22	-	18,5
Idade do Abate	Meses	Não disponível	Não disponível	A definir
Produtividade Leiteira Bovina e Bubalina	Litros/fêmea/dia	5,6	DEZ/2005	5,0

AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2318	Incremento à Produção do setor Lácteo Tocantinense	0,00	0,00	0	45	0	0
1113	Implantação de Bases Físicas Metodológicas de Pequenos Animais	375.360,00	171.724,50	45,75	4	2	50
2319	Promoção das Cadeias Produtivas de Grandes Animais	134.742,00	63.020,83	46,77	4	6	150

1114	Aquisição e Aparelhamento de Laboratório Móvel de Reprodução Animal	210.718,00	209.704,25	99,52	1	1	100
TOTAL		720.820,00	444.449,58	61,66	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 114 - Programa Finalístico

Programa: 045 Fomento à Aqüicultura e à Pesca

Objetivo: Fomentar o aumento da produção e produtividade do setor pesqueiro e aquícola, gerando e difundindo tecnologias, promovendo o desenvolvimento sustentável da atividade.

Justificativa: A falta de um programa de desenvolvimento ordenado para o setor pesqueiro, aliado à pesquisa incipiente, insuficiência na produção, baixa produtividade e deficiente qualificação técnica e de mão-de-obra, tem prejudicado a alavancagem da atividade agrícola, com conseqüente dificuldade de acesso ao mercado. Esta situação poderá ser agravada, caso o crescimento continue ocorrendo desordenadamente, sem geração e difusão de tecnologias apropriadas, qualificação de mão-de-obra e estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento para o setor. A implementação de um programa de fomento à produção aquícola contribuirá para o desenvolvimento sustentável do setor, cujo potencial, em virtude das condições naturais do Estado, é alto, considerando sua abundância em água de boa qualidade, vocação da população da região e ações conjuntas que vem sendo desenvolvidas por instituições públicas e privadas em prol da aqüicultura e pesca tocantinense.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Aumento do Volume de Produção de Peixes em Cativeiro	Tonelada	-	-	1.500

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2320	Manutenção do Centro de Produção e Pesquisa de Peixes Nativos – CPPPN	66.908,00	66.893,76	99,98	100	100	100
1115	Aparelhamento do Centro de Produção e Pesquisa de Peixes Nativos – CPPPN	178.169,00	40.679,48	22,83	35	23	65,71
1193	Construção do Centro de Produção e Pesquisa de Peixes Nativos CPPPN	126.284,00	77.076,10	61,03	25	15	60
2321	Difusão de Tecnologia para o Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca	61.411,00	47.748,98	77,75	5	5	100
1116	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro	203.566,00	76.196,00	37,43	1	0	0



2322	Produção de Matrizes e Reprodutores de Peixes Melhorados	42.218,00	15.696,00	37,18	200	0	0
TOTAL		678.556,00	324.290,32	47,79	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 115 - Programa Finalístico

Programa: 060 Defesa e Inspeção Sanitária Animal

Objetivo: Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.

Justificativa: A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem-estar social.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Animais Inspeccionados		17.250.327	2003	-
Produtos de Origem Animal	Unidade	544.280.905	2003	-

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
2437	Controle Sanitário de Animais de Pequeno Porte	453.000,00	0,00	0	1.689.846	0	0
2436	Controle Sanitário de Animais de Grande Porte	2.407.000,00	0,00	0	8.065.628	0	0
2438	Controle Sanitário de Animais Aquícolas	151.000,00	0,00	0	1.006	0	0
TOTAL		3.011.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 116 - Programa Finalístico

Programa: 061 Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal

Objetivo: Dar apoio ao fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção livre de pragas agrícolas; inspecionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações; inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC-CIV.

Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio ao controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios do MAPA com as instituições estaduais e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.
-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução:	PPA 2004/2007
---------------------------	---------------

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Culturas Vegetais de Interesse Econômico Inspeccionadas		Unidade	27.713	2003	-	
Inspeções Fitossanitárias Realizadas			3.064	2003	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec. % Exec.
2439	Controle Sanitário da Área Agrícola	1.215.179,00	0,00	0	3.000	0 0
TOTAL		1.215.179,00	0,00	0	-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 117 - Programa Finalístico

Programa: 157	Manejo e Conservação de Solos na Agropecuária
Objetivo:	Disseminar práticas de manejo e conservação de solos, bem como de uso sustentável de espécies florestais, recuperando a capacidade produtiva do solo, com conseqüente aumento da produtividade e preservação dos mananciais hídricos.
Justificativa:	Ao longo de sua existência, o Estado do Tocantins vem sendo alvo de desmatamentos, em função da abertura de novas áreas, principalmente para formação de pastagens, que são exploradas intensivamente, quase sempre sem reposição dos nutrientes ao solo. Esta situação vem se agravando, estando hoje aproximadamente 60% destas áreas em situação de degradação, com conseqüente perda da capacidade produtiva, o que leva a abertura de novas áreas, aumentando o índice de desmatamento, o uso desregrado dos solos, tanto em áreas de pastagens, quanto em áreas de cultivo de grãos, frutas e outras espécies, agravado pelo costume regional de promover queimadas, provocando, além da baixa produtividade, problemas como erosão, assorimento de mananciais hídricos, aumento dos custos de produção por área. Faz-se necessária a intervenção do Estado, no sentido de disseminar práticas e alternativas de manejo que reduzam o índice de queimadas, melhorem a capacidade produtiva de áreas já abertas, promovam a recuperação e conservação de áreas de florestas e matas ciliares, possibilitando a diversificação das atividades e geração de renda em áreas

anteriormente tidas como improdutivas. A não opção por um programa que busque alcançar tal objetivo, poderá contribuir para o incentivo ao uso inadequado dos recursos naturais, tornando cada vez mais próxima a existência de áreas com níveis de degradação elevados e até, em alguns casos, irreversíveis.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Produtor Atendido pelo Programa		Unidade	1.660	Dez/2005	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1117	Elaboração de Planos Regionais de Manejo e Conservação de Solo na Agropecuária	70.000,00	0,00	0	2	0	0,00
2323	Disseminação de Práticas de Conservação de Solos e Águas	140.822,00	21.314,87	15,14	2.080	1.660	79,81
2324	Implantação de Sistemas Agroflorestais	189.962,00	132.012,02	69,49	7	4,5	64,29
TOTAL		400.784,00	153.326,89	38,26	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 118 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 169	Gestão da Política Agropecuária
Objetivo:	Promover o planejamento e o gerenciamento das políticas para o setor agropecuário, buscando o aumento da produção, bem como o crescimento da produtividade regional e o desenvolvimento econômico do Estado.
Justificativa:	A insuficiência e ineficiência de políticas públicas para o setor produtivo e ausência de diretrizes que orientem o desenvolvimento auto-sustentável do Estado vem desencadeando o retardamento da mecanização no setor produtivo e conseqüente crescimento da economia regional e local. A inexistência de um programa estruturado de forma sistêmica, que garanta recursos para a implantação dessas políticas, provoca o impedimento do ingresso de investidores externos na agropecuária tocantinense. À vista do aumento significativo das demandas da sociedade em infra-estrutura, educação, saúde, segurança e assistência social, torna-se inevitável a urgente necessidade de estimular o crescimento da agropecuária, desencadeando o incremento da receita, face ao aproveitamento do excedente potencial rural, ratificado pela existência da grande extensão territorial, justificando a sua vocação pautada na agropecuária. Vislumbra-se momento oportuno para incremento do programa, considerando tanto a sintonia com o Governo Federal, na implantação de políticas no setor agropecuário, como as diretrizes do Governo Estadual, que buscam severamente o desenvolvimento auto-sustentável do Estado. A não implantação dessas políticas certamente contribuirá para a retração da economia no Estado e conseqüente aumento do exôdo rural.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2350	Atendimento aos Investidores do Projeto de Suporte ao Arrendamento de áreas Rurais – Arrenda Tocantins	37.116,00	18.158,13	48,92	500	145	29
1118	Desenvolvimento do Plano Estratégico e Integrado do Setor Produtivo	21.000,00	0,00	0	60	0	0
2360	Acompanhamento e Monitoramento das Ações do Setor Produtivo	0,00	0,00	0	40	100	250
2327	Capacitação dos Servidores da Gestão Agropecuária	167.260,00	152.426,64	91,13	110	130	118,18
2328	Divulgação das Ações do Setor Agropecuário e Potencialidades do Estado	2.356.911,00	1.778.337,30	75,45	73	77	105,48
1119	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Informações para o Setor Produtivo	145.791,00	137.826,54	94,54	60	0	0
TOTAL		2.728.078,00	2.086.748,61	76,49	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	21.903.929,00	13.565.029,70	61,93	8.338.899,30

3.1.19 Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

A Secretaria da Indústria e do Comércio foi instituída através do Decreto n.º 1.112, de 07 de Fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002.

Tem por finalidade estimular o desenvolvimento sustentável dos setores industrial, comercial e dos serviços, visando consolidar o desenvolvimento

harmônico e acelerado para melhorar as condições sócio-econômicas do Estado do Tocantins, com vistas à geração de emprego e renda.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define para essa Secretaria Estadual as seguintes competências:

I - o planejamento, a coordenação e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo e dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

II - a capacitação e a difusão tecnológicas nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

III - a formulação de políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

IV - a execução das atividades de registro do comércio;

V - a metrologia, normalização e qualidade industrial;

VI - a representação, no âmbito estadual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

VII - a promoção e a divulgação das potencialidades turísticas do Estado em níveis estadual, nacional e internacional;

VIII - o estímulo:

a) às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

b) ao aproveitamento sustentado dos recursos turísticos dos municípios.

As atribuições da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e 04 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 9.997.658,00** com execução de **69,10%**, ou seja, **R\$ 6.908.826,42**, como demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 119 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	505.395,00	211.303,00	41,81	294.092,00
Manutenção de Serviços de Transportes	228.755,00	155.171,05	76,82	73.489,85

Manutenção de Recursos Humanos	1.982.710,00	1.699.664,21	85,72	283.045,79
Ações de Informática	113.450,00	101.758,50	30,32	11.691,50
TOTAL	2.830.310,00	2.167.896,76	76,59	662.319,14

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 120 - Programa Finalístico

Programa: 121	Programa de Desenvolvimento Industrial
----------------------	-----------------------------------------------

Objetivo: Alavancar as Atividades Industriais no Estado do Tocantins.

Justificativa: A atividade industrial no Tocantins começa a apresentar índices de crescimento graças às políticas adotadas pelo governo do Estado, contudo apenas 10% das empresas Tocantinenses se encontram no setor industrial, sendo a maioria, 99%, de micro e pequeno porte. Os níveis de industrialização apresentados ainda estão aquém da necessidade da população que demandam por vários produtos processados e devido à baixa atividade do setor industrial não são produzidos no Estado. O Tocantins possui hoje um cenário com condições extremamente favoráveis à consolidação de uma política pública desenvolvimentista, que pode priorizar o desenvolvimento das atividades industriais, que se encontram de forma incipiente, desde a agroindústria, a indústria de base, como também a indústria de alta tecnologia. Deve-se aproveitar todo o potencial existente em termos de infraestrutura e, sobretudo, humano, devido a diversidade de formação, cultura e origem, para constituir uma nova civilização de maior bem-estar e com superior poder econômico. Porém, não se pode perder de vista os rumos da economia nacional e internacional, cujo contexto demonstra a necessidade de apoio a atividades voltadas para o desenvolvimento de altas tecnologias ou tecnologias de ponta, nas mais diferentes áreas. Deve-se então definir uma política industrial com base em uma visão estratégica e um enfoque abrangente, promovendo a coordenação das ações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, dando base para o desenvolvimento do setor e suporte aos mecanismos institucionais de coordenação e promoção.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Crescimento da Arrecadação de ICMS da Indústria		Percentual	29,05	31/12/05	140		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1120	Revitalização dos Distritos Industriais	0,00	0,00	0	2	0	0
1121	Implantação de Incubadoras de Empresas	104.300,00	102.325,16	98,10	3	2	66,66
1122	Implantação do Núcleo de Design	0,00	0,00	0	1	0	0
1126	Implantação do Pólo de Informática do Tocantins	4.000,00	1.163,80	29,09	1	0	0



1129	Implantação de Pólos Agroindustriais	7.000,00	0,00	0	2	0	0
2390	Implantação do Selo de Qualidade do Produto Local	8.376,00	8.375,65	99,99	2	0	0
1130	Capacitação de Empreendedores e Trabalhadores	125.000,00	120.000,00	96	220	66	30
2389	Fomento a Indústria de Couro	7.000,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		255.676,00	231.864,61	90,68	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 121 - Programa Finalístico

Programa: 123		Programa de Melhoria da Competitividade do Comércio					
Objetivo:		Melhorar os Índices de Competitividade do Comércio Tocantinense.					
Justificativa:		<p>Algumas das inúmeras vantagens da implantação de atividades que aumentem a capacidade de competição do setor de comercio no mercado nacional e internacional beneficiam todos os segmentos da economia, visam a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais entre as diversas regiões, além de fortalecer o capital regional e, principalmente, gerar empregos, ocupação e renda, melhorias no balanço de pagamentos (aumento de exportações, competição com as importações e competição com serviços internacionais) e desenvolvimento tecnológico e regional, servindo como instrumento primordial para se promover e alavancagem das atividades produtivas do Estados em um cenário macroeconômico. Além de analisar os problemas e as soluções para cada cadeia produtiva, as competitividades vão permitir a disseminação de conhecimentos entre todos os setores envolvidos. Essa visão geral do setor produtivo será fundamental para todos os envolvidos: empresários, trabalhadores e governo do Estado. Para acontecer a competitividade nacional e internacional tem que haver uma boa aceitação dos produtos no Estado, País e exterior, que sejam potenciais consumidores, e isso dependerá de um rigoroso esquema de fiscalização que permita que os produtos cultivados e processados no Estado possuam qualidade equiparável aos concorrentes das respectivas regiões. Com este intuito o governo estadual procura desenvolver vários programas e pesquisas que visam o aprimoramento e a melhoria de qualidade de todos os produtos que venham ser gerados no Estado.</p>					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Crescimento da Arrecadação de ICMS da Indústria		Percentual	-	-	140		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1132	Implantação do Centro de Distribuição e Armazenagem	5.000,00	0,00	0	1	0	0
2330	Apoio à Micro, Pequena e Média Empresas Exportadoras	7.000,00	2.205,40	31,50	16	0	0

1133	Apoio ao Desenvolvimento de Novas Tecnologias Industriais	16.928,00	11.056,20	65,31	1	0	0
1134	Implantação do BR Shopping	2.000,00	82,50	4,12	2	0	0
1135	Implantação do Núcleo de Artesanato	0,00	0,00	0	1	0	0
1136	Implantação do Pólo de Fronteiras	46.400,00	46.400,00	100	2	0	0
2391	Compre no Tocantins	0,00	0,00	0	4	0	0
TOTAL		77.328,00	59.744,10	77,26	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 122 - Programa Finalístico

Programa: 125		Programa de Atração de Investimentos					
Objetivo:	Atrair investimentos privados visando o desenvolvimento econômico e social através da geração de emprego e renda.						
Justificativa:	O desenvolvimento sócio econômico de um Estado ou país está ligado à quantidade de investimento que este recebe. A missão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Tocantins é promover o desenvolvimento sócio-econômico do Tocantins. A atração de investimento para as cadeias produtivas e de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, pois investimentos geram negócios, empregos e renda para o cidadão.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Crescimento do Nível de Investimentos		Percentual	4,54	31/12/06	120		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2310	Divulgação das Potencialidades e Oportunidades de Investimentos no TO	132.179,00	91.377,28	69,13	16	1	6,25
1137	Elaboração de Estudos de Viabilidade	77.000,00	70.000,00	90,90	2	0	0
2390	Estruturação Sistema de Informação Indústria Comércio e Serviços	11.500,00	3.331,96	28,97	1	0	0
2392	Biodiesel Estudo e Infra-Estrutura Básica	40.000,00	30.000,00	75,00	3	0	0
TOTAL		260.679,00	194.709,24	74,69	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 123 - Programa Finalístico

Programa: 126		Turismo e Desenvolvimento					
Objetivo:		Desenvolver qualitativa e quantitativamente as atividades econômicas no setor turístico.					
Justificativa:		O turismo é hoje a maior indústria do mundo, produzindo significativos impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT. Com grande potencial de gerar e manter empregos, renda e divisas, o turismo pode proporcionar oportunidades de inclusão, de valorização das culturas regionais e de preservação ambiental. O Governo do Tocantins, através da SICTUR, está utilizando estratégias para impulsionar e ampliar a oferta turística do tocantins, qualitativamente, melhorando a qualidade dos produtos existentes, implementando uma infra-estrutura básica necessária, desenvolvendo uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social, entre outros benefícios para o cidadão. As ações propostas e revistas no PPA visam portanto, gerar novas demandas, fortalecer o turismo no Estado, qualificando a mão-de-obra, melhorando os equipamentos turísticos, qualificando nosso produto para o mercado nacional e internacional.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Indica o Índice de Crescimento Percentual Obtido de um Ano para o Outro			Percentual	125,53	31/12/2005	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1138	Implantação de Infra-Estrutura Pública para o Turismo	135.000,00	0,00	0	08	0	0
2332	Implementação de Estudos, Planos e Projetos Turísticos	7.254,00	6.884,52	94,90	11	01	9,09
2330	Assistência Técnica Ambiental nos Pólos Ecoturísticos	6.000,00	2.188,38	36,47	12	06	50
2334	Formatação de Roteiros Turísticos Municipais	277.102,00	150.128,73	54,17	15	0	0,0
1139	Implantação da Sinalização Turística	455.000,00	0,00	0	150	0	0,0
2336	Atualização dos Inventários Turísticos Municipais	6.000,00	0,00	0	11	0	0,0
1141	Implantação de Centros de Atendimento ao Turista	526.568,00	27.889,70	5,29	05	05	100
1142	Construção de Cais e Pier's	81.000,00	0,00	0	02	0	0,0
2337	Implementação do Sistema de Informações Estatísticas	8.000,00	1.068,67	13,35	02	21	1050
2338	Edição de Material Promocional para Divulgação Turística	1.627.797,00	1.429.809,36	87,83	60.000	75.433	125,73
2339	Realização de Oficinas e Seminários de Turismo	94.569,00	22.990,02	24,31	13	23	176,92

2340	Divulgaço dos Produtos Turísticos Municipais em Feiras e Eventos	2.943.132,00	2.505.141,49	85,11	49	23	46,93
2341	Cadastramento, Fiscalizaço e Classificaço de Empresas e Profissionais Liberais	125.521,00	103.238,59	82,24	60	230	383,33
2342	Qualificaço Profissional para o Turismo	280.722,00	5.272,25	1,87	04	06	150
TOTAL		6.573.665,00	4.254.611,71	64,72	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2005 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

VALOR TOTAL DAS AÇOES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	9.997.658,00	6.908.826,42	69,10	3.088.831,58

3.1.20 Secretaria da Infra-Estrutura

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- administrar, executar, manter e fiscalizar as Obras Públicas, Infra-Estrutura e o Sistema Viário;
- gerenciar e fiscalizar o Transporte Intermodal;
- administrar, executar, manter e fiscalizar os setores de energia e saneamento básico;
- regulamentar serviços e tarifas públicas; e
- licitar obras públicas e serviços.

As atribuições da Secretaria de Infra-Estrutura foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 04 Finalístico, 01 de Gestão de Políticas Públicas e 02 de Serviços ao Estado. Para a execução desses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 62.051.052,00** com execução de **61,49%**, ou seja, **R\$ 38.160.685,49** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 124 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.



AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	3.896.998,00	3.646.561,23	94	250.436,77
Manutenção de Serviços de Transportes	1.374.610,00	1.345.569,98	98	29.040,02
Manutenção de Recursos Humanos	6.002.398,00	5.911.824,00	98,48	90.574,00
Ações de Informática	148.850,00	105.290,80	70,74	39.559,20
TOTAL	11.422.856,00	11.009.246,01	96,38	409.609,99

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 125 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	148.200,00	138.691,85	93,58	9.508,15
TOTAL	148.200,00	138.691,85	93,58	9.508,15

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 126 - Programa Finalístico

Programa: 132		Eletrificação Rural – PERTINS					
Objetivo:		Promover o desenvolvimento dos setores agropecuário e industrial, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, fixando-o à terra e reduzindo o êxodo rural.					
Justificativa:		Levar energia ao homem do campo, buscando fortalecer o desenvolvimento agropecuário e industrial do Estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de Propriedades Rurais Eletrificadas		Percentual	100	12/2005	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1147	Elaboração e Execução de Projetos de Redes de Eletrificação e Distribuição Rural 34,5 e 13,8 Kv	4.768.270,00	2.344.611,69	49	1.340	346	26
TOTAL		4.768.270,00	2.344.611,69	49	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 127 - Programa Finalístico

Programa: 133		Energização Urbana					
Objetivo:		Ampliar a infra-estrutura dos sistemas de energia elétrica dos municípios, distribuir energia para os setores e bairros não atendidos.					
Justificativa:		Melhorar a qualidade de vida da população urbana assegurando conforto e segurança.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de Km de Rede Implantados		Km	11	12/2005	95		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1149	Elaboração dos Projetos de Subestação 38/69/34,5/13,8 Kv – 10 MVA.	2.300.000,00	0,00	0	10	3,60	36
1148	Ampliação das Redes de Distribuição Urbana e Predial.	3.759.602,00	2.796.708,12	74	95	11	12
TOTAL		6.059.602,00	2.796.708,12	46	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura
QUADRO 128 - Programa Finalístico

Programa: 134		Energia Alternativa					
Objetivo:		Levar fontes alternativas de energia para as áreas carentes do estado.					
Justificativa:		Promover o bem-estar social nas regiões que não são atendidas pelas linhas de transmissão de energia elétrica.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de População Beneficiada com Fonte de Energia Alternativa		Percentual	0	12/2005	12,5		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1150	Geração de Energia a Partir de Fontes Alternativas.	350.000,00	0,00	0	180	0	0
TOTAL		350.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 129 - Programa Finalístico

Programa: 135		Infra-Estrutura de Transportes					
Objetivo:		Proporcionar à população meios de transporte seguro e eficiente, integrando todo o estado.					
Justificativa:		Assegurar ao Estado controle logístico do setor de transportes.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Aeródromos Pavimentados		Porcentagem	0,29	12/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1151	Elaboração de Projetos Aeroportuários.	30.608,00	30.550,00	100	4	1	25
1152	Implantação de Equipamentos de Proteção ao Voo.	2.281.234,00	780.129,28	34	2	3	150
1153	Construção de Aeródromos no Estado.	13.166.356,00	581.908,26	4	2	1	50
1154	Manutenção de Aeródromos e Equipamentos de Proteção ao Voo.	748.838,00	83.210,01	11	6	3	50
TOTAL		16.227.036,00	1.475.797,55	9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 130 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088		Desenvolvimento Regional Sustentável					
Objetivo:		Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.					
Justificativa:		Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do Estado (3714-BR). A partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território, prioritariamente, de quatro regiões do estado: sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e leste (Jalapão).					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		

Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservados		Unidade	100	Dez-2005	150		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1143	Capacitação da Equipe Técnica	0,00	0,00	0	5	0	0
2343	Assistência técnica à gerencia administrativa do projeto	16.308,00	16.307,20	100	1	1	0
2344	Auditoria externa das contas do projeto	0,00	0,00	0	1	0	0
1144	Aparelhamento da gerencia administrativa do PDRS	430.000,00	0,00	0	36	0	0
TOTAL		446.308,00	16.307,20	4	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 131 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 131	Obras Públicas para o Tocantins						
Objetivo:	Oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos para melhor atendimento à população.						
Justificativa:	Consolidação do Estado, promovendo a cidadania e o progresso, além da manutenção do patrimônio público.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de metros quadrados construídos		m²	11.300,79	12/2004	20.600		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1145	Projetos de Obras Públicas	222.980,00	222.970,60	100	4.508	966.546,42	21.441
1146	Construção de Obras Públicas	12.063.353,00	9.953.384,79	83	17.813,75	6.120,37	34
2345	Manutenção de Edificações Públicas	5.056.529,00	5.055.353,88	100	8	1	13
2346	Reformas das Edificações Públicas	5.289.918,00	5.147.613,80	97	2.272	6.204,02	273
TOTAL		22.632.780,00	20.379.323,07	90	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 132 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 136		Gerenciamento e Captação de Recursos					
Objetivo:		Promover a melhoria da capacidade de gerenciamento do órgão e captação de recursos.					
Justificativa:		Necessidade de melhoria do gerenciamento da SEINF, bem como necessidade de captação de recursos externos para aplicação no Estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Número de Estudos Realizados			Unidade	0	12/2005	3	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1155	Realização de Estudos Estratégicos	0,00	0,00	0,00	3	0	0
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Infra-Estrutura

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	62.051.052,00	38.160.685,49	61,49	23.890.366,51

3.1.21 Secretaria de Recursos Hídricos

A Secretaria dos Recursos Hídricos tem como missão a implantação das políticas de usos das águas e a elaboração de infra-estrutura hídrica necessária envolvendo: a) geração de energia, navegação, drenagem, proteção e retificação de canais naturais destinados ao atendimento de pequenas comunidades, aquicultura, irrigação e prevenção ou minimização dos efeitos das secas e inundações; b) de obras de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura hídrica para aproveitamento hidroagrícola, e; c) de ações de convivência com a seca, com ênfase no aproveitamento de recursos hídricos para uso humano e geração de emprego e renda.

Os Programas desenvolvidos por esta Secretaria têm os seguintes objetivos:

- construções de infra-estruturas hídricas;
- geração de empregos diretos e indiretos;
- abastecimento público de água;

- desenvolvimento de outras atividades econômicas correlatas com as ações dos programas.

As atividades desenvolvidas por esta Secretaria se justificam pela necessidade de promover o desenvolvimento regional, dando condições para o aumento da produtividade de grãos e frutas, através de irrigação e, conseqüentemente, gerando emprego e renda para a população do Estado do Tocantins.

Estratégias de implementação das ações se deram através dos seguintes procedimentos:

- 1 - outorga de uso da água – na esfera Federal emitido pela ANA - Agência Nacional de Água e na esfera Estadual pelo NATURATINS;
- 2 - licença prévia emitida pelos órgãos licenciadores, na esfera estadual Naturatins e na esfera Federal pelo IBAMA; Os mesmos procedimentos são utilizados para as licenças de Instalação e de operação;
- 4 - autorização para desmatamento emitida pelo IBAMA;
- 5 - protocolização do projeto junto ao Ministério da Integração Nacional.

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo e três fianlísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 85.457.898,00**, com execução de **71,36%**, ou seja, **R\$ 60.987.596,04**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 133 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas fianlísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	212.700,00	211.894,71	99,62	805,29
Manutenção de Serviços de Transporte	134.850,00	134.741,37	99,91	108,63
Manutenção de Recursos Humanos	38.450,00	38.390,95	99,84	174,07
Ações de Informática	838.098,00	806.436,06	96,22	59,05
TOTAL	1.224.098,00	1.191.463,09	97,33	1.147,04

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 134 - Programa Finalístico

Programa: 057		Perenização das Bacias Hidrográficas					
Objetivo:	Promover a preservação de recursos hídricos estadual para que nos permita um planejamento e desenvolvimento das atividades múltiplas (agropecuária, abastecimento público, geração de energia, consumo industrial, piscicultura, lazer e turismo), no qual a água é um fator limitante.						
Justificativa:	Necessidade de perenização dos rios temporários do Estado do Tocantins						
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1158	Estudo de proteção para evitar a descaracterização do bico do papagaio	50.000,00	0,00	0	5	0	0
1157	Construção de obras hídricas visando o armazenamento de água para usos comuns	50.000,00	0,00	0	40	0	0
1184	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 3	2.779.100,00	2.758.361,04	99,25	1	0,995	99,50
1185	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 16	2.043.000,00	42.995,17	2,10	25	0	0
1186	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 15	50.000,00	0,00	0	6	0	0
1187	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 10	50.000,00	0,00	0	30	0	0
1159	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 01	200.000,00	0,00	0	1	0	0
2348	Conservação de obras hídricas (Barramento) do Estado	1.339.700,00	1.254.098,42	93,61	1	0,4248	42,48
1156	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 26	50.000,00	0,00	0	2	0	0

TOTAL	6.611.800,00	4.055.454,63	61,33	-
--------------	---------------------	---------------------	--------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 135 - Programa Finalístico

Programa: 058 **Infra-Estrutura Hídrica para Aproveitamento Hidroagrícola**

Objetivo: Assegurar a oferta de água de boa qualidade para a produção agrícola, através de construção de obras estruturantes.

Justificativa: Promover o desenvolvimento regional através de cultura irrigada.

Prazo de Execução: 25 (vinte e cinco) anos

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1160	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Manuel Alves	30.118.200,00	28.386.319,14	94,25	1	0,4723	47,23
1161	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto São João	14.334.450,00	7.186.375,92	50,13	1	0,1665	16,65
1162	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Sampaio	15.737.400,00	8.435.892,89	53,60	1	0,2053	20,53
1181	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Gurita II	656.180,00	653.277,78	99,56	1	0,99	99
1168	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Javaés	3.598.200,00	3.563.040,75	99,02	1	0,9295	92,95
1165	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Chapada	200.000,00	0,00	0	1	0	0
1166	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Paranã	50.000,00	0,00	0	1	0	0
1167	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Prodecer III	500.000,00	0,00	0	1	0	0
1168	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taipas	145.000,00	0,00	0	1	0	0
1169	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Conceição	145.000,00	0,00	0	1	0	0
1170	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taguatinga	10.000,00	0,00	0	1	0	0
1171	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Combinado	10.000,00	0,00	0	1	0	0
1172	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Palmeirópolis	10.000,00	0,00	0	1	0	0



1173	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Arraias	7.000,00	0,00	0	1	0	0
1174	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Esperantina	10.000,00	0,00	0	1	0	0
1175	Elaboração de diagnóstico e cadastro das Infra-estruturas hídricas do Estado	50.000,00	0,00	0	30	0	0
1176	Seminários de Implementação das políticas de usos múltiplos das águas	0,00	0,00	0	25	0	0
1177	Realização de estudos, pesquisas e conservação dos solos e da água	335.000,00	0,00	0	40	0	0
1178	Capacitação dos Engenheiros e/ou técnicos para o planejamento e gestão de projetos	0,00	0,00	0	15	0	0
1179	Revitalização do subprojeto Rio Formoso	10.248.750,00	7.793.539,46	76,04	1	0,04	4
1180	Elaboração do plano de ação para os recursos hídricos e aproveitamento hidro-agrícola	345.000,00	344.022,29	99,72	1	0,2240	22,40
1181	Implantação da infra-estrutura hídrica do Projeto Gurita II	100.000,00	0,00	0	0	0	0
1182	Construção de pequena central hidrelétrica PCH no Barramento eixo 03	1.500.000,00	0,00	0	0	0	0
2349	Manutenção de obras hídricas para aproveitamento hidroagrícola	133.000,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL		78.243.180,00	56.362.468,23	72,03	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 136 - Programa Finalístico

Programa: 059		Hidrogeologia do Estado do Tocantins		
Objetivo:	Desenvolver pesquisa para conhecimento do potencial hidrogeológico do Estado do Tocantins			
Justificativa:				
Prazo de Execução:	3 anos			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Hidrogeologia do Estado do Tocantins	-	-	-	100
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
	RECURSOS (R\$)			

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1183	Estudos do potencial hídrico subterrâneo para identificar os aquíferos	35.000,00	0,00	0	32	0	0
TOTAL		35.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria de Recursos Hídricos

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	85.457.898,00	60.987.596,04	71,36	24.470.301,96

3.1.22 Secretaria do Trabalho e Ação Social

O primeiro órgão responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural na área de ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Assim, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, através da Lei n.º 791/95, com suas atribuições embasadas. Em face disso, houve a extinção da Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela então SETAS.

A Secretaria do Trabalho e ação Social tem como missão direcionar e consolidar a Política de Assistência Social e de Relações do Trabalho para o Estado, efetivando a perspectiva de descentralização e participação, promovendo a inclusão social e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais e aos trabalhadores empregados e desempregados, articulando intersetorialmente a garantia de atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso X do art. 8.º da Lei n.º 791/95 .

Compete à Secretaria do Trabalho e Ação Social o seguinte:

- a) emprego e salários;
- b) relações do trabalho e sindicais;
- c) higiene, medicina e segurança do trabalho;
- d) qualificação e desenvolvimento de mão-de-obra;

- e) organização e desenvolvimento de comunidades;
- f) orientações e formação de lideranças comunitárias;
- g) habitação;
- h) ação, programa e projetos sociais.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 1 finalístico e 01 de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 26.021.281,00**, com execução de **70,40%**, ou seja, **R\$ 18.319.630,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 137 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	1.889.153,00	1.481.725,82	78	407.427,18
Manutenção de Serviços de Transportes	1.200.000,00	968.816,27	81	231.183,73
Manutenção de Recursos Humanos	11.671.104,00	11.269.625,62	97	401.478,38
Ações de Informática	541.000,00	242.930,88	45	298.069,12
TOTAL	15.301.257,00	13.963.098,59	91	1.338.158,41

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 138 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	42.250,00	42.087,88	99,61	162,12
TOTAL	42.250,00	42.087,88	99,61	162,12

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 139 - Programa Finalístico

Programa: 181	Combate ao Desemprego
Objetivo:	Controlar e reduzir o índice de desemprego no Estado do Tocantins, incentivando a geração de postos de trabalho e promovendo a inclusão social e profissional do trabalhador.
Justificativa:	Atualmente o índice de desemprego no Estado do Tocantins, indiferentemente de outras

unidades da Federação, é alto. Isto ocorre em função da dinâmica da economia local, regional e nacional, portanto, torna-se necessária a adoção de políticas públicas voltadas à redução do número de desempregados por meio de ações que envolvam o trabalhador e o empregador no sentido de intermediar o potencial desse binômio responsável pelo crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de programas e projetos monitorados e avaliados e que alcançaram os objetivos		Unidade	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2355	Capacitação Social e Profissional	2.576.777,00	523.976,62	20	202.999	925	5
2356	Realização de Eventos sobre Segurança e Saúde no Trabalho	450.000,00	64.324,95	14	40	-	-
2357	Intermediação de Mão-de-Obra	2.342.134,00	1.277.267,44	55	33.000	38.483	117
2358	Habilitação do Trabalhador Demitido Sem Justa Causa ao Benefício do Seguro Desemprego	2.139.733,00	214.884,30	10	12.800	15.764	123,15
1191	Construção de Centros Integrado de Ações do Trabalho	0,00	0,00	0	3	0	0
2387	Concessão de Bolsa-Auxílio ao Trabalhador	0,00	0,00	0	20.300	0	0
2388	Manutenção de Centros Integrados de Ação do Trabalho	0,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		7.508.644,00	2.080.453,31	27,70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 140 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 145	Gestão de Políticas Sociais
Objetivo:	Formular políticas de qualificação e capacitação de gestores e técnicos, realizar pesquisas sociais, diagnosticar, monitorar e avaliar os programas e projetos da SETAS, bem como identificar as demandas sociais, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social.
Justificativa:	Por terem sido detectados problemas, desvios e distúrbios na execução dos programas sociais, viu-se a necessidade da implantação do programa para combater a desarticulação existente entre os setores, a falta de planejamento participativo, a centralização das ações, a ausência de resultados e de acompanhamento na execução dos programas. A gestão de

políticas públicas tem como estratégia acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas para a melhoria na execução e nos resultados, proporcionando a integração com os demais setores da Secretaria, propondo maior articulação dos gerentes do programa com outros órgãos, em busca de impactos sociais positivos nos municípios com a finalidade de alcançar o público-alvo, distribuído também nos assentamentos, distritos e povoados, para os quais os programas são destinados.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de programa e projetos monitorados e avaliados		Percentual	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2350	Capacitação de gestores e técnicos da SETAS.	323.520,00	210.845,61	65	20	153	765
2351	Divulgação de ações ou eventos	1.467.130,00	1.317.658,73	90	2	35	1750
2352	Realizações de pesquisas sociais	5.000,00	336,00	7	98	0	0
2353	Desenvolvimento de sistemas para gerenciamento de programas sociais	198.920,00	171.720,00	86	1	2	200
2354	Monitoramento dos programas SETAS	20.000,00	1.350,00	7	5	0	0
2386	Elaboração de Projetos	1.154.560,00	532.080,00	46	10	25	250
TOTAL		3.169.130,00	2.233.990,34	70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	26.021.281,00	18.319.630,12	70,40	7.701.650,88

3.1.23 Secretaria da Juventude

A Secretaria Estadual da Juventude, instituída pelo Decreto nº 1.465, de 04 de abril de 2002, é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, e tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como na formação de verdadeiros cidadãos.

Desenvolve suas funções alicerçada nos seguintes objetivos:

- desenvolver ações que facilitem a integração e interação do jovem quando da sua inserção no mundo do trabalho;
- apoiar o jovem na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro;
- criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;
- oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido;
- promover programas e projetos voltados para promoção, defesa e atendimento dos direitos dos jovens;
- contribuir para a melhoria dos indicadores sociais como decorrência da ação do jovem na comunidade;
- promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, inclusive pela centralidade das ações na família.

A Secretaria Estadual da Juventude busca definir uma proposta de ocupação para o jovem, apoiando-o com políticas públicas que possibilitem, de fato, a integração à família, à comunidade e à sociedade, a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como proporcionar experiências práticas que o preparem para o mercado de trabalho.

As atribuições da Secretaria Estadual da Juventude foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, 01 Finalístico e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.440.490,00** com execução de **90,61%**, ou seja, **R\$ 2.030.145,40** como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 141 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	348.338,00	250.795,88	72	97.542,12
Manutenção de Serviços de Transporte	87.795,00	76.558,96	87,20	11.236,04
Manutenção de Recursos Humanos	1.250.490,00	1.157.639,82	92,57	92.850,18

Ações de Informática	12.355,00	12.344,73	99,92	10,27
TOTAL	1.698.978,00	1.497.339,39	88,13	201.638,61

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Juventude

QUADRO 142 - Programa Finalístico

Programa: 031	Valorização da Juventude
----------------------	---------------------------------

Objetivo: Contribuir para a valorização do jovem tocantinense, atendendo suas necessidades básicas.

Justificativa: 60% da população tocantinense é composta de jovens e muitos são os desafios e as mudanças próprias dessa fase, o que pode incorrer no envolvimento de muitos jovens em comportamento de risco, para que essa fase possa ser saudável, faz-se necessária a intervenção do Estado no sentido de reduzir os riscos a que essa faixa etária encontra-se exposta; é necessário a valorização da juventude visando garantir ações voltadas para o crescimento pessoal e profissional dos mesmos, transformando-os em empreendedores geradores de progresso e auto-inclusão.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de Jovens Qualificados	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
2359	Realização de Eventos para a Juventude	57.106,00	45.696,36	80,02	06	09	150
2360	Combate à Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens	0,00	0,00	0	1000	0	0
2361	Realização de Cursinho Pré-Vestibular	60.000,00	0,00	0	60	0	0
2363	Ampliação da Rede de Informática da SEJUV	1.050,00	1.050,00	100	10	0	0
2364	Conferências de Juventude	29.549,00	29.403,38	99,50	2	8	400
2385	Divulgação das Ações da Juventude	590.000,00	452.850,22	76,75	30	42	140
TOTAL		737.705,00	528.999,96	71,70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Juventude

QUADRO 143 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 033	Gestão de Políticas de Juventude
----------------------	-----------------------------------------

Objetivo: Viabilizar e Implementar ações concretas para assegurar a participação da juventude e da sociedade na construção de políticas de juventude.

Justificativa: 60% da população tocantinense é de jovens. Diante desse dado é necessário entendermos a verdadeira relevância e urgência da existência de políticas públicas voltadas para esse seguimento, estimulando a integração e transformação dos mesmos, obtendo, assim, ganhos reais de eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento coletivo e individual.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de jovens beneficiados		-	-	-	4		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2367	Qualificação de recursos humanos	0,00	0,00	0	03	00	00
2368	Capacitação de conselheiros de juventude	3.807,00	3.806,05	99,98	02	60	3000
TOTAL		3.807,00	3.806,05	99,98	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Secretaria da Juventude

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.440.490,00	2.030.145,40	90,61	410.344,60

3.1.24 Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFAZ

No exercício de 2005 esta unidade gestora foi contemplada com o programa de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desse programa foram autorizados recursos no montante de **R\$ 341.066.771,39**, com execução de **R\$ 334.064.602,55**. O quadro abaixo demonstra a execução físico-financeira do programa com suas respectivas ações.

QUADRO 144 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 109	Gestão Fiscal e de Execução Financeira e Contábil			
Objetivo:	Controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.			
Justificativa:				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2371	Administração centralizada de serviços bancários	1.991.505,00	1.818.166,43	91,29	10	-	-
2372	Administração centralizada dos serviços de interesse público	235.292,00	170.690,32	72,54	43	-	-
2360	Indenizações e restituições	2.470.000,00	2.467.568,82	99,90	8	-	-
2357	Transferências constitucionais aos municípios	197.348.180,39	192.411.222,71	97,49	139	-	-
2361	Contribuição para o PIS/PASEP	12.309.000,00	11.369.983,58	92,37	1	-	-
2354	Administração da dívida interna e de seus serviços	30.726.473,00	29.842.939,08	97,12	32	-	-
2355	Administração da dívida externa e de seus serviços	95.986.321,00	95.984.031,61	99,99	4	-	-
TOTAL		341.066.771,39	334.064.602,55	97,95	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ

3.1.25 Programação Especial do Estado – Recursos sob Supervisão da SEPLAN

A Unidade Gestora foi criada pela Lei nº 727/95, de 18 de janeiro de 1995.

Em 2005 as ações foram desenvolvidas em um programa finalístico e o programa de reserva de contingência, com recursos autorizados na ordem de **R\$ 970.000,00** com execução de **97,94%**, o que representa um montante de **R\$ 950.000,00**. A execução de cada um dos programas será demonstrada nos quadros a seguir.

QUADRO 145 - Programa Finalístico

Programa: 095	Fomento ao Desenvolvimento do Tocantins
Objetivo:	Promover o financiamento de projetos de desenvolvimento que gerem benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o plano do governo e com as necessidades e potencialidades locais.
Justificativa:	A implantação e consolidação de mecanismos de fomento para o desenvolvimento do Estado do Tocantins torna-se vital para a indução e estímulo das atividades econômicas do Estado visando o melhor aproveitamento de nossas potencialidades econômicas e a ampliação das

oportunidades de geração de emprego e renda. Em nenhum momento pode ser descurada a atração de novos investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais, bem como a sua expansão regional de forma descentralizada e eficiente. Assim estaremos contribuindo para acelerar as taxas de inovação e de introdução de novos processos e tecnologias, trazendo progresso e o desenvolvimento social para as diversas regiões do Estado.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de inserção de novos projetos de microempresas		Percentual	0	2003	3		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2441	Implantação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins	950.000,00	950.000,00	100	1	-	-
1194	Aumento do capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins	20.000,00	0,00	0	10	0	0
TOTAL		970.000,00	950.000,00	97,9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Recursos Sob a Supervisão da SEPLAN

QUADRO 146 – Reserva de Contingência

Programa: 999		Reserva de Contingência					
Objetivo:		Reserva de Contingência					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Recursos Sob a Supervisão da SEPLAN

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	970.000,00	950.000,00	97,9	20.000,00

3.1.26 Secretaria de Saúde

Essa Secretaria Estadual não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas através do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprios. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, definiu suas competências como sendo:

- I - a formulação das políticas de saúde pública;
- II - a coordenação, execução, fiscalização e controle das ações de saúde pública;
- III - a ação preventiva em geral;
- IV - a vigilância e o controle sanitário;
- V - a vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;
- VI - a informação de saúde;
- VII - a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- VIII - a assistência ambulatorial e hospitalar;
- IX - a alimentação e nutrição;
- X - a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e correlatos;
- XI - o fornecimento de medicamentos de sua fabricação aos órgãos da área de saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;
- XII - a promoção de treinamento, cursos e estágios para estudantes e profissionais vinculados às atividades afins.

3.2. Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

A Administração indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 autarquias, 2 fundações e 20 fundos especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.2.1 Autarquias

3.2.1.1 Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO

O Instituto Social Divino Espírito Santo foi instituído pela Lei n.º 938/98, regulamentada pelo Decreto n.º 1.014/03.

O objetivo desta entidade consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado recursos advindos de microcréditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições do Instituto Social Divino Espírito Santo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.492.886,00**, com execução de **95%**, ou seja, **R\$ 2.368.232,78**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 147 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	587.780,00	520.361,06	88,53	67.418,94
Manutenção de Serviços de Transportes	60.670,00	30.587,35	50,42	30.082,65
Manutenção de Recursos Humanos	1.700.386,00	1.688.920,87	99,33	11.465,13
Ações de Informática	122.050,00	106.783,50	87,49	15.266,50
TOTAL	2.470.886,00	2.346.652,78	94,78	124.233,22

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Social Divino Espírito Santo

QUADRO 148 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	22.000,00	21.580,00	98,09	420,00
TOTAL	22.000,00	21.580,00	98,09	420,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Social Divino Espírito Santo

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.492.886,00	2.368.232,78	95	124.653,22

3.2.1.2 Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – AD Tocantins

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins AD - Tocantins foi criada em 03 de maio de 1996 através da Lei Estadual nº 830, sob a forma de autarquia, como pessoa jurídica de direito público, sendo regida pelo seu Regulamento (Decreto Estadual nº 431 de 28/04/97).

Segundo seu Regulamento, o objetivo da Agência é induzir e estimular, mediante apoio técnico e financeiro, as atividades voltadas para o desenvolvimento auto-sustentável do Estado, abrangendo o desenvolvimento de projetos de curto, médio e longo prazo em todos os setores de atividade econômica, podendo, para isso, constituir parcerias com instituições públicas e entidades privadas ou agentes financeiros nacionais, internacionais ou estrangeiros.

É importante mencionar que desde junho de 2001, com a criação da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU, conforme Lei nº 1.226, de 06/06/2001, algumas destas atividades passaram a ser de competência da nova Agência. Portanto, atualmente a AD-Tocantins tem como principal e exclusiva atividade a regularização dos lotes urbanos da Capital do Estado, como também a liquidação das obrigações das seguintes companhias: CODETINS, CASETINS E MINERATINS.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e um Finalístico. Para esses programas foram autorizados

recursos na ordem de **R\$ 2.616.159,00**, com execução de **R\$ 2.404.094,29**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 149 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	233.648,00	206.787,03	88,50	26.860,97
Manutenção de Serviços de Transportes	28.198,00	19.280,51	68,37	8.917,49
Manutenção de Recursos Humanos	1.198.110,00	1.059.483,14	88,43	138.626,86
Ações de Informática	12.544,00	9.012,50	71,85	3.531,50
TOTAL	1.472.500,00	1.294.563,18	87,92	177.936,82

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Desenvolvimento do Estado

QUADRO 150 - Programa Finalístico

Programa: 038 Extinção das Empresas Codetins, Casetins e Mineratins

Objetivo: Promover a Liquidação Extra Judicial das companhias: Cia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS, Cia de Armazém Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS; e Cia de Mineração do Tocantins – MINERATINS.

Justificativa: Em virtude dos prejuízos que as companhias vinham apresentando nos últimos anos e em cumprimento aos decretos n.ºs 489/97 e 392/97, faz-se necessária a liquidação das mesmas.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de renegociação de dívidas		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4022	Liquidação da CODETINS	794.791,00	760.664,64	95,71	1	1	100
4023	Liquidação da CASETINS	160.313,00	160.312,10	99,99	1	1	100
4024	Liquidação da MINERATINS	188.555,00	188.554,37	99,99	1	1	100
TOTAL		1.143.659,00	1.109.531,11	97,01	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Desenvolvimento do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.616.159,00	2.404.094,29	91,89	212.064,71

3.2.1.3 Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU

Foi instituída pela Lei n.º 1.226, de 06 de junho de 2001, e tem como missão implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocantinenses, o resgate da cidadania e a reinclusão social com ações pautadas na justiça social.

Tem por finalidade a formulação e implementação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

- I- a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;
- II- a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;
- III- fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;
- IV- operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;
- V- organização de banco de dados sobre habitação, etc.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 52.111.713,00**, com execução de **37,31%**, ou seja **R\$ 19.444.082,51**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 151 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	695.000,00	419.103,40	60,31	275.896,60
Manutenção dos Serviços de Transporte	345.000,00	264.604,79	76,70	80.395,21

Manutenção de Recursos Humanos	1.056.726,00	1.045.856,52	98,98	10.869,48
Ações de Informática	268.000,00	143.212,42	53,44	124.787,58
TOTAL	2.364.726,00	1.872.777,13	79,20	491.948,87

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 152 - Programa Finalístico

Programa: 035		Moradia					
Objetivo:		Reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo das famílias tocaninenses de menor poder aquisitivo.					
Justificativa:		O Tocantins apresenta ainda, embora o Governo do Estado não tenha medido esforços para sanear as principais necessidades da população, um grande déficit habitacional. As políticas habitacionais visam justamente resgatar a cidadania e promover a reinclusão social das famílias de baixa renda, oferecendo uma melhor qualidade de vida.					
Prazo de Execução:		48 meses					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de moradias concedidas		Percentual	-	-	110		
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4029	Realização de levantamento estatístico, social e econômico das famílias do Estado do Tocantins.	200.000,00	6.500,00	3,25	1.776	1.488	83,79
3003	Construção de casas populares	37.522.271,00	8.767.200,23	23,37	1.419	774	54,55
4352	Publicidade e propaganda	542.500,00	490.951,17	90,50	16	15	93,75
TOTAL		38.264.771,00	9.264.651,40	24,21	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 153 - Programa Finalístico

Programa: 036		Desenvolvimento Urbano					
Objetivo:		Propiciar aos municípios condições, através de estudos e planejamento, de um crescimento/desenvolvimento organizado, respeitando-se as leis ambientais e as demais legislações vigentes quanto à utilização adequada do solo.					
Justificativa:		Evitar o crescimento desorganizado das cidades, designando áreas específicas para os					

diversos setores e segmentos da sociedade, evitando-se aglomeração de construções em áreas não apropriadas, de modo que melhore a qualidade de vida da população.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de investimentos em habitabilidade		Percentual	45	10/2003	100		
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3078	Administração do Tesouro Imobiliário do Estado	8.000.000,00	5.831.785,90	72,90	160.000	115.200	72
3009	Administração do Tesouro Imobiliário do Estado/Terra Nua	3.362.216,00	2.463.769,58	73,28	100.000	73.000	73
TOTAL		11.362.216,00	8.295.555,48	73,01	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 154 - Programa Finalístico

Programa: 183 Cheque moradia

Objetivo: Construir casas populares utilizando crédito outorgado de ICMS que as empresas credenciadas utilizam para quitar seus impostos junto à Receita Estadual.

Justificativa: Viabilizar democraticamente a construção, reforma e ampliação da moradia popular, proporcionando a reinclusão social e melhor qualidade de vida à população.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de investimentos em habitabilidade		Percentual	45	10/2003	100		
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4353	Gerenciamento, Acompanhamento e Fiscalização	120.000,00	11.098,50	9,25	334	1.568	469,47
TOTAL		120.000,00	11.098,50	9,25	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	52.111.713,00	19.444.082,51	37,31	32.667.630,49

3.2.1.4 Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Criado pela Lei n.º 858, de 26 de julho de 1996, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.º 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.º 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e a prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.º 858/96, são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

- 1 – a execução da política ambiental do Estado;
- 2 – o monitoramento e o controle ambiental;
- 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- 4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais, celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, nove Finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 16.509.807,00**, utilizando cerca de **52,69%** desse montante, ou seja, **R\$ 8.568.927,80**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 155 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.



AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	781.998,00	486.520,26	62,21	295.477,74
Manutenção de Serviços de Transportes	1.197.679,00	403.225,34	33,67	794.453,66
Manutenção de Recursos Humanos	5.574.303,00	5.481.581,47	98,34	92.721,53
Ações de Informática	395.740,00	174.628,38	44,12	221.111,62
TOTAL	7.949.720,00	6.545.955,45	82,34	1.403.764,55

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 156 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	6.000,00	0,00	-	6.000,00
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP	37.000,00	27.300,00	73,79	9.700,00
TOTAL	43.000,00	27.300,00	63,79	15.700,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 157 - Programa Finalístico

Programa: 078 Gestão da Política de Recursos Hídricos

Objetivo: Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.

Justificativa: A gestão de recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional, com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os múltiplos usos.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias	Percentual			95
Percentual de redução da degradação da qualidade das águas	Percentual	-	-	100
Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados	Unidade			100

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4048	Execução do sistema de cadastro e outorga de direito de uso de água	152.370,00	25.254,28	16,57	5	1	20
4046	Implementação dos comitês de bacias hidrográficas prioritárias	87.033,00	391,04	0,44	5	1	20
4047	Recuperação de nascentes e mananciais em áreas urbanas	41.300,00	0,00	0	4	0	0
3029	Estruturação do sistema de informações hidrometeorológicas – SIH	205.488,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		486.191,00	25.645,32	5,27	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 158 - Programa Finalístico

Programa: 079	Áreas Protegidas do Tocantins						
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas à conservação dos ecossistemas no Estado do Tocantins.						
Justificativa:	Proteção e Conservação da Biodiversidade e recursos naturais das Unidades de Proteção Integral, visando o desenvolvimento das atividades de pesquisa e turismo sustentável.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Dimensão das unidades de conservação	Unidade	15	31/12/2005	35			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3030	Implantação de infra-estrutura de conservação	1.109.105,00	179.089,57	16	3	1	33,34
4049	Gerenciamento das unidades de conservação	484.400,00	259.264,05	54	4	1	25
TOTAL		1.593.505,00	438.353,62	27	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 159 - Programa Finalístico

Programa: 083	Tocantins Joga Limpo			
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a			

ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.

Justificativa: A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como consequência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradação ambiental, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no Estado, diminuindo a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, que ocasionam danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, uso de água não potável, etc.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Porcentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários		Percentual			100		
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico		Unidade	-	-	100		
Coleta seletiva de lixo		Unidade			50		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3032	Apoiar a Elaboração, Implantação e Implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	87.280,00	826,50	0,94	06	05	83,33
3033	Apoiar a Implantação dos Fóruns Municipais de Lixo e Cidadania	64.500,00	821,10	1,27	05	05	100
TOTAL		151.780,00	1.647,60	1,08	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 160 - Programa Finalístico

Programa: 086	Biodiversidade e Recursos Genéticos						
Objetivo:	Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.						
Justificativa:	Promover o uso sustentável e a conservação da fauna junto às comunidades de pequenos produtores rurais no Estado do Tocantins, receber animais oriundos das apreensões nas rotas de fiscalização dos órgãos ambientais, tendo em vista que o Estado do Tocantins serve de corredor para a rota de tráfico de animais silvestres e monitorar e inventariar a flora e fauna das UC's.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		

Variações das diversidades de espécies da biodiversidade		Unidade	-	-	1		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3034	Implantação do Banco de Sementes da Amazônia	62.000,00	0,00	0	1	-	-
4053	Apoio aos projetos de manejo de fauna sustentado	175.132,00	18.660,20	10,65	4		
3035	Realização de inventários da fauna e flora das unidades de conservação	74.000,00	0,00	0	0	-	-
4054	Monitoramento da fauna e flora da unidade de conservação	347.391,00	670,50	0,19	3	-	-
TOTAL		658.523,00	19.330,70	10,84	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 161 - Programa Finalístico

Programa: 099	Ordenamento de Recursos Florestais						
Objetivo:	Promover a gestão dos recursos florestais do Estado de forma sustentável, com a implantação do Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural – LAPR, oferecendo alternativas de recuperação de áreas degradadas e fomento florestal, visando a valoração dos produtos florestais.						
Justificativa:	Com a implantação do novo sistema de licenciamento da propriedade rural com o uso de ferramentas de geo-referenciamento e de imagens de satélite, possibilitará um controle mais efetivo das áreas autorizadas para desmatamento, bem como a identificação de áreas especialmente protegidas que foram suprimidas e que se deve promover a sua recomposição, além da identificação dos desmatamentos irregulares.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Nível de demanda atendida.		Percentual	-	-	90		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4057	Manutenção do sistema geo-referenciado de gerenciamento de propriedades rurais.	291.417,00	81.908,12	28,11	1200	936	78
4058	Manutenção das unidades de viveiros florestais no Estado	158.000,00	0,00	0	1	0	0



3037	Implantação de viveiros florestais	22.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		471.417,00	81.908,12	17,37	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 162 - Programa Finalístico

Programa: 100		Monitoramento Ambiental					
Objetivo:	Monitorar a qualidade dos recursos naturais do Estado do Tocantins, possibilitando a administração eficiente de seus usos múltiplos, garantindo a oferta, a preservação e a conservação dos mesmos.						
Justificativa:	As atividades potencialmente poluidoras do Estado lançam efluentes e depositam resíduos perigosos sem tratamento, prejudicando o meio ambiente e a saúde pública. Tendo em vista esta situação o monitoramento ambiental visa conhecer a qualidade ambiental e as tendências qualitativas e quantitativas dos recursos naturais do Estado, subsidiando medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo, bem como auxiliar na definição de políticas públicas. O monitoramento reflete as relações de ações antrópicas e fatores naturais sobre o meio ambiente, bem como disponibilizar dados para a atuação das instituições por meio de planos, programas, programas, projetos, instrumentos legais e financiamentos capazes de manter as condições ideais dos recursos naturais ou recuperar áreas e sistemas específicos.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de corpos hídricos classificados		Percentual	-	-	100		
Percentual de empreendimentos com lodo funcionando eficientemente					50		
Índice de focos de calor					90		
Qualidade de relatórios da qualidade do ar dos centros urbanos							
Percentual de emergências ambientais atendidas					100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4060	Avaliação da Balneabilidade das Praias e Balneários do Estado	45.762,00	0,00	0	22	0	0
4061	Monitoramento dos Corpos D'água em Bacias Hidrográficas Prioritárias	73.538,00	12.974,15	17,64	13	6,5	50
4062	Implementação de Automonitoramento de Efluentes	70.963,00	2.112,30	2,98	152	4	2,64



4063	Monitoramento de Focos de Calor	75.926,00	690,00	0,91	47.842,07	0	0
TOTAL		266.189,00	15.776,45	5,92	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 163 - Programa Finalístico

Programa: 101		Controle Ambiental					
Objetivo:	Licenciar e fiscalizar os empreendimentos potencialmente poluidores de impactos ambientais urbanos e rurais.						
Justificativa:	Considerando o aumento das atividades modificadoras das condições ambientais no Estado do Tocantins, bem como a exploração desordenada dos recursos naturais, faz-se necessário executar de forma contínua e eficiente o controle ambiental dessas atividades, cumprindo a Legislação Ambiental, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida, a saúde e o meio ambiente.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de empreendimento licenciado		Percentual	-	-	80		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4064	Licenciamento Ambiental	291.278,00	88.156,87	30,26	550	248	45,09
4065	Fiscalização Ambiental	344.683,00	96.304,35	27,94	4.260	1192	28
TOTAL		635.961,00	184.461,22	29	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 164 - Programa Finalístico

Programa: 170		Programa Estadual de Educação Ambiental					
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.						
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas. Em consonância com o citado objetivo, a eficiente e eficaz implementação do programa estadual de educação ambiental é fundamentada pelo estabelecimento de parcerias entre o poder público e privado, terceiro setor e a comunidade em geral, funcionando como catalisador da revisão de valores, dessa maneira, levando os cidadãos a desenvolverem posturas pró-ativas em relação às questões ambientais.						

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Ações estratégicas do programa estadual de educação ambiental implementadas		%	-	-	-		
Conceitos e metodologias de EA difundidos no ensino fundamental							
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4066	Funcionamento da comissão estadual de educação ambiental	296.527,00	56.089,64	18,92	117	210	179,49
TOTAL		296.527,00	56.089,64	18,92	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 165 - Programa Finalístico

Programa: 173		Programa de Gestão Ambiental Integrada					
Objetivo:	Contribuir para a definição de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para o Estado do Tocantins visando o uso sustentável dos recursos naturais.						
Justificativa:	A crescente demanda por recursos naturais tem exigido a definição de um conjunto de procedimentos necessários a garantir que o desenvolvimento seja implementado segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3038	Elaborar o tema base fundiária na base cartográfica do Geo-Tocantins	107.000,00	0,00	0	1	-	-
3039	Estruturar o Naturatins para realizar atividades de fiscalização	340.000,00	0,00	0	1	-	-
4067	Implementar iniciativas inovadoras de controle e monitoramento do desmatamento visando a sustentabilidade ambiental.	180.000,00	3.207,53	1,78	1	-	-



4068	Apoiar o processo de gestão ambiental nos assentamentos rurais.	49.500,00	0,00	0	20	-	-
4069	Implementar iniciativas de controle e monitoramento de queimadas.	67.000,00	0,00	0	6	-	-
4070	Realizar a fiscalização nas áreas prioritárias	185.000,00	0,00	0	42	-	-
4071	Aprimorar o SICAM – Sistema Integrado de Controle Ambiental	85.000,00	0,00	0	1	-	-
TOTAL		1.013.500,00	3.207,53	0,32			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 166 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 081		Gestão da Política de Meio Ambiente						
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.							
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no Estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamentos ilegais, queimadas descontrolada, exploração mineraria, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A implementação do programa reverterá este quadro por definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente visando o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007							
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Índice de diminuição da degradação ambiental		Percentual			100			
Índice de inserção e controle social					100			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
4322	Implementar ações de comunicação jornalismo e publicidade	892.500,00	445.892,29	49,96	1	1	100	
4050	Avaliação Quantitativa e Qualitativa do ICMS Ecológico	113.600,00	31.642,82	27,86	694	695	100	
4051	Implementação do Plano Estadual de Prevenção, Controle e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais.	154.908,00	32.399,12	21,91	19	9	47	



3031	Implantação de Unidades Desconcentradas do Naturatins	130.000,00	0,00	0	3	-	-
4052	Manutenção de Unidades Desconcentradas do Naturatins	1.652.486,00	789.397,29	47,77	18	13	100
TOTAL		2.943.494,00	1.299.331,52	44,15	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto Natureza do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	16.509.807,00	8.568.927,80	51,90	7.810.799,83

3.2.1.5 Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV

Instituído mediante a Lei Estadual n.º 72, de 31 de julho de 1989, que à época era quase que completamente voltado para as atividades assistenciais dos servidores públicos estaduais, com exceção apenas da pensão por morte, enquadrada como benefício previdenciário.

Em cumprimento à nova ordem constitucional trazida com a reforma previdenciária de 1998, o Estado do Tocantins adequou sua legislação.

A Lei 1.246/2001 reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado e reestrutura o IPETINS, dispondo quanto à autonomia e competências da entidade.

Com o advento da Lei Federal nº 9.717, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1998, que deu suporte à Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, iniciou-se a reforma da previdência social no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em outros países, principalmente na Europa, buscando uma forma adequada e racional de administrar a previdência social, garantindo aos seus segurados o benefício de aposentadoria e aos seus dependentes o benefício de pensão.

É oportuno ressaltar que o regime de previdência anterior à reforma era aberto, ou seja, previa a participação de determinados segurados, na condição de segurado facultativo, no entanto, em razão da reforma previdenciária imposta pelo governo federal, mantiveram-se filiados aos regimes próprios somente os servidores que ingressaram no serviço público mediante concurso, conforme dispõe a Constituição Federal em seu art. 40, sendo os demais conduzidos ao Regime Geral de Previdência Social - do qual o INSS é gestor.

Tendo em vista o art. 84, da Lei Previdenciária Estadual, os benefícios previdenciários dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, mais conhecidos com os “Cartorários”, são garantidos mediante repasses do Tesouro Estadual ao RPPS, que tem como gestor o IGEPREV, uma vez que os recursos oriundos de contribuições facultativas, cujos contribuintes que recolhiam em dobro se esgotaram em dezembro de 2003. Diante disso, os §§ 1º e 2º do art. 84 da lei supramencionada determina “*in verbis*”: “Os benefícios concedidos aos serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, e aos seus dependentes, serão pagos pelo IPETINS até findarem os recursos financeiros disponíveis para esse fim. Findos os recursos, o Tesouro do Estado assumirá o pagamento dos benefícios até serem extintos.”

Diante disso, cumpre observar que todos os processos relativos a benefícios previdenciários dos segurados facultativos que ficaram vinculados ao RPPS em função de direitos adquiridos são submetidos à análise técnica da Superintendência de Gestão Previdenciária deste Instituto, que após a instrução adequada, com base na legislação específica, submete-os à apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Gabinete do Presidente.

Após o pronunciamento jurídico favorável da PGE esses processos retornam à referida Coordenadoria que elabora os atos concessivos dos benefícios e adota outras providências complementares, tais como: publicação no Diário Oficial, inclusão ou alteração em folha de pagamento e encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento e registro.

Esse Instituto desenvolveu suas atividades através do programa de Previdência Social, tendo como recursos disponíveis para execução deste programa o montante de **R\$ 846.189,00**, utilizando-se desse total **R\$ 820.849,75**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 167 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	73.000,00	58.198,57	79,72	14.801,43
Pagamento a Aposentados e Pensionistas serventuários da Justiça	773.189,00	762.651,18	98,64	10.537,82
TOTAL	846.189,00	820.849,75	97,01	25.339,25

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins

3.2.1.6 Agência Estadual de Saneamento – AGESAN

A Agência de Saneamento foi criada pela Lei n.º 1.118, de 23 de novembro de 2000, teve seu regulamento aprovado pela Lei n.º 1.099, de 04 de janeiro de 2001.

Tem por finalidade precípua a regulação, execução, controle e fiscalização dos serviços de saneamento e compete à Agência Estadual de Saneamento o seguinte:

- I- executar a política estadual de saneamento;
- II- regulamentar e controlar a prestação dos serviços de saneamento da sua competência;
- III- criar, atualizar e manter à disposição dos interessados sistemas de informação e indicadores dos prestadores de serviços de saneamento no Estado;
- IV- mediar e dirimir conflitos em matérias de concessão, permissão e autorização de serviços de saneamento, incluídos reajustes e revisões de tarifas, com vistas a garantir a universalidade de serviços, a modicidade da remuneração, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e sua compatibilidade com a capacidade de pagamento do usuário;
- V- promover estudos, fixar metas e implementar programas e ações visando à universalização, eficiência e quantidade dos serviços de saneamento;
- VI- capacitar os municípios para gestão dos seus serviços de saneamento, apoiando-os;
- VII- Punir, sempre que lhe couber, os infratores da legislação sobre prestação dos serviços de saneamento;
- VIII- as atribuições inerentes ao Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, definidas no art. 23, §§ 3º e 4º do art. 28 da lei 261, de 20 de fevereiro de 1991;
- IX- a gestão:
 - a) do patrimônio do Estado imobilizado em sistema de saneamento;
 - b) dos recursos financeiros públicos destinados à aplicação em sistemas de saneamento;

- c) promover a integração das políticas de saneamento com as demais políticas estaduais, em especial as relativas a recursos hídricos, saúde pública e meio ambiente.

A Agência Estadual de Saneamento tem por objetivo promover a melhoria das condições de Saneamento Ambiental do Estado, contribuindo para a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rurais (distritos, vilas e povoados).

Para a consecução desses objetivos a Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas para garantir o suprimento e a qualidade da água de abastecimento público, a destinação adequada dos esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares com sustentabilidade.

Os critérios de elegibilidade para implementação das ações se devem ao fato da inexistência, deficiência ou insuficiência das ações de saneamento do Estado do Tocantins, áreas desprovidas de infra-estrutura, áreas com maior incidência de doenças evitáveis por ações de saneamento (dengue, diarreia, etc...) e áreas com menor custo-benefício.

As atribuições da Agência Estadual de Saneamento foram desenvolvidas através de ações estruturados no Programa Finalístico Saneamento, Cidadania e Progresso, no qual engloba as ações de apoio administrativo. Para esse Programa foi autorizado recursos na ordem de **R\$ 16.958.679,00**, com execução de **64,55%**, ou seja, **R\$ 10.946.371,28**, conforme demonstração no quadro abaixo:

QUADRO 168 - Programa Finalístico

Programa: 039	Saneamento, Cidadania e Progresso			
Objetivo:	Promover a melhoria das condições de saneamento ambiental do Estado, contribuindo p/ a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rurais (distritos, vilas e povoados).			
Justificativa:	A Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas para garantir o suprimento e a qualidade de água de abastecimento público, a destinação adequada de esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares, com sustentabilidade.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Percentual da População urbana beneficiada com água potável				95
Percentual da População urbana beneficiada com esgotamento sanitário.				60
Percentual da População urbana beneficiada com tratamento de resíduos sólidos.	-	-	-	80
Percentual da População urbana beneficiada com melhorias sanitárias domiciliares.				80

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4157	Atendimento à População com Sistema de Abastecimento de Água Potável	2.260.678,00	1.567.498,17	69,34	9	-	-
4158	Atendimento à População com Sistema de Esgotamento Sanitário	13.177.113,00	8.237.060,87	62,51	15	14	93,33
4160	Atendimento à População com Melhorias Sanitárias em Domicílios Residenciais.	1.054.746,00	698.767,27	66,25	1	1	100
4001	Coordenação dos serviços administrativos gerais	168.000,00	151.889,88	90,41	-	-	-
4002	Manutenção de serviços de transportes	0,00	0,00	0	-	-	-
4004	Manutenção de recursos humanos	286.142,00	281.866,13	98,50	-	-	-
4003	Ações de informática	12.000,00	9.288,96	77,41	-	-	-
TOTAL		16.958.679,00	10.946.371,28	64,55	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência Estadual de Saneamento

3.2.1.7 Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde do Estado do Tocantins, instituída pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2002, sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2003, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2003, aprovou seu estatuto.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins propõe-se a responder aos desafios de assegurar a formação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde

em nível técnico e básico, desenvolvendo competências e habilidades, considerando aspectos técnico-operativos e ético-participativos, relacionando a teoria com a dimensão da realidade, estimulando a efetiva qualidade das ações e serviços oferecidos.

Dotada de instrumentos de planejamento, gestão, gerência, monitoramento e avaliação, primando pela capacitação de docentes, estabelecendo interfaces permanentes na implementação de sua proposta de educação para o trabalho, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins iniciou em junho de 2004 suas atividades, com a implantação do Curso Técnico em Higiene Dental. Funciona centralizada em Palmas, oferecendo 4 turmas de Técnico em Higiene Dental, e desde agosto de 2004 vem trabalhando com o Projeto de Formação do Agente Comunitário de Saúde. A partir de 2005, de forma descentralizada, atendeu com mais eficiência as outras regiões do Estado do Tocantins, com a implantação do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde em dezoito pólos de diversas regiões, atendendo várias cidades do Estado, como também a implantação do Curso de THD em Araguaína.

A escola funciona em caráter provisório na 403 Sul s/nº, prédio do antigo aeroporto, Palmas/TO.

Com a construção de sua sede definitiva serão expandidas e diversificadas as novas atividades, como: números de cursos técnicos, pesquisa, extensão e cursos tecnológicos para um melhor atendimento de saúde e comunidade.

As atribuições da Escola Técnica de Saúde foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 602.460,86**, com execução de **R\$ 149.283,18**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 169 - Programa Finalístico

Programa: 111	Desenvolvimento Técnico em Saúde			
Objetivo:	Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.			
Justificativa:	O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde, o que traz enormes prejuízos ao combate a endemias e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde. Com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais, qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da Escola Técnica do SUS (ETSUS), acarretaria na permanência de um serviço de saúde que não corresponderia as exigências do SUS por falta de profissionais formados.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Número de profissionais de saúde nível básico		Unidade	2.212	31/12/2005	1.800			
Número de profissionais de saúde nível técnico			4.203		4.615			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Mov. Crédito	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4182	Ampliação da frota de veículos da ETSUS	0,00	95.000,00	0,00	0	2	1	50
3092	Implantação da escola técnica de saúde do Tocantins	0,00	140.000,00	73.665,32	52,62	3	16	533
4321	Construção da sede da Escola da ETSUS	0,00	255.000,00	0,00	0	20	0	0
4181	Realização de cursos técnicos	0,00	112.460,86	75.617,86	67,24	3	-	-
TOTAL		0,00	602.460,86	149.283,18	24,78	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Escola Técnica de Saúde

3.2.1.8 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO foi criado pela Lei nº. 308, de 17 de outubro de 1991, como uma entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, no âmbito do Estado o Departamento Estadual de Trânsito é o Órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 17.110.951,00**, com execução de **R\$ 10.638.635,43**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 170 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.487.159,00	2.525.352,78	72,42	961.806,22
Manutenção de Serviços de Transportes	340.700,00	214.162,00	62,86	126.538,00
Manutenção de Recursos Humanos	4.495.217,00	4.304.383,81	95,75	190.833,19
Ações de Informática	3.028.630,00	1.000.308,03	33,03	2.028.321,97
TOTAL	11.351.706,00	8.044.206,62	66,01	3.307.499,38

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 171 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	28.000,00	19.312,21	49,40	8.660,68
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	180.300,00	142.782,36	79,19	37.517,64
TOTAL	208.300,00	162.094,57	64,30	46.178,32

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 172 - Programa Finalístico

Programa: 112 **DETRAN: Excelência nos Serviços ao Cidadão**

Objetivo: Modernizar os macroprocessos de gestão e integrar a sociedade no contexto de políticas de trânsito, para o devido cumprimento das leis e harmonizar o trânsito, tornando-o mais seguro para condutores e pedestres.

Justificativa: Atender à superação das expectativas, entendendo que a qualidade dos serviços do Órgão depende da satisfação dos usuários. Melhorar a prestação de serviços à comunidade.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Satisfação dos usuários de trânsito	Porcentagem	30	Jun/2003	70
Rapidez e eficiência ao usuário		10	Set/2003	15
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
	RECURSOS (R\$)			

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3046	Implantação de Postos de Trânsito Avançado	280.000,00	279.171,00	99,70	13	4	30,77
4096	Estagio Supervisionado para prestação de serviços	200.950,00	171.389,82	85,29	38	38	100
3047	Implantação da Prova Eletrônica nas CIRETRANS	188.210,00	138.697,20	73,69	7	3	42,86
3048	Implantação da Banca Examinadora Volante equipada	136.000,00	0,00	0	1	0	0
3049	Implantação do DETRAN MÓVEL	155.000,00	0,00	0	1	0	0
3043	Construção de Pista Sinalizada p/ aplicação das provas de direção	0,00	0,00	0	190	0	0
3051	Construção de sede das CIRETRANS	923.020,00	658.492,42	71,34	4	2	50
3052	Reforma nas CIRETRANS e Postos de Trânsito	70.207,00	60.206,39	85,76	1	7	700
3053	Construção da sede do DETRAN em Palmas	300.000,00	196.346,53	65,45	600	388,02	64,67
3054	Implantação de Terminais de atendimento nas divisas do Estado do Tocantins	58.100,00	33.917,40	58,38	7	0	0
3097	Microfilmagem da documentação de veículos e carteira nacional de habilitação.	392.970,00	0,00	0	600.000	0	0
3055	Informatização do setor de protocolo e patrimônio	0,00	0,00	0	240	120	50
3056	Informatização das CIRETRANS e Postos de Trânsito	40.000,00	36.229,30	90,57	2	0	0
3057	Aparelhamento das Estações de Trabalho	340.000,00	180.189,58	53,00	212	112	53
4098	Capacitação dos servidores do DETRAN	75.000,00	4.310,00	5,75	345	6	5,74
3058	Implantação da Biblioteca Especializada	0,00	0,00	0	25	0	0
3059	Informatização do setor de estatística	0,00	0,00	0	280	0	0
4099	Desenvolvimento de pós-graduação na área de trânsito	69.850,00	49.500,00	70,87	1	1	100
TOTAL		3.229.307,00	1.808.449,64	56	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 173 - Programa Finalístico

Programa: 114		Tocantins: Transitar com Cidadania					
Objetivo:	Acionar um trabalho contínuo em coerência as adversidades do tempo, entendendo que todas as pessoas podem contribuir com o trânsito do futuro: justo, humano e cidadão.						
Justificativa:	Subsidiar a melhoria do trânsito no Estado do Tocantins, detectando informações precisas nos mais variados seguimentos sociais.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Acidentes de Trânsito no Estado do Tocantins		Unidade	5.417	Março/2003	4.917		
Infrações de Trânsito			4.397		3.797		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4100	Introdução da educação p/o trânsito nas escolas	120.000,00	0,00	0	26	0	00
4101	Implantação do pólo cultural artístico funcional do detran	0,00	0,00	0	60	0	0
4102	Implantação de agentes mirins de trânsito	120.000,00	0,00	0	200	0	0
4103	Realização de campanhas dos trabalhos do DETRAN	813.000,00	592.786,50	72,91	47	47	100
4104	Fiscalização de Trânsito	929.693,00	31.070,99	3,34	11	3	27,27
TOTAL		1.982.693,00	623.857,49	29,25	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento Estadual de Trânsito

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	17.110.951,00	10.638.635,43	62,17	6.472.315,57

3.2.1.9 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO foi criada pela Lei 1.027, de 10 Dezembro de 1998.

O objetivo primordial da *ADAPEC/TO* é o controle Zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor Agropecuário.”

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores público e privado para a execução de serviços de defesa agropecuária, nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária;

As atribuições da Agência de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, de Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 15.222.962,00**, com execução de **83,97%**, ou seja, **R\$ 12.783.575,05**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 174 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	583.400,00	577.295,45	98,95	6.104,55
Manutenção de Serviços de Transportes	178.000,00	158.431,07	89,00	19.568,93
Manutenção de Recursos Humanos	11.678.555,00	11.494.201,89	98,42	184.353,11



Ações de Informática	16.000,00	13.734,58	85,84	2.265,42
TOTAL	12.455.955,00	12.243.662,99	98,29	212.292,01

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 175 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	32.500,00	31.951,00	98,31	549,00
TOTAL	32.500,00	31.951,00	98,31	549,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 176 - Programa Finalístico

Programa: 060 Defesa e Inspeção Sanitária Animal

Objetivo: Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.

Justificativa: Ações de Sanidade e Inspeção Animal visam o controle e análise de animais, produtos ou subprodutos que possam acarretar qualquer tipo de enfermidade que prejudique a economia do Estado e a saúde pública, influenciando diretamente nas exportações de gêneros primários.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Produtos de origem animal		Toneladas	596.649.828	12/2004	544.280.905		
Animais inspecionados		Animais	17.205.327		17.250.327		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4186	Inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal	40.700,00	0,00	0	16.708	20.505	122,73
4187	Sanidade dos ovinos e caprinos	35.000,00	0,00	0	75.353	85.850	113,93
4188	Sanidade dos animais aquáticos	21.000,00	0,00	0	1.200	875	72,9



4189	Sanidade dos eqüídeos	40.000,00	0,00	0	129.600	177.301	144,62
4190	Sanidade dos suídeos	44.000,00	0,00	0	102.857	161.763	157,27
4191	Controle e erradicação da brucelose e tuberculose	125.000,00	0,00	0	8.000.000	3.403.525	42,54
4192	Erradicação da febre Aftosa	516.000,00	0,00	0	8.000.000	7.917.145	98,16
4193	Controle do trânsito de produtos de origem animal	43.300,00	0,00	0	433.629	799.266	184,32
4194	Controle da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias	68.000,00	0,00	0	8.094.011	8.187.654	100,77
4195	Sanidade das aves	5.000,00	0,00	0	1.475.000	1.771.045	120,07
4196	Capacitação técnica na área animal e vegetal	180.000,00	0,00	0	4	9	225
4197	Veiculação de campanhas de combate à Aftosa e Brucelose	660.700,00	440.000,00	66,59	4	4	100
4198	Realização de eventos em Sanidade Animal e Vegetal	52.000,00	0,00	0	700	1.042	148,85
4199	Distribuição de material educativo da área Animal e Vegetal	160.000,00	29.417,36	18,38	99.116	121.434	122,52
3094	Informatização das unidades de serviços	150.207,00	206,50	0,13	21	1	4,76
3095	Reestruturação das unidades de serviços	50.000,00	0,00	0	64	39	60,93
3096	Renovação de frota	300.000,00	0,00	0	15	5	33,33
3097	Construção, ampliação e reforma de prédios e módulos	42.600,00	27.632,00	64,86	18	13	72,22
TOTAL		2.533.507,00	497.255,86	19,28	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 177 - Programa Finalístico

Programa: 061	Defesa e Inspeção Vegetal
Objetivo:	Fortalecimento das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas, inspeção da produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações, inspeção da comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC-CIV, ampliação das ações de vigilância fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes, podendo viabilizar o estabelecimento de áreas ou locais de produção livres de pragas, valorizando, assim, a preservação do patrimônio fitossanitário do Estado do Tocantins.



Justificativa:	Compete às unidades da federação legislar e fiscalizar os agrotóxicos, conforme estabelece o art. 10 da Lei Federal 7.802, de 12 de julho de 1989. Ainda no âmbito federal encontra-se a Lei 10.711 que dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas. No Estado do Tocantins foi sancionada a Lei 1.082 que atribui à ADAPEC/TO a fiscalização do comércio de defensivos agrícolas e o Decreto Estadual 1.634 que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins. O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de disseminação de pragas e preservar o patrimônio sanitário dos produtos agrícolas do Estado são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e controle de pragas. As implementações das ações garantem que os produtos agrícolas tocantinenses se adequem aos padrões fitossanitários cobrados pelos mais exigentes mercados.
-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas vegetais de interesse econômico	Hectares	26.523,97	12/2004	27.713
Inspeções fitossanitárias realizadas	Fiscalizações realizadas	33.192	Dez/2005	3.064

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4201	Fiscalização do comércio de sementes e mudas	20.000,00	0,00	0	9.950	12.132	122
4202	Inspeção da produção de sementes e mudas	10.000,00	0,00	0	0	0	0
4203	Cadastramento e inspeção do comércio de agrotóxicos	20.000,00	0,00	0	9.310	13.900	149
4205	Profilaxia e Controle de pragas de Outras Culturas	20.000,00	0,00	0	1.500	5.157	343,8
4204	Profilaxia e controle de pragas das frutíferas	20.000,00	0,00	0	1.200	1.101,82	91,82
4206	Documentos Fitossanitários	25.000,00	0,00	0	2.346	991	42,24
4050	Fiscalização do Trânsito de Vegetais	25.000,00	0,00	0	3.828	4.953	128,38
TOTAL		140.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Agência de Defesa Agropecuária

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	15.222.962,00	12.783.575,85	83,97	2.439.386,15

3.2.1.10 Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública Estadual foi criada através da Lei nº. 020, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS tem como missão promover ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos em parceria com as famílias rurais e suas organizações, priorizando a agricultura familiar, visando o desenvolvimento rural sustentável através da melhoria da qualidade de vida, da segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda, da preservação ambiental e promover a fixação do homem no campo.

Para essa entidade foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
- apoiar e orientar as famílias rurais e suas organizações na seleção e uso de tecnologias e produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- buscar a segurança e soberania alimentar, com ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola, em qualidade e quantidade suficientes;
- fomentar a geração e manutenção de emprego e renda de forma desconcentrada no meio rural, com ações que visem o aumento da produção e da produtividade, incluindo atividades não agrícolas.

Estratégias para se atingir esses objetivos foram adotadas, tais como:

- implementar processos contínuos de capacitação, agindo interativamente nas áreas culturais, sociais, ambientais e econômicas;
- desenvolver ações de recuperação, conservação e manejo de agrossistemas;

- assessorar e orientar as famílias rurais na busca de alternativas para o melhor aproveitamento dos fatores de produção dos recursos internos;
- interagir, junto às famílias rurais com ações que visem o fortalecimento da cooperação e de suas organizações associativas e representativas;
- fortalecer os relacionamentos de parceiros institucionais;
- participar na elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento do meio rural;
- participar das atividades e eventos que promovam os serviços e a imagem institucional;
- desenvolver ações de capacitação, atualização técnica e gerencial do quadro funcional.

Desta forma, os programas e ações do RURALTINS, no exercício de 2005, visaram a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, através de metodologias participativas e buscou-se a organização social das comunidades rurais, potencializou atividades produtivas agropecuárias voltadas à oferta de alimentos saudáveis e de matérias-primas, apoiou estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais. Igualmente estimulou a agroindustrialização e o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares fundamentais que sustentou suas ações destacou-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, culturais e ambientais do Estado, enfatizando que a busca da inclusão social da população rural tocantinense mais pobre foi o elemento central dos serviços prestados pelo RURALTINS.

Diante disto, as atribuições do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, e três Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 21.125.606,00**, com execução de **72,70%**, ou seja, **R\$ 15.359.439,62**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 178 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	649.592,00	582.442,28	89,67	67.149,72



Manutenção de Serviços de Transporte	282.550,00	253.268,11	89,64	29.281,89
Manutenção de Recursos Humanos	9.063.760,00	8.606.082,62	94,95	457.677,38
Ações de Informática	593.350,00	309.345,27	52,14	284.004,73
TOTAL	10.589.252,00	9.751.138,28	92,09	838.113,72

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 179 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	360.000,00	328.231,99	91,18	31.768,01
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	20.000,00	0,00	0	20.000,00
TOTAL	380.000,00	328.231,99	86,38	51.768,01

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 180 - Programa Finalístico

Programa: 040 Fomento à Produção Vegetal

Objetivo: Fomentar a produção agrícola do Estado objetivando o fortalecimento da economia das comunidades rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Justificativa: A agricultura tocantinense apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais, por consequência da indevida utilização da terra, não atingem a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos, dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural. A inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concretas visando subsidiar o setor certamente agravará ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura. Desde a criação do estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de aumento da produção agrícola	Porcentagem	25,17	11/2005	-



AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3098	Implantação de hortas – Projeto Quintal Verde	146.000,00	139.806,24	95,75	19.330,3	-	-
TOTAL		146.000,00	139.806,24	95,75	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 181 - Programa Finalístico

Programa: 115	Valorização da Agricultura Familiar
----------------------	--------------------------------------------

Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar visando a inclusão social e a fixação das famílias no meio rural.
------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Justificativa:	No setor produtivo, em especial no seguimento da agricultura familiar, o cenário construído através das audiências públicas realizadas nas várias regiões do Estado aponta para a crônica insuficiência e ineficiência da assistência técnica. Basicamente a partir deste problema central, decorrem as más condições de vida dos agricultores familiares, a desorganização social da agricultura familiar, a baixa produtividade, a pouca diversificação das atividades agropecuárias. A insuficiência de mão-de-obra qualificada, a capacidade ociosa das agroindústrias existentes, a dificuldade de acesso aos canais de comercialização e ao crédito rural, são problemas que serão solucionados através da disponibilização de assistência técnica suficiente e eficiente, promovendo a verticalização da produção, agregando valor aos produtos agropecuários e incentivando a comercialização, concluindo assim as fases da cadeia produtiva aos agricultores familiares e as organizações sociais. Tal visão impulsionará este importante setor, com a conseqüente diminuição do desemprego, aumento da renda familiar e diminuindo o êxodo rural.
-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução:	PPA 2004/2007
---------------------------	---------------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Relatório Semestral	Unidade	-	-	-
Adoção de inovação tecnológica	Porcentagem	-	-	80

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4208	Assistência Técnica ao agricultor familiar	3.197.863,00	2.366.356,43	74	26.574	20.770	78,16
4209	Elaboração de projetos para licenciamento das agroindústrias	0,00	0,00	0	25	3	12
4211	Inclusão da mulher rural no processo produtivo	50.000,00	0,00	0	1.025	2.342	228,49
4212	Inclusão do jovem rural no processo produtivo	41.900,00	0,00	0	615	878	142,76



4213	Profissionalização do Agricultor familiar	597.400,00	90.342,50	15,13	4.429	3.886	87,74
4210	Organização das comunidades rurais: cooperativismo e associativismo	57.500,00	0,00	0	1.700	427	25,12
4214	Capacitação de Técnicos	150.000,00	0,00	0	613	480	78,30
3099	Fortalecimento do sistema de suporte técnico p/ agricultura familiar – FORTER	271.481,00	254.194,29	93,64	570	570	100
4215	Assistência técnica à lavoura comunitária	55.000,00	0,00	0	548	0	0
3101	Exposições Agropecuária e Feiras Agrotecnológicas	60.072,00	58.051,32	96,64	14	20	142,86
4217	Monitoramento e Avaliação das Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	15.000,00	6.720,00	45	42	-	-
4358	Valorização da agricultura familiar: Organizar, Produzir e Agregar	2.230.000,00	1.781.479,9	79,89	-	-	-
4216	Assist. Técnica aos Pólos de Fruticultura Irrigada	34.600,00	0,00	0,00	4	0,00	0,00
TOTAL		6.760.816,00	4.557.144,01	67,41	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 182 - Programa Finalístico

Programa: 116		Modernização Administrativa					
Objetivo:	Melhorar a qualidade no atendimento ao usuário e adequar os meios e métodos as novas técnicas a serem utilizadas.						
Justificativa:	Adquirir equipamentos, capacitar técnicos e melhorar as condições nas instalações, proporcionando mais qualidade no desempenho dos trabalhos deste Instituto.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-	-	-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4218	Aparelhar/reaparelhar os escritórios do Ruraltins	1.590.072,00	466.736,22	29,36	46	14	30
TOTAL		1.590.072,00	466.736,22	29,36	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 183 - Programa Finalístico

Programa: 118		Promoção da Sustentabilidade Ambiental					
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, preservando e recompondo a biodiversidade natural.						
Justificativa:	Com relação ao meio ambiente e recursos hídricos foram detectados os seguintes problemas: desmatamento da mata ciliar, desmatamento irregular e desordenado, falta de licenciamento ambiental nas propriedades rurais, queimadas ilegais indiscriminadas e desordenadas poluição por agrotóxico, assoreamento dos rios. A não implementação de um programa de caráter basicamente educativo quanto às questões ambientais, leva inevitavelmente à falência outros programas de caráter produtivo pelo esgotamento de fatores de produção, principalmente água e solo. Além de uma crescente conscientização das comunidades rurais quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, a existência de políticas ambientais tanto a nível federal quanto estadual e de apoio de organismos internacionais favorecem a implantação do programa.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4221	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares para questões ambientais	459.916,00	109.855,90	23,89	26.574	19.093	71,85
4222	Elaboração de índice de conservação do solo dos municípios p/ avaliação quantitativa e qualitativa do ICMS ecológico	0,00	0,00	0	3.756	0	0
4223	Elaboração de projetos ambientais p/ regularização de atividades modificadores do meio ambiente para agricultura familiar	129.550,00	6.526,50	5,04	5.448	421	7,73
4224	Executar o componente de desenvolvimento sustentável do PGAI	670.000,00	0	0	13		
3104	Construção e Aparelhamento do Centro de Capacitação em Questões Ambientais para Preserv. e Conservação do Meio Ambiente	400.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		1.659.466,00	116.382,40	7,01	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	21.125.606,00	15.359.439,62	72,71	5.766.166,38

3.2.1.11 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS criado pela Lei nº 87, de 27 de outubro de 1989, e estruturado pelo Decreto nº 119, de 18 de agosto de 1995, é entidade autárquica estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem como objetivos os seguintes:

- I. participar ativamente na formação da política de desenvolvimento agrário do Governo, visando a modernização e o progresso da agricultura;
- II. promover o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se preste à exploração extrativa, pecuária ou agrícola e não esteja sendo utilizadas para outros fins de interesse público;
- III. elaborar e implantar projetos de assentamento de terras públicas;
- IV. estabelecer com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e o Ministério Extraordinário de Política Fazendária uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;
- V. administrar os recursos do fundo agrário estadual;
- VI. promover discriminatórias administrativas ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao seu patrimônio;
- VII. promover medição, demarcação e levantamento sócio-econômico, visando à regularização fundiária;
- VIII. solucionar litígios agrários em sua área de atuação;
- IX. estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;
- X. estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;

- XI. elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;
- XII. realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra;
- XIII. colaborar com outras entidades na conservação dos recursos naturais e meio ambiente;
- XIV. elaborar estatísticas agrárias;
- XV. remover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;
- XVI. arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;
- XVII. assistir os projetos de assentamento no campo educacional, sanitário, de moradia, energia, assistência técnica, posto telefônico, estradas, posto de saúde, para garantia de melhores níveis de vida aos beneficiários;
- XVIII. estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento;
- XIX. resgatar, guardar e conservar documentos referentes ao patrimônio imobiliário do Estado, tais como os livros de registros paroquiais, de sesmarias e outros afins;
- XX. criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

As atribuições do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, e dois Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 9.784.798,00**, com

execução de **67,35%**, ou seja, **R\$ 6.590.340,30**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 184 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	347.674,00	244.575,25	70,35	103.098,75
Manutenção de Serviços de Transportes	146.600,00	129.997,70	87,44	16.602,30
Manutenção de Recursos Humanos	1.403.829,00	1.340.319,41	93,25	63.509,59
Ações de Informática	17.500,00	13.200,82	75,43	4.299,18
TOTAL	17.500,00	13.200,82	90,21	187.509,82

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 185 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	39.000,00	36.631,00	86,33	2.369,00
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	11.000,00	8.042,64	73,11	2.957,36
TOTAL	50.000,00	44.673,64	89,34	5.326,36

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 186 - Programa Finalístico

Programa: 119	Regularização de Terras Públicas			
Objetivo:	Aumentar o número de imóveis regularizados, permitindo ao pequeno e médio produtor rural maior acesso às linhas de crédito, bem como atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais.			
Justificativa:	O Estado do Tocantins tem um grande número de propriedades rurais necessitando de regularização fundiária para que o produtor rural consiga acessar o crédito das instituições financeiras e os programas voltados para a produção agrícola. Desta forma a regularização fundiária esta diretamente relacionada com o aumento da produção agropecuária do Estado.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Imóveis regularizados		Porcentagem	15	Dez/2003	40		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4227	Realização de vistorias ocupacionais de imóveis rurais	43.100,00	24.094,50	59,44	1.200	1.695	141,25
4228	Realização de demarcação de terras publica	86.373,00	84.345,30	97,65	400 Km/L	942,5 Km/L	235
4229	Desapropriação de imóveis	1.930.000,00	990.001,91	51,29	45.005,2500ha	32.341,2500ha	71,86
4230	Desapropriação para reordenamento fundiário	1.699.000,00	1.296.144,80	77,66	10.000,0000ha	1.051,1782	10,51
4226	Arrecadação de Imóveis rurais	2.000,00	1.863,00	93,15	150.000,0000ha	28.083,4728ha	18,72
4225	Realização de Operações Especiais	25.000,000	21.143,76	84,57	13	13	100
4231	Realização de Diagnostico Fundiário	57.800,00	38.008,38	65,76	78.000,0000ha	158.556,6714	203,27
3105	Realização do cadastro rural do Estado	350.000,00	41.010,86	11,72	634 Imóveis	0	0
TOTAL		4.193.273,00	2.496.612,51	59,54	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 187 - Programa Finalístico

Programa: 120	Modernização Administrativa do ITERTINS			
Objetivo:	Promover melhores condições de trabalho para alcançar um atendimento de qualidade aos produtores rurais.			
Justificativa:	Proporcionar um espaço físico adequado para o bom desenvolvimento das ações pertinentes, sendo que a questão fundiária é o início do processo de produção do Estado e, no momento, as instalações existentes não possibilitam o desenvolvimento das atividades afins, lembrando também que o ITERTINS está passando por uma reestruturação interna e o espaço físico atual é insuficiente para a adequação da nova estrutura proposta.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Pessoas atendidas com satisfação	Unidade	4.607	Julho/2004	5.989
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS
		RECURSOS (R\$)		

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3106	Construção do prédio do ITERTINS	3.401.638,00	2.101.638,00	61,78	90	77,77	12,23
3108	Aparelhamento do Setor de Topografia e Cartografia	65.654,00	34.570,00	52,65	60	14,28	25,72
3109	Ampliação da Frota de Veículos	156.330,00	156.330,00	100,00	02	02	100
3110	Informatização da Rede do ITERTINS	32.300,00	27.897,97	61,61	15	424	13,35
TOTAL		3.655.922,00	2.320.435,97	63,47	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	9.784.798,00	6.590.340,30	67,35	3.194.457,70

3.2.1.12 Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS, criada pela Medida Provisória nº 07, de 1º de janeiro de 1989, entidade da Administração Indireta, sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual é vinculada ao Governo do Estado do Tocantins através da Secretaria de Industria Comércio e Turismo e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.

O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal nº 8.934/94 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis. Os documentos arquivados devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão acerca dos propósitos da entidade em questão torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu publico-alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu

Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial, conforme abaixo descrito.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Justifica-se pela necessidade de se realizar e manter o registro público das empresas mercantis e atividades afins em todo o território tocaninense, subordinado às normas gerais prescritas na legislação vigente, com o propósito de disponibilizar a qualquer interessado as informações sobre regularidade das empresas, capital social, sócios, acionistas, titulares, administradores e demais informações relacionadas às empresas mercantis visando proporcionar segurança as relações sociais que envolvam as referidas pessoas jurídicas.

Seu público-alvo são empresários, contadores e sociedade em geral que tenham interesse nas informações sobre registro público de empresas mercantis no Estado e atividades afins.

Adota como estratégias de implementação a administração dos serviços de registros mercantis, o cadastro das empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no estado e a manutenção atualizada das informações pertinentes.

A Junta Comercial possui somente um programa finalístico onde foram apropriadas as ações do programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 3.100.799,00**, sendo executado **50,88%** desse montante, ou seja **R\$ 1.577.738,97**, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 188 - Programa Finalístico

Programa: 127		Normatização e Fiscalização das Atividades Empresariais		
Objetivo:	Obter controle dos registros públicos de empresas mercantis no Estado.			
Justificativa:	Realizar e disponibilizar registro público das empresas mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na legislação vigente, exercido em todo o território estadual.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Empresas Registradas	Unidade	-	-	-
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
	RECURSOS (R\$)			

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3110	Construção da sede da JUCETINS	390.000,00	0,00	0	250	-	-
3112	Interligação da rede de computadores	80.000,00	0,00	0	1	-	-
3113	Veiculação de informação	40.000,00	120,00	0,30	2,000	-	-
4234	Registro de empresas	203.000,00	1.942,50	0,95	4,700	-	-
3114	Implantação do programa de qualidade	40.000,00	490,00	1,22	50	-	-
3115	Atualização do cadastro estadual de empresas	30.000,00	0,00	0	12.000	-	-
3116	Informatização das unidades da JUCETINS	120.000,00	0,00	0	3	-	-
3117	Ampliação da frota de veículos	190.000,00	150.600,00	79,26	2	-	-
4001	Manutenção dos serviços administrativos gerais	498.000,00	245.661,09	49,32	1	-	-
4002	Manutenção dos serviços de transporte	130.000,00	68.780,96	52,90	2	-	-
4004	Manutenção de recursos humanos	1.049.799,00	1.033.201,09	98,41	50	-	-
4235	Manutenção dos recursos de informática	330.000,00	76.943,33	23,31	1	-	-
TOTAL		3.100.799,00	1.577.738,97	50,88		-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Junta Comercial do Estado do Tocantins

3.2.1.13 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins – IPEM é uma Autarquia criada pela Lei estadual nº 998, de 14 de julho de 1998, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio. Órgão delegado pelo INMETRO para atuar nas áreas da Metrologia Legal e Qualidade, cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial.

Diante da relevante missão atribuída ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins e visando evidenciar o trabalho realizado ao longo do exercício em questão, suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Controle e Qualidade, cuja execução está demonstrada no quadro a seguir:

QUADRO 189 - Programa Finalístico

Programa: 129		Controle e Qualidade					
Objetivo:		Licenciar, aferir e fiscalizar os instrumentos metrológicos e assegurar a qualidade dos bens e serviços produzidos e ou comercializados no Estado.					
Justificativa:		Atender as constantes reclamações dos consumidores em relação aos pesos e medidas e a qualidade dos produtos e serviços ofertados no Estado, bem como propiciar o cumprimento da legislação federal quanto ao procedimento de aferição de instrumentos metrológicos.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Instrumentos fiscalizados		Unidade	80,95	12/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação de Manutenção Serviços Administrativos Gerais	386.167,00	252.641,18	65,4	-	-	-
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	172.000,00	123.536,37	71,8	-	-	-
4004	Manutenção de Recursos Humanos	792.029,00	600.447,87	75,8	-	-	-
4239	Manutenção dos Serviços de Informática	71.840,00	20.186,80	28,1	-	-	-
4238	Fiscalização da Qualidade e controle metrológico	142.833,00	136.901,00	95,8	18.270	17.443	95
3123	Construção do Edifício Sede	875.160,00	0,00	0	1	0	0
3124	Aparelhamento das Instalações da sede do IPEM	62.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		2.502.029,00	1.133.792,42	45,3	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins

3.2.1.14 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;

- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;
- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

As atribuições do Departamento de Estradas de Rodagem foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, quatro Finalísticos e um de Gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 588.223.535,00**, utilizando desse montante **R\$ 496.216.790,55**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 190 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.888.467,00	3.750.545,64	96,45	3.888.467,00
Manutenção de Serviços de Transportes	20.684.257,00	18.982.924,95	91,77	20.684.257,00
Manutenção de Recursos Humanos	17.472.326,00	16.059.862,30	91,92	17.472.326,00
Ações de Informática	391.494,00	367.085,14	93,77	391.494,00
TOTAL	42.436.544,00	39.160.418,03	92,28	42.436.544

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 191 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	160.000,00	133.007,49	83,13	160.000,00
TOTAL	160.000,00	133.007,49	83,13	160.000,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 192 - Programa Finalístico

Programa: 137 Pavimentar para Melhorar

Objetivo: Dar continuidade aos trabalhos de pavimentação da malha viária do Estado para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centros consumidores; promover segurança e

melhor trafegabilidade para o usuário; oferecer infra-estrutura viária para atrair mais investimentos para o Estado; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.

Justificativa: Verificou-se a necessidade de manter o programa "Pavimentar para Melhorar" baseado nos 16 encontros regionais do PPA, onde foram levantados problemas como: a deficiência na pavimentação urbana, as dificuldades no escoamento de produção e locomoção.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de rodovias pavimentadas e via urbana pavimentada		Percentual	37,04	12/2005	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3136	Pavimentação de vias urbanas	24.817.017,00	24.792.690,18	99,90	537.000 m ²	1.655.553,34	308,30
3137	Realização de estudos rodoviários.	10.775.002,00	7.754.484,90	71,97	621 Km	693,56	111,68
3138	Pavimentação de rodovias	280.240.242,00	276.085.968,27	98,52	280 Km	224,85	80,30
3067	Execução de medidas ambientais compensatórias.	50.625,00	50.621,23	99,99	9	3	33,34
3139	Construção de obras de arte especiais.	42.809.747,00	7.462.680,95	17,43	898 m	0	0
TOTAL		358.692.633,00	316.146.445,53	88,14	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 193 - Programa Finalístico

Programa: 138	Conservação Rodoviária						
Objetivo:	Manter a malha viária do Estado eficiente, oferecendo proteção e segurança aos usuários, permitindo a trafegabilidade e facilitando o escoamento da produção com custos menores.						
Justificativa:	Necessidade de manter a malha viária estadual em boas condições de trafegabilidade, uma vez que são elevados os investimentos para pavimentação de rodovias, além da contribuição do Estado aos municípios que não têm condições de manter a malha viária coletora.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Conservação de estruturação de rodovias estaduais e vicinais		Percentual			115,8		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		



N.º	Descrição	RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
		Autorizado	Executado	% Útil.			
4157	Conservação das Rodovias	33.669.275,00	27.754.340,56	82,43	18.720 Km	10.787,60	57,63
3069	Restauração das Rodovias Existentes	11.560.000,00	0,00	0,00	250 Km	0,00	0
TOTAL		45.229.275,00	27.754.340,56	61,36	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 194 - Programa Finalístico

Programa: 139		Programa Especial de Desenvolvimento - PED					
Objetivo:	Através de recursos do Governo Federal, continuar os trabalhos de pavimentação da malha viária do Estado para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centros consumidores; promover segurança e melhor trafegabilidade para o usuário; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.						
Justificativa:	O Programa PED - Programa Especial de Desenvolvimento foi criado no intuito de distribuir o repasse do Governo Federal ao Estado do Tocantins.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de rodovias pavimentadas com recursos do governo federal		Percentual	37,08	12/2005	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3141	Pavimentação de Rodovias-PED	115.034.667,00	113.021.616,20	98,25	50 km	-	-
TOTAL		115.034.667,00	113.021.616,20	98,25	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 195 - Programa Finalístico

Programa: 140		Polícia Rodoviária Estadual					
Objetivo:	Implantação e manutenção da Polícia Rodoviária Estadual						
Justificativa:	A Polícia Rodoviária Estadual foi criada juntamente com o Estado e faz-se necessária para assegurar a durabilidade das rodovias com controle de peso e dimensões dos veículos, a segurança dos usuários e coibir o tráfego de veículos irregulares.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						



Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de Postos implantados		Unidade	0	12/2004	25		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4163	Implantação da Polícia Rodoviária Estadual.	0,00	0,00	0	677	0	0
4343	Manutenção da Polícia Rodoviária Estadual.	0,00	0,00	0	1.250	0	0
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 196 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088		Desenvolvimento Regional Sustentável						
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.							
Justificativa:	Formulado em 1.999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do Estado (3714-BR); a partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável; Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do Estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paraná), Norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007							
Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Eficiência na conservação de áreas protegidas		Percentual	-	-	150			
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservados			100		115			
Aumento real da receita própria municipal			-		120			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
3125	Melhoramento de rodovias municipais (vicinais) - Região Sudeste	15.316.399,00	0,00	0	656	-	-	

3127	Implantação e reforma de residências rodoviárias	308.550,00	0,00	0	2	-	-
3128	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais - Região Sudeste	1.492.335,00	0,00	0	135	-	-
3129	Reforço institucional do DERTINS	4.101.127,00	0,00	0	1	-	-
3130	Melhoramento de rodovias municipais (vicinais) - Região do Bico	975.000,00	0,00	0	41	-	-
3134	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais - Região do Bico	1.492.335,00	0,00	0	135	-	-
3134	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais - Região Nordeste	1.492.335,00	0,00	0	135	-	-
3135	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais - Região do Jalapão	1.492.335,00	0,00	0	135	-	-
TOTAL		26.670.416,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Departamento de Estradas de Rodagem

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	588.223.535,00	496.216.790,55	84,36	92.006.744,45

3.2.2 Fundações Públicas

3.2.2.1 Fundação Cultural do Estado do Tocantins

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei nº 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 1.466 de 04 de abril de 2002, publicados no Diário Oficial nº 1.161 datados também de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e

acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 11.437.624,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 197 - Programa Finalístico

Programa: 029		Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins					
Objetivo:	Promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Estado do Tocantins, visando a democratização da cultura e acesso aos bens culturais, valorização das diversidades das expressões culturais do Estado e estímulo ao intercambio entre os municípios Tocantinenses, promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura e fortalecimento das bases culturais de sustentação do desenvolvimento econômico e social do Tocantins.						
Justificativa:	A necessidade de estabelecer a política cultural do Estado do Tocantins em face de apresentar o fazer cultural como elemento de inserção econômica e social do indivíduo.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Relatório Semestral		Unidade	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	941.020,00	869.201,89	92	-	-	-
4002	Manutenção dos serviços de Transporte	125.966,00	113.085,45	90	-	-	-
4004	Manutenção de Recursos Humanos	1.495.786,00	1.472.412,50	98	-	-	-
4086	Manutenção da tecnologia da informação	136.721,00	101.829,65	74	30	22	74
4089	Revitalização do Centro Histórico de Natividade	1.347.528,00	227.545,56	17	25	0	0
4093	Preservação do Patrimônio Material e Imaterial	190.274,00	173.840,88	91	6	6	100
4087	Difusão das Atividades artesanais	127.689,00	123.398,00	97	11	10	90
4090	Preservação das Tradições Culturais Indígenas	80.000,00	62.883,01	79	10	10	100
4091	Circulação do Projeto BR Arte e Cultura	469.100,00	440.134,03	94	15	33	220
4092	Fomento as Culturas Populares e Manifestações Artísticas.	5.873.540,00	5.780.650,89	98	55	160	290



4094	Divulgações das Ações Culturais	650.000,00	610.581,36	94	30	29	96
TOTAL		11.437.624,00	9.975.563,22	87,22	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins

3.2.2.2 Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei nº 1.243 e publicada do D.O.E. nº 1.080, de 11 de setembro de 2001. As seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar nº 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, tendo sido publicada pelo D.O.E nº 1.163, de 08 de abril de 2001.
- Decreto nº 1.669, de 27 de dezembro de 2002, aprova o Estatuto da Fundação de medicina Tropical, na forma do Anexo I e dispõe sobre o Quadro de Cargos e Salários em Comissão através do Anexo II, da Lei em questão.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

1. implementar, promover, custear e subvencionar:
 - a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;
 - b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;
 - c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;
 - d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;
 - e) as realizações de congressos, encontros e seminários;

- f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;
 - g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior;
2. prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, dos demais Estados, da União, do Distrito Federal e dos Municípios e a entidade de direito privado;
 3. contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;
 4. produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;
 5. firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras;

As atividades desta Fundação foram desenvolvidas em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos do Fundo Estadual de Saúde, e de acordo a Portaria SESAU Nº 0819, DE 29 de abril de 2005, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo.

As atribuições da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas Finalísticos, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos do Fundo Estadual de Saúde, e de acordo a Portaria SESAU Nº 0819, de 29 de abril de 2005, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 105.600,00**, e movimentados recursos no montante de **R\$ 45.000,00** com execução de **21,9%**, ou seja, **R\$ 31.471,29**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 198 - Programa Finalístico

Programa: 026		Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical. Promover o conhecimento, a detecção e pesquisa de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, com a finalidade de auxílio científico às atividades em geral, na adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos em medicina tropical. Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical.	
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical no estado e região. Necessidade de pesquisa (clínica, epidemiológica, laboratorial, de campo e outras) para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva buscando fundamentos científicos para as atividades de saúde em geral e adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Necessidade de divulgação do conhecimento para os profissionais envolvidos com a saúde e áreas afins, buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação, priorizando as doenças tropicais.	

Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.		Porcentagem	0	31/12/2004	100			
Média das metas físicas em porcentagem realizada do programa de ensino		Unidade	0		100			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Mov. Créditos	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4169	Realização de pesquisa em medicina tropical	0,00	45.000,00	31.471,29	69,93	14	0	0
TOTAL		0,00	45.000,00	31.471,29	69,93	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

QUADRO 199 - Programa Finalístico

Programa: 028		Avaliação em Saúde						
Objetivo:		Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocantinense.						
Justificativa:		Necessidade de fortalecer os programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura, processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o analise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.		Porcentagem	25	31/12/2004	100			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
4117	Avaliação de tecnologia em saúde	105.600,00	0,00	0	1	0	0	
TOTAL		105.600,00	0,00	0	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Mov. Crédito	Executado	% Exec.	Saldo
		105.600,00	45.000,00	31.471,29	20,89

3.2.3 Fundos Especiais

3.2.3.1 Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.º 867 de 16 de Outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei n.º 1.197, de 13 de Dezembro de 2.000. A Lei n.º 1.271, de 04 de Dezembro de 2.001, determina que o Presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

Sendo o FUNDES gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, considera-se como sua missão principal a concessão de empréstimos pessoal e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos estadual.

Considera-se ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar este setor a formalização de sua atividades

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também empreendimentos de maiores vultos, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas Fianlísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 31.760.952,00**, com execução de **38,63%**, ou seja, **R\$ 12.270.082,96**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 200 - Programa Finalístico

Programa: 075	Assistência Financeira ao Servidor Público Estadual
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros aos servidores públicos estaduais efetivos e reduzir déficit habitacional.
Justificativa:	Evitar que servidores públicos estadual contraíam empréstimos a juros altos em instituições de crédito e agiotagem, visando minimizar o elevado número de servidores desprovidos de casa própria e melhorar a qualidade de vida.



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de servidores contemplados		Porcentagem	84,9	2003	90		
Déficit habitacional dos servidores públicos estaduais			66,7	2002	70		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4012	Concessão de empréstimos aos servidores públicos	6.592.000,00	4.090.900,00	62,06	3.996	1.240	31,03
4013	Financiamento para aquisição e construção de unidades habitacionais	8.331.000,00	8.193,22	0,10	360	0	0
TOTAL		14.923.000,00	4.099.093,22	27,47	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 201 - Programa Finalístico

Programa: 076		Banco da Gente					
Objetivo:		Viabilizar recursos financeiros aos pequenos produtores urbanos e rurais.					
Justificativa:		Um dos problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores é a obtenção de crédito para financiamento dos seus empreendimentos, isto posto, este programa se justifica por colocar a disposição, uma linha de crédito de acesso facilitado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de liberação de crédito		Porcentagem	77,8	2002	90		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4017	Apoio financeiro para projetos de empreendedores informais setor produtivo	9.915.700,00	8.133.957,94	82,03	6.010	825	13,73
4014	Monitoramento de projeto empreendedor financiado	262.000,00	12.507,50	4,77	5.984	838	13,29
3002	Capacitação de servidores para análise e gerenciamento de crédito	180.000,00	3.923,80	2,18	2	2	100



4015	Financiamento de máquinas e implementos agrícolas para prefeituras, associações, cooperativas e unidade agroindustrial produtiva	6.282.252,00	0,00	0	351	0	0
4016	Vistoria técnica de máquinas e implementos agrícolas financiados	78.000,00	20.600,50	26,41	229	32	13,97
4018	Ampliação da frota de veículos	120.000,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL		16.837.952,00	8.170.989,74	48,52	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	31.760.952,00	12.270.082,96	38,63	19.490.869,04

3.2.3.2 Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2005 foi contemplada a ação de Aparentamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocaninense com um alto índice de sensação de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas através de uma ação estruturada no programa finalístico Reforma das Instituições de Segurança Pública. Para essa ação foram autorizados recursos no montante de **R\$ 1.000.000,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 202 - Programa Finalístico

Programa: 047	Reforma das Instituições de Segurança Pública
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público,



sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos		0,002		0
Índice de incidência de roubos		-		90
Índice de vítimas no trânsito		0,6		0
Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)	Porcentagem	-	2003	100
Índice de assistência a policiais		-		100
Taxa de expansão do efetivo policial		100		105
Índice de qualificação profissional		-		110

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4025	Aparelhamento da Polícia Militar	250.000,00	141.763,83	56,71	123	159	129,26
4026	Manutenção das unidades da Polícia Militar	750.000,00	552.072,43	73,60	132	72	54,54
TOTAL		1.000.000,00	693.836,26	69,38	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Modernização da Polícia Militar

3.2.3.3 Fundo de Fardamento da Polícia Militar – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas através de uma ação estruturada no programa Finalístico Reforma das Instituições de Segurança Pública, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 203 - Programa Finalístico

Programa: 047	Reforma das Instituições de Segurança Pública
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal

bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.

Justificativa:

A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos		0,002		0
Índice de incidência de roubos		-		90
Índice de vítimas no trânsito		0,6		0
Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)	Porcentagem	-	2003	100
Índice de assistência a policiais		-		100
Taxa de expansão do efetivo policial		100		105
Índice de qualificação profissional		-		110

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4027	Fornecimento de Fardamento	1.000.000,00	677.119,06	67,71	75000	32027	42,70
TOTAL		1.000.000,00	677.119,06	67,71	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar

3.2.3.4 Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

A missão do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infraestrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL é responsável pelo repasse financeiro à empresa ORLA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A que administra os imóveis urbanos de Palmas, para ressarcimento das despesas com as obras de urbanização, paisagismo e infra-estrutura, que contemplam pavimentação, instalação de redes de esgoto, distribuição de água e energia elétrica, dentre outros.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 204 - Programa Finalístico

Programa: 036		Desenvolvimento Urbano					
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.						
Justificativa:	Assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população, primando pelos ideais de mútua solidariedade, respeito e convivência fraterna do povo tocantinense.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de investimentos em habitabilidade		Porcentagem	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3010	Pavimentação asfáltica para o plano diretor de Palmas	3.248.321,00	2.293.544,64	70,61	157.932m ²	151.510m ²	95,94



3011	Implantação de rede de água tratada em quadras alienadas	268.349,00	262.329,65	97,76	16.771m ²	37.402m ²	223
3012	Construção de rede drenagem pluvial urbana em quadras alienadas	1.737.568,00	1.269.963,72	73,09	95.000m ²	6.670m ²	7,03
3014	Instalação de rede elétrica urbana em quadras alienadas	1.092.960,00	215.020,50	19,68	13.168m ²	25.560m ²	194,
3015	Abertura de ruas em quadras alienadas em Palmas	269.222,00	164.711,98	61,18	10.000m ²	38.670m ²	386
3016	Implantação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	165.333,00	0,00	0	79,42ha	149,47ha	188
3013	Demarcação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	145.274,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL		6.927.027,00	4.205.570,49	60,71	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

3.2.3.5 Fundo de Apoio a Moradia Popular

Esse fundo foi criado pela Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla. Tem como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

Implementar políticas de habitação objetivando a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, a reinclusão social, o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocantinenses, privilegiando a moradia, o desenvolvimento urbano e a geração de renda de modo a integrá-los às diretrizes gerais de desenvolvimento econômico do estado e, principalmente a recuperação social das famílias carentes, buscando reintegrá-las à sociedade, devolvendo-lhes sua dignidade e respeito.

Em 2005, esse fundo foi contemplado com dois programas finalísticos. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R\$ 1.200.000,00**. Os quadros abaixo demonstram a programação autorizada na LDO.

QUADRO 205 - Programa Finalístico

Programa: 035	Moradia
Objetivo:	Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.
Justificativa:	Moradia e desenvolvimento urbano, de molde a integrá-los às diretrizes gerais de desenvolvimento econômico do Estado e recuperação social das famílias de baixa renda.



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de moradias concedidas		Porcentagem	-	-	110		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3017	Construção de albergues	350.000,00	349.404,44	99,83	1	1	100
3018	Implantação de melhorias urbanas	850.000,00	703.421,15	82,76	110	249	226,37
TOTAL		1.200.000,00	1.052.825,59	87,74	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

QUADRO 206 - Programa Finalístico

Programa: 142	Geração de Renda						
Objetivo:	Promover a inserção de pessoa e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidades de emprego e renda.						
Justificativa:	Oferecer oportunidades às famílias de melhorar o convívio social dentro de suas quadras residenciais.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Renda familiar per capita		Unidade	1.147,80	2000	-		
Renda per capita			1.147,80	2002			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3019	Construção de centros de múltiplo uso	0,00	0,00	0	1	-	-
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	1.200.000,00	1.052.825,15	87,73	147.174,14

3.2.3.6 Fundo Estadual de Modernização Jurídica

A Lei Nº 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; através da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante ao Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 207 - Programa Finalístico

Programa: 071		Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado					
Objetivo:		Defender juridicamente as ações judiciais que envolvam todo o poder executivo, bem como promover a cobrança da dívida ativa do Estado.					
Justificativa:		Garantir, assegurar e defender os direitos do Estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de processos agilizados		Porcentagem	80	2002	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4136	Manutenção do Centro de Estudos Joaquim C. Lima	50.100,00	12.683,00	25	1	1	100
4257	Capacitação dos Servidores Lotados na PGE	36.400,00	25.312,00	70	15	15	100
4256	Divulgação de Matérias Jurídicas	1.500,00	0,00	0	900	0	0
4255	Atualização do Acervo Bibliográfico	52.000,00	6.604,00	13	1	1	100
TOTAL		140.000,00	44.599,00	32	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica

3.2.3.7 Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

A lei nº 780, de 02 de outubro de 1995, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia tem como finalidade formular as diretrizes e promover a execução da política de ciência e tecnologia do Estado, observados os seguintes princípios:

I – tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à difusão de tecnologias adequadas ao desenvolvimento do Estado do Tocantins, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência;

II – pesquisa tecnológica, voltada, preponderantemente, para a solução dos problemas regionais e para a solução dos problemas regionais e para o desenvolvimento produtivo do Estado.

III- formulação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as pesquisas científicas e tecnológicas, apoiadas, principalmente, com a concessão de bolsas, para os que nela se iniciam e dê condições especiais de trabalho, aos que nela se ocupam;

IV- a política científica e tecnológica considerará sempre o respeito:

- a) à recuperação do meio ambiente;
- b) à vida e à saúde;
- c) ao aproveitamento racional, não predatório, dos recursos naturais;
- d) aos valores culturais do povo.

O Conselho de Ciência e Tecnologia - CECT, através do Fundo de Ciência e Tecnologia – FECT, tem como Missão Institucional fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado; promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado; apoiar a educação e a cultura científico-tecnológica, o treinamento profissional e as atividades de pós-graduação no Estado; promover a interação dos setores de ciência e tecnologia com os de produção; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de informações em ciência e tecnologia no âmbito estadual; autorizar a realização e contratação de estudos

prospectivos, diagnósticos e avaliações, bem como estudos instrumentais de base, para subsidiar a elaboração de políticas, planos e programas de ciência e tecnologia; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de ciência e tecnologia no Estado; e aprovar a concessão dos incentivos para as atividades de ciência e tecnologia.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas finalísticos e um de gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos no montante de **R\$ 4.280.018,00**, sendo utilizados cerca de **13,92%**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 208 - Programa Finalístico

Programa: 092		Estratégia em CTI					
Objetivo:	Elaborar, implantar e desenvolver políticas de desenvolvimento em CTI, centrando esforços na produção e difusão da pesquisa básica e aplicada e geração de tecnologias apropriadas às características regionais do Estado do Tocantins.						
Justificativa:	O Estado do Tocantins conta com um sistema estadual de CTI em consolidação. Todas as instituições de ensino superior estão implementando departamentos voltados para CTI, desta forma é necessário um programa estrategista que implante e desenvolva a rede interinstitucional e o plano de política. O desenvolvimento em CTI deve ser estratégico considerando as fases de planejamento, implementação e manutenção de uma rede interinstitucional que seja capaz de subsidiar o avanço tecnológico nos setores primário, secundário e terciário, detectando demandas, desenvolvendo produtos e subsidiando ações governamentais.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Implantação e manutenção da rede interinstitucional de CTI			0		110		
Produção e difusão de indicadores em CTI		Porcentagem	0	Agosto/2004	100		
Elaboração e implementação do Plano de Políticas e Desenvolvimento em CTI			0		100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	Implantação da rede institucional de CTI	378.000,00	372.000,00	98,41	27	27	100
3021	Implantação do plano de políticas de desenvolvimento em CTI	8.000,00	6.158,69	76,98	27	27	100
TOTAL		386.000,00	378.158,69	97,96	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 209 - Programa Finalístico

Programa: 093		Fomento em CTI					
Objetivo:	Promover programas permanentes de incentivo e apoio financeiro e técnico-administrativos aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior públicas e privadas e o setor empresarial privado, considerando a estrutura do sistema estadual de ciência e tecnologia.						
Justificativa:	O Estado do Tocantins faz parte da rede norte e nacional de ciência tecnologia e inovação. O sistema estadual de CTI está em fase de organização e consolidação, necessitando de apoio financeiro, técnico, científico e administrativo. Desta forma, a não implementação deste programa prejudicará a organização do sistema estadual de CTI. Existe um cenário favorável, já que várias instituições públicas e privadas estão constituindo diretorias, coordenações e câmaras voltadas para atuarem em temas ligados ao fornecimento da pesquisa básica e aplicada, investimentos e, infra-estrutura laboratorial e física, além de atraírem pesquisadores com afinidade aos programas e linhas de pesquisa necessários ao desenvolvimento científico, tecnológico, humano e social do estado do Tocantins. A recuperação, modernização e ampliação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica do estado passam pela implantação deste programa.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3023	Implantação de cursos de pós-graduação	2.564.460,00	2.564.460,00	100	1	1	100
3022	Estruturação da conferência estadual de ciência tecnologia e inovação	60.000,00	28.000,00	46,7	11	22	200
3026	Implantação da rede de propriedade intelectual em CTI do estado do Tocantins	144.315,00	11.089,64	7,7	20	10	50
3024	Implantação do centro de geotecnologias	819.640,00	75.310,25	9,2	1	1	100
3025	Implantação do centro de agricultura de precisão, calibrações e ensaios metrológicos	697.515,00	62.231,43	8,9	1	1	100
4037	Concessão de créditos educativos à estudantes carentes	4.200.141,00	4.130.676,31	98,3	440	1200	227,3
4038	Concessão de bolsas de iniciação científica/ pesquisa	82.000,00	180,00	0,2	290	30	10,3
4039	Concessão de bolsa de qualificação	322.043,00	88.712,73	27,5	290	25	8,6
4034	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas	270.000,00	55.555,20	20,6	5	3	60



4040	Consolidação de eventos científicos	38.000,00	0,00	0	17	12	70,6
4041	Contribuição financeira à publicações científicas	38.534,00	8.531,80	22,1	17	12	70,6
4042	Contribuição à realização de eventos científicos	211.769,00	80.015,50	37,8	17	16	94,1
4036	Capacitação de recursos humanos para CTI	48.645,00	26.634,01	54,8	9	11	122,2
4043	Contribuição financeira à pesquisa em tecnologia da informação e automação	486.000,00	48.264,47	9,9	9	9	100
4044	Apoio à criação de mecanismos de registro de patentes desenvolvidas no estado	151.000,00	17.015,95	11,3	1	0,5	50
4035	Instituição do primeiro prêmio em CTI	20.000,00	0,00	0	1	0	0
4045	Apoio financeiro a empresas de base tecnológicas	270.000,00	13.888,80	5,1	37	10	27
TOTAL		10.424.062,00	7.210.566,09	69,17	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 210 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 094		Gestão em CTI					
Objetivo:	Promover a gestão em ciência tecnológica e inovação, propiciando o avanço e o desenvolvimento econômico, social e humano.						
Justificativa:	As ações estão em fase de andamento pois foram lançados no final do ano de 2004.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Implantação e elaboração de programas de incentivo		Porcentagem	0	Mai/2004	110		
Órgão de fomento e financiamento da produção científica			0	Agosto/2004	100		
Integração de centro de produção tecnológica			0	Setembro/2004	100		
Implantação do sistema de informações para CTI			0	Agostos/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3027	Implantação do programa de incentivo as empresas de base tecnológica transferência de	151.965,00	35.787,72	23,5	10	7	70,0



	tecnologia e inovaço de cadeia produtiva						
3028	Implantaço de sistema de informaço para CTI	56.000,00	16.987,39	30,3	2	2	100,0
TOTAL		207.965,00	52.775,11	25,38			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2005 do Fundo Estadual de Ciênci e Tecnologia

VALOR TOTAL DAS AÇOES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	11.018.027,00	7.613.469,89	69,10	3.404.557,11

3.2.3.8 Fundo Estadual de Defensoria Pública

Instituído pela Lei n.º 1.251, de 20 de setembro de 2001, é vinculado à Secretaria da Justiça, destinado a prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de defensoria pública, compreendendo:

I - aquisiço de equipamentos;

II - implantaço e implementaço de Núcleos Regionais de Defensoria Pública;

III - treinamento de servidores;

IV - promoçoes e eventos científicos e educativos;

V - ediço de material técnico-educativo.

Esse fundo no ano de 2005 não desempenhou sua funço apesar de ter recursos destinados para tal. Portanto, a ação estruturada no programa finalístico Atendimento Jurídico foi pouco executada, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 211 - Programa Finalístico

Programa: 053	Atendimento Jurídico			
Objetivo:	Prestar através de defensoria pública, assistênci jurisdicional gratuita especializada aos hipossuficientes.			
Justificativa:				
Prazo de Execuçáo:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuraço	Índice Desejado
Taxa de atendimento aos hipossuficientes	Porcentagem	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4072	Aprimoramento dos serviços da defensoria pública	110.000,00	104,00	0	1	0	0
TOTAL		110.000,00	104,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Defensoria Pública

3.2.3.9 Fundo Estadual de Defesa do Consumidor

Esse fundo é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi criado a partir da alteração da Lei n.º 1.250/01 pela Lei n.º 1.482, de 29 de junho de 2004. A referida lei altera a denominação do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos para Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, cuja destinação é prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins. Para as ações de responsabilidade desse fundo, foram destinados recursos na ordem de **R\$ 480.000,00**, sendo utilizados cerca de **60,29%**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 212 – Programa Finalístico

Programa: 054	Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins						
Objetivo:	Prestar aos consumidores tocaninenses orientação permanente sobre seus direitos e garantias, ampliando as ações do PROCON – TO						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Atendimento ao consumidor		Porcentagem	-	-	70		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3040	Implantação e modernização dos núcleos regionais do PROCON	242.600,00	114.690,15	47,25	2	-	-
4073	Capacitação de servidores do PROCON – TO	37.000,00	35.686,51	96,45	20	-	-

4074	Ampliação da frota de veículos e motos	80.000,00	78.610,58	98,26	5	-	-
4075	Aquisição do acervo bibliográfico	3.000,00	1.777,09	59,23	2	-	-
4076	Confecção de material educativo	117.400,00	58.634,20	49,94	1	-	-
TOTAL		480.000,00	289.398,53	60,29	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor

3.2.3.10 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

O Fundo Estadual dos Direitos da Mulher é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e tem como principal atribuição a defesa dos direitos da mulher. Essa atribuição foi desenvolvida através de uma ação estruturada no programa finalístico Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Para essa ação foram destinados recursos conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 213 - Programa Finalístico

Programa: 056		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Objetivo:	Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.						
Justificativa:							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de denúncias investigadas		Porcentagem	-	-	40		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3041	Implantação e aparelhamento do conselho estadual de direitos da mulher	175.950,00	46.811,04	26,60	25	-	-
3042	Implantação de sistema de informações sobre a situação das mulheres no Estado do Tocantins	67.300,00	56.323,06	83,69	1	-	-
3043	Centro de referência	40.000,00	0,00	0	1	-	-
3045	Capacitação das conselheiras estaduais e municipais	30.000,00	0,00	0	1	-	-

3044	Disque mulher	20.000,00	0,00	0	1	-	-
TOTAL		333.250,00	103.134,10	30,94	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

3.2.3.11 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 1.710.700,00**, cuja execução está demonstrada no quadro a seguir:

QUADRO 214 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 062		Gestão do Conhecimento		
Objetivo:	Elevar a qualificação da mão-de-obra institucional, através da formação dos servidores públicos e através da melhoria contínua dos processos, elevando assim os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública e propondo formas mais efetivas de intervenção governamental.			
Justificativa:	O plano de capacitação tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento dos servidores do executivo estadual. deseja-se, ao final do exercício, a existência de um contingente fortemente preparado para contribuir com o aperfeiçoamento da modernidade emergente. para a elaboração destas ações, construiu-se uma arquitetura, cuja execução permitisse uma visão final da sua qualidade, sustentada por uma confortável relação custo x benefício. três formam as fontes informacionais que permitiram a construção da arquitetura desejada: a) os problemas elencados no ppa 2004/2007, fruto da consolidação dos encontros regionais, onde o elemento central era definido pela deficiência gerencial e funcional; b) os conhecimentos a serem exigidos para os profissionais do poder executivo estadual, como consequência da implantação dos elementos introduzidos pelo plano estratégico de desenvolvimento, contratado da gv-consult; c) alinhamento de conhecimentos face aos perfis profissionais constantes do novo PCCS, associam-se aos conhecimentos específicos, aqueles conhecimentos mais gerais, que permitem uma visão estratégica dos cursos propostos e sua aplicação no contexto do exercício da profissão.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de servidores capacitados	Porcentagem	73,5	31/12/2005	90

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4080	Manutenção da Unidade de Capacitação Funcional	439.824,00	314.722,92	71,56	-	-	-
4077	Manutenção de Serviços de Transportes da Unidade de Capacitação Funcional	0,00	0,00	0	-	-	-
4078	Manutenção dos Serviços de Informática da Unidade de Capacitação Funcional	103.569,00	60.189,70	58,12	1	1	100
4079	Capacitação Funcional dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	1.167.307,00	1.000.068,57	85,68	2.280	33.123	1.453
TOTAL		1.710.700,00	1.374.981,19	80,38	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

3.2.3.12 Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário

Este fundo é vinculado à Secretaria da Fazenda e no ano de 2005 ficou responsável pelo desenvolvimento de uma ação do programa finalístico Modernização da Administração Fiscal. A lei orçamentária inicialmente destinou recursos na ordem de **R\$ 280.918,00**, no entanto esse recurso foi reduzido no total, prejudicando a execução desta ação.

QUADRO 215 - Programa Finalístico

Programa: 108	Modernização da Administração Fiscal			
Objetivo:	Dotar a secretaria da fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para melhor atendimento ao cidadão.			
Justificativa:				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Receita tributária suspensa por contencioso administrativo		7		3					
Declaração em e meio eletrônico		100		100					
Volume de receita tributária recuperada		13,46		10					
Receita tributária recuperada		2		10					
Participação de declarantes na base cadastral	Porcentagem	80,12	31/12/2005	90					
Previsão e realização de receita orçamentária		95,15		98					
Alcance das ações de capacitação		75		90					
Volume de receita tributária em atraso		53,68		20					
Quantificação das ações de cobrança		97,63		95					
Receita tributária em execução judicial		53,68		80					
Concentração de arrecadação		0,0002		10					
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS				
		RECURSOS (R\$)							
N.º		Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2423	Implementação da escola de gestão fazendária	280.918,00	277.000,00	98,60	1	-	-		
TOTAL		280.918,00	277.000,00	98,60	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Modernização Fazendário

3.2.3.13 Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

Em cumprimento à nova ordem constitucional, o Estado do Tocantins editou a Lei n.º 1.246, de 6 de setembro de 2001, instituindo o Regime Próprio de Previdência Social para os servidores públicos civis e militares do Estado, incluindo os magistrados, os membros dos Poderes do Estado, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Também, reestruturou o antigo IPETINS, dotando-o de competência para gerir, analisar, instruir, decidir, deferir e conceder os benefícios previdenciários.

Os benefícios previdenciários são garantidos pelas reservas financeiras do RPPS, mediante os recursos que estão sendo capitalizados desde 1999, mediante contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como da contribuição do Estado. A destinação desses recursos é exclusiva ao custeio dos pagamentos dos benefícios previdenciários dos segurados do RPPS e de seus dependentes que implementem os requisitos necessários à sua obtenção a partir de 1º de janeiro de 2004.

Para viabilizar essa capitalização o tesouro estadual assumiu, até a extinção, o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos até 31 de dezembro de 2003, bem assim, daqueles que serão concedidos posteriormente, em razão de terem adquirido o direito até a data citada.

Desta forma, as atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R\$ 122.527.966,30** com execução de **R\$ 19.025.126,65**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 216 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	553.966,30	381.536,82	68,87	172.429,48
Manutenção de Serviços de Transportes	96.000,00	33.461,57	34,86	62.538,43
Manutenção de Recursos Humanos	1.462.000,00	1.146.737,14	78,44	315.262,86
Ações de Informática	171.500,00	36.437,26	21,25	135.062,74
TOTAL	2.283.466,30	1.598.172,79	66,99	685.293,51

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

QUADRO 217 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento de benefícios pelo regime próprio de previdência social	4.412.000,00	3.071.626,39	69,92	1.340.373,61
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	30.000,00	0,00	0	30.000,00
Reserva financeira para o regime próprio de previdência social	115.802.500,00	14.355.327,47	12,39	101.447.172,53
TOTAL	120.244.500,00	17.426.953,86	14,49	102.817.546,14

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	122.527.966,30	19.025.126,65	15,52	103.502.839,65

3.2.3.14 Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

Esse fundo é gerido pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, foi criado pela Lei n.º 1.424, de 12 de dezembro de 2003, é regulamentado pelo Decreto n.º 1.952, de 23 de dezembro de 2003.

O IGEPREV/PLANSAÚDE, por meio da operadora do plano, CONFEDERAÇÃO DAS UNIMED's CENTRO-OESTE – TOCANTINS, assegura prestação dos serviços médicos-hospitalares, clínicos e ambulatoriais, exames complementares e de alta complexidade e assistência odontológica, conforme previsão legal.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos. Para esses programas foram autorizados recursos no montante de **R\$ 30.500.000,00**, sendo utilizados o valor de **R\$ 5.522.210,70**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 218 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	337.000,00	140.200,53	41,60	196.799,47
Manutenção de Serviços de Transportes	98.000,00	21.159,41	21,59	76.840,59
Manutenção de Recursos Humanos	846.000,00	714.967,99	84,51	131.032,01
Ações de Informática	120.000,00	36.678,71	30,57	83.321,29
TOTAL	1.401.000,00	913.006,64	65,17	487.993,36

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

QUADRO 219 - Programa de Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos

Objetivo: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos do Estado do Tocantins

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Capacitação de Servidores IGEPREV-Plansaúde	30.000,00	12.660,00	0	17.340,00



Assistência médica e odontológica dos servidores públicos estaduais	40.608.500,00	39.674.686,78	97,70	933.813,22
Reserva de Segurança	500,00	0,00	0	500,00
TOTAL	40.639.000,00	39.687.346,78	97,66	951.653,22

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	42.040.000,00	40.600.353,42	96,57	1.439.646,58

3.2.3.15 Fundo Estadual de Saúde

Por força da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Estado instituiu o Fundo Estadual de Saúde, através da Lei n.º 429, de 28 de julho de 1992, estabelecendo como finalidade o atendimento da despesa, total ou parcial:

- I. com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços de saúde a cargo da Secretaria da Saúde;
- II. de custeio, inclusive o do pessoal ativo;
- III. de capital da Secretaria de Saúde.

O Decreto n.º 2.404, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, autorizando o gestor do Fundo a:

- I. promover a descentralização da execução orçamentária e financeira, através de delegação de competência, para que as unidades de saúde e as entidades vinculadas à Secretaria de Saúde administrem parcela do orçamento do Fundo e efetuem os pagamentos respectivos;
- II. implementar as medidas necessárias para a adequação orçamentária-financeira das unidades gestoras à descentralização de que trata o inciso anterior;
- III. delegar as suas atribuições de gestor a servidor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos;
- IV. aprovar a cota orçamentária das unidades executores do Sistema Estadual de Saúde, após a promulgação da lei fixa a despesa e estima a receita.

O Decreto n.º 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social e dezesseis finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 393.806.245,00**, com execução de **R\$ 330.971.550,98**, e descentralização de parte desses recursos através de movimentação de crédito no valor de **R\$ 97.460,00**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 220 - Programa Apoio Administrativo – 195 - FES

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	11.265.770,00	11.265.762,92	99,99	7,08
Manutenção de Serviços de Transportes	2.273.700,00	2.273.694,81	99,99	5,19
Manutenção de Recursos Humanos	146.202.482,00	146.202.478,48	99,99	3,52
Ações de Informática	754.535,92	751.533,92	96,60	2.510,08
TOTAL	160.496.487,92	160.493.470,13	99,99	2.525,87

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 221 - Programa Apoio Administrativo – 195 - FMT

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	413.282,00	0,00	0	413.282,00
Manutenção de Serviços de Transportes	71.622,00	0,00	0	71.622,00
Manutenção de Recursos Humanos	929.059,00	0,00	0	929.059,00
Ações de Informática	35.573,00	0,00	0	35.573,00
TOTAL	1.449.536,00	0,00	0	1.449.536,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 222 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus Dependentes.				
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--



AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a aposentados e pensionistas	4.635.924,00	4.635.922,75	99,99	1,25
TOTAL	4.635.924,00	4.635.922,75	99,99	1,25

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 223 - Programa Finalístico

Programa: 004		PROVIDA		
Objetivo:	Reduzir a desnutrição no Estado por meio do incentivo a utilização de alimentos regionais e dos não convencionais (como multimistura, cultivo de plantas tropicais), ricos em nutrientes essenciais, através do processamento caseiro de alimentos, visando a promoção da saúde.			
Justificativa:	<p>Existe um alto índice de desnutrição no estado, (12% sisvan 2003) entre crianças e gestantes, principalmente, que necessitam de intervenções para sua minimização e prevenção. ha regiões como sudeste e extremo norte do estado, onde estes índices chegam a mais de 20%. a OMS preconiza índices menores que 10%, um dos fatores que podem interferir positivamente e a educação nutricional. Proporcionar o conhecimento de fontes alimentares, acessíveis a população de um modo geral, a fim de aumentar suas oportunidades de escolha, e um dos meios de garantir segurança alimentar e nutricional. existe um subaproveitamento da riqueza nutricional dos alimentos regionais do tocanins que poderiam estar sendo utilizados para prevenir não só a desnutrição como também para a prevenção e tratamento da: obesidade, diabetes, hipertensão, câncer entre outras. o processamento e uso da multimistura, a utilização de plantas não convencionais na alimentação da população em risco nutricional, são alternativas viáveis para aumentar a diversidade alimentar e conseqüentemente o teor nutricional dos alimentos consumidos pela população em geral. um fator que favorece a continuidade destas ações nos municípios, e o trabalho dos agentes de saúde, voluntários de pastoral que disseminam o trabalho em parceria com o PROVIDA. Por ser uma das instituições que atuam no âmbito da educação nutricional e, sendo esta uma das condições para garantir melhora das condições nutricionais da população, e fundamental a realização das ações propostas pelo programa e sua ampliação principalmente na direção das ações do programa fome zero do governo federal.</p>			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de crianças e adolescentes entre 0-16 anos e gestantes desnutrido acampanhadas	Porcentagem	12	12/2004	10
Percentual de municípios atendidos com kit cozinha		15	12/2004	46
Percentual de municípios capacitados em farmácia viva e fitoterápicos		0	12/2003	30
Percentual de etnias produzindo alimentação com plantas não convencionais		31	12/2004	12
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	

N.º	Descrição	RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
		Autorizado	Executado	% Útil.			
3163	Implantação de kit cozinha escola comunitária	62.978,00	22.804,11	36,20	9	9	100
4150	Assistência às escolas p/ utilização de plantas não convencionais para uso na merenda escolar	3.013,00	3.011,78	99,99	7	7	100
4106	Capacitação de recursos humanos em orientação alimentar e nutricional	24.784,00	24.783,50	99,99	17	25	147
4107	Assessoramento nos núcleos de produção implantados	5.782,00	5.781,50	99,99	12	15	125
4108	Realização de pesquisa em segurança alimentar e nutricional nos municípios	24.008,00	21.585,48	89,90	14	12	86
4109	Assistência aos estudantes indígenas para produção de alimentos não convencionais	4.508,00	4.507,50	99,99	110	143	130
4110	Capacitação de índios em alimentação e saúde	3.858,00	3.858,00	100	157	104	66
4111	Capacitação em farmácia viva e fototerápicos	8.345,00	8.344,50	99,99	10	16	160
TOTAL		137.276,00	94.676,37	68,97	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 224 - Programa Finalístico

Programa: 005		Assistência Farmacêutica		
Objetivo:	Ampliar o acesso dos usuários do sus aos medicamentos e à assistência farmacêutica, promovendo seu uso racional.			
Justificativa:	Devido à inexistência de um serviço de assistência farmacêutica estruturado e organizado no Estado e nos municípios, torna-se difícil a distribuição e dispensação adequada dos medicamentos necessários aos usuários do sus, impossibilitando a garantia do acesso aos medicamentos com qualidade, quantidade e em tempo oportuno. com isso, a viabilização deste programa garante a redução de perdas e custos, adequação de serviços e maximização de resultados.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de itens distribuídos por municípios do Estado	Porcentagem	99,9	12/2005	80
Percentual de atendimento com medicamentos excepcionais		51,06	12/2005	90
Percentual de medicamentos distribuídos pelo FARMATINS		0	12/2005	

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4112	Fornecimento de medicamentos para assistência farmacêutica básica	1.727.818,00	1.726.178,53	99,99	2.780	1.819	65
4113	Atendimento de medicamentos da assistência farmacêutica de áreas técnicas estratégicas	106.584,00	106.579,77	99,99	26.688	26.686	99,99
4323	Atendimento de medicamentos excepcionais (alto custo) da assistência farmacêutica	3.864.953,00	2.106.611,48	54,51	20.000	1.900	10
4115	Reestruturação do departamento de assistência farmacêutica	32.685,00	32.672,75	99,96	3	2	67
4116	Estruturação do laboratório farmacêutico do estado do Tocantins	11.351,00	10.808,88	95,22	1	0	0
TOTAL		5.743.391,00	3.982.851,41	69,34	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 225 - Programa Finalístico

Programa: 006 Fortalecimento da Atenção Básica				
Objetivo:	Promover a melhoria do atendimento da população na atenção básica, visando a redução da morbimortalidade.			
Justificativa:	As ações propostas pelo estado e municípios, enquanto provedores das condições indispensáveis ao pleno exercício do direito a saúde, estão sendo insuficientes até o momento, onde a baixa efetivação das políticas econômicas e sociais, que visam à redução dos riscos de doenças e de outros agravos na atenção básica, dificulta o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. A não implantação destas ações, implicará no aumento dos índices da morbimortalidade, enfraquecendo assim o sistema de atenção primária à saúde. o bom acesso aos municípios através das rodovias e estradas pavimentadas, a ampla cobertura de profissionais que atuam na atenção básica e a habilitação de todos os municípios em alguma forma de gestão (plena da atenção básica e/ou plena do sistema), são fatores favoráveis. O baixo índice de desenvolvimento humano da maioria dos municípios (baixo grau de escolaridade, baixas condições socioeconômicas), contribui ao não favorecimento das ações.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Gravidez na adolescência/abortamento em adolescente	Porcentagem	30,5% de gravidez e 7,82% de abortamento	12/2005	
% de desnutrição em crianças < de 5 anos e % de gestantes com baixo peso	Porcentagem	< de 5 anos 8,01% e baixo peso em gestante		

Números de laboratórios construídos	Unidade	9,88%	12/2005	2
Taxa de internações por infecção respiratória aguda < 5 anos	Porcentagem	0		
Taxa de mortalidade infantil	Porcentagem	39,53/1.000	12/2005	
Mortalidade materna	Porcentagem	16,73/1.000 NV (Parcial out/04)	12/2005	
Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (PSF)	Porcentagem	52,43/100.000 NV (Parcial out/04)	12/2005	
		71%	12/2005	60

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4117	Manutenção da vigilância nutricional para gestantes e crianças nos municípios	105.989,00	31.522,71	29,74	40	80	200
4118	Promoção da saúde da criança nos municípios	157.733,00	25.431,38	16,12	70	70	100
4119	Promoção da saúde da mulher nos municípios	773.588,00	30.654,73	3,96	70	70,50	101
4112	Implantação da atenção da saúde do adolescente e do jovem nos municípios	39.235,00	38.896,00	99,13	2	2,75	138
3061	Fornecimento de instrumentos de trabalho para agentes comunitários de saúde	100.700,00	100.700,00	100	346	475	137
4123	Reestruturação das equipes de saúde bucal	85.880,00	85.876,83	99,99	31	30	97
4124	Manutenção da atenção à saúde escolar	935.120,00	935.120,00	100	175	205	117
4125	Consolidação da rede de escolas promotoras de saúde	74.525,00	13.489,50	18,10	10	10	100
3063	Implantação de centros de referência em média complexidade para saúde bucal	24.575,00	24.575,00	100	1	1	100
3064	Implantação do prontuário familiar da saúde da família	5.210.926,00	5.170.120,86	99,21	166.189	0	0
TOTAL		7.508.271,00	6.456.387,01	85,90	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 226 - Programa Finalístico

Programa: 007	Prevenir é Melhor do que Remediar
Objetivo:	Fortalecer o sistema de vigilância epidemiológica e ambiental das secretarias estaduais e municipais de saúde, para reduzir a morbimortalidade, bem como os fatores de risco associados à saúde.



Justificativa:	Devido à deficiência do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental, não é possível ter o conhecimento oportuno dos eventos de relevância para a saúde e a tomada de decisão para o desencadeamento das medidas de intervenção necessárias, ocasionando o surgimento de epidemias e/ou surtos que poderiam ser evitados, para a sua efetivação existem instrumentos de gestão (plano diretor de regionalização - PDR e a programação pactuada integrada - PPI/ECD), descentralização de recursos aos municípios e ao estado dentre outros. entretanto, a deficiência de recursos humanos, materiais e financeiros , a ausência de regionais de saúde, a falta de sensibilização e de conhecimentos por parte de alguns profissionais e gestores, representam uma grande dificuldade que precisa ser superada.
-----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Coeficiente de mortalidade infantil por componentes	Coeficiente	13,08	12/2005	30
Coeficiente de mortalidade por causa x faixa etária	Coeficiente	35,05	12/2005	140
Homogeneidade de cobertura vacinal de rotina nos municípios	Porcentagem	79,35	12/2005	60
Porcentagem de casos notificados e investigados com encerramento oportuno	Porcentagem	80,30	12/2005	80
% de municípios com equipe mínima completa de v. e. e de v.a.	Porcentagem	100	12/2005	80
% de municípios com envio regular dos sis	Porcentagem	97	12/2005	85
% de municípios com equipes capacitadas para ve e va	Porcentagem	29	12/2005	90
% de núcleos de ve e va implantados	Porcentagem	4	12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4126	Realização de imunização da população com doses de vacinas e soros (imobiológicos)	1.013.558,00	203.605,90	20,09	1.058.497	1.272.875	120
4127	Manutenção dos sistemas de informações em saúde	367.216,00	427,00	0,16	13	25	192
4128	Manutenção dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	3.293.610,00	1.837.532,59	55,79	5	5	100
3065	Implantação dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	1.026.492,00	61.283,38	5,97	1	2	200
3066	Informatização do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental	687.013,00	31.030,00	4,52	59	11	19
TOTAL		6.387.889,00	2.133.878,87	33,40	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 227 - Programa Finalístico

Programa: 008		Dar Mais Saúde a Vida					
Objetivo:	Realizar ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e avaliação do comportamento das doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, contribuindo para a redução da morbimortalidade destes.						
Justificativa:	As doenças não transmissíveis são as que apresentam maior taxa de mortalidade e cada vez se apresentam em idades mais precoces, por exemplo: acidentes automobilísticos, câncer, doenças cardiovasculares, suicídio, com isso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas de prevenção, informação e detecção que permitam diminuir seus efeitos negativos, além de reduzir os custos para o sistema de saúde do estado. Favorecem o desenvolvimento destas ações as experiências dos programas já implantados como o controle do câncer de colo de útero, controle de tabagismo e outros fatores de risco, diabetes e hipertensão, saúde mental. bem como, a existência de portaria ministerial criando a coordenação das dants (doenças e agravos não transmissíveis) nas secretarias estaduais de saúde.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de mortalidade geral por câncer		Porcentagem	25,5	12/2005	25		
Percentual de pacientes hipertensos cadastrados		Porcentagem	90	12/2005	-		
Percentual de pacientes diabéticos cadastrados		Porcentagem	90	12/2005	-		
Percentual de óbitos por acidentes de trabalho		Porcentagem	0,64	12/2005	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4129	Manutenção de serviço de alta complexidade em oncologia (CACON)	600.371,00	392.122,75	65,31	1	1	100
4130	Assistência à população para prevenir, detectar e tratar o câncer	840.262,00	297.679,98	35,43	20	25	125
4132	Atendimento à população trabalhadora para diagnóstico e tratamento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho	457.924,00	96.449,15	21,06	6	1	17
4133	Assistência à saúde mental nos municípios	57.877,00	57.877,00	100	9	5	56
4134	Realização de controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer	167.242,00	75.521,12	45,17	138	50	36
4135	Monitoramento de indicadores epidemiológicos do câncer e seus fatores de risco	75.550,00	400,00	0,53	1	1	100



4136	Acompanhamento dos pacientes diagnosticados com hipertensão e diabetes mellitus	7.194,00	7.188,50	99,99	90	94	104
4137	Assistência à saúde da população carcerária	167.740,00	3.111,88	1,85	100	40	40
4138	Estruturação do serviço de atenção à saúde do idoso	5.675,00	5.675,00	100	1,00	0,00	0
TOTAL		2.379.835,00	936.025,38	39,33	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 228 - Programa Finalístico

Programa: 009		Fortalecimento Estrutural das Unidades do SUS					
Objetivo:	Criar estruturas de unidades do sus no Estado do Tocantins, com capacidade de atendimento e condições de resolver os problemas de saúde da população, contribuindo para a produção e oferta de novos serviços, apoiando assim a descentralização da saúde.						
Justificativa:	Há uma demanda reprimida de pedidos, solicitações e necessidades de construção, reformas e ampliações de unidades do sus; aquisição de equipamentos e de veículos para funcionalidade dos serviços de saúde prestados à população.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de unidades do sus, construídas, reformadas e ampliadas		Porcentagem	20,86	12/2005	82		
Percentual de veículos adquiridos			81,48		82		
Percentual de unidades do sus equipadas			36,5		80		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3067	Ampliação da rede física do SUS no Estado	25.344.674,00	11.087.164,04	43,74	13	29	223
3068	Reestruturação das unidades do SUS	15.787.387,00	3.383.976,32	21,43	35	23	66
3069	Ampliação da frota da rede do SUS	2.111.370,00	1.697.370,00	80,39	54	44	81
TOTAL		43.243.431,00	16.168.510,36	37,38	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 229 - Programa Finalístico

Programa: 010		Atenção Progressiva à Saúde					
Objetivo:	Oferecer consultas, exames, internações hospitalares e serviços de reabilitação à população do estado.						

Justificativa:	O baixo nível de organização da rede ambulatorial; a centralização da oferta de consultas e exames especializados; a ausência de alguns serviços especializados e a inexistência da regulação dos serviços de saúde; a não organização dos aspectos acima citados proporcionará um aumento de internações o aumento nas filas de espera; a insatisfação dos usuários e conseqüentemente a deteriorização dos indicadores de morbimortalidade.
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução:	PPA 2004/2007
---------------------------	---------------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de rede ambulatorial estruturada	Porcentagem	0	12/2005	100
Percentual de centro de reabilitação implantado		25		80
Percentual de construção de centros de reabilitação		0		80
Percentual de hospitais mantidos		100		80
Percentual de central de marcação de consulta e exames especialização		0		80
Percentual de central de regulação de leitos e de urgência		0		80
Percentual de central de regulação de captação e doação de órgãos e transplante		0		80
Percentual de tfd atendidos		100		80

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4139	Atendimento preventivo e/ou curativo em saúde auditiva, visual e bucal do escolar	236.702,00	236.610,88	99,96	1.959	0	0
4140	Realização de seminários de humanização na saúde	142.500,00	142.500,00	100	25	1	4
4141	Manutenção da rede hospitalar	95.855.535,00	89.074.489,59	92,92	17	18	106
4142	Estruturação da rede ambulatorial	38.207,00	38.206,50	99,99	23	23	100
3072	Implantação da central de regulação, marcação de consultas e exames especializados	114.786,00	4.661,99	4,06	8	0	0
4143	Viabilização do tratamento de pacientes em especialidades	1.986.201,00	1.840.027,55	92,64	1.188	1.608	135
3071	Implantação de centros de reabilitação	2.848.149,00	2.431.608,63	85,37	4	1	25
4144	Manutenção da central de regulação de marcação de consultas e exames especializados	230,00	229,50	99,99	8	1	12



3073	Implantação da central de regulação de leitos e de urgência	0,00	0,00	0	8	3	38
4145	Manutenção da central de regulação de leitos e de urgência	1.180.593,00	1.180.588,30	99,99	12	3	25
3074	Implantação da central de regulação de captação e doação de órgãos e de transplantes	84.180,00	0,00	0	2	0	0
4146	Manutenção da central de regulação de captação de órgãos e transplantes	55.200,00	0,00	0	1	0	0
4147	Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar adquirido na rede do SUS no Tocantins.	39.027.557,00	38.345.223,32	98,25	323	354	110
3070	Construção de centros de reabilitação	103.500,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		141.673.340,00	133.294.146,26	94,08	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 230 - Programa Finalístico

Programa: 011		Produção de Serviços na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública					
Objetivo:	Promover a realização de exames laboratoriais de média e alta complexidade para a rede laboratorial, descentralizando-os com a construção da sede definitiva do laboratório de saúde pública de Araguaína.						
Justificativa:	Em virtude dos municípios não terem condições de realizar exames de média e alta complexidade, pelo seu alto custo e necessidade de pessoal qualificado, e considerando a dificuldade de envio de amostras ao LACEN em tempo adequado pelos municípios mais afastados conforme exposto nas reuniões regionalizadas, faz-se necessária a construção da sede definitiva do laboratório de Araguaína para atender a região norte e a manutenção dos procedimentos realizados no LACEN da região centro sul. estes exames são imprescindíveis no controle de doenças e na determinação da qualidade dos produtos oferecidos à população.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de Exames Realizados		Porcentagem	95	12/2004	98,37		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4148	Manutenção dos procedimentos da rede de laboratórios de saúde pública	829.224,00	351.163,92	42,35	160.000	59.384	37
4149	Supervisão dos laboratórios que fazem parte da rede estadual de laboratórios	54.412,00	9.028,50	16,59	111	86	77



3076	Reestruturação da rede de laboratórios	0,00	0,00	0	17	0	0
TOTAL		883.636,00	360.192,42	40,76	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 231 - Programa Finalístico

Programa: 012	Educa – SUS
----------------------	--------------------

Objetivo:	Qualificar e especializar profissionais da saúde, visando garantir o efetivo desenvolvimento da política de saúde do sus.
------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Justificativa:	O SUS vem sendo implementando visando garantir o acesso da população a serviços e ações de qualidade e resolutivas. Um dos tripés de um bom sistema de saúde está na qualificação técnica e humana de seus trabalhadores. Atualmente, o ensino das profissões de saúde não prepara adequadamente para intervenção no modelo de saúde pública, ficando sob responsabilidade dos serviços de saúde a requalificação dos profissionais para o desenvolvimento dos serviços. É fundamental a existência de profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, capazes de uma prática em equipe, multiprofissional e interdisciplinar, sendo assim, este programa visa atender a demanda levantada nos municípios do Estado.
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo de Execução:	PPA 2004/2007
---------------------------	---------------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de gestores e conselheiros da saúde qualificados	Unidade	267	12/2004	1.692
Profissionais qualificados para atender usuários do SUS		1.915		25.600

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4150	Capacitação de profissionais da saúde	8.566.884,00	1.057.630,45	12,34	2.100	1.712	82
4151	Desenvolvimento de pós-graduação em saúde	913.866,00	253.863,86	27,78	80	98	122
4153	Qualificação de conselheiros e gestores de saúde e movimentos sociais	87.208,00	2.607,50	2,29	200	267	134
4152	Fomentar o desenvolvimento de pesquisa no sistema Único de Saúde	157.380,00	2.880,00	1,83	3	0	0
TOTAL		9.725.338,00	1.316.981,81	13,54	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 232 - Programa Finalístico

Programa: 013	Vigilância Sanitária em Ação, Promovendo Saúde
----------------------	-------------------------------------------------------



Objetivo: Implementar as ações de visa com controle de bens de consumo e prestações de serviços que direta e indiretamente se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos, da produção ao consumo.

Justificativa: As ações de visa no Tocantins foram desenvolvidas ao longo desses anos como parte das atividades de saúde pública, sem diferenciação organizacional significativa, embora se tratando de um órgão fiscalizador, regulador e com poder de polícia. A falta de prioridade, investimento em tecnologia e desenvolvimento humano causou limitações nas suas ações de fiscalização do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos a visa, inclusive dos ambientes dos processos dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, promovendo a proteção da saúde da população, por intermédio desse controle. Os indicadores epidemiológicos mostram que o estado do Tocantins apresenta índices indesejáveis em várias doenças cujas causas estão relacionadas com falta de higiene nas residências e nos serviços de saúde, na alimentação, falta de água tratada, lixo, esgoto a céu aberto, além de intoxicações domésticas com medicamentos, agrotóxicos, produtos de limpeza e plantas tóxicas. Com a não implementação do programa da vigilância sanitária em ação: promovendo saúde ocasionará riscos eminentes à saúde da população do Tocantins, aumento de doenças relacionadas à falta de higiene sanitária, o aumento de estabelecimentos em desacordo com as normas, a falta do cumprimento da visa nas ações de fiscalização em: medicamentos, saneamentos e meio ambiente, unidade de saúde, comércio de alimentos, indústria farmacêutica, sangue e hemoderivados entre outros.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Vigilância sanitária em ação, promovendo saúde	Percentual	71,6	12/2005	70

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
3080	Implantação do sistema nacional de vigilância sanitária na sede e nos municípios	35.880,00	0,00	0	0	0	0
4154	Inspeção sanitária de serviços e produtos de interesse a saúde	1.125.366,00	568.192,10	50,49	426	305	72
3081	Estruturação das regionais de vigilância sanitária	0,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		1.161.246,00	568.192,10	48,93	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 233 - Programa Finalístico

Programa: 014	Hemorrede do Estado do Tocantins
Objetivo:	Assegurar os serviços hemoterápicos prestados à população doadora e receptora de sangue e portadores de hemoglobinopatias.
Justificativa:	Implantação e manutenção dos ambulatórios e manutenção dos laboratórios no hemocentro coordenador de palmas e hemocentro regional de Araguaína para o atendimento e diagnóstico de pacientes com complexidades hematológicas, para que estes tenham amparo no próprio estado, pois estes se deslocam para outras regiões, sendo que o estado tem potencial para ser

um centro de referência. a insuficiência de doadores de sangue provocando situações de emergência na rede hospitalar e com a conclusão do hospital geral de palmas a demanda se ampliará, sendo necessária uma maior mobilização da população.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de ambulatórios implantados	Unidade	0	12/2005	2
Percentual de doadores voluntários	Percentual	51,5		70

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
4155	Manutenção da Hemorrede do Tocantins	783.207,00	289.338,91	36,94	3	8	267
4156	Captação de doadores	80.020,00	79.977,20	99,94	100	78,62	79
3082	Implantação dos ambulatórios da Hemorrede	0,00	0,00	0	1	0	0
3083	Ampliação do hemocentro regional de Araguaia	161.000,00	161.000,00	100	1	1	100
TOTAL		1.024.227,00	530.316,11	51,77	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 234 - Programa Finalístico

Programa: 025	Desenvolvimento de Ensino em Medicina Tropical						
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde. Proporcionar ao corpo técnico e científico da FMT e/ou externo, desenvolvimento, fortalecimento e integração por meio de ensino de pós-graduação, capacitação e atualizações periódicas em forma de cursos, oficinas, seminários, palestras, fóruns, simpósios e outros, além de visitas técnicas de e para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando implementação das atividades de pesquisa.						
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde e necessidade de capacitação e qualificação técnica dos profissionais da área de saúde e afins buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação em saúde priorizando as doenças tropicais. Necessidade de profissionais com titulação para implantação de cursos de pós-graduação regionais, dificuldades de acesso aos centros formadores e elevados custos relacionados quanto à importação de cursos, carência de titulação e/ou capacitação do corpo de pesquisadores, necessidade de visão crítica auxiliar na detecção e resolução de problemas, escassez de pesquisadores que tenham conhecimentos pertinentes na área de medicina tropical e que vivenciem a realidade regional, dificuldade de contratação de mão-de-obra externa por questões regionais e/ou financeiras e necessidade de estimular a pesquisa como geradora de subsídios para as ações em saúde						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			

Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.		Porcentagem	-	-	100		
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino		Unidade	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3084	Construção do complexo de ensino	1.387.561,00	0,00	0	20	0	0
4163	Expansão interinstitucional na área de ensino	4.004,00	0,00	0	2	3	150
4165	Capacitação para profissionais em saúde	74.019,90	0,00	0	120	282,00	235
4166	Desenvolvimento de pós-graduação na área de medicina tropical	29.465,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		1.495.049,90	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 235 - Programa Finalístico

Programa: 026	Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical			
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical. Promover o conhecimento, a detecção e pesquisa de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, com a finalidade de auxílio científico às atividades em geral, na adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos em medicina tropical. Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical.			
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical no estado e região. Necessidade de pesquisa (clínica, epidemiológica, laboratorial, de campo e outras) para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva buscando fundamentos científicos para as atividades de saúde em geral e adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Necessidade de divulgação do conhecimento para os profissionais envolvidos com a saúde e áreas afins, buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação, priorizando as doenças tropicais.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.	Porcentagem	44	31/12/2004	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino	Unidade	4		100

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Mov. Crédito	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3087	Implantação do complexo de pesquisa em medicina tropical	1.605.441,00	0,00	0,00	0	15	12	80
4167	Manutenção do complexo de pesquisa em medicina tropical	0,00	0,00	0,00	0	100	0	0
4168	Expansão interinstitucional na área de pesquisa	23.004,00	0,00	0,00	0	6	4	67
4169	Realização de pesquisa em medicina tropical	179.007,00	10.000,00	0,00	0	6	4	67
3088	Adequações e instalações especiais	0,00	0,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		1.807.452,00	10.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 236 - Programa Finalístico

Programa: 027		Informação em Saúde		
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática, promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualizações de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retro-alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; Apoiar e divulgar ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade, assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.			
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retro-alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.	Porcentagem	125	31/12/2004	100
Média das metas físicas em porcentagem realizada do programa de ensino	Unidade	100		100
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3089	Construção do centro de informação	993.933,00	0,00	0	23	0	0
4172	Expansão interinstitucional da área de informação em saúde	0,00	0,00	0	2	0	0
4173	Tratamento de informação	0,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		993.933,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 237 - Programa Finalístico

Programa: 028		Avaliação em Saúde					
Objetivo:	Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocantinense.						
Justificativa:	Necessidade de fortalecer os programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura, processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o analise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.		Porcentagem	25	31/12/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4115	Avaliação de programa em saúde	13.405,00	0,00	0	1	1	100
4116	Realização de análise de situação em saúde	0,00	0,00	0	1	0	0
4117	Avaliação de tecnologia em saúde	0,00	0,00	0	1	1	100
4119	Expansão interinstitucional na área de avaliação em saúde	0,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		13.405,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 238 - Programa Finalístico

Programa: 111		Desenvolvimento Técnico em Saúde						
Objetivo:		Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.						
Justificativa:		O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde, o que traz enormes prejuízos ao combate a endemias e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde. Com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais, qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de profissionais de saúde nível básico		Unidade	2.212	12/2005	1.800			
Número de profissionais de saúde nível técnico			4.203		4.615			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Mov. Crédito	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3091	Construção da sede da escola ETSUS	255.000,00	0,00	0,00	0	20	0	0
4180	Capacitação do corpo integrante da ETSUS	0,00	0,00	0,00	0	30	0	0
4181	Realização de cursos técnicos	1.766.580,00	47.460,00	0,00	0	3	2	67
3092	Implantação da escola de saúde do Tocantins	190.000,00	40.000,00	0,00	0	3	17	567
4182	Ampliação da frota de veículos da ETSUS	143.500,00	0,00	0,00	0	2	1	50
4183	Manutenção de serviços de transporte - ETSUS	10.000,00	0,00	0,00	0	-	-	-
4358	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais - ETSUS	164.700,00	0,00	0,00	0	-	-	-
4184	Manutenção de recursos humanos - ETSUS	501.730,00	0,00	0,00	0	-	-	-
4185	Manutenção dos serviços de informática - ETSUS	15.300,00	0,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		3.046.810,00	87.460,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Saúde

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Mov. de Crédito	Executado	% Exec.	Saldo
	393.806.245,00	97.460,00	330.971.550,98	84,07	62.737.234,02

3.2.3.16 Fundo de Defesa Agropecuária

O FUNPEC (Fundo de Defesa Agropecuária), criado pela Lei 503, de 28 de Dezembro de 1992, a partir do Decreto 1.029, de 1ª de Setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 4.216.270,00**, com execução de **73,99%**, ou seja, **R\$ 2.773.998,08**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 239 - Programa Finalístico

Programa: 060		Defesa e Inspeção Sanitária Animal					
Objetivo:		Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.					
Justificativa:		A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planejada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Animais inspecionados		Unidade	17.250.327	2003	-		
Produtos de origem animal			544.280.905	2003	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4232	Apoio à execução das ações de defesa e inspeção sanitária animal	2.078.399,00	1.615.209,21	77,71	11.586.834	110.113.104	887,28
TOTAL		2.078.399,00	1.615.209,21	77,71	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Defesa Agropecuária

QUADRO 240 - Programa Finalístico

Programa: 061		Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal					
Objetivo:		Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção					



livre de pragas agrícolas. Inspeccionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações. Inspeccionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC–CIV.

Justificativa:

O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio no controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios do MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios, e está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Culturas vegetais de interesse econômico inspeccionadas		Unidade	27.713	2003	-		
Inspeções fitossanitárias realizadas			3.192	2005	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4233	Apoio a Execução das Ações de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal.	2.137.871,00	1.158.778,87	50,87	57.833	35.865	62,01
TOTAL		2.137.871,00	1.158.778,87	50,87	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo de Defesa Agropecuária

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	4.216.270,00	2.773.998,08	65,79	1.422.271,92

3.2.3.17 Fundo Prosperar

O Fundo Prosperar foi criado pela Lei n.º 494, de 15 de dezembro de 1992, para servir de suporte financeiro do Programa Prosperar, instituído pela Lei n.º, de 08 de junho de 1995, passando a vigorar em conformidade com a Lei n.º 1.355, de 19 de dezembro de 2002, e alterações contidas na Lei n.º 1.385, de 09 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto n.º 1.403, de 30 de setembro de 2003.

Tem por finalidade promover a expansão e a diversificação do setor empresarial do Estado do Tocantins, estimulando investimentos e competitividade, com ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, que teve como recurso autorizado o montante de **R\$ 2.067.000,00**, sendo utilizados desse valor **R\$ 708.716,60**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 241 - Programa Finalístico

Programa: 128		Programa de Apoio a Competitividade Industrial					
Objetivo:	Atrair investimentos para o desenvolvimento dos setores de indústria, comércio e turismo, bem como melhorar a competitividade dos citados setores.						
Justificativa:	O Tocantins inicia seu processo de desenvolvimento econômico tendo como base o setor primário da economia locais, sobressaindo a produção de grãos, a fruticultura, a pecuária de corte, e a piscicultura. Porém há a necessidade de agregar valor a esta produção, aumentando o número de postos de trabalho, bem como o aumento da renda da população. no entanto para atrair novas empresas no setor industrial faz-se necessário uma política pública que ofereça vantagens do ponto de vista de competitividade da produção no Tocantins. Neste contexto, os incentivos fiscais, financeiros e localizacionais são imprescindíveis na atração de investimentos e na melhoria da competitividade das empresas aqui instaladas.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4236	Divulgação dos benefícios concedidos pelo PROSPERAR	60.000,00	25.000,00	41,66	1	1	100
4237	Acompanhamento das empresas beneficiadas pelo programa PROSPERAR	60.000,00	2.191,50	3,65	50	10	20
3118	Capacitação em gestão Empresarial	217.000,00	3.560,00	1,64	100	1	1



3119	Realização de feiras	1.160.000,00	677.965,10	58,44	10	14	140
3112	Viabilização das exportações para Micro e Pequenas empresas	108.000,00	0,00	0	5	0	0
3121	Elaboração estudos de mercado de cadeias produtivas	150.000,00	0,00	0	4	0	0
3120	Viabilização de instalações de galpão Industrial	312.000,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		2.067.000,00	708.716,60	34,28	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Prosperar

3.2.3.18 Fundo Estadual de Assistência Social

A Lei Nº 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, órgão vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Sua denominação foi alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, através da Lei Nº 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4.º.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, através das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, é assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, tais como habitação, saneamento básico e promoção humana.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em treze programas finalísticos. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R\$ 28.859.967,00**, sendo executado o valor de **R\$ 20.299.230,55**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 242 - Programa Finalístico

Programa: 141	Pioneiros Mirins			
Objetivo:	Promover a Inclusão social de criança e adolescentes membros de famílias de baixa renda, por meio da concessão de auxílio financeiro, acesso a atividades de reforço escolar, práticas esportivas, recreativas, civismo e cidadania, contribuindo, portanto para o crescimento físico e psíco-social dos mesmos.			
Justificativa:	Altos índices de evasão e repetência escolar; envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e prostituição; vulnerabilidade socioeconômica requer implementação de ações que possibilite o distanciamento de crianças e adolescentes dessas situações de risco, de outro modo será crescente a vulnerabilidade social da juventude tocantinense.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Taxa de evasão escolar			14,6%	2000	80		
Taxa de famílias atendidas pelo programa		Percentual	4	2003	100		
Taxa de analfabetismo			18,5	1994	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4245	Manutenção dos núcleos do programa Pioneiros Mirins	475.000,00	408.183,13	86	148	148	100
4247	Realização de eventos do programa pioneiros	357.000,00	220.129,43	62	3	3	100
4354	Concessão de benefícios aos Pioneiros Mirins	872.000,00	852.000,00	98	42750	42750	100
TOTAL		1.704.000,00	1.480.312,56	87			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 243 - Programa Finalístico

Programa: 142	Geração de renda						
Objetivo:	Promover a inserção de pessoas e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidade de emprego e renda						
Justificativa:	No estado do Tocantins, mais de 80% dos municípios possui população inferior a 10.000 habitantes, 5,88% dessas pessoas recebem até 1/2 salário mínimo de renda mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada, o estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. a ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder público. torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoas carentes às prefeituras. daí, a necessidade de implantação e revitalização através do programa geração de renda nos municípios minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Renda familiar per capita		Unidade	1.147,80		2000	-	
Renda per capita			1.147,80		2002	72	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3145	Implantação de Unidade de Geração de Renda	1.654.161,00	721.399,33	44	23	15	65,22
3146	Revitalização das Unidades de Geração de Renda	423.000,00	172.626,98	41	5	5	100



4250	Capacitação das Famílias do Programa Geração de Renda	171.000,00	92,56	0,05	121	0	0
4151	Ampliação da Frota de Veículos Para o Programa Geração de Renda	65.000,00	0,00	0	1	0	0
4254	Manutenção da Frota de Veículos do Programa Geração de Renda	60.000,00	0,00	0	2	0	0
4370	Realização de Evento do Programa Geração de Renda	65.000,00	17.277,32	27	10	8	80
TOTAL		2.438.161,00	911.396,19	37,38	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 244 - Programa Finalístico

Programa: 143		Nova vida					
Objetivo:	Atender adolescentes egressos das medidas sócio educativas e restritivas de liberdade, garantindo sua inclusão familiar e comunitário.						
Justificativa:	Discriminação, preconceito, falta de oportunidade de trabalho, instabilidade no núcleo familiar, são fatores que prejudica a reintegração de adolescentes na sociedade e na família. é de fundamental importância o acompanhamento do adolescente no seu retorno a esse convívio, articulando o mercado de trabalho, a escola, a família num círculo positivo e socializador, de outro modo esses adolescentes estarão suscetíveis a cometer novos atos infracionais ou até mesmo criminosos.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de adolescentes acompanhados pelo programa		Unidade	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2165	Atendimento ao trabalhador egresso das medidas sócio educativas	27.500,00	0,00	0	45	0	0
2166	Concessão de bolsa promocional aos adolescentes egressos.	5.000,00	0,00	0	330	0	0
TOTAL		32.500,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 245 - Programa Finalístico

Programa: 144		Erradicação do trabalho infantil					
Objetivo:		Erradicar o trabalho infantil privilegiado a freqüência e sucesso escolar					
Justificativa:		O trabalho infantil representa uma violação do direito da criança e do adolescente de estudar, participar de atividades esportivas culturais, impedindo o seu desenvolvimento harmonioso, segundo dados do unicef existem cerca de pelo menos 120 milhões de meninos entre 5 e 14 anos de idade que trabalham em países em desenvolvimento como África, Ásia e América Latina, segundo dados do PENAD o estado do Tocantins esta no segundo lugar no ranking brasileiro do trabalho infantil. O PETI tem dentre sua estratégia a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer e ainda apoiar e orientaras famílias através de ações sócio-educativas e implementando programas e projetos de geração de renda que contribuem para o seu processo de emancipação, promoção e inclusão social, tornando, tornando-as protagonistas de seu desenvolvimento.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de alunos aprovados		Porcentagem	-	-	-		
Índice de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil			-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3147	Implantação de Micro-unidades Produtivas para as Famílias do PETI	614.000,00	227.063,33	37	28	947	3382
4257	Concessão de Bolsa Para Beneficiários do PETI	931.300,00	387.100,65	42	4.040	1.654	41
4331	Capacitação Continuada de Recursos Humanos do PETI	57.000,00	35.504,70	62	214	558	261
4332	Realização de Eventos do PETI	150.000,00	16.015,60	11	1	1	100
4333	Manutenção de Unidades do PETI	630.700,00	354.322,50	56	30	30	100
TOTAL		2.383.000,00	1.020.006,78	43	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 246 - Programa Finalístico

Programa: 146		Sentinela					
Objetivo:		Atender crianças e adolescentes vitimas de abuso e exploração sexual, bem como suas famílias					
Justificativa:		Culturalmente os adultos não respeitam suas crianças e com isso as espancam, além de muitas vezes abusarem sexualmente dessas, o fato de ocorrer na maioria das vezes no próprio seio familiar, dificulta o registro desses casos e respectivamente a responsabilização dos agressores.a falta de denúncia contribui para o aumento de violência contra a criança e adolescente, causando					



às vítimas grandes prejuízos emocionais e psicológicos, é neste sentido que o programa sentinela busca diminuir o impacto psicossocial causadas pelas violências, promovendo a auto-estima das crianças e adolescentes bem como de suas famílias. na ausência desse programa o conselho tutelar não teria a retaguarda técnica para que as vitimas pudesse ter seus direitos assegurados. esse programa lançado pelo governo federal tem parceria com o estado e municípios. sendo o recurso oriundo das três esferas, 90% da União, 10% do Estado e do Município entram com a estrutura física bem como, a execução.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual			Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de crianças atendidas		Percentual	-			-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
4335	Implantação do Programa Sentinela no Estado do Tocantins	62.000,00	0,00	0	5	0	0	
4334	Manutenção dos Núcleos do Programa Sentinela	522.000,00	305.299,02	58	5	9	180	
TOTAL		584.000,00	305.299,02	52	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 247 - Programa Finalístico

Programa: 147	Apoio à pessoa idosa							
Objetivo:	Apoiar e incentivar ações de inclusão social do idoso carente, possibilitando atender suas necessidades básicas, propiciando sua integração social, fortalecimento dos laços familiares dos laços familiares e o exercício da cidadania, em conformidade com a política nacional do idoso.							
Justificativa:	O programa de apoio a pessoa idosa é um mecanismo de inclusão social do idoso, tendo em vista o acelerado crescimento da população idosa. segundo dados do IBGE, o Tocantins revela um aumento significativo do número de idosos, que passou a representar 9,1% da população tocaninense, totalizando 71.882 idosos. para enfrentar este desafio foi instituído o programa de apoio à pessoa idosa para assegurar um envelhecimento digno e com qualidade de vida, tendo como diretrizes a inserção, prevenção, promoção, proteção, integração social, independência e autonomia do idoso. o programa será implementado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social através da coordenação de assistência social.							
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007							
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual			Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de idosos carentes incluídos em programas sociais		Percentual	-			-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R\$)						

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4337	Capacitação de Profissionais Para Atendimento ao Idoso	150.000,00	0,00	0	10	0	0
4338	Realização de Evento Para o Idoso	30.000,00	21.483,00	72	1	1	100
4339	Revisão do Benefício de Prestação Continuada – Idoso	124.400,00	44.059,50	35	1760	660	38
4340	Manutenção de Unidades de Atendimento ao Idoso	421.110,00	161.245,07	38	20	15	75
TOTAL		725.510,00	226.787,57	31	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 248 - Programa Finalístico

Programa: 149		Combate à Fome					
Objetivo:	Garantir em caráter emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social, direito à alimentação, bem como promover ações estruturantes que possibilite o acesso perene à uma alimentação de qualidade.						
Justificativa:	A partir das informações do dia "d", realizado pelo provida, foi detectado desnutrição e risco nutricional em 42 municípios do estado, tendo sido constatado que possuem também o menor índice de desenvolvimento humano e menor índice de desenvolvimento infantil. Diante disso, a não implantação de um programa de combate a fome e desnutrição implicará no agravamento da situação naqueles municípios e ampliação dessa gravidade para outros municípios. para melhoria das variáveis analisadas na composição do idh/idi e apoio ao programa fome zero no estado, o programa conterà ações de desenvolvimento local e organização comunitária. Ressaltamos que a orientação da política nacional é condição favorável para a implantação das ações propostas.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de atendimento de crianças desnutridas		Percentual	29	2002	10		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4275	Manutenção das unidades do programa combate à fome	161.370,00	91.886,22	57	1	1	100
4289	Manutenção do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA	10.000,00	0,00	0	1	1	100
4274	Arrecadação de doações de alimentos	17.000,00	8.683,10	51	700	1.200	171
4276	Suplementação alimentar e nutricional para famílias carentes	1.918.720,00	1.653.282,61	86	57.600	49.500	86



TOTAL	2.107.090,00	1.753.851,93	83	-
--------------	---------------------	---------------------	-----------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 249 - Programa Finalístico

Programa: 150		Apoio à pessoa portadora de deficiência					
Objetivo:	Promover a inclusão social, habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência a vida comunitária, propiciando a melhoria da atenção e dos indicadores sociais.						
Justificativa:	Os índices nacionais indicam o número de 24,6 milhões de portadores de deficiência no país. a desigualdade de oportunidade de inclusão social, a necessidade de ampliação de modalidades de atendimento, a insuficiência de dados que definam melhor perfil dos portadores de deficiência, suas potencialidades e necessidades prioritárias, a insuficiência de recursos humanos qualificados, entre outros aspectos, vem exigir dos gestores, maior investimentos na área. Considerando o nº de 187.717 portadores de deficiência no estado, cuja inclusão social ainda encontra-se deficitária, pretende-se oferecer com o programa de apoio à pessoa portadora de deficiência, melhores condições de habitação, reabilitação, inclusão produtiva e social assegurando igualdade de oportunidades ao público-alvo, ampliando a acessibilidade a ações e serviços numa perspectiva emancipatória e de direitos, melhorando a qualidade de vida e os Indicadores sociais. a efetivação das ações se faz imprescindível sobretudo, pelo nº significado de portadores de deficiência desassistidos no Estado. A não implantação de ações que venham atender às demandas deste segmento populacional, implicará no agravamento da relação de dependência e exclusão aos bens e serviços disponibilizados aos portadores de deficiência.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de portadores de deficiência atendidos pela rede conveniada		Percentual	-	-	100		
Taxa de rh capacitados para o trabalho com ppd			-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4278	Capacitação de Recursos Humanos para Atuarem com a PPD	0,00	0,00	0	90	0	0
4283	Revisão do Benefício de Prestação Continuada da PPD	99.000,00	23.347,92	24	1800		
4343	Manutenção de Unidade de Atendimento a PPD	619.706,00	385.221,69	62	40	15	37,5
4344	Realização de Evento Para a PPD	90.000,00	8.799,82	10	5	1	20
TOTAL		808.706,00	417.369,43	52	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 250 - Programa Finalístico

Programa: 151		Atendimento a criança de 0 a 6 anos					
Objetivo:		Atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda.					
Justificativa:		O programa de atendimento à criança - PAC, implementado desde 1989 (remanescente da extinta LBA - legião brasileira de assistência social e sac - serviço de atendimento à criança em creche/ 1996) se encontra presente em 77 municípios do estado, com 124 instituições, de educação infantil, beneficiando cerca de 15.000 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda; em decorrência da migração de famílias de outros estados para o Tocantins e também do alto índice de natalidade, o PAC tem como objetivo oferecer condições adequadas para promover o bem estar da criança através de atividades educativas livres e dirigidas, integrando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais com o direcionamento pedagógico através de articulação com a família; para garantir a efetivação dos aspectos citados a coordenadoria de assistência social tem como prioridade qualificar os recursos humanos, monitorar as unidades, planejar reformas, ampliações e construções, além de solicitar através de projetos, material didático pedagógico, entre outros, como ações básicas para credenciamento das instituições de educação infantil, legitimando os direitos da criança enquanto beneficiárias do PAC.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de crianças atendidas de 0 a 6 anos		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4347	Manutenção de creches	1.595.600,00	959.851,17	60	50	49	98
4285	Capacitação dos educadores do PAC	25.000,00	9.151,25	37	480	528	110
TOTAL		1.620.600,00	969.002,42	60	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 251 - Programa Finalístico

Programa: 155		Tocantins Solidário					
Objetivo:		Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.					
Justificativa:		A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de voluntários capacitados		Percentual	-	-	80		
Taxa de famílias assistidas					30		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4289	Atendimento Emergencial à Famílias Carentes	7.527.660,00	6.188.702,41	82	126000	240.310	190
4290	Distribuição de Passagens para Tratamento de Saúde e Migração	663.000,00	384.179,13	58	41700	5600	13,42
4348	Promoção de Ações para o voluntariado	20.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		8.210.660,00	6.572.881,54	80	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 252 - Programa Finalístico

Programa: 179		Juventude Cidadã					
Objetivo:	Atender jovens de 16 a 18 anos, com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades pessoais, oferecendo-lhes condição par o enftretamento do mercado de trabalho e contribuir ao aprimoramento dos valores humanos e o despertar do protagonismo juvenil. Beneficiar pessoa com idade entre 35 e 55 anos, a fim de atuarem como orientadores juvenis, bem como proporcionar ocupação a professores desempregados a fim de que possam atuar como coordenadores juvenis.						
Justificativa:	Segundo censo do IBGE 2000, 60,4% dos municípios do Tocantins tem índice de gini entre 0,55<->0,60; 35% da população possui renda per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00, e ainda, 42,7% da população Tocantinense, com 25 anos ou mais de idade, possui de 1,5 a 3,0 anos de estudo, as estatísticas retro citadas revelam a fragilidade e a vulnerabilidade das condições de vida de parte considerável da população do Estado do Tocantins, cujos números ditam por si, a necessidade de adoção de políticas públicas que estimulem a mudança desse cenário. Este programa se propõe a contribuir para a melhoria de indicadores econômicos e sociais, tais como distribuição de renda, geração de emprego e a elevação do nível educacional.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de atendimento de jovens		Percentual	-	-	80		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					

N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4292	Concessão de Bolsa para Agentes Jovens de Desenvolvimento Humano e Social	394.100,00	181.011,50	46	2.100	810	39
4293	Concessão de Bolsa para Beneficiários do Programa Juventude Cidadã	4.601.300,00	4.581.380,00	100	7.202	6.716	93
4330	Manutenção do Programa Juventude Cidadã	699.210,00	226.360,80	32	1	1	100
4297	Capacitação para Beneficiários e Orientadores do Juventude Cidadã	217.440,00	43.150,58	20	6.378	266	4
TOTAL		5.912.050,00	5.031.902,88	85,11			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 253 - Programa Finalístico

Programa: 180		Comunidade em Ação					
Objetivo:	Promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio de oportunidades de trabalho e renda, em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano - IDH e baixo índice de desenvolvimento infantil - IDI.						
Justificativa:	O Estado do Tocantins possui regiões que por muitos anos sofreram com o isolamento, distantes das políticas que contribuíssem com o desenvolvimento regional. Desta forma, dentro de uma filosofia de integração, o governo do estado desenvolveu ações para promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões. O Projeto Comunidade em Ação surge como ação inovadora para alavancar o desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo a própria comunidade, a inclusão social e a geração de emprego e renda nos municípios Tocantinenses com baixo índice de desenvolvimento humano - IDH e baixo índice de desenvolvimento infantil - IDI.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-	-	-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4272	Promoção de Eventos Sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	192.500,00	129.367,66	67	142	142	100
4273	Capacitação de Organismos Sociais	1.514.900,00	1.003.634,40	66	663	480	72



4349	Manutenção de Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	20.000,00	0,00	0	10	0	0
4350	Concessão de Benefícios às Associações Comunitárias	606.290,00	477.418,17	79	50	42	84
TOTAL		2.333.690,00	1.610.420,23	70			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 254 - Programa Finalístico

Programa: 184		Infra Estrutura Social					
Objetivo:	Construir os CIDES - Centros Integrados de Desenvolvimento Social, destinados a oferecer local, dotados de tele centros, para desenvolvimento de ações que fazem parte de programas e projetos de desenvolvimento social, governamentais e não governamentais, em regiões que não dispõem deste tipo de infra-estrutura.						
Justificativa:	Construir os CIDES - Centros Integrados de Desenvolvimento Social, destinados a oferecer local, dotados de tele centros, para desenvolvimento de ações que fazem parte de programas e projetos de desenvolvimento social, governamentais e não governamentais, em regiões que não dispõem deste tipo de infra-estrutura.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Nº. de adolescentes protagonistas		Percentual	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3159	Construção de Centros Integrados de Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0	6	0	0
4355	Manutenção de Centros Integrados de Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		0,00	0,00	0			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual de Assistência Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	28.859.967,00	20.299.230,35	70,34	8.560.736,45

3.2.3.19 Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente é vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social e foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 2 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão.

O objetivo desta unidade, amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, é financiar programas e projetos voltados a promoção social, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, conforme descritos no art. 1.º da Lei 1.110/99.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão, ainda, divulgar, implantar, desenvolver sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, governamentais e não governamentais de caráter estadual, bem como, promover intercâmbio de informações e experiências entre os conselhos nacional, estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programas finalísticos. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 4.708.190,00**, sendo utilizado um percentual de **45%**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 255 - Programa Finalístico

Programa: 182	Socialização e Educação de Crianças e Adolescentes			
Objetivo:	Atender crianças e adolescentes promovendo sua socialização e educação, assegurando-lhe o pleno desenvolvimento pessoal, social e o respeito à sua integridade física e moral.			
Justificativa:	Os crescente índices de violência praticadas contra crianças e adolescentes bem como de atos infracionais praticados por estes, requer do poder público a promoção de ações que garantam a socialização e educação de crianças e adolescentes. Neste sentido, em conformidade com o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n.º 8069/90, o Estado do Tocantins, por meio da SETAS, comprometido com a política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, implantou as medidas sócio educativas como forma de atender esse segmento juvenil, oportunizando-lhes condições de socialização e educação nos ditames da proteção integral. Esta proposta orienta-se de modo a oferecer um novo tipo de resposta ao grupo familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência e ou em conflito com a lei, construindo com as famílias a sua condição de pessoas capazes de enfrentarem e responderem por situações com as quais se defrontam, sendo eles mesmos os próprios agentes na resolução de seus problemas e propiciando o resgate dos vínculos da família com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de crianças e adolescentes Encaminhados p/ medidas sócio-educativas	Percentual	25	2004	80

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.			
3157	Construção de Centro Sócio-Educativo	2.020.036,00	1.636.494,55	81	1	1	100
3162	Capacitação de Recursos Humanos para Atendimento à Crianças e Adolescentes	10.760,00	1.147,50	11	1	1	100
4300	Manutenção de Unidades Setoriais do Programa	1.763.344,00	179.710,40	10	13	1	7,7
4304	Promoção e Apoio de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	914.050,00	292.767,18	32	121	77	63
TOTAL		4.708.190,00	2.110.119,63	45	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

3.2.3.19 Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins

Criado pela Lei n.º 1.524, de 17 de dezembro de 2004, é vinculado à Secretaria do Trabalho Ação Social, destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial:

I – com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- a) a melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;
- b) a solidariedade educativa, com vistas:
 1. ao resgate da dignidade humana;
 2. à capacitação profissional;
 3. à geração de emprego e renda
- c) a ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;
- d) a coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para:

1. a proteço aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais;
 2. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 3. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- II – apoiar técnica e financeiramente:
- a) os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza;
 - b) em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

QUADRO 256 - Programa Finalístico

Programa: 155		Tocantins Solidário					
Objetivo:	Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.						
Justificativa:	A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de voluntários capacitados			Percentual	-	-	80	
Taxa de famílias assistidas						30	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4356	Concessão de benefícios solidários	0,00	0,00	0	15.000	-	-
TOTAL		0,00	0,00	0			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Social de Solidariedade do Tocantins

3.2.3.20 Fundo Estadual Antidrogas

Vinculado à Secretaria da Juventude até 21 de junho de 2005, e após, vinculando-se à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi instituído pela Lei n.º 1.138, de 28 de fevereiro de 2000, estabelecendo como atribuições as seguintes:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um único programa finalístico, demonstrado da seguinte forma no quadro a abaixo:

QUADRO 257 - Programa Finalístico

Programa: 034		Tocantins sem Drogas					
Objetivo:		Desenvolver ações que fomentem a prevenção, conscientização e envolvimento social massivo no combate à utilização de drogas.					
Justificativa:		O problema de uso de drogas está afetando grande parte da população tocantinense; atendendo a demanda da sociedade, que entende que é dever do Estado estabelecer mecanismos de prevenção e combate às drogas, é necessário a existência de uma política estadual antidrogas, obedecendo as diretrizes e estratégias da política nacional antidrogas.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de dependentes, recuperação e tratamento e dependentes químicos		-	-		-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4310	Manutenção do conselho antidrogas	4.564,00	4.562,81	99,99	1	-	-
4308	Capacitação dos conselheiros municipais antidrogas	0,00	0,00	0	2	-	-
4309	Realização de eventos de prevenção e combate às drogas	20.286,00	20.285,50	99,99	4	-	-
TOTAL		24.850,00	24.848,31	99,99	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2005 do Fundo Estadual Antidrogas

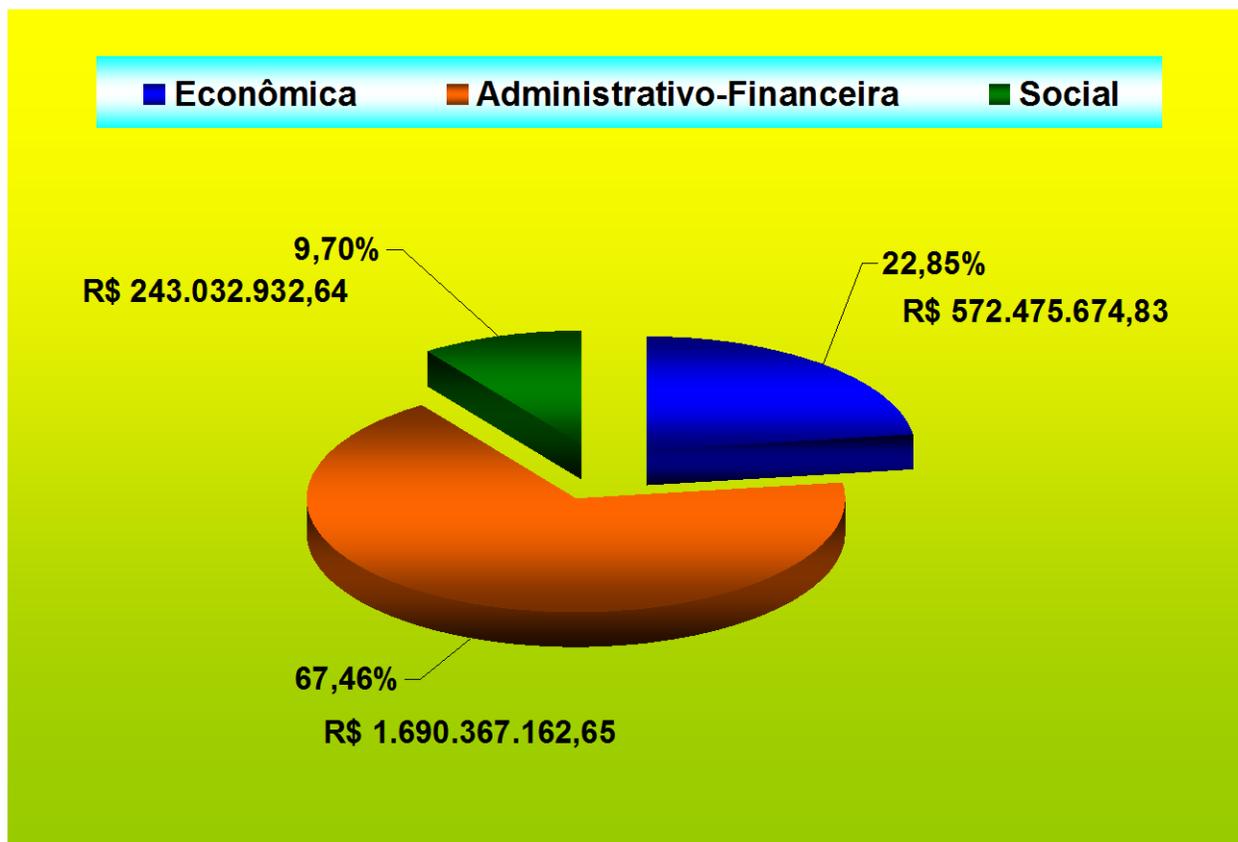


4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL

A atuação do Governo teve destaque voltado para a modernização administrativa e para o progresso econômico e social, na busca da valorização do trabalho humano e da iniciativa privada, objetivando assegurar a todos os cidadãos uma existência digna calcada no *slogan* O Estado do Tocantins é para todos nós.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.º 11.

GRÁFICO 11 – PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS POR ÁREA ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E SOCIAL



A Gestão da Política de Governo, no exercício sob análise, teve como ponto de partida o desejo de construir um futuro digno, com justiça e paz para todos os cidadãos tocantinenses, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2004-2007, que define linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias e diretrizes, as diversas realidades financeira, administrativa, social e econômica. Assim, identificam-se esses macroobjetivos pela seguinte descrição:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**
2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso;**

3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte;**
4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses – **Tocantins da justiça social;**
5. Segurança e cidadania aos tocantinenses – **Tocantins cidadão.**

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo orientaram-se nos Macroobjetivos 1 e 2, com as Estratégias de números 1 a 7 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 1: Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**

Estratégia 1: Crescimento acelerado da produção e continuidade do desenvolvimento sustentado;

Estratégia 2: Consolidar a especialização das regiões do Estado e maior interação entre os seus pólos regionais mais dinâmicos;

Estratégia 3: Intensificar o processo de industrialização fortalecendo os diversos segmentos das cadeias produtivas.

Diretrizes:

- Colaborar ativamente com as políticas do Governo Federal voltadas para os setores produtivos e ambiental, tanto ao nível nacional, como da Amazônia e do Corredor Araguaia-Tocantins;
- Consolidar a Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- Aumentar quantitativa e qualitativamente a produção agropecuária, promover as campanhas de vacinação contra as zoonoses e apoiar a reatibilidade;
- Intensificar a execução das políticas voltadas para a atração de investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais;

- Promover ações coordenadas de incentivo às exportações dos produtos agropecuários, agroindustriais e industriais;
- Promover parcerias e fomentar o setor turístico e ecoturístico;
- Utilizar e combinar as vantagens comparativas da Amazônia e do Mercoeste;
- Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias de interesse para o desenvolvimento do Estado.

Macroobjetivo 2: Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso.**

Estratégia 4: Fortalecer e ampliar seletivamente o Sistema Multimodal de Transportes;

Estratégia 5: Incrementar a produção de energia elétrica no Estado;

Estratégia 6: Ampliar o acesso à energia elétrica em todo o Estado;

Estratégia 7: Apoiar as parcerias público-privadas voltadas para a execução de projetos estruturantes.

Diretrizes:

- Expandir as conexões entre as estradas alimentadoras e os eixos multimodais de transporte onde se fizer necessário, através da implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS);
- Articular para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins através da Parceria Público-Privada (PPP), observados os aspectos ambientais;
- Concluir a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis e construir a Plataforma de Palmas-Porto Nacional;
- Garantir a manutenção da qualidade das vias de transporte em todos os seus aspectos;

- Garantir o fornecimento de energia elétrica a todos os consumidores, de forma estável e a preços acessíveis, com tratamento diferenciado para as microempresas e setores carentes da população urbana;
- Possibilitar o acesso à energia elétrica a todo o setor rural;
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia em localidades isoladas.

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 572.475.674,83**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 258 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0040	Fomento à Produção Vegetal	SEAGRO	610.479,00	368.984,03	60,44
0041	Desenvolvimento Agrário	SEAGRO	588.537,00	276.219,30	46,93
0042	Fomento à Fruticultura e à Silvicultura	SEAGRO	1.266.577,00	744.751,04	58,80
0043	Desenvolvimento Rural e Tecnológico	SEAGRO	4.182.266,00	2.901.280,60	69,37
0044	Fomento à Produção Animal	SEAGRO	720.820,00	444.449,58	61,66
0045	Fomento à Aquicultura e à Pesca	SEAGRO	678.556,00	324.290,32	47,79
0057	Perenização das Bacias Hidrográficas	RECURSOS HIDRICOS	6.611.800,00	4.055.454,63	61,34
0058	Infra-Estrutura Hídrica para o Aproveitamento Hidroagrícola	RECURSOS HIDRICOS	77.587.000,00	55.709.190,45	71,80
0059	Hidrogeologia do Estado do Tocantins	RECURSOS HIDRICOS	35.000,00	-	-
0060	Defesa e Inspeção Sanitária Animal	ADAPEC	7.683.906,00	2.123.171,07	27,63
0061	Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal	ADAPEC	3.493.050,00	1.158.788,87	33,17
0076	Banco da Gente	PRODIVINO	16.837.952,00	8.170.989,74	48,53
0078	Gestão da Política de Recursos Hídricos	SEPLAN	1.451.291,00	31.080,50	2,14

0079	Áreas Protegidas do Tocantins	SEPLAN	9.247.431,00	7.042.680,58	76,16
0081	Gestão da Política de Meio Ambiente	SEPLAN	3.537.494,00	1.533.997,50	43,36
0085	Tocantins Turismo Verde	SEPLAN	140.300,00	-	-
0086	Biodiversidade e Recursos Genéticos	SEPLAN	658.523,00	19.330,70	2,94
0088	Desenvolvimento Regional Sustentável	SEPLAN	28.485.316,00	291.309,43	1,02
0091	Gestão Territorial	SEPLAN	80.640,00	34.185,00	42,39
0092	Estratégias em CTI	SEPLAN	386.000,00	378.158,69	97,97
0093	Fomento à CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	10.424.062,00	7.182.536,09	68,90
0094	Gestão em CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	207.965,00	52.775,11	25,38
0095	Fomento ao Desenvolvimento do Tocantins	SEPLAN	970.000,00	950.000,00	97,94
0096	Desenvolvimento Regional do Sudeste – Pró-Sudeste	SEPLAN	9.237,00	-	-
0099	Ordenamento dos Recursos Florestais	NATURATINS	471.417,00	81.908,12	17,37
0100	Monitoramento Ambiental	NATURATINS	266.189,00	15.776,45	5,93
0101	Controle Ambiental	NATURATINS	635.961,00	184.461,22	29,01
0115	Valorização da Agricultura. Familiar: Organizar, Produzir e Agregar	RURALTINS	6.760.816,00	4.557.144,49	67,41
0118	Promoção da Sustentabilidade Ambiental	RURALTINS	1.659.466,00	116.382,40	7,01
0119	Regularização de Terras Públicas	ITERTINS	4.164.233,00	2.497.137,51	59,97
0121	Programa de Desenvolvimento Industrial	SICTUR	255.676,00	231.864,61	90,69
0123	Programa de Melhoria da Competitividade do Comércio	SICTUR	77.328,00	59.744,10	77,26
0125	Programa de Atração de Investimentos	SICTUR	260.679,00	194.709,24	74,69
0126	Turismo e Desenvolvimento	SICTUR	6.573.665,00	4.254.611,71	64,72
0128	Programa de Apoio à Competitividade Industrial	SICTUR	2.067.000,00	708.716,60	34,29
0132	Eletrificação Rural – PERTINS	SEINF	4.768.270,00	2.344.611,69	49,17
0133	Energização Urbana	SEINF	6.059.602,00	2.796.708,12	46,15

0134	Energia Alternativa	SEINF	350.000,00	-	-
0135	Infra-Estrutura de Transportes	SEINF	16.227.036,00	1.475.797,55	9,09
0137	Pavimentar para Melhorar	DERTINS	358.692.633,00	316.146.445,53	88,14
0138	Conservação Rodoviária	DERTINS	45.229.275,00	27.754.340,56	61,36
0139	Programa Especial de Desenvolvimento – PED	DERTINS	115.034.667,00	113.021.616,20	98,25
0157	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	SEAGRO	400.784,00	15.326,89	38,26
0169	Gestão da Política Agropecuária	SEAGRO	2.728.078,00	2.086.748,61	76,49
	TOTAL		748.576.977,00	572.475.674,83	76,48

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo 3, com as Estratégias de números 8 e 9 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 3: Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte.**

Estratégia 8: Manter o equilíbrio das contas públicas e ampliar os mecanismos de adoção do orçamento participativo;

Estratégia 9: Aumentar a eficiência dos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado.

Diretrizes:

- Manter o constante aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle;
- Aumentar a arrecadação tributária;
- Observar estreito controle dos gastos com pessoal e custeio;
- Não permitir o descontrole da dívida interna e externa;
- Estabelecer um plano de cargos e salários para o funcionalismo público estadual;
- Consolidar a administração pública de forma moderna, ética, eficaz e transparente, orientada para o cidadão.

Com base nessa orientação estratégica foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R\$ 1.690.367.162,65**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 259 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0007	Prevenir é Melhor do que Remediar	FUNSAU	6.387.889,00	2.133.878,87	33,41
0008	Dar mais Saúde à Vida	FUNSAU	2.379.835,00	936.025,38	39,33
0009	Fortalecimento Estrutural das Atividades do SUS	FUNSAU	43.243.431,00	16.168.510,36	37,39
0010	Atenção Progressiva à Saúde	FUNSAU	182.312.340,00	172.981.493,04	94,88
0011	Produção de Serviços na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública	FUNSAU	883.636,00	360.192,42	40,76
0013	Vigilância Sanitária em Ação – Promovendo Saúde	FUNSAU	1.161.246,00	568.192,10	48,93
0014	Hemorrede do Estado do Tocantins	FUNSAU	1.024.227,00	530.316,11	51,78
0020	Modernização e Consolidação da Gestão Educacional	SEDUC	87.123.377,00	86.165.873,14	98,90
0021	Valorização dos Profissionais da Educação	SEDUC	189.583.070,00	187.199.883,18	98,74
0027	Informação em Saúde	FUND. MED. TROPICAL	993.933,00	993.933,00	100,00
0028	Avaliação em Saúde	FUND. MED. TROPICAL	119.005,00	13.404,22	11,26
0030	Modernização Institucional - Administração do Ministério Público	PROC.GERAL DA JUSTIÇA	38.115.527,00	36.778.019,58	96,49
0038	Extinção das Empresas: CODÉTINS, CASETINS e MINERATINS	AD TOCANTINS	1.143.659,00	1.109.531,11	97,02
0049	Modernização do Poder Judiciário	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	13.128.966,00	11.183.024,46	85,18
0062	Gestão do Conhecimento e Modernização da Adm. Pública	SECAD	2.461.700,00	2.124.981,19	86,32

0068	Atuação Legislativa	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	40.632.177,00	40.173.544,03	98,87
0070	Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Tocantins	CGE	1.453.499,00	1.294.777,66	89,08
0071	Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Tocantins	PROC. GERAL DO TOCANTINS	11.865.790,00	11.589.866,72	97,67
0074	Divulgação das Atividades Governamentais	SECOM	30.918.263,00	29.843.994,80	96,53
0077	Planejamento, Orçamento e Gestão	SEPLAN	946.997,00	116.233,01	12,27
0089	Informação para o Planejamento	SEPLAN	73.202,00	450,00	0,61
0108	Modernização da Administração Fiscal	SEFAZ	9.012.850,00	4.865.318,17	53,98
0109	Gestão Fiscal e de Execução Financeira e Contábil	SEFAZ	341.066.771,39	334.064.602,55	97,95
0110	Programa de Educação Fiscal	SEFAZ	15.000,00	-	-
0116	Modernização Administrativa	RURALTINS	1.590.072,00	466.736,22	29,35
0120	Modernização da Administração do ITERTINS	ITERTINS	3.655.922,00	2.320.435,97	63,47
0127	Normatização e Fiscalização de Atividades Empresariais	JUCETINS	3.100.799,00	1.577.738,97	50,88
0129	Controle e Qualidade	IPEM	2.502.029,00	1.133.713,22	45,31
0131	Obras Públicas para o Tocantins	SEINF	22.632.780,00	20.379.323,07	90,04
0145	Gestão de Políticas Sociais	SETAS	3.169.130,00	2.233.990,34	70,49
0171	Controle Externo do Estado e Municípios	TCE	23.478.745,00	22.849.227,09	97,32
0177	Modernização da Administração Pública	SECAD	3.942.604,00	3.714.837,28	94,22
0195	Apoio Administrativo	DIVERSAS UNIDADES	719.546.037,30	694.495.115,39	96,52
9999	Reserva de Contingência	DETRAN	188.945,00	-	-
	TOTAL		1.789.853.453,69	1.690.367.162,65	94,44

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos Macroobjetivos 4 e 5, com as Estratégias de números 10 a 22 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 4: Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocaninenses – **Tocantins da justiça social;**

Estratégia 10: Gerar postos de trabalho e renda;

Estratégia 11: Universalizar a assistência social de forma integrada;

Estratégia 12: Melhorar e ampliar o Sistema Estadual de Saúde Pública;

Estratégia 13: Diminuir a mortalidade infantil;

Estratégia 14: Possibilitar o acesso da população carente à habitação condigna;

Estratégia 15: Estender o saneamento básico a todo o setor urbano;

Estratégia 16: Liquidar o analfabetismo no Estado;

Estratégia 17: Universalizar o ensino fundamental, médio e profissional;

Estratégia 18: Universalizar o acesso à Cultura e ao Desporto.

Diretrizes:

- Apoiar ativamente todas as iniciativas do Governo Federal voltadas para as áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e desenvolvimento social;
- Prosseguir a descentralização das ações de saúde pública;
- Ampliar os programas de saúde preventiva, o atendimento familiar e comunitário e a vigilância sanitária;
- Complementar a infra-estrutura médico-hospitalar, odontológica e laboratorial universalizando o atendimento;
- Construir moradias adequadas destinadas à população de baixa renda;

- Promover parcerias com o municípios e setor privado para a construção de sistemas de saneamento básico e coleta de lixo;
- Possibilitar o acesso ao crédito às microempresas individuais, familiares ou cooperativas;
- Qualificar mão-de-obra e abrir canais para a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Evitar a evasão escolar;
- Oferecer formas alternativas de ensino acessíveis aos trabalhadores;
- Facilitar o acesso ao ensino superior através do crédito educativo, bolsas-trabalho e estágios;
- Formular um programa específico para eliminação do analfabetismo empregando métodos avançados;
- Engajar a juventude estudantil na luta contra o analfabetismo e em atividades voltadas para a inserção social;
- Fortalecer a participação da comunidade na gestão escolar;
- Estimular e valorizar os profissionais da educação;
- Apoiar iniciativas de cultura popular destinadas a promover produção cultural de qualidade;
- Incentivar todas as modalidades desportivas de massa;
- Formular e executar políticas de promoção social diferenciadas e integradas, voltadas para as comunidades carentes, as faixas etárias expostas à marginalidade e outros riscos, a valorização do idoso e a assistência aos indígenas;

Macroobjetivo 5: Segurança e cidadania aos tocaninenses – Tocantins cidadão.

Estratégia 19: Garantir o direito dos cidadãos tocaninenses à cidadania, no que for da alçada estadual;

Estratégia 20: Manter a ordem e resguardar a integridade física e patrimonial dos cidadãos tocaninenses;

Estratégia 21: Prevenir e reprimir eventuais casos de corrupção na administração pública estadual;

Estratégia 22: Tornar o Tocantins um Estado livre do crime organizado.

Diretrizes:

- Garantir alta preparação profissional à Polícia;
- Dotar a Polícia de modernas técnicas de combate ao crime;
- Apoiar ativamente todas as iniciativas federais de combate ao crime organizado;
- viabilizar parcerias com as comunidades organizadas no reforço da segurança em suas áreas de moradia;
- Proteger a mulher, a criança e os jovens contra a violência doméstica, a prostituição infantil e as drogas;
- Defender os direitos do consumidor;
- Promover campanhas contra a violência no trânsito.

No exercício de 2005 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 243.926.661,00**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 260 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	Eventos Esportivos	SESPO	3.821.782,00	3.437.382,14	89,94
0002	Esporte e Cidadania	SESPO	1.482.833,00	1.441.616,37	97,22
0003	Edificação da Rede Esportiva	SESPO	412.983,00	300.157,91	72,68
0004	Provida	FUNSAU	137.276,00	94.676,37	68,97
0005	Assistência Farmacêutica	FUNSAU	5.743.391,00	3.982.851,41	69,35
0006	Fortalecimento da Atenção Básica	FUNSAU	7508271,00	6.456.387,01	85,99
0012	Educa-Sus	FUNSAU	9.725.338,00	1.316.981,81	13,54
0015	Padrão de Qualidade da Infra-Estrutura Física e Equipamento	SEDUC	11.684.687,00	8.042.072,50	68,83
0016	Correção de Fluxo Escolar	SEDUC	3.353.083,00	1.367.995,61	40,80
0017	Promoção da Educação Escolar Indígena	SEDUC	2.904.991,00	2.371.705,47	81,64

0018	Democratização das Tecnologias Educacionais	SEDUC	25.857,00	16.618,00	64,27
0019	ABC da Cidadania	SEDUC	171.505,00	136.917,59	79,83
0022	Fortalecimento e Desenvolvimento Estudantil	SEDUC	10.914.876,00	9.785.648,71	89,65
0023	Desenvolvimento da Educação Profissional	SEDUC	4.047.578,00	1.070.370,45	26,44
0024	Atendimento à Educação Especial	SEDUC	7.940.976,00	7.728.121,70	97,32
0025	Desenvolvimento de Ensino em Medicina Tropical	FUND. MED. TROPICAL	1.495.049,00	1.494.884,75	99,99
0026	Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical	FUND MED TROPICAL	1.807.452,00	1.347.285,53	74,54
0029	Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins	FUNDAÇÃO CULTURAL	11.437.624,00	9.975.563,22	87,22
0031	Valorização da Juventude	SEJUV	737.705,00	528.999,96	71,71
0033	Gestão de Políticas de Juventude	SEJUV	3.807,00	3.806,05	99,98
0034	Tocantins Sem Drogas	SEJUV	1.035.000,00	24.848,31	2,40
0035	Moradia	AHDU	39.464.771,00	10.317.476,99	26,14
0036	Desenvolvimento Urbano	AHDU	18.289.243,00	12.501.125,97	68,35
0039	Saneamento, Cidadania e Progresso	AGESAN	16.958.679,00	10.946.371,28	64,55
0047	Reforma das Instituições de Segurança Pública	PM	7.097.717,00	3.772.800,80	53,16
0048	Defesa Contra Sinistros	PM	3.369.010,00	810,00	0,02
0050	Justiça, Cidadania e Meio Ambiente	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	16.513.500,00	95.341,97	0,57
0051	Modernização Institucional da Segurança Pública	SSP	11.332.531,00	5.844.170,76	51,57
0052	Polícia e Comunidade no Combate ao Crime	SSP	1.572.519,00	233.292,28	14,84
0053	Atendimento Jurídico	CIDADANIA E JUSTIÇA	507.684,00	310.964,84	61,25
0054	Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins	CIDADANIA E JUSTIÇA	483.500,00	292.197,73	60,43
0055	Reestruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	8.022.021,00	2.818.742,63	35,14
0056	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	CIDADANIA E JUSTIÇA	1.924.792,00	1.295.511,61	67,31
0072	Gestão da Política da Segurança	CASA	2.408.827,00	1.686.980,32	70,03

	Especial e da Defesa Civil	MILITAR			
0075	Assistência Financeira ao Servidor Público Estadual	PRODIVINO	14.923.000,00	4.099.093,22	27,47
0083	Tocantins Joga Limpo	SEPLAN	151.780,00	1.647,60	1,09
0111	Desenvolvimento Técnico em Saúde	ESC. TEC. SAUDE	3.046.810,00	2.448.002,20	80,35
0112	DETRAN: Excelência nos Serviços ao Cidadão	DETRAN	3.379.307,00	1.808.449,64	53,52
0114	Tocantins: Transitar com Cidadania	DETRAN	1.982.693,00	623.857,49	31,47
0141	Pioneiros Mirins	SEDUC	20.720.653,00	20.385.360,86	98,38
0142	Geração de Renda	SETAS	2.438.161,00	911.396,19	37,38
0143	Programa Nova Vida	SETAS	32.500,00	-	-
0144	Erradicação do Trabalho Infantil	SETAS	2.383.000,00	1.020.006,78	42,80
0146	Sentinela	SETAS	584.000,00	305.299,02	52,28
0147	Apoio à Pessoa Idosa	SETAS	725.510,00	226.787,57	31,26
0149	Combate à Fome	SETAS	2.107.090,00	1.753.851,93	83,24
0150	Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência	SETAS	808.706,00	417.369,43	51,61
0151	Atendimento à Criança de 0 a 6 Anos – PAC	SETAS	1.620.600,00	969.002,42	59,79
0155	Tocantins Solidário	SETAS	8.210.660,00	6.572.881,54	80,05
0156	Manutenção e Estruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	3.406.685,00	609.655,30	17,90
0170	Programa Estadual de Educação Ambiental	SEPLAN NATURATINS SEDUC	329.198,00	65.787,91	19,98
0173	Programa de Gestão Ambiental Integrada	SEPLAN/ NATURATINS	2.138.421,00	273.794,39	12,80
0179	Juventude Cidadã	FEAS	5.912.050,00	5.031.902,88	85,11
0180	Comunidade em Ação	FEAS	2.333.690,00	1.610.420,23	69,01
0181	Combate ao Desemprego	SETAS	7.508.644,00	2.080.453,31	27,71
0182	Socialização e Educação de Crianças e Adolescentes	FECA	4.708.190,00	2.110.119,63	44,82
0183	Cheque Moradia	AHDU	120.000,00	11.098,50	9,25
0196	Previdência Social	DIVERSAS UNIDADES	182.018.455,00	78.656.016,55	43,21
	TOTAL		485.926.661,00	243.032.932,64	50,01

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Apresentamos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas áreas de atuação do Estado – econômica, administrativa, financeira e social – extraídas dos dados constantes da mensagem consolidada pela SEPLAN e do Balanço Social apresentado pela SEFAZ:

- I. com investimentos de R\$ 76 milhões na função agricultura, o Governo contribuiu significativamente para o fortalecimento do setor e, conseqüentemente, para o crescimento da produção agrícola, especialmente a cultura da soja que aumentou quase 50% em relação à safra anterior, destacando-se, também, a fruticultura nos Projetos de Fruticultura Irrigada São João, Manuel Alves, Formoso, Gurita e Sampaio;
- II. alcance do expressivo índice de 98,16% de imunização contra febre aftosa do rebanho bovino de quase 8 milhões de cabeças;
- III. divulgação de novas técnicas de produção agropecuária por intermédio da Feira de Tecnologia Agropecuária – AGROTINS, que recebeu um público de 32.000 pessoas, representando um crescimento de 320% em relação ao primeiro ano de sua realização;
- IV. atendimento de 4.500 famílias de 92 municípios por intermédio do Programa Comunidade em Ação, com investimentos de R\$ 2,5 milhões, possibilitando-lhes a geração de renda por suas próprias competências e vocações para a garantia do próprio sustento e geração de novos postos de trabalho;
- V. implantação do Programa Compra Direta Local, priorizando a aquisição, sem burocracia, da produção de hortifrutigranjeiros de 30 cidades para distribuição aos programas sociais, beneficiando um total de 800 produtores familiares, com investimentos na ordem de R\$ 2,2 milhões;
- VI. implantação de 346 km de redes de distribuição de energia elétrica, em alta e baixa tensão, com investimentos na ordem de R\$ 5 milhões, possibilitando o fortalecimento da agroindústria e as condições de elevação da renda dos produtores rurais;
- VII. fortalecimento da malha rodoviária estadual por intermédio do programa Pavimentar para Melhorar, com investimentos de R\$ 126,6 milhões, possibilitando a execução de 328 km de capa asfáltica em 32 trechos de diversas regiões do Estado, com destaque para a Rodovia BR – 010, no trecho Aparecida do Rio

- Negro a Goiatins, e a duplicação da Rodovia TO – 050, trecho Palmas/Taquaralto;
- VIII. conservação de rodovias pavimentadas com a execução de 1.564,524 m³ de terraplenagem, 2.163 km de revestimento primário, 28.540 km de patrolamento, além da construção de 2.698m de bueiros tubulares e celulares e de 1.314m de pontes de concreto armado e mistas;
- IX. ampliação e melhoramento da infra-estrutura do Estado com investimentos de quase R\$ 13 milhões na construção de 17.312 m² e reforma de 5.927 m² de edificações públicas;
- X. regularização judiciária de 89.672 ha de terras, com a emissão de 494 títulos definitivos, propiciando ao produtor rural a tranquilidade do pleno domínio de imóvel e as condições para aumento da produção e renda com financiamento das atividades;
- XI. promoção do crescimento e desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e prestacionais, juntamente com a FACIET, SEBRAE e FIETO, com aplicação de recursos nas feiras mais importante do Estado;
- XII. direcionamento de diversas ações visando a excelência no atendimento ao turista, a exemplo da qualificação de empreendimentos, estudantes e profissionais do ramo, como também da liberação de recursos para melhoria das instalações de 66 municípios na temporada de praias;
- XIII. implementação do Programa de Educação Fiscal, elevando a média mensal do ICMS de R\$ 49,6 milhões para R\$ 54,3 milhões e níveis de investimento médio mensal superior a R\$ 50 milhões, que são convertidos em benefícios diretos para o conjunto de municípios;
- XIV. realização de gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a VALEC, em relação à Ferrovia Norte-sul, culminando com a liberação de R\$ 140 milhões pelo Governo Federal, em novembro/2005, para consolidação do trecho de Aguiarnópolis a Araguaína;
- XV. estruturação da Agência de Fomento com o propósito de democratizar e consolidar o crédito facilitado, atendendo diretamente o comércio local, as indústrias, empresas de serviço e o turismo;

- XVI. apoio financeiro a projetos de geração de renda e a funcionários públicos, totalizando aproximadamente 9 milhões, via Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO;
- XVII. substancial incentivo aos servidores públicos efetivos da administração estadual, com a promoção de cursos afins à respectiva área de trabalho dos funcionários e a garantia de progressão salarial mediante avaliação de desempenho, beneficiando mais de 25 mil servidores de 11 categorias, e, ainda assinatura de atos concedendo aos servidores ponto facultativo no dia do aniversário, oportunidade de receber 50% da gratificação natalina (13º salário) na data do aniversário, horário especial para servidores que tenham filhos ou pais portadores de necessidades especiais e a antecipação do pagamento para o quinto dia útil de cada mês;
- XVIII. reestruturação dos cargos e redefinição das suas atribuições com a implementação de Cargos, Carreiras e Subsídios dos servidores do Quadro Geral, Magistério, Polícia Militar, Polícia Civil, Procuradores Públicos, Defensores Públicos, Fisco e Saúde, abrindo-lhes perspectivas de contínuo aprimoramento profissional, progressão na carreira e, conseqüentemente, significativa melhoria salarial;
- XIX. convocação e posse de todos os aprovados no concurso público realizado em 2004, proporcionando, a um só tempo, a redução do déficit operacional da máquina administrativa e a substituição de boa parte da mão de obra exclusivamente comissionada por servidores efetivos;
- XX. preocupação com a contínua modernização da máquina administrativa, a exemplo da aquisição do novo Sistema de Gestão Pessoal, o ERGON, que permitirá a interligação, via web, das Unidades Gestoras de Recursos Humanos de todos os órgãos/entidades com a Secretaria da Administração, proporcionando redução significativa no volume de papéis e maior confiabilidade e segurança no processamento;
- XXI. redução do índice de comprometimento da Receita Corrente Líquida com a despesa de pessoal, na ordem de 5,92% em relação ao exercício anterior, situando-se em 40,36%, com confortável folga, portanto, para o limite legal de 60% exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XXII. reestruturação da Unidade de Capacitação Funcional, com triplicação do seu espaço físico, com o propósito de sua transformação em Escola de Governo;

- XXIII. implementação do Programa Gestão do Conhecimento - TO Valorizado, destinado à capacitação funcional por meio de modalidade telepresencial, tendo atingindo cerca de 31 mil servidores lotados em 116 municípios, implicando em economia, interatividade, flexibilidade, democratização da política de capacitação e facilidade de acesso;
- XXIV. aprimoramento do controle da execução dos programas e ações de governo, mediante sistemática avaliação do cumprimento das metas e das prestações de contas anual dos gestores e do Governador pela Controladoria-Geral do Estado, auxiliada pelos Núcleos Setoriais de Controle Interno;
- XXV. inscrição de cerca de 3.000 servidores efetivos no Programa Habitacional Servidor Valorizado, com a finalidade de proporcionar a aquisição de terrenos e a construção de moradias por meio de linhas de crédito específicas junto ao PRODIVINO e à Caixa Econômica Federal;
- XXVI. redução do déficit habitacional e melhoria das condições habitacionais por intermédio de programas específicos, com destaque para os programas Morar Melhor e Cheque Moradia, possibilitando a construção de 4.523 unidades habitacionais em 72 municípios e 1.568 reformas ou ampliações em 34 municípios;
- XXVII. consolidação do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, com ampliação da área de cobertura do Planssaúde para os Estados de Goiás e Maranhão e antecipação dos prazos de pagamento aos prestadores de serviços de 90 para 50 dias, retirando da rede pública de saúde um contingente de 80.000 usuários, além de injetar aproximadamente R\$ 35 milhões na economia;
- XXVIII. aumento dos recursos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV em mais de 20%, garantindo, no futuro, o pagamento de aposentadorias e pensões;
- XXIX. investimentos de quase R\$ 5 milhões possibilitaram a realização de diversas ações de incentivo ao esporte, envolvendo todos os municípios tocantinenses, com destaque para a 3ª Olimpíada dos Pioneiros Mirins, a 5ª Meia Maratona, os XVI Jogos Estudantis, o 1º Campeonato de Futebol de Várzea, O Challenger de Voley de Praia, o Rally Internacional dos Sertões e apoio às Federações Esportivas;
- XXX. na área de educação foram investidos R\$ 394 milhões, permitindo, entre outras realizações, a valorização do professor com melhoria salarial, aparelhamento das escolas estaduais com

- microcomputadores e impressoras, o combate à evasão escolar por intermédio do Programa Evasão Escolar Nota Zero, com índice de 85% de casos de evasão solucionados, capacitação de 1.500 educadores e 3.241 profissionais de apoio à educação por intermédio do Programa Formação Continuada, capacitação de 155 gestores pelo Programa Modernização e Consolidação da Gestão Educacional, fornecimento de material didático, uniforme e merenda escolar;
- XXXI. incentivo à cultura com a participação, em Paris, do Tocantins no Ano do Brasil na França e na I Conferência Nacional de Cultura, aproximando os artistas tocantinenses para, juntos, contribuírem na construção de diretrizes com vistas à criação do Plano Nacional de Cultura;
- XXXII. ampliação do sistema sanitário e de abastecimento de água, beneficiando 13 municípios e uma população de aproximadamente 416 mil pessoas, com investimentos superiores a R\$ 30 milhões;
- XXXIII. com investimentos na ordem de R\$ 334 milhões e foco na descentralização das ações de saúde, atuação preventiva, ampliação da rede física e modernização de equipamentos, esforços foram canalizados para se atingir patamares de excelência nas questões relativas à qualidade de vida e saúde da população tocantinense, com destaque para a inauguração do Hospital Geral de Palmas, Hospital e Maternidade Tia Dedé, em Porto Nacional, Hospital Dona Dorcelina, em Araguaína, ampliação do Hemocentro Regional de Araguaína, fortalecimento dos programas Atenção Básica, Saúde da Família, Prevenir é Melhor do que Remediar, além da implantação de kit Cozinha Escola Comunitária em 09 municípios e a reestruturação das equipes de saúde bucal nos 139 municípios;
- XXXIV. investimentos na ordem de R\$ 166 milhões permitiram a melhoria das estruturas física e funcional da Polícia Militar, com a construção de quartéis, ampliação da rede de comunicação, aquisição de viaturas, equipamentos de informática, armamento e munição, reforma e ampliação de cadeias públicas, instalação de mais 08 Delegacias de Polícia, instituição das Delegacias de Homicídio, de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e a Economia Popular, de Repressão ao Furto de Água e Energia, de Repressão ao Crime Organizado, Delegacia Virtual e de Proteção ao Idoso, reaparelhamento dos Institutos de Criminalística, Médico Legal e de Identificação, implantação de 07 postos avançados de trânsito, bem como a ampliação do trabalho de ressocialização de detentos, reeducando-os por intermédio do Programa Pintando a Liberdade;



- XXXV. concessão de créditos educativos a estudantes carentes, o PROEDUCAR, por intermédio do Programa de Fomento em Ciência e Tecnologia, beneficiando 2.400 acadêmicos com investimentos que ultrapassaram R\$ 4,7 milhões;
- XXXVI. concessão de 42.474 bolsas mensais de estudo por intermédio do Programa Pioneiros Mirins, totalizando o valor R\$ 19.244.466,00, beneficiando alunos do ensino fundamental dos 139 municípios;
- XXXVII. exercício da governança em diversas regiões do Estado, com a realização de 08 (oito) edições do “Governo Mais Perto de Você”, proporcionando 416.499 atendimentos diretos e 121.903 indiretos nas áreas da educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, agro-pecuária, planejamento e meio-ambiente, geração de renda, trabalho e assistência social, bem como atendimentos às principais reivindicações das lideranças de 57 municípios;
- XXXVIII. inserção e reinserção de aproximadamente 40 mil trabalhadores no mercado de trabalho por meio do Balcão de Intermediação de Mão-de-Obra do Sistema Nacional de Emprego – SINE, vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fiscalização do patrimônio público, realizada pelo próprio Poder Executivo, responde à concreta preocupação do Governo com o controle sistemático dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional na forma das leis voltadas para a modernização e o fortalecimento dos meios estruturais que permitem garantir maior segurança jurídica aos agentes e usuários dos serviços públicos.

Por sua vez, ante a modernização técnica do Egrégio Tribunal de Contas, refletida, sobretudo, na auditoria em programa e de regularidade, bem como na exigência de prestação de contas, individualizada, por órgãos e entidades da administração pública, iniciativa eficiente e louvável, o processo de implantação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está se consolidando com vistas ao maior nível de alcance e integração da fiscalização interna e externa.

Com as medidas de consolidação do sistema de controle interno, esta Controladoria-Geral realizou suas ações de acompanhamento da gestão dos recursos públicos, com grande empenho na introdução dessa nova cultura de controle nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Mesmo com as dificuldades inerentes ao processo de consolidação do sistema, os resultados alcançados, no âmbito da fiscalização dos recursos públicos, mostram-se satisfatórios e necessários à melhoria da qualidade da gestão da coisa pública.

Assim, a atuação deste Órgão Central do Sistema de Controle Interno, sobre a formalização dos processos administrativos, bem como dos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade e sobre os demais atos dos administradores dos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi marcada decisivamente pela orientação educativa e corretiva em relação às atividades de execução e controle da administração pública.

Com efeito, a conjugação desses esforços, graças também à abnegada colaboração dos servidores desta Pasta e dos Núcleos Setoriais de Controle Interno – NUSCIN's, contribuiu, sobre maneira, no exame das contas prestadas pelos gestores responsáveis e das contas do Governador, consideradas regulares sobre os aspectos formais, contábeis e operacionais.



Por fim, queremos registrar que a estruturação do Sistema de Controle Interno pela Controladoria-Geral do Estado, um marco importante para a Administração Pública Estadual, vem cada vez mais recebendo o irrestrito apoio do Excelentíssimo Senhor Governador Marcelo Miranda, que tem desempenhado a função de governo e conduzido a administração sempre com respaldo e nos limites das normas legais vigentes.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2006.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe